



MARIA DA CONCEIÇÃO FRAGA

DA CLANDESTINIDADE AO PARLAMENTO



CONSELHO EDITORIAL

- João Bosco Araújo da Costa
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Presidente
- Alessandro Galeno Araújo Dantas
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Daniel Menezes
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Francisco Alencar Mota
(Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do Acaraú)
- Jacimara Villar Forbeloni
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal Rural do Semiárido)
- Jessé de Souza
(Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense)
- Joana Aparecida Coutinho
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Maranhão)
- Joana Tereza Vaz de Moura
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- João Emanuel Evangelista
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- José Antonio Spineli Lindozo
(Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Conceição Almeida
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Maria Ivonete Soares Coelho
(Prof.ª Dr.ª da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)
- Norma Missae Takeuti
(Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
- Vanderlan Francisco da Silva
(Prof. Dr. da Universidade Federal de Campina Grande)

MARIA DA CONCEIÇÃO FRAGA

DA CLANDESTINIDADE AO PARLAMENTO



1ª edição

Natal/RN

2018

Copyright © Maria da Conceição Fraga, 2018

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610
de 19/02/1998. É proibida a reprodução total ou parcial
sem autorização, por escrito, do autor.

1ª edição

Catálogo da Publicação na Fonte:
Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva. CRB-15/692.
Direitos reservados a Maria da Conceição Fraga

Fraga, Maria da Conceição.

Da clandestinidade ao parlamento / Maria da Conceição Fraga; José
Correia de Torres Neto (Editor); Fernanda Oliveira (Diagramação);
Graziela Grilo (Revisão, diagramação e projeto gráfico); Andreia Braz
(Revisor); Heverton R. (Ilustrador). – Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

350 p. : il.; 1 PDF.

ISBN 978-85-69247-55-5

1. Literatura norte-rio-grandense. 2. Clandestinidade. 3. Parlamento. I.
Torres Neto, José Correia. II. Oliveira, Fernanda. III. Grilo, Graziela. IV.
Braz, Andreia. V. R., Heverton. VI. Título.

CDU 82 (813.2)
F811c

<i>Título</i>	Da clandestinidade ao parlamento
<i>Autor</i>	Maria da Conceição Fraga
<i>ISBN</i>	978-85-69247-76-0
<i>Editora</i>	Caravela Selo Cultural
<i>Coordenação editorial</i>	José Correia Torres Neto
<i>Revisão de texto</i>	Andreia Braz e Graziela Grilo
<i>Revisão tipográfica</i>	José Correia Torres Neto
<i>Normalização bibliográfica</i>	Verônica Pinheiro da Silva
<i>Capa</i>	Heverton R.
<i>Projeto gráfico e Editoração eletrônica</i>	Fernanda Oliveira
<i>Formato</i>	E-book - PDF
<i>Número de páginas</i>	359
<i>Tipologia</i>	Calibri e Alégre Sans
<i>Local e data</i>	Natal, agosto de 2018



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 20

INTRODUÇÃO 30

1 A MEMÓRIA POLÍTICA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO 50

NAS TRILHAS DAS INFORMAÇÕES 50

MEMÓRIA COMO EXPRESSÃO DO PASSADO E DO PRESENTE 64

2 DA CLANDESTINIDADE AO PARLAMENTO 78

PERCURSOS DE EXPERIÊNCIAS RADICAIS 78

O CENÁRIO PARADOXAL: EX-CLANDESTINOS PLEITEIAM VAGAS NA CÂMARA FEDERAL 99

3 RECORDAÇÕES DA INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO 109

AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE ALDO ARANTES E HAROLDO LIMA 109

NA SOMBRA DA IGREJA 113

UM GRUPO DE JOVENS AUDAZES SAI DA VIDA LEGAL E ENTRAM NA CLANDESTINIDADE 126

4	LEMBRANÇAS DO SEQUESTRO DO EMBaixADOR AMERICANO	147
	TRAJETÓRIA DE VIDA DE FERNANDO GABEIRA E VLADIMIR PALMEIRA	147
	O SEQUESTRO E A LIBERAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS	152
	UMA PEQUENA TAREFA E O INGRESSO EM UM EVENTO QUE GANHOU IMPORTÂNCIA	171
	ENTRE OS PRESOS POLÍTICOS, VLADIMIR	176
	O LIVRO AUTOBIOGRÁFICO E O FILME: UMA APROPRIAÇÃO DO PASSADO	181

5	REMINISCÊNCIAS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA	192
	TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOSÉ GENOÍNO NETO	192
	A MILITÂNCIA ARMADA: AS MARCAS DE UMA GERAÇÃO	199
	A IDA PARA A GUERRILHA	202
	O COTIDIANO DA GUERRILHA	205

6 O JOGO DA SOBREVIVÊNCIA 234

PRISÃO 235

TORTURA 241

EXÍLIO 250

7 O RETORNO À CENA PÚBLICA 256

A IMPRENSA E A
CONSTRUÇÃO DE IMAGENS 262

COMPREENDER NÃO É PERDOAR 280

LEMBRANÇAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS 287

MILITANTE E PARLAMENTAR 298

CONSIDERAÇÕES FINAIS 326

REFERÊNCIAS 341

APRESENTAÇÃO

Um olho no para-brisa e outro no retrovisor

Maria da Conceição Fraga¹

Este livro tem o objetivo de oferecer ao leitor reflexões sobre formas de resistência ao autoritarismo, protagonizadas por militantes que participaram da Guerrilha do Araguaia, do sequestro do embaixador americano e da Ação Popular; demonstra a Memória Política como fonte de informação; os percursos trilhados pelos parlamentares – da clandestinidade ao Parlamento – com suas experiências radicais e a ocupação de espaços institucionais, especialmente o Legislativo; o jogo da sobrevivência e suas marcas reveladas pela Memória: a prisão, a tortura e o exílio; e, por fim, o retorno à cena pública, seu registro pela imprensa, e os desafios da dupla representação: militante e parlamentar. Como disse José Genoíno, em uma entrevista sobre esses acontecimentos: um olho no para-brisa e outro no retrovisor.

A Memória Política é um tema que tem me interessado desde as pesquisas realizadas durante o Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN – 1992-1995), quando publiquei o livro *Estudantes, Cultura e Política: a experiência dos manauaras* (Edua, 1996),

¹ Professora Associada do Departamento de História UFRN, Doutora em Sociologia (UFC), Mestre em Ciências Sociais (UFRN), Graduada em Ciências Sociais (UFRN), cursando atualmente Graduação em Direito (Uninassau), Especialização em Direito Penal e Processual Penal (UNI-RN) e Pós-Doutorado em Direito Constitucional (UFRN).

que tratou da experiência de estudantes manauaras e suas lutas por democracia nos anos de autoritarismo dos governos militares; o capítulo de livro intitulado *Ritual e símbolo na cultura estudantil* (EDUFC, 1998, p. 217-238); e o artigo “Moradia estudantil e lutas políticas no Amazonas” (*Revista de Humanidades*, 1999, p. 69-92).

Na Tese, intitulada *Memória Articulada e Memória Publicizada: experiência com parlamentares brasileiros* (UFC, 2001), dei continuidade aos estudos sobre militantes políticos, porém, priorizei a memória daqueles que fizeram a trajetória da clandestinidade ao Parlamento; ou seja, parlamentares que participaram de eventos clandestinos ao fazerem oposição aos governos autoritários, especialmente, os eventos já citados e agora apresentados neste livro.

A pesquisa apontou para um *habitus* adquirido pelos protagonistas, capaz de demonstrar um modo particular de fazer política, revelado nas memórias dos depoentes: elos “perdidos” e “achados” na memória, “encontros” e “desencontros” no modo clandestino e no modo democrático de agir. A escolha dos personagens recaiu sobre parlamentares que vivenciaram a clandestinidade, ou seja, representantes do Poder Legislativo, por permitir destacar que, embora suas experiências tenham ocorrido em lugares e temporalidades distintas, havia semelhanças e especificidades, tais como a condição de representante; a condição de legislador, de produtor de normas; a capacidade de oratória e de articulação; e o tempo da representação. Tudo isso nos permitiu observar o *habitus* do militante, expresso em sua atuação política que, ao conquistar espaços institucionais, ganhou destaque na imprensa, nos anos 1980 e 1990, e se transformou em ícone da política nacional.

As eleições para presidente, ocorridas em 2002, polarizaram e mobilizaram a sociedade de forma que a campanha contou com a publicação de um documento histórico, produzido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – Partido que aglutinou expressivas lideranças que protagonizaram resistência ao autoritarismo –, a *Carta aos Brasileiros*. Esse documento modificou a linha programática do Partido no curso da campanha eleitoral, surpreendendo a própria militância que, encantada com o crescimento dos apoiadores da campanha e a perspectiva de vitória eleitoral, secundarizou a decisão da direção do Partido e adiou o debate que, com o tempo, se perdeu no caminho.

O Partido mudou seu perfil e expressou essa mudança, personificando a luta política cada vez mais na figura do candidato – que concorreu quatro vezes à presidência da República, sendo eleito no último pleito – e apresentou Lula, não mais como liderança sindical, militante combativo, mas como “Lulinha Paz e Amor”, imagem criada pelo reconhecido profissional de marketing, Duda Mendonça. Essa passagem da história somente pode ser compreendida se estudarmos todo esse processo vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Congresso Nacional e pela política brasileira nas últimas três décadas.

O modo de operar de outros partidos existentes revela serem antigas as práticas antirrepublicanas, mas há algo novo: o Partido que elegeu o presidente da República; a maior bancada de deputados na Câmara Federal; que presidiu a Câmara dos Deputados; que cresceu e conquistou os brasileiros combatendo essas práticas nocivas à sociedade, aparece envolvido em denúncias de corrupção.

Vieira (2017, p. 16) afirma que essas investigações ocorreram devido ao novo cenário existente no país dos anos 1980 e 1990 e ao “[...] do papel que a jurisprudência do STF veio a ocupar no Brasil [...] complexidade e realismo [...] dando voz a essa fonte primária de conhecimento sobre os direitos [...] daquilo que determina seus aplicadores”.

A expressão “Lulinha Paz e Amor” ganha nova dimensão em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República, ex-presos políticos que, além de outros, liderou as greves do ABC Paulista e criou o Partido dos Trabalhadores, sendo seu antecessor Fernando Henrique Cardoso – político que também foi perseguido pelos governos autoritários, que chegou a exilar-se no Chile e na França e, com a redemocratização, junto com outros militantes, criou o Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB.

Essa transição criou a expectativa de, cada vez mais, ampliarmos a democracia no país: o Partido que criticou a transição democrática, protagonizada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira e Partido da Frente Liberal (PFL), assumiu o poder com novas e inexpressivas forças políticas (Partido Liberal (PL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), resguardadas as particularidades regionais existentes na política brasileira).

Porém, os bastidores das campanhas eleitorais nos eram desconhecidos até virem a público denúncias do financiamento de campanha e de construção da base parlamentar logo no início do governo.

Ainda em meados do primeiro mandato, em 2005, membros do alto escalão do governo Lula (2003-2010) sofreram graves denúncias de corrupção. Esses acontecimentos intensos na política brasileira me despertaram para acompanhar atentamente seus desdobramentos e me motivaram a reler e publicar os resultados da pesquisa realizada durante o doutorado. Algo me chamava a atenção: protagonistas de narrativas aqui apresentadas e personagens citados, passaram a ocupar espaços importantes na política nacional; ou seja, além do Poder Legislativo, passaram a influenciar o Poder Executivo e, em certo sentido, compor um grupo seletivo que exercia atribuição constitucional de indicar nomes para a composição da instância máxima do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal-STF.

Personagens que lutaram contra o autoritarismo apoiaram o governo do PT, alguns dos quais tiveram suas lutas registradas neste livro. Aldo Arantes (integrante da Ação Popular), deputado federal por quatro mandatos, pelo Partido Comunista do Brasil/GO, participou da campanha e apoiou o governo Lula. Fernando Gabeira (participou do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick), foi candidato derrotado ao governo do Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores (1986), candidato a presidente da República, pelo Partido Verde-PV (1989), eleito deputado federal pelo Partido Verde/RJ (1994 e 1998) e, em 2002, ingressou novamente no Partido dos Trabalhadores, deixando o Partido logo no início do mandato do presidente Lula, por divergir da condução do governo.

José Genoíno apoiou o governo, elegendo-se deputado federal e dirigindo o Partido dos Trabalhadores. Ele havia sido deputado

federal (1982, 1986, 1990, 1994 e 1998) e, em 2002, foi candidato derrotado ao governo do estado de São Paulo. Teve seu nome considerado para compor a equipe ministerial, sendo indicado para o Ministério da Defesa, mas não obteve o aceite dos militares. Posteriormente, apesar de ter seu nome envolvido em acusações de corrupção, assessorou o ministro da Defesa, Celso Amorim (2011-2013) e, em 8 de maio de 2011, foi condecorado pelo Ministério da Defesa com a Medalha da Vitória, sendo o primeiro ex-guerrilheiro a ser homenageado pelas Forças Armadas. Em 9 de outubro de 2012, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal e preso em 15 de novembro de 2013. A condecoração foi revogada em 2016, em decorrência da Ação Penal 470, conhecida popularmente como Mensalão, que o condenou por corrupção ativa e o fez cumprir pena em regime fechado e pagar multa de R\$ 468 mil. Teve sua pena extinta em 4 de dezembro de 2014. Esses acontecimentos fizeram sua filha Miruna Genoíno publicar um livro intitulado *Felicidade fechada* (Cosmos, 2016), com cartas enviadas ao pai, abordando o drama familiar e oferecendo sua versão sobre os acontecimentos.

José Dirceu aparece na tese como um dos militantes políticos liberados após o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Foi deputado estadual em 1986 e deputado federal (1990, 1994 e 1998). Em 2002, tomou posse como deputado federal, mas passou a ser ministro da Casa Civil do governo Luiz Inácio Lula da Silva até junho de 2005, quando deixou o governo, sob acusação feita pelo deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, de ser o mentor de um forte esquema de corrupção

no governo, conforme Ação Penal 470. Em dezembro de 2005, teve o mandato de deputado federal cassado por quebra de decoro parlamentar e, em 2012, foi condenado pelo crime de corrupção ativa, sendo preso em 2013, posteriormente solto, mas preso novamente em 3 de agosto, em uma nova Ação, conhecida popularmente como Petrolão. Teve seu registro cassado na Ordem dos Advogados do Brasil.

Haroldo Lima (integrante da Ação Popular) foi deputado federal (1982-1985) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/BA até a legalização do Partido Comunista do Brasil/BA, em 1985, e foi candidato derrotado ao Senado/BA; ocupou o cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo-ANP (2005-2011), indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi consultor da petroleira HRT, fundada em 2008 por ex-funcionários da Petrobras.

Diante do exposto, não poderia deixar de observar que, durante a produção da Tese (1997-2001), o cenário político do país revelava uma forte influência do Partido da Social Democracia Brasileira – que elegeu para presidente da República, por dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso; do Partido da Frente Liberal, que elegeu o vice-presidente Marco Maciel; além do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – que havia eleito o primeiro presidente da República, após a redemocratização: José Sarney, mas que elegeu vários presidentes do Congresso Nacional, ocupando, portanto, papel destacado em um dos Poderes constituídos, o Poder Legislativo – que influencia o Poder Executivo.

Ao longo dos anos 2000, o Partido dos Trabalhadores surpreendeu a todos, firmando aliança política com setores empresariais

e protagonizando a cena política, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República por dois mandatos (2003-2010), tendo como vice o empresário José Alencar, pelo Partido Liberal, que posteriormente mudou de legenda para o Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Já em meados do primeiro mandato, José Dirceu, chefe da Casa Civil da Presidência da República; José Genoíno, presidente do Partido dos Trabalhadores, além de outras lideranças partidárias, foram acusados de participar de esquema de corrupção no governo com o envolvimento do Partido do presidente da República.

Mesmo diante dessas denúncias, o presidente Lula fez sua sucessora nas eleições ocorridas em 2010: Dilma Rousseff (2011-2015), ex-presença política, participou da resistência armada durante os governos militares, do Comando de Libertação Nacional-Colina, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares-VAR Palmares. Ficou reclusa de 1970 a 1972, tanto na Operação Bandeirantes-Oban como no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Foi reeleita com seu vice Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, numa campanha polarizada mediante graves denúncias de corrupção, envolvendo o modo ilegal de financiamento de campanha, além do envolvimento de membros de sua equipe ministerial, o que a levou a demitir vários de seus ministros no início de seu segundo mandato e, mesmo atendendo às pressões da imprensa e da sociedade, sofreu *impeachment* em 2015.

Recupero este cenário para dizer: 1) o quanto me chamou a atenção o significado da trajetória de militantes políticos que passaram a ocupar espaços institucionais; 2) o quanto, mesmo passadas três décadas, a conquista da democracia foi incapaz de

pautar temas como segurança pública, tanto nos Poderes Legislativo como no Executivo. A ausência de políticas públicas referentes a esse tema vem comprometendo a própria democracia, pois em momentos de crise ou mesmo de manifestações da sociedade, nem o cidadão exerce seus direitos protegendo o bem público nem os órgãos de segurança são preparados para defender o direito do cidadão de se manifestar na sociedade, abrindo espaço para crescer o sentimento de retrocesso político, valorizar o uso da força em detrimento do diálogo; a ausência de uma educação voltada para a cidadania se revela em vários momentos, mas chama a atenção o quanto se recorreu ao uso das Forças Armadas para realizar tarefas próprias de civis, de cidadania, como atendimento à saúde na Amazônia brasileira, combate à dengue, construção de rodovias e, principalmente, durante a Copa do Mundo 2014; 4) o quanto, já na composição da equipe ministerial, nos chamava a atenção a fusão sindicato, movimentos sociais, partido e governo, de forma a dificultar uma ação republicana, desconsiderando os diferentes papéis sociais exercidos por cada um desses sujeitos; 5) o quanto se abandonou as bandeiras históricas da reforma política como desencadeadora de outras reformas igualmente necessárias, dado que seria a reforma política que possibilitaria mudanças nas regras do jogo político; 6) o quanto nos surpreendeu ver empresas que protagonizaram a economia durante os governos autoritários reaparecerem como as privilegiadas pelo governo e, simultaneamente, financiadoras da base de apoio ao governo do Partido dos Trabalhadores; 7) nos chamou a atenção, sobretudo, a descoberta da gravidade e da intensidade a que chegou o modo de operar a

organização de apoio político que permitiu a governabilidade do governo Lula/Dilma, dado o histórico de atuação crítica desses atores políticos, tanto aos governos autoritários – os militares – como os da transição democrática – José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Tudo isso revela a incapacidade do PT de construir aliados a partir do enfrentamento do debate político; do jogo político como um jogo aberto – com vitórias e derrotas, mas este assunto quero aprofundar numa outra oportunidade em outro texto que trate especificamente da relação entre a crise de representação política e decisões do Supremo Tribunal Federal, especialmente sobre a Lei conhecida popularmente como Lei da Ficha Limpa – pesquisa que estou realizando no Pós-Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Feitas estas observações, este livro tem o objetivo de oferecer ao leitor reflexões sobre formas de resistência ao autoritarismo, protagonizadas por militantes e demonstradas na Memória Política como fonte de informação; nos percursos trilhados pelos parlamentares – da clandestinidade ao Parlamento –, com suas experiências radicais e institucionais; no jogo da sobrevivência e suas marcas reveladas pela Memória, especialmente, na prisão, na tortura e no exílio; e, por fim, no retorno à cena pública e seu registro pela imprensa e pelos desafios da dupla representação: militante e parlamentar.

Convido o leitor a conhecer memórias de brasileiros que, em circunstâncias determinadas, dedicaram parte de suas vidas às

lutas por liberdades democráticas, mas, também, conhecer o significado do habitus desenvolvido por essas experiências díspares que passaram a moldar suas formas de agir no Parlamento.

PREFÁCIO

De tempos em tempos, a história, ciência humana por excelência, é revisitada. Memórias são inevitavelmente “reavivadas”. Em verdade, são reconstruídas. De fato, o passado não pode ser restaurado, mas apenas intelectualmente reconstruído. Esse exercício intelectual passa necessariamente pelo filtro da interpretação do pesquisador historiador que marca a historiografia a partir de registros de complexos de memórias individuais e coletivas. Contudo, a história não é um campo de saber exclusivo do historiador. Toda instituição social ou política e toda cultura oferecem várias possibilidades epistemológicas, assim como vastos objetos de estudo historiográficos: história da arte, história da comunicação, história do direito etc.

Dedicar-se ao estudo de fontes históricas primárias, especialmente de registros feitos por algum meio confiável de fatos pretéritos com a finalidade de se elaborar uma narrativa objetiva, por vezes aplicada à explicação das mais diversas instituições sociais, políticas e culturais contemporâneas é atividade das mais contingentes e arriscadas. Seria, em geral, sequer possível, em contextos geográficos muitas vezes distintos e, temporalmente, por definição, diversos daquele do pesquisador, compor um quadro de situações e processos históricos em sua totalidade? A resposta negativa a essa pretensão de completude é obrigatória, em face da grande complexidade dos objetos e das dificuldades

metodológicas da pesquisa histórica. Em sendo sua totalidade uma pretensão inalcançável, quais são os critérios que deveriam ou, ao menos poderiam, ser usados para o imprescindível recorte epistemológico? Tendo em vista o pluralismo metodológico que marca a ciência histórica, assim como acontece também com as demais ciências humanas e com as ciências sociais aplicadas, tais como o direito e a economia, como realizar uma escolha metodológica bem sucedida em prol de quais objetivos, cuja persecução esteja justificada a partir de uma demanda de um estudo específico? O que dizer então de objetos de estudo dos quais decorram, pelo menos aparentemente, uma clara conveniência de se perpetrar uma pesquisa interdisciplinar, recorrendo-se especialmente a princípios e conceitos da sociologia?

Se o objeto de estudos fizer parte da história contemporânea, como é o caso da presente obra, *Da clandestinidade ao Parlamento*, de autoria da Socióloga Professora Doutora Maria da Conceição Fraga, a pretensão sofista ao holismo, conscientemente não partilhada pela autora, será ainda mais arriscada. Apesar do recorte cronológico feito logo no início de sua introdução, marcado pela dicotomia que intitula a obra, clandestinidade (anos 1960 e 1970) e Parlamento (anos 1980 e 1990), a autora trata de um assunto da chamada *Zeitgeschichte* (história contemporânea) ainda não terminado. Trata-se de um interregno, cujo termo final ainda está por vir, tendo em vista as chamadas – e na obra por ela tão bem trabalhadas – “memórias em disputa” na arena política e político-parlamentar brasileira, decisivamente marcadas por diferentes interpretações contraditórias do passado ainda (relativamente) recente brasileiro.

Esse “devir” não se dá necessariamente no sugestionável sentido de uma dialética hegeliana, na qual o imediato devir histórico seria sempre uma síntese decorrente da tese e da (aparente) antítese implícitas na referida dicotomia. Por tais zonas de conforto intelectual, sem embargo de sua insuficiência histórico-filosófica e metodológica, a autora não se deixa seduzir. Pelo contrário, ela e sua presente obra têm sérias pretensões de originalidade.

A presente obra da Professora Fraga – correspondente à sua muito exitosa Tese de Doutorado, defendida no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará-UFC, a qual eu tenho a grande honra de prefaciar – não se prende a esse frágil e questionável esquema. Seu interesse é a memória articulada, no sentido do filósofo e sociólogo francês Maurice Halbwachs que, na documentada apropriação pela autora, “expressa um passado não revivido, mas reconstruído”. No mais, trata-se também de operar com a memória “publicizada” que, na definição da autora, representa uma “memória articulada que ocupou os espaços públicos, especialmente a imprensa, filmes ou letras de música”.

A obra de muito fôlego – mas de leitura fluida; de argumentação soberana, mas muito bem documentada; e dotada de método bem definido e suporte teórico que vai muito além de render homenagens a clássicos da literatura historiográfica e sociológica – não se envereda pelos aludidos caminhos errantes e improfícuos derivados da filosofia histórica hegeliana. Logo na introdução e em seu muito consistente capítulo metodológico, a autora deixa claro que não pretenderá “explicar o mundo”, no caso, o mundo da história de movimentos e organizações sociais de resistência ao

último dos dois regimes ditatoriais vividos pelo Brasil no Século XX. Pelo contrário, debruça-se sobre as muito instigantes biografias ou trajetórias de alguns agentes políticos que transitaram por dois *campos* sociais, totalmente distintos, mas para ela complementares quando do uso do *capital simbólico*, amealhado por aqueles que serão mais tarde, em alusão a Arendt, alcunhados de heróis, para a formação de suas respectivas imagens de “homem público”.

Como condição para a mudança do campo, transformam ou ao menos adaptaram seu *habitus*, da clandestinidade ínsita ao projeto político revolucionário dos últimos anos sessenta e setenta ao espaço público oficial com o recebimento de mandatos populares para serem representantes, não mais de uma causa revolucionária constante do programa de um grupo clandestino, mas de todo o povo como membros do Congresso Nacional. Fraga ocupa-se da composição da memória pela trajetória e sua publicização estratégica: para a institucionalidade antes rejeitada, mas então em reestruturação até pelo menos o final da primeira década após promulgação da ordem constitucional hoje vigente.

Desse modo, não tendo a pretensão de tudo explicar, nem por outro lado, dedicar-se a um aspecto demasiado restrito das memórias e seus registros tal qual produzido em trabalhos por ela referidos em sua revisão bibliográfica apresentada ao longo dos capítulos, a obra não incorre no risco de deturpar a análise científica por intermédio de um viés político-ideológico. Com efeito, esse parece ter invadido nosso *Zeitgeist*, entrando não apenas nos salutares debates de ideias e proposições político-partidárias na concorrência da formação da opinião pública como instrumento

de instrução do processo democrático, mas por vezes até mesmo em discursos supostamente humano-científicos. Quando o fazem, comprometem a autonomia do sistema social “ciência”.

Não há, no livro, nenhuma tentativa de tutelar as impressões do leitor a respeito das memórias trabalhadas e sistematicamente analisadas. Mesmo as alusões à iconografia do heroísmo dos clandestinos transformados em parlamentares não revela nenhum pendor ao elogio de biografias individuais. Por si só, essa já é uma grande virtude da obra que, com toda certeza, já representa e representará cada vez mais um instrumento de pesquisa e um ponto de partida de outras potenciais também inovadoras teses. A originalidade encontrada na escolha e, principalmente, delimitação do objeto de pesquisa, na forma e nos métodos de abordagem fará certamente com que a obra seja vivamente recepcionada por trabalhos afins.

Assim, seu primoroso trabalho parte da reflexão sobre a memória individual a respeito do “passado tal qual ele se apresenta” aos protagonistas que transitaram da militância política clandestina aos assentos na Câmara de Deputados, pois “o passado, uma vez já realizado, é irrepetível, porém, pode ser reconstruído à luz dos significados do presente. É esse processo que denominamos de memória”. No mais: “Ela [a memória] é politizada e ressignificada” nas conjunturas dos dois campos. Por sua vez, a memória coletiva, na esteira de Halbwachs é aquela necessariamente plural, uma “memória como disputa [...] como representação da vida social”, como uma das principais condições para a existência de fato de um espaço público, no sentido propugnado por Arendt, do que

se deriva a conclusão de que as “memórias somente podem ser construídas se consideradas as diferentes memórias em disputa”.

Um dos autores que configura um importante marco teórico da tese, *Pierre Bourdieu*, valeu-se do conceito de *habitus* como o conjunto de disposições coletivas internalizadas pelas pessoas inseridas em estruturas sociais que fundamentalmente as marcam: estilo de vida, linguagem, modo de se vestir, gostos individuais. Essas disposições são apenas algumas das formas de expressão do *habitus*. Trata-se de um princípio de gestação de formas práticas e estratégias comportamentais. Tais estratégias comportamentais encontram uma especial ressonância, particularmente no caso dos militantes da resistência ao regime militar, como a Professora Fraga demonstrou-o precisamente. Não por último, é a expressão do *habitus*, na contraposição aos diversos campos, que determinará a aquisição de capital cultural, social e, sobretudo, simbólico que são tão relevantes para o sucesso no *campo* parlamentar.

Isso foi ilustrado com diversos relatos, principalmente daqueles que ela alcunhou de “protagonistas”, e documentado com abundância quantitativa e qualitativa de fontes, dentre as quais destaquem-se algumas entrevistas realizadas na segunda metade da década de noventa.

A abordagem e o estilo fluentes, adotados pela autora, descortinam ao leitor uma visão privilegiada de uma rede de memórias individuais que cumprem o propósito e principais objetivos por ela traçados de registrar a pluralidade de memórias. O trabalho com as fontes é primoroso. Reconstruiu-se “a memória dos chamados

protagonistas, a partir da literatura autobiográfica, das narrativas feitas através das entrevistas e de recortes de jornais”.

Em alguns poucos momentos, talvez por excesso de zelo na autocontenção avaliativa da pesquisadora diante de suas fontes, no sentido retro aludido de não tutelar ideologicamente o leitor, deixou de aprofundar a análise questionadora de alguns depoimentos. Quando, por exemplo, o ex-deputado Fernando Gabeira, geralmente titular de impressionante lucidez e inteligência, relativiza ou quase banaliza a prática da tortura durante a ditadura militar, da qual também fora vítima, ao atestar tratar-se tão somente de uma questão de cálculo de carreira por parte dos agentes torturadores, trespassa uma fronteira conceitual que justamente em termos de cuidado e manutenção da memória *coletiva* pode adquirir proporções incontroláveis.

Isso porque a memória da tortura tem um papel privilegiado que vai muito além de uma decisão moral ou axiológica. Ela serve de instrumento para a definição da imagem de pessoa e sua dignidade como pedras angulares do Estado constitucional de direito, resultante do processo de redemocratização a partir da metade da última década de oitenta que visou ao realinhamento civilizatório do Brasil às mais desenvolvidas democracias ocidentais. No discurso jurídico brasileiro, o conceito da dignidade humana tem sofrido uma grande erosão conceitual na chamada doutrina jurídica e, especialmente, na jurisprudência. É um desenvolvimento muito preocupante, especialmente porque o conceito tem sido sobrecarregado com a constitucional tarefa provedora do Estado social. Há um abismo conceitual entre o Estado constitucional

violar direitos sociais – que são direitos igualmente fundamentais, inclusive do ponto de vista formal, tais quais o são os clássicos direitos de liberdade –, por omissão, de um lado, e o Estado romper absolutamente a autonomia da vontade do indivíduo com emprego de meios de tortura, de outro. Nesse contexto, flerta-se, inclusive em sistemas jurídicos muito desenvolvidos, embora naqueles muito raramente, com a relativização da proibição absoluta (“tabu” político e jurídico-constitucional) da tortura em casos limítrofes, tais como para salvar vidas de vítimas de sequestro fadadas à morte, por exemplo, por desnutrição em cativeiro abandonado pelo sequestrador ou em casos de iminentes ataques terroristas. Aliás, na passagem citada foi feito, paradoxalmente, a despeito do declarado, um juízo moral pelo próprio ex-deputado Gabeira. Talvez, ao especular sobre a motivação do torturador, tenha sido motivado por certo bem cultivado cinismo – não necessariamente reprovável – de um sobrevivente de tais experiências extremas. No registro da memória coletiva, o que resta é o marco civilizatório da vedação objetiva da prática de tortura pouco importando os fins perseguidos. O conjunto das memórias individuais e coletivas que compõem a civilização ocidental aponta nitidamente para o seguinte prognóstico: relativizações da vedação de tortura implicam o risco da rápida perda de controle do uso (argumento *slippery slope*).

Assim, o livro chega ao fim apresentando, sobretudo, um quadro coerente, revelando-se um legítimo instrumento de pesquisa, escopo máximo no meu entender de um trabalho dessa natureza:

Não obstante, e nesse aspecto encontra-se o caráter não terminativo de uma discussão de qualquer obra científica, mas de contribuição para prosseguimento de suas investigações por outros pesquisadores, o livro deixa em aberto como construir uma memória coletiva que certamente não pode ser feita com a somatória de memórias individuais e de grupos. Uma memória coletiva, tal qual a tentada na República Federal da Alemanha do Pós-Segunda-Guerra e Pós-Terceiro Reich, constrói-se apenas com uma busca de superação do passado que pressupõe seu enfrentamento honesto, desarmado ideologicamente, explicativo por todos os identificáveis possíveis “lados”. Em que pese a não comparabilidade entre o Terceiro Reich e as duas ditaduras brasileiras do Século XX, em termos de extensão e intensidade do aparato estatal repressor, a motivação dos titulares do poder e a peculiaridade de dificilmente poder se falar em culpa coletiva da sociedade pelas vidas e bens jurídicos das vítimas em face da grande diversidade cultural, social e política; da ausência de uma unidade nacional no sentido europeu, saudados deveriam ser novos estudos que, com rigor científico, sem nenhuma espécie de proselitismo ideológico, analisem a memória coletiva e as responsabilidades implícitas.

Tais reflexões extrapolam o necessário recorte feito de modo muito claro pela autora. Contudo, revelam quais outros projetos de pesquisa historiográfica, político-, social- e jurídico-científicos poderiam “beber dessa límpida fonte”. O balanço geral da obra é, portanto, extraordinariamente positivo.

Trata-se, portanto, de uma genuína contribuição ao desenvolvimento científico em uma área de pesquisa das mais relevantes

nos diversos campos sociais para me valer, mais uma vez, de um conceito teórico que lhe é muito caro. A originalidade, o cuidado com as fontes, o desenvolvimento bem estruturado e o estilo narrativo agradável fizeram com que ao cabo da leitura eu tivesse tido a nem sempre óbvia sensação após a leitura de textos acadêmico-científicos de ter investido muito bem o meu tempo com uma edificante leitura. Sinto-me um privilegiado por ter tido acesso ao “manuscrito” antes de sua publicação. Resta-me desejar à Professora Fraga que leve a bom termo todos os seus próximos projetos acadêmico-científicos tão necessários às nossas comunidades humano- e social-científicas.

Estou certo de que, na qualidade de um de seus operários representantes, posso dizer: a comunidade acadêmico-científica brasileira agradece-lhe enfaticamente!

Natal-RN, 17 de junho de 2018

Leonardo Martins

INTRODUÇÃO

Este livro analisa a memória de deputados brasileiros que viveram experiências que comportam a trajetória da clandestinidade (1960-1970) ao Parlamento (1980-1990). Tem o objetivo de identificar diferentes percursos que, realizados por atores distintos, possibilitaram torná-los lideranças políticas, busca estudar a construção de memórias de homens públicos, sejam elas advindas de suas próprias narrativas, sejam através da imprensa ou de filmes, além de investigar as relações estabelecidas pelos protagonistas entre suas lembranças do passado, as experiências de clandestinidade e a atuação no parlamento.

A memória e as representações da política dos parlamentares, circunscritas a duas temporalidades – a condição de clandestino e a de parlamentar –, acenam para uma pluralidade de ação e de imagens do modo de fazer política, segundo as experiências de cada ator e contexto histórico. O recorte da investigação recai, no entanto, menos no resgate do contexto histórico, muito embora seja ponto de referência para este livro, e mais na participação dos personagens que a viveram.

A questão central é, portanto, saber como parlamentares que atuaram na clandestinidade e participaram das experiências de sequestro, de guerrilha e de *Integração na Produção*, interpretam e articulam esses dois momentos de atuação na vida política brasileira. Nesse sentido, cabe refletir quais as experiências significativas em cada temporalidade, como foram construídas as

imagens desses homens públicos e o que é passado e presente no fluxo dessa memória política.

Assim, podemos entender que o Parlamento, como espaço social, é uma instituição em que os atores, ao agirem, manifestam maneiras de ação particular, ao mesmo tempo em que adquirem reconhecimento pelas ações realizadas. Essas maneiras de agir vão constituir um *habitus* incorporado e o reconhecimento vai designar bens adquiridos, o *capital simbólico* contraído.

O *capital simbólico* é um princípio de diferenciação que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos. Se o *habitus* é um princípio gerador de características, o *capital* se revela como princípio de diferenciação, ou seja, o *habitus* é uma espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação.

Tais noções foram fundamentais na análise da construção da memória dos protagonistas, uma vez que esta é reveladora de incorporações de experiências e imagens construídas ao longo de suas trajetórias.

Ao trabalharmos com a memória e as representações de parlamentares sobre a sua atuação política em duas temporalidades, a clandestinidade e a atuação política institucional, coube-nos escolher também os eventos e os atores para narrar os acontecimentos. Pressupomos que foram várias as maneiras de vivenciar a clandestinidade, bem como foram diversos os modos de participar da luta institucional: lutas políticas desenvolvidas nos marcos da legalidade.

Os dois períodos foram tomados como referência para definição do recorte temporal, por possibilitarem pensar ações realizadas por um mesmo ator em momentos que, inicialmente, poderiam

aparecer como díspares: a clandestinidade como momento de realização de ações armadas e a atuação no Parlamento como ações persuasivas. Entretanto, tais ações, quando analisadas atentamente, foram identificadas como situações que revelam continuidades e rupturas no modo de fazer a ação política. De forma que, o passado de cada parlamentar se manifesta através de suas estratégias de ação, bem como sua condição de parlamentar o torna um “militante” que difere dos demais, dada a necessidade permanente do diálogo com seus adversários políticos.

Durante as décadas de 1960 e 1970, foram inúmeras as mobilizações e várias as agremiações partidárias que participaram das manifestações de resistência ocorridas à época. Foram várias, também, as estratégias de atuação política entre os protagonistas: uns participaram de assaltos a bancos, de sequestro de diplomatas; outros, de guerrilhas rurais, todos esses eventos com forte repercussão naquele contexto.

As agremiações políticas existentes possuíam características distintas, a saber: as que tinham base em todo o território nacional; as compostas por grupos isolados em alguns estados brasileiros (ou até mesmo em apenas um estado); as que existiam desde a década de 1960; as que surgiram a partir de divergências internas de grupos. Algumas delas dirigiram ações armadas; outras optaram pela luta institucional, mas nem por isso foram poupadas da repressão ou alcançaram visibilidade.

Nesse conjunto diverso de agremiações estavam: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB),

Aliança Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Dissidência da Guanabara (DI-GB), Ação Popular (AP), entre outras. Tais grupos, em geral, diziam ter como objetivo construir uma sociedade justa e igualitária, mas se diferenciavam, segundo o programa estratégico e tático de transformação social. Aqui, não vamos priorizar a história dessas instituições nem seus programas, tampouco sua justeza e aplicação, mas sim a memória e as representações da política, através da fala dos protagonistas sobre os acontecimentos, ou seja, a partir da narrativa das experiências dos parlamentares.

A formação do primeiro partido comunista no Brasil data de 25 de março de 1922, quando surgiu o Partido Comunista do Brasil (PCB). À época, o Partido surgiu filiado à III Internacional Comunista e contou com a participação de anarquistas. Seu surgimento estava ligado às mobilizações ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX e se alimentava das conquistas da Revolução Russa, que acenava como algo novo para a humanidade.

Passados os anos, as experiências na União Soviética foram revelando uma pluralidade de intenções e avaliações, iniciando os conflitos intensos no interior do governo e do Partido Comunista da antiga União das Repúblicas Sociais Soviéticas (URSS). Tais conflitos tornaram-se insustentáveis no final da década de 1950 e possibilitaram divisões na organização dos comunistas.

No Brasil, esses conflitos levaram à primeira divisão na organização, de forma que dois partidos passaram a pleitear a representação comunista no país: o Partido Comunista do Brasil

(PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ambos passaram a reivindicar a data de fundação, sendo que o PCdoB informa ter sido reorganizado a 18 de fevereiro de 1962.

O Partido Comunista Brasileiro, após a instauração do governo autoritário de 1964, passou a adotar uma política de atuação institucional, procurando não entrar em confronto com as forças repressivas, estratégia utilizada para manter a sobrevivência do grupo. Assim, vinculou-se ao Movimento Democrático Brasileiro-MDB para participar de ações parlamentares. Com isso, mesmo após a repressão mais intensa gerada a partir de 1968, com o Ato Institucional Nº 5, o PCB só passou a ser duramente perseguido na década de 1970, quando os militares pensavam ter controlado todos os grupos que optaram por resistir ao autoritarismo através do confronto armado.

O Partido Comunista do Brasil, no final da década de 1960, sofreu influência do pensamento do líder da revolução chinesa, Mao Tsé-Tung, elegendo a área rural como palco principal para desencadear as lutas. A partir de 1966, inicia o deslocamento de quadros militantes para a região do rio Araguaia, no sul do Pará, área escolhida para desenvolver ações na área rural. Após o AI 5, acelerou o deslocamento das lideranças, especialmente aquelas perseguidas dos grandes centros urbanos, entre elas uma parcela significativa de militantes estudantis.

A guerrilha foi desencadeada em 1972 e terminou em 1974/1975, ficando conhecida como Guerrilha do Araguaia, devido ao foco principal do conflito ter se localizado às margens do rio Araguaia. Nesse período, o PCdoB perdeu quase todos os seus quadros

dirigentes, somente passando a se recompor relativamente rápido por causa do ingresso de lideranças expressivas da Ação Popular no partido, ocorrido também no ano de 1972, concomitante aos conflitos iniciados pela guerrilha.

A Ação Libertadora Nacional se originou em 1967, de uma cisão do PCB, e teve como dirigente principal Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB. Entre os grupos que deflagraram a guerrilha urbana, a agremiação destacou-se não somente por realizar importantes operações armadas com o objetivo de recolher recursos para a guerrilha rural, mas, sobretudo, por ter comandado, juntamente com a Dissidência da Guanabara (DI)/MR8, o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, ocorrido em setembro de 1969, que teve como resgate a liberação de quinze² presos políticos e a divulgação de um manifesto à Nação.

O grupo que iria se denominar Movimento Revolucionário 8 de Outubro – nome dado em homenagem à morte de Che Guevara – era conhecido inicialmente como Dissidência da Guanabara, ou Dissidência da Guanabara do PCB. Composto basicamente por estudantes universitários, tal grupo adquiriu visibilidade após o sequestro do embaixador americano e devido ao fato de ter recebido em suas fileiras um dos mais importantes membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Carlos Lamarca, morto no sertão da Bahia, em setembro de 1971.

² Os presos políticos libertados foram: Luís Travassos, José Dirceu, José Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Vilas-Boas, Maria Augusta Carneiro, Ricardo Zarattini, Rolando Fratti, João Leonardo Rocha, Argonauta Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, Gregório Bezerra e Mário Roberto Galhardo Zanconato.

A Ação Popular foi criada em 1962 e era composta por cristãos progressistas ligados à Ação Católica, em especial à Juventude Universitária Católica. Inicialmente, resistiu a ser denominada um partido político e tinha como inspiração filosófica as ideias humanitárias de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Emanuel Mounier e do Padre Lebrez. A AP exerceu forte influência junto aos estudantes, chegando a dirigir sucessivas gestões da União Nacional dos Estudantes (UNE), antes e depois do golpe. Tendo conhecimento dessa influência, a agremiação estabeleceu uma política de *Integração na Produção* como forma de conquistar espaço junto aos trabalhadores da cidade e do campo. Após o golpe, em 1964, a AP passou a adotar o marxismo como referência teórica para nortear suas atividades. A agremiação não chegou a se envolver com ações de guerrilha, mas assumiu uma influência muito forte do pensamento do líder chinês Mao Tsé-Tung, o que levou a sua aproximação com o PCdoB.

Essa influência da revolução cultural levou a AP a realizar uma “campanha de proletarização” entre seus membros. Tal experiência consistia em deslocar seus militantes para o trabalho na fábrica ou para o meio rural e, com isso, modificar sua composição social. Em 1971, a AP passou a se denominar Ação Popular Marxista Leninista do Brasil, quando se aproximou mais ainda das ideias do Partido Comunista do Brasil.

A incorporação da Ação Popular ao PCdoB foi comandada, entre outras lideranças, por Haroldo Lima e Aldo Arantes, protagonistas deste livro. No processo, uma parcela de membros da AP, comandada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Whight, discordou dos

encaminhamentos e da fusão realizada entre as agremiações políticas e manteve um grupo denominado de Ação Popular Socialista.

Isso porque, como diz Arendt (1993, p. 50):

Sempre que ocorre um evento grande o suficiente para iluminar seu próprio passado, a história acontece. Só então o labirinto caótico dos acontecimentos passados emerge como uma estória que pode ser contada, porque tem um começo e um fim [...] Deve saber que, embora esta estória tenha um começo e um fim, ela ocorre dentro de um quadro maior, a própria história. E a história é uma estória que tem muitos começos, mas nenhum fim.

Entre os eventos, priorizamos experiências realizadas no campo e na cidade; dirigidas por agremiações com pouca ou muita expressão; realizadas por agremiações com experiências distintas; de pouca e longa duração; realizadas por grupos de origem marxista ou da Igreja; e que tiveram impacto ou não na sociedade, à época. Para tanto, elegemos o sequestro do embaixador americano, a experiência da *Integração na Produção* e a Guerrilha do Araguaia. Esse recorte nos possibilitou narrar experiências de clandestinidade distintas, ocorridas no país. Possibilitou também analisar situações extremas da ação política, como, por exemplo, as ações armadas que revelaram ruptura das instâncias “legais” em oposição ao Parlamento, lugar de construção e fiscalização de normas para a sociedade.

O sequestro do embaixador americano foi escolhido, tendo em vista algumas razões que consideramos importantes, a saber: a) ter sido o primeiro sequestro que teve como resgate a troca

de presos políticos; b) caracterizar-se como uma ação bastante ousada, uma vez que a autoridade sequestrada não somente era um diplomata, mas, sobretudo, o diplomata de uma das nações mais potentes da época e que exercia forte influência na política e na economia do Brasil; c) ter sido uma experiência realizada em um dos principais centros urbanos do país, o Rio de Janeiro, ex-capital do Brasil; d) tratar-se de uma operação organizada por duas agremiações partidárias de menor expressão, se comparadas a outras mais antigas. Ou seja, dada a importância da autoridade e as particularidades do momento em que se encontrava o núcleo dirigente de militares, o evento ganhou visibilidade, conseguindo estimular outras agremiações a desencadear uma série de outros sequestros com o mesmo objetivo: a libertação de presos políticos.

A *Integração na Produção* foi escolhida por se tratar de uma experiência desenvolvida por grupos de origem católica, num momento em que o pensamento predominante era a formação de grupos com raízes nas ideias de Marx. Nesse sentido, o evento possibilitou: a) analisar a trajetória de um grupo católico que passa a defender os ideais marxistas; b) investigar a experiência de um grupo que existia desde o início da década de 1960, antes da instalação do governo autoritário; c) tratar de uma agremiação que procurava agir, simultaneamente, no campo e na cidade; d) compreender a experiência de uma organização que influenciou fortemente os militantes da época, especialmente os estudantes e os profissionais liberais; e) (re)construir uma experiência que levou seus militantes a se desfazer de seus bens materiais como forma de se tornarem coerentes com a ideia de transformação social.

A Guerrilha do Araguaia, por sua vez, foi escolhida para a análise, em virtude de ter sido a mais longa ação armada nos anos de autoritarismo, centrada no campo, dirigida por uma agremiação que pleiteia sua existência desde 1922, além de ser reconhecida pelos próprios militares como a ação que mais mobilizou as forças repressivas.

Assim, os acontecimentos escolhidos representam, para cada agremiação que os dirigiram, uma forma emblemática de luta nos tempos de autoritarismo. Nessa perspectiva, em cada organização, os participantes dos eventos acima mencionados constituem-se em mito de heroísmo à resistência ao autoritarismo. E, em se tratando de memória coletiva, a memória do grupo existe enquanto existir o grupo ou algo/alguém que a reivindique para si, seja através de atores, lugares, silêncios, imagens ou sons.

Em outras palavras, a memória da Guerrilha do Araguaia existe, enquanto existir um grupo que dela participou – o PCdoB –, ou que reivindique para si o acontecimento, enquanto existirem cemitérios clandestinos desvendados ou para desvendar, prédios que serviram de prisão e lugar de tortura, entidades que preservam sua memória, como a Casa de Cultura de Marabá, Editora Anita Garibaldi, músicas que a homenagearam, livros que tratem da temática, o lugar que servira de cenário para o acontecimento.

A memória do sequestro do embaixador americano existe, enquanto existir um grupo que participou dele, ou que reivindique para si o sequestro; enquanto existirem filmes que tratem do acontecimento; enquanto existirem livros que tratem do evento; ou as ruas do trajeto e o cativoiro que serviram para compor o cenário do sequestro. A memória das experiências da *Integração*

na *Produção* existe, enquanto existirem participantes daquelas experiências ou que reivindiquem para si tais experiências.

Tudo isso, enfim, ocorreu porque a memória de um acontecimento ultrapassa a existência do grupo que o realizou. Nesse sentido, os protagonistas e os dirigentes das agremiações políticas que comandaram esses acontecimentos, disputam memórias, de forma que os fragmentos da memória individual e coletiva, aqui narrados, constituem-se em importantes elos da história social, bem como suscitam outras possibilidades de construção da memória coletiva dos grupos citados ou de outros que vivenciaram a época.

A escolha desses eventos deve-se ao fato de expressarem uma forma de atuação política que se contrapõe ao Parlamento. Enquanto a *Integração na Produção*, o sequestro de um diplomata e a guerrilha são experiências que têm como eixo central a ruptura da legalidade, formas de realizar a militância transgredindo os espaços institucionais, o Parlamento, em contrapartida, tem como foco principal a ação voltada para o cumprimento de normas ou transgressões nos marcos de um *habitus* institucional vigente (BOURDIEU, 1989).

Assim, as experiências vivenciadas numa esfera de atuação seriam inconcebíveis de serem experimentadas simultaneamente em outra esfera – nem na temporalidade (ditadura x democracia), nem nos lugares (ações armadas x Parlamento), nem na natureza da atividade (clandestinidade x espaço público), de forma que é através da memória que podemos estabelecer um elo entre essas situações díspares, amalgamadas pelo *habitus* e pelo *capital simbólico*.

Os protagonistas desses dois espaços são, portanto, atores de diferentes temporalidades, signatários de práticas

fundadas em princípios que se pautam nos marcos da legalidade e da clandestinidade.

Contudo, vale ressaltar que a escolha desses eventos tem motivos diferenciados para cada um deles. Seja pela publicidade dada ao evento, seja pelo número de integrantes que ele envolveu, seja pela capacidade dos militares em esconder da população um evento que envolveu um contingente expressivo de militantes e populares durante um tempo relativamente longo, se comparado às demais atividades armadas ocorridas na época.

O sequestro do embaixador americano foi um evento que ocupou intensamente as páginas da grande imprensa do país. A permanência do diplomata no cativeiro foi acompanhada dia a dia pelos meios de comunicação, tornando o desfecho do acontecimento algo de interesse comum. A imprensa publicava cartas do embaixador dos EUA, dirigidas a sua esposa³; carta de um cardeal, dirigida ao ministro Magalhães Pinto⁴; carta da Embaixada dos EUA, no Brasil, ao governo brasileiro⁵; carta do Departamento de Estado dos EUA, destinada às autoridades brasileiras⁶; carta de Charles Elbrick, destinada ao chanceler Magalhães Pinto⁷; e carta da Embaixada dos EUA no Brasil ao governo brasileiro⁸.

Após a libertação, o diplomata americano, bem como sua esposa, concedeu entrevista a cerca de 500 representantes de órgãos

³ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 a 7 de setembro de 1969.

⁴ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 de setembro de 1969.

⁵ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 6 de setembro de 1969.

⁶ *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 de setembro de 1969.

⁷ *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 de setembro de 1969.

⁸ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 de setembro de 1969.

da imprensa do país e do exterior⁹. Foram ainda emitidas notas e manifestos: nota oficial da Junta Governamental¹⁰; nota do I Exército¹¹; nota do Centro de Informações da Marinha-Cenimar¹²; nota do II Exército; relatório do Inquérito Policial Militar¹³, além do Manifesto à Nação, emitido pela Aliança Libertadora Nacional e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro, dirigido às autoridades e publicado nos meios de comunicação como exigência dos militantes que aprisionaram o diplomata¹⁴.

Para além da publicação desses documentos, os principais jornais do país voltaram suas atenções para o acompanhamento e o desfecho do sequestro: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. As matérias destacavam a fragilidade do esquema de segurança do diplomata; a angústia da esposa do diplomata; a pressão do governo americano; a busca dos militantes que organizaram e realizaram o sequestro, comandada pelas forças armadas do país; o cotidiano do diplomata no cativeiro; a liberação e o deslocamento dos quinze presos políticos.

Cabe ressaltar que, na época, nenhuma liderança, em particular, ganhou maior atenção por ter realizado o sequestro; pelo contrário, as atenções foram voltadas, sem exceção, para todos os militantes que participaram direta ou indiretamente do evento.

⁹ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 9 de setembro de 1969.

¹⁰ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 de setembro de 1969.

¹¹ *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 de setembro de 1969.

¹² *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 de setembro de 1969.

¹³ *O Globo*. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1970.

¹⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1969.

Ou seja, o heroísmo ou não dos atores passou a ocorrer após a anistia, com o retorno das lideranças políticas e sua imagem na imprensa.

As ações dos jovens da Ação Popular destacaram-se pelo fato de essa organização haver conseguido influenciar parcela expressiva da juventude, sobretudo os jovens que não se identificavam inicialmente com as ideias marxistas, os quais, num primeiro momento, não realizavam ações armadas por princípio; por isso mesmo também não eram alvo prioritário da repressão. Naturalmente, esse processo foi se modificando no interior da agremiação conforme a repressão também ia se intensificando. Entretanto, apesar de ser uma agremiação política que, originando-se no interior da Igreja Católica, atingia uma parcela de jovens muito mais expressiva que as agremiações partidárias e tinha uma parcela da Igreja como aliada, o que era extremamente significativo. Suas ações não chegaram a ocupar a grande imprensa ou a mobilizar as Forças Armadas na mesma intensidade que os demais eventos. Porém, foi uma das agremiações que mais criou adeptos, de forma que muitos de seus ex-integrantes chegaram a ocupar cargos importantes na política nacional. No governo de Fernando Henrique Cardoso (década de 1990), dois ministros foram integrantes da Ação Popular: José Serra e Sérgio Motta.

A Guerrilha do Araguaia, embora não tenha sido uma ação que ocupou o espaço da grande imprensa, foi a ação com maior durabilidade e a que procurou influenciar parcela da população. Quando falamos de maior durabilidade, queremos dizer que as ações ocorridas à época eram ações fugazes, de curtíssima duração, nem por isso menos intensas: assaltos a banco e sequestros.

As tentativas de iniciar guerrilhas urbanas e rurais logo foram desarticuladas. A Guerrilha do Araguaia se destacou por ter a mata e a floresta suas aliadas. Para chegar até o local onde ocorreu a guerrilha, o militante tinha de viajar de ônibus, barco e fazer trechos de caminhadas. Tudo isso dificultou a descoberta da área por parte das forças repressivas, pois estas priorizaram as ações urbanas, até mesmo por serem mais visíveis, bem como a facilidade para o possível controle, pois o aparato repressivo disponível pelos militares era absolutamente superior ao dos militantes.

De fato, na guerrilha às margens do rio Araguaia, a estratégia dos militantes era dificultar a chegada das forças repressivas, bem como impor possíveis dificuldades para os momentos de combate. Por isso mesmo, a guerrilha foi a mais duradoura das ações realizadas nos anos 1960 e 1970. A chegada dos militantes iniciou-se em 1966, mas somente em 1972 começou a guerrilha propriamente dita, o confronto armado entre as partes, que encerrou em 1974/1975, com a morte ou a prisão de seus participantes. Embora não tenha ocupado os meios de comunicação, a guerrilha foi também a ação que mobilizou o maior número de componentes do aparato repressivo.

Este livro analisa o passado tal qual ele se apresenta aos protagonistas, pois o passado, uma vez já realizado, é irrepetível, porém, pode ser reconstruído à luz dos significados do presente. É esse processo que denominamos de memória. Nessa perspectiva, a memória somente existe permeada por significados, por representações. Assim, o desafio de trabalhar com o passado está ancorado na reelaboração da fala dos depoentes, a partir do

presente. Nem a história social nem as pesquisas sobre ela são feitas por seres isolados, mas sim e em qualquer época, construídas por homens e mulheres que vivem coletivamente e, por isso mesmo, são vivências que revelam um universo permeado de significados, sejam eles na temporalidade do passado ou do presente, sejam nos cenários que apresentam para o futuro.

Em outras palavras, os acontecimentos foram (re)construídos na lente dos militantes que vivenciaram a época, obviamente, permeada pela análise da escritora. Porém, por não se tratar de biografias, o texto foi construído de forma a explicitar a fala dos protagonistas e as análises da autora.

Esse ângulo permitiu verificar as diferentes formas de luta da época; as continuidades e rupturas na ação política dos militantes; bem como as representações sobre as experiências dos protagonistas, fossem elas ocorridas nos anos de autoritarismo (predomínio de práticas clandestinas) ou nos anos de redemocratização (atuação no âmbito institucional do Parlamento). Esse recorte possibilitou, ainda, compreender tensões entre memória individual e coletiva de uma época através da narração dos acontecimentos, bem como a maneira pela qual indivíduos e grupos se apropriam da memória para dar significados as suas vidas e a sua militância política.

A memória do militante tem especificidades: é uma memória publicizada, é objeto de conflito entre versões, é politizada e resignificada em diferentes conjunturas. Publicizada na medida em que tanto o militante como suas ações ocupam os espaços públicos; objeto de conflito entre versões, uma vez que os militantes,

em geral, são pessoas ligadas a grupos políticos organizados que participam quando concordam ou acompanham quando discordam das ações ocorridas na sociedade; politizada, dada a natureza da própria militância – alguém que tem uma opinião voltada para atingir a um objetivo determinado, diferenciando-se do homem comum, por ter opinião reconhecidamente interessada; ressignificada, no sentido de que para atender às estratégias de suas agremiações, suas ideias se modificam segundo cada contexto.

Nas trajetórias de vida de cada parlamentar, eles relatam tanto as suas experiências pessoais como as das agremiações de que fizeram parte e viveram intensamente, e é dessa forma que suas histórias se confundem com histórias de suas organizações (HALBWACHS, 1990) e, ainda, com momentos da história do país (LE GOFF, 1996).

Feita a escolha dos acontecimentos, coube-nos identificar os atores que deles participaram e que conquistaram vaga na Câmara dos Deputados, pois

A história acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDDT, 1972, p. 78).

Assim, observamos que, passado o período de repressão mais intensa no país, a partir do final da década de 1970, militantes que vivenciaram a experiência de clandestinidade, procuraram rearticular sindicatos, entidades estudantis e iniciaram a organização de

conselhos comunitários nos bairros em todo o território nacional, bem como lançaram (e se lançaram) candidaturas para diferentes instâncias do Poder Legislativo. Ou melhor, de um lado, militantes procuraram participar de entidades da sociedade civil, de outro lado, procuraram também ocupar os espaços institucionais referentes ao Poder Legislativo, especialmente a Câmara dos Deputados.

Assim, em 1982, embora tenham ocorrido eleições para os poderes Executivo e Legislativo, é no Poder Legislativo que constatamos a presença mais expressiva de candidaturas de ex-líderanças políticas que participaram de movimentos armados e experimentaram a condição de clandestinidade nos anos 1960 e 1970 e que, ao se candidatarem, pleitearam participação na política institucional, especialmente a participação na Câmara dos Deputados. Oriundos de diferentes estados brasileiros, de distintas organizações partidárias, os militantes se apresentam aos eleitores como militantes políticos marcados pela participação ativa nas atividades clandestinas.

Para compor a lista dos “parlamentares narradores”, elegemos aqueles que participaram de um dos três eventos supracitados e também que se mostraram disponíveis para a concessão de entrevistas. Dentre os parlamentares federais, eleitos nas décadas de 1980 e 1990, estavam: Fernando Gabeira, que participou do sequestro do embaixador americano, e Vladimir Palmeira e José Dirceu, que compuseram a lista de militantes que foram “trocados” pelo embaixador americano; José Genoíno, único militante que participou da Guerrilha do Araguaia e se tornou parlamentar, e Aldo Arantes, Haroldo Lima, Sérgio Motta e José Serra, que participaram

da experiência conduzida pela Ação Popular. Então, dentre os que se enquadravam nos critérios definidos pela pesquisa, foram priorizados como narradores José Genoíno, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Vladimir Palmeira e Fernando Gabeira.

Consideramos que se encontrava na condição de clandestino o ator social que mudou seu próprio nome para proteger sua identidade de militante; participou de uma das agremiações clandestinas; e/ou frequentou locais que serviram de esconderijos para a repressão; e/ou deslocou-se de seus locais de origem para realizar suas atividades políticas. Consideramos, ainda, a participação na política institucional e nas instâncias de discussões e deliberações do poder central do país: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Para efeito de construção da argumentação, este livro está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa com memória política, especialmente os percursos realizados para obter as fontes de informações e a revisão bibliográfica pertinente à memória. O segundo capítulo trata do significado de experiências vivenciadas nos anos de autoritarismo, a clandestinidade como espaço de realização de ações radicais voltadas para a ruptura de ordem legal, tendo como eixo principal a investigação referente à existência do *poder* e da *violência* em tempos de autoritarismo e o cenário paradoxal em que surgem as candidaturas de deputados, ex-clandestinos. O terceiro capítulo aborda experiências de militantes da Ação Popular, sobretudo Aldo Arantes e Haroldo Lima, especialmente o que eles denominaram de *Integração na Produção*, desde sua aproximação até a ruptura com o pensamento cristão. O quarto capítulo investiga experiências de clandestinidade

de militantes da Dissidência da Guanabara, particularmente quando do sequestro do embaixador americano, ressaltando a participação de Fernando Gabeira e Vladimir Palmeira. O quinto capítulo analisa experiências de clandestinidade de militantes do Partido Comunista do Brasil, sobretudo a Guerrilha do Araguaia, destacadamente a participação de José Genoíno. O sexto capítulo analisa as lembranças das experiências dos protagonistas em situações especiais, como a prisão, o exílio e a tortura. Finalmente, o sétimo capítulo investiga como a memória é reapropriada na cena pública e a maneira pela qual ela transforma o *habitus* do militante clandestino em *habitus* de parlamentar, bem como o processo pelo qual gera *capital simbólico*, seja através do papel que a imprensa cumpriu para criar imagens sobre os militantes políticos, seja da compreensão que tais parlamentares têm sobre seu passado, do significado das campanhas eleitorais, ou das relações estabelecidas nas lembranças dos atores entre suas experiências radicais e a ação legal no Parlamento.

1

A MEMÓRIA POLÍTICA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Neste capítulo, analisamos os percursos metodológicos utilizados para coletar as narrativas dos depoentes, bem como demais fontes que expressam as trajetórias dos protagonistas, dos acontecimentos e dos contextos que serviram de cenário para os eventos selecionados para este livro. Inicialmente, apresentamos as trilhas das informações, em seguida investigamos a memória como expressão do passado e do presente. Para tanto, fizemos o levantamento dos percursos que possibilitaram o acesso aos entrevistados, dos caminhos que permitiram a coleta do material impresso, bem como da revisão bibliográfica que nos possibilitou construir categorias de análise que pudessem nomear situações distintas capazes de dar conta da construção de imagens de homens públicos, especialmente daqueles que puderam vivenciar momentos díspares da realidade social: a condição de clandestino e a de parlamentar.

NAS TRILHAS DAS INFORMAÇÕES

A fonte histórica é fundamental para a construção da história e, neste livro, a memória, expressa nas narrativas dos protagonistas,

revela a construção histórica como sendo algo singular, por se tratar da memória individual, mas também plural, por expor a memória coletiva de um grupo ou de uma instituição. Nessa perspectiva, trabalhar com memória requer, necessariamente, conhecer profundamente o contexto, os atores e os acontecimentos, para podermos explorar, no momento da coleta das narrativas, a memória dos protagonistas e conseguir, a partir de então, construir a memória coletiva ou das instituições.

Assim, o fato de já possuímos um volume expressivo de informações sobre cada possível entrevistado nos possibilitou explorar bastante a entrevista, a qual dirigimos de forma a potencializar o tempo fornecido pelos entrevistados, uma vez que, por serem parlamentares, tinham uma agenda bastante concorrida. Para tanto, quando do momento da entrevista, já havíamos lido toda a literatura autobiográfica disponível dos protagonistas e dos militantes que participaram dos acontecimentos, bem como parcela expressiva da literatura referente aos anos de autoritarismo, parte dela elencada ao final do texto.

Havíamos, ainda, realizado inúmeras conversas com atores que vivenciaram a época, sendo alguns deles protagonistas dos acontecimentos que compõem o recorte feito por nós para realizar a pesquisa. Tais conhecimentos prévios se constituíram em importantes pistas para construir o roteiro das entrevistas, sem os quais seriam limitadas as possibilidades de explorar o potencial de informação dos entrevistados.

Porém, o acesso ao material coletado nos ofereceu, também, a possibilidade de confirmar ou não dados e análises oferecidas nas

leituras e conversas informais, prévias, realizadas, o que demonstra os limites das informações coletadas na fase inicial da investigação.

A coleta das fontes foi realizada em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e nas cidades de Imperatriz/Maranhão e Marabá/Pará. Em Brasília, estudamos e recolhemos recortes de jornais, revistas e documentos dos partidos políticos, oferecidos pelos acervos pessoais dos gabinetes dos parlamentares, bem como as publicações da Câmara dos Deputados. Para tanto, visitamos a Biblioteca da Câmara e a do Senado Federal. Na oportunidade, consultamos o banco de teses da Universidade de Brasília e não encontramos pesquisas que tratem diretamente da temática em pauta.

Em São Paulo, consultamos o banco de dados do jornal *Folha de S. Paulo*, pois este organiza as pastas por assunto e personalidades com recortes de jornais (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e periódicos), sendo que nos recortes da *Folha de S. Paulo* as matérias vão até outubro de 1993, quando o jornal se informatizou e passou a oferecer consultas pela internet. Assim, coletamos artigos que vão desde 1964, quando do golpe, até maio de 1999.

Ao observar que o jornal *Folha de S. Paulo* organiza seu banco de dados por assunto ou personalidade, constatamos a importância dos entrevistados, pois muito embora não sejam todos nascidos ou eleitos deputados pelo estado de São Paulo, ocuparam espaços importantes nos meios de comunicação naquele estado, motivo pelo qual um dos jornais do maior estado brasileiro ocupou-se de acompanhar suas trajetórias políticas. Obviamente, havia um acervo mais expressivo dos parlamentares eleitos na região Sudeste do país.

Consultamos os arquivos da direção nacional do Partido Comunista do Brasil, através da sua biblioteca, do jornal *A Classe Operária*, órgão informativo do PCdoB, e da Editora Anita Garibaldi, responsável pela publicação de parcela expressiva de publicações referentes ao PCdoB. A consulta a esse partido viabilizou o acesso a depoimentos importantes oferecidos pelos protagonistas da Guerrilha do Araguaia.

Consultamos também o banco de teses da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica, não encontrando nenhuma pesquisa referente à temática, a não ser a pesquisa de Luci Gatti, a qual já era de nosso conhecimento e que trata da memória da família de clandestinos.

No Rio de Janeiro, consultamos, na Biblioteca Nacional, os arquivos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, privilegiando as datas em que ocorreram os acontecimentos: o mês de setembro de 1969, quando ocorreu o sequestro do embaixador americano; agosto de 1979, quando foi sancionada a Lei da Anistia; nos anos de 1972 a 1975, período em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia; 1982, ano em que ocorreram as primeiras eleições para deputado federal, quando foram eleitos três dos cinco entrevistados; 1989, quando foram eleitos os outros dois parlamentares, completando o universo dos entrevistados.

Pesquisamos os bancos de teses da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, inclusive o Museu Nacional, oportunidade em que verificamos a inexistência de pesquisas que tratem diretamente da temática, porém obtivemos acesso a pesquisas com temáticas muito

próximas, a exemplo da dissertação de mestrado de Elizabeth Ferreira, do Museu Nacional, publicada em livro com o título *Mulheres, Militância e Memória*.

Em Imperatriz, durante atividade acadêmica, tivemos acesso ao contato do responsável da Casa de Cultura de Marabá, Noé Von Atzingen, que, além de nos conceder entrevista, fez a doação de um exemplar do *Boletim Informativo da Casa de Cultura*, o qual contém uma resenha bibliográfica sobre a Guerrilha do Araguaia, de Maria Augusta R. Luz, Maria Virgínia B. Mattos e Rosilan R. Sobrinho, bem como referências de livros, jornais, revistas, literatura de cordel, teses, depoimentos e cartazes publicados sobre o assunto.

É importante frisar, a essa altura, que a pesquisa com memória deve considerar como são construídas as fontes. Nessa perspectiva, utilizamos duas fontes de informações: a) a publicada pelos grandes veículos de informação, seja na época dos acontecimentos (antes de serem parlamentares, nos anos de autoritarismo), seja após a eleição para deputado federal (nas décadas de 1980 e 1990); e b) as entrevistas fornecidas (realizadas por nós ou por outras pessoas).

As primeiras eram involuntárias, produzidas pelos meios de comunicação e permitidas pelos governantes, com o objetivo de desarticular as ações dos militantes, e, como tal, nelas, a imagem dos militantes é de guerrilheiros e subversivos. As que foram produzidas posteriormente às eleições, não mais sob o controle dos militares, mas de segmentos da própria elite dirigente, tinham o objetivo de “reintegrar” à sociedade esses atores, apresentando-os como “ex-guerrilheiros” e “ex-subversivos”. Ou seja, a expressão “ex” era a palavra-chave para “reintegrar” aqueles atores à sociedade e para

poder apresentá-los ao convívio “pacífico” em comunidade. As segundas foram voluntárias, oferecidas a jornalistas e pesquisadores interessados em desvendar os enigmas do período de autoritarismo. Nelas, os atores aparecem como fonte de informações e portadores de experiências desconhecidas da sociedade.

Vale ressaltar que os livros autobiográficos dos sujeitos desta pesquisa também foram lidos; contudo, dadas as possibilidades de militância política, as autobiografias dos militantes analisam mais as histórias das agremiações das quais fizeram parte do que suas experiências individuais propriamente ditas, pois essas ocupam lugar secundário na narrativa.

Elegemos trabalhar, ainda, com fontes orais porque priorizamos a análise das memórias e das representações sobre a política e também por oferecerem narrativas privilegiadas dos protagonistas. Além disso, as fontes orais constituem-se na ferramenta adequada a esse tipo de pesquisa, por possibilitarem ao militante apresentar sua visão dos eventos, diferentemente dos jornais que, à época, construíram a imagem dos militantes conforme a imagem representada pelos órgãos de repressão; ou seja, uma visão distinta e rejeitada pelos protagonistas. Os depoimentos orais sobre suas experiências de clandestinidade, todos eles, somente foram fornecidos após a anistia, a partir do ano de 1979, oportunidade em que várias lideranças políticas exiladas retornaram ao país. No entanto, mesmo havendo diferenças entre essas fontes, escolhemos trabalhar com o cruzamento das fontes de pesquisa.

Rememorar, para o parlamentar, talvez não se apresente da mesma forma que para os demais atores, pois esses protagonistas, ao

buscarem vaga no parlamento, optaram por continuar na militância, tornando-se casos exitosos de experiências com clandestinidade. Ou seja, os que deram “certo”, em oposição aos que “padeceram”, que perderam seus cursos, suas carreiras profissionais, os vínculos com suas famílias.

Sendo assim, os parlamentares, ao terem suas vidas privadas publicizadas, encontram-se mais disponíveis para responder, a si e aos demais, sobre o significado de sua militância política. Além do que, a conquista de uma vaga no Parlamento aparece na grande imprensa como sendo o coroamento da militância política, como a conquista de um objetivo maior de um militante: a ocupação dos espaços institucionais.

As imagens veiculadas nos meios de comunicação sobre a ida desses parlamentares ao Congresso, são, em geral, apresentadas com as seguintes expressões: “ex-guerrilheiro”, “ex-terrorista”. Criam, portanto, uma imagem do parlamentar progressista no Congresso como sendo alguém que já fora radical um dia, mas que mudara seus ideais. Isso, embora seja em parte verdadeiro, é apresentado na mídia como sendo algo negativo para a trajetória do parlamentar. Um exemplo bem claro são as imagens, construídas nos veículos de informação, dos deputados José Genoíno e Fernando Gabeira. Nenhum deles foi decisivo nos acontecimentos aqui narrados, mas, paradoxalmente, são eles os mais divulgados pelos veículos de informação como “ex-guerrilheiros”, “ex-terroristas”. Dentre os membros da Câmara, foram eles, entre os selecionados, que participaram (ou que foram mais divulgados como participantes), mesmo que não diretamente, dos casos mais extremos de experiência armada nos anos de autoritarismo.

Nesse sentido, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que são “acusados” negativamente, se beneficiam da imagem positiva de ser “ex”. Imagem negativa, no sentido de ser algo que não é mais, como se tivessem abandonado seus ideais de vida e modificado suas convicções. Imagem positiva, no sentido de que parcela expressiva da sociedade considera importante pessoas com um passado político de bravura lutarem até as últimas consequências em busca de um ideal.

Assim, o “acaso”, em cada caso, levou-os a se tornarem figuras importantes na grande imprensa. José Genoíno, “ex-guerrilheiro”, que não chegou a participar do momento que desencadeou a guerrilha, e Fernando Gabeira, “ex-terrorista”, que não participou da elaboração do sequestro, senão por alugar uma casa que servira de aparelho para a agremiação que executou o sequestro. Porém, tão logo passaram a exercer cargos públicos eletivos, especialmente na Câmara dos Deputados, suas vidas passaram cada vez mais a ser publicizadas, de forma que, mesmo existindo atores sociais que participaram intensamente dos acontecimentos, são suas as imagens que chegam a ocupar os meios de comunicação nacional.

Além disso, os veículos de informação tinham interesse em trazer determinados assuntos à pauta de forma criativa: Fernando Gabeira, de “ex-revolucionário”, passou a ser defensor da liberdade sexual, das drogas, do verde, imprimindo a imagem de uma nova oposição no país, especialmente possuidora de um olhar autocrítico das ações ocorridas nos anos 1960 e 1970. José Genoíno, de “ex-guerrilheiro”, passou a defensor da lei e da ordem, das alianças com setores conservadores no processo constituinte, por exemplo. Obviamente que tais classificações negativas têm outra razão de ser para os deputados.

Os protagonistas são exemplos emblemáticos das articulações entre a memória individual e coletiva. São expressão de que a memória individual se confunde com a memória coletiva, isto é, ao mesmo tempo em que eles confirmam suas experiências individuais, revelam experiências coletivas vivenciadas à época; ao mesmo tempo em que analisam a participação dos grupos nos acontecimentos, procuram identificar sua singularidade na ação.

É nesse contexto que os parlamentares são narradores privilegiados da história social do país, pois esse passado, incorporado em cada um, compõe fragmentos do pensamento social do Brasil. Nessa direção, constituem personalidades que consideramos ser uma espécie de “patrimônio político” de setores da história recente do país. Com efeito, os entrevistados têm dificuldades de falar sobre sua atuação sem abordar suas agremiações partidárias.

As duas temporalidades, a clandestinidade e o Parlamento, não são postas neste livro para estabelecer um estudo comparativo, mas para identificar, através da memória, as continuidades e rupturas da militância política, especialmente quando se trata de momentos e lugares díspares. Até porque o trabalho com memória requer a compreensão de que, a cada vez que se fala sobre o passado, o fazemos sob uma perspectiva diferente, dependendo do ponto de vista, do lugar de onde se fala e com que objetivo se fala. Assim, o mesmo ator, abordado diversas vezes sobre um mesmo acontecimento, em momentos e com objetivos distintos, oferece dimensões e informações diferentes sobre tal acontecimento.

O roteiro das entrevistas foi construído objetivando coletar as informações pessoais e familiares pertinentes à trajetória da

vida política dos protagonistas, desde o ingresso na política até a realização do mandato parlamentar, referentes ao significado da atuação nos dois momentos (clandestinidade e parlamento).

A entrevista de um dos cinco parlamentares, o ex-deputado Vladimir Palmeira, por não exercer mais o mandato, foi realizada em sua casa, no bairro Botafogo, no Rio de Janeiro. O contato com o ex-deputado foi viabilizado através de seu irmão, o professor Moacir Palmeira, em visita a Fortaleza para participar de atividades acadêmicas junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Com os demais parlamentares, as entrevistas foram realizadas em Brasília, no gabinete de cada deputado federal, exceto um deles, que iniciou a entrevista no gabinete e concluiu no plenário da Câmara, pois estava começando uma das votações importantes das reformas do Estado.

A ida a Brasília possibilitou a redução de despesas com a pesquisa, bem como viabilizou o contato com as assessorias dos parlamentares, para garantir horário na agenda destes. Daí porque é enriquecedor relatar a experiência vivida para garantir o agendamento das entrevistas.

Inicialmente, fizemos a entrevista com o deputado Aldo Arantes. Em seguida, dirigimo-nos à liderança do PCdoB na Câmara e conseguimos horário na agenda do deputado Haroldo Lima, que gentilmente nos atendeu em horário especial, às 8h da manhã, em seu gabinete. O deputado nos forneceu quase duas horas de entrevista, sendo uma hora no primeiro dia e quase uma hora no dia seguinte.

Sem dúvida, o trabalho com depoimentos orais requer a criação de um ambiente de confiança entre o entrevistado e o entrevistador.

Um parlamentar é alguém já acostumado a dar entrevistas, que não se sente intimidado com a presença de um gravador; pelo contrário, é uma das atividades corriqueiras do ofício. No entanto, ele é acostumado a analisar o contexto político, as leis, as estratégias dos partidos, enfim, outras dimensões da vida. Assim, apesar de sua familiaridade com entrevistas, os depoimentos oferecidos para esta pesquisa se constituíram em algo inteiramente fora das expectativas do parlamentar, o que torna a entrevista algo preñado de novidades e possibilidades, como em qualquer outra entrevista de pesquisa com memória.

Nessa perspectiva, nossa postura durante o contato com os entrevistados foi a de ouvir, procurando tomar as informações fornecidas como suas verdades, ou seja, como representações sobre o assunto, tal qual ele se apresenta para cada protagonista.

Os depoimentos fornecidos pelos protagonistas se apresentam com feições diferentes, segundo cada contexto em que foram fornecidas as informações, porque tanto o ambiente político (durante os governos militares ou não) quanto o lugar em que se encontrava cada protagonista (os partidos aos quais estavam filiados), iam se modificando, mesmo que, para os protagonistas, esses percursos tivessem um objetivo: continuar a sua militância política.

Não seria nenhuma novidade dizer que trabalhar com memória é também considerar os silêncios, os gestos, as hesitações, enfim, as performances manifestadas para além da fala. Esses são elementos importantes para compreender o que pode ser dito, ou não, bem como a forma pela qual podem ser ditos, ou não, determinados fatos. Cabe ressaltar, ainda, que o silêncio pode ser manifestado,

também, pela permanente fuga do entrevistado diante de determinados assuntos, especialmente aqueles que, de alguma forma, incomodam os protagonistas. Essa fuga é manifestada pela quebra da entrevista, mas, também, pela necessidade insistente de querer analisar o contexto e as estratégias das agremiações partidárias.

No trabalho com memória de parlamentares, entretanto, o que aparece de novo é que, mesmo sendo atores sociais que vivenciaram as experiências de clandestinidade, de prisão, de exílio, de um distanciamento da vida cotidiana, necessitaram se readaptar ao convívio na sociedade; com a anistia, esses atores, ao continuarem sua militância, ou filiados ao mesmo partido, ou incorporados a outros, procuraram e procuram, permanentemente, compreender o seu passado para se inserirem na política atual.

Nas entrevistas, os protagonistas referem-se às experiências dos anos 1960 e 1970 como sendo algo do passado, que ora se manifesta bem distante (os erros, as imaturidades), ora bem atual (a disposição de luta, as experiências, a convicção). Ou seja, ao longo das entrevistas, observamos dois momentos: o pretérito (quando narram o que viveram) e o presente (quando narram as avaliações sobre o que viveram).

Esses dois momentos se articulam e se fundem permanentemente como se fossem um só; porém, apresentados em duas faces que compõem a mesma moeda: passado e presente; memória e representação; experiência e representação. Em outras palavras, é como se a memória e a experiência pudessem ocupar um lugar no passado e as representações sobre suas experiências e memórias não pudessem fugir do lugar e do contexto onde se encontram os protagonistas no presente.

Os atores não conseguem dialogar com seus pares senão numa intensa disputa pela memória. Esse processo reflete o lugar onde se encontravam e se encontram atualmente. À época da entrevista, José Genoíno militava no PCdoB e estava no Partido dos Trabalhadores; Aldo Arantes e Haroldo Lima eram da AP e se encontravam no PCdoB; Fernando Gabeira e Vladimir Palmeira eram da DI da Guanabara, sendo que o primeiro estava no Partido Verde e o segundo no PT.

Consequentemente, a avaliação de José Genoíno sobre a Guerrilha do Araguaia, ainda na condição de militante do PCdoB, difere da avaliação feita após o seu ingresso no PT, mais ainda após adquirir certa autonomia para seu mandato, mesmo atuando no PT. A avaliação feita por Aldo Arantes e Haroldo Lima sobre sua participação na Ação Popular é marcada pela revisão de posição assumida àquela época. A avaliação feita por Fernando Gabeira sobre o sequestro do embaixador americano é expressa em várias publicações e centrada na explicação da experiência de jovens que puderam conviver numa época de intenso desejo pela mudança. Dessa forma, o fato de se encontrar numa outra agremiação, por si, já revela leituras distintas sobre as ações realizadas no passado.

A fala dos protagonistas somente adquire significados diante daquele que a escuta. Nesse sentido, ao relatar suas experiências, os atores se reconciliam com seu próprio passado, bem como oferecem oportunidade àqueles que tomam conhecimento de suas narrativas e a estas dão significados.

Quando a história da entidade incorpora a história dos indivíduos e a história dos indivíduos se confunde com a história das entidades,

suas trajetórias se confundem. Os parlamentares, portanto, quando falam das suas vidas políticas e da atuação de suas agremiações, falam como se estivessem falando de uma única trajetória.

Falar sobre o período é expor em que lado dos acontecimentos estava o narrador. Assim, é mais comum vermos os militantes se pronunciarem sobre o assunto (perseguidos, torturados, exilados, presos), do que os militares (mandantes e/ou executores da perseguição, da tortura, da prisão). A fala dos militantes acena para a busca de uma reconciliação com o seu passado “heroico”, enquanto o silêncio dos militares pode indicar inúmeras intenções, entre elas: “proteger” a corporação; “medo” de se mostrar para a sociedade, por desconhecer uma possível reação; “vergonha” de assumir o lugar que ocupara, quer para seus familiares, quer para a sociedade em geral. É dizer que ações realizadas ou não; é rever, ou não, posições tomadas no momento dos acontecimentos. De qualquer forma, analisar essas narrativas, é sempre desafiador para os atores e para os pesquisadores. Para os atores, falar sobre o passado é, no decorrer das ações, sob as diferentes pressões da vida política, na temporalidade fugaz da política, assumir uma posição e suas consequências. Para os pesquisadores, é analisar, distante dos acontecimentos, com a temporalidade flexibilizada, sob a pluralidade de representações sobre os fatos, uma posição que, fora da pressão da política, pode ser contextualizada e reinterpretada, à luz de dados que necessariamente estão disponíveis para os atores, mas nem por isso deixam de se constituir em possibilidades de ação.

MEMÓRIA COMO EXPRESSÃO DO PASSADO E DO PRESENTE

A literatura que analisa a participação política nos anos 1960 e 1970 trata, ou das estratégias das agremiações partidárias, relatando as experiências de clandestinidade (REIS FILHO, 1990; RIDENTI, 1993; GORENDER, 1987; entre outros); ou da participação de determinados segmentos nas mobilizações ocorridas (D'ARAÚJO et al., 1994; POERNER, 1995; MARTINS FILHO, 1987; FORACHI, 1977; IANNI, 1968; ALBUQUERQUE, 1977; SADER, 1995; SANFELICE, 1986; REIS FILHO, 1988; FÁVERO, 1995; ROMAGNOLI, 1979; CAVALARI, 1987; entre outros); ou da tortura e perseguições vivenciadas à época (POMAR, 1987; ARANTES, 1994; BRASIL NUNCA MAIS, 1989, entre outros).

No que se refere aos trabalhos diretamente relacionados com a temática da memória de militantes que vivenciaram a clandestinidade, as pesquisas têm priorizado a memória da família de militantes progressistas no Brasil que vivenciaram a clandestinidade e o exílio das décadas de 1960 e 1970, especialmente as experiências de medo e violência próprias da situação de perseguidos políticos (PIETROCOLA, 1995). Para este autor, o medo e a esperança permitiram recuperar no herói revolucionário a sua condição humana. Com isso, questiona mitos construídos pela militância política, ancorados na figura do herói que não foi esquecido.

Numa outra perspectiva, Vasconcelos (1998) analisa diferentes formas de memória que se contrapõem à memória oficial, em particular o esquecimento como forma de memorar as experiências de angústia

e terror. Sobre o exílio, Rollemberg (1999) investiga experiências de atores que vivenciaram o exílio brasileiro, no período de 1964 a 1979, apresentando-o como tentativa de afastamento e eliminação de uma geração de militantes, procurando, ainda, compreender de que maneira o projeto político e pessoal das gerações foram redefinidos.

No caso específico deste livro, o fato de a totalidade dos entrevistados ser composta por homens não significou que não houve participação de mulheres nas experiências de clandestinidade (FERREIRA, 1996, 1999), muito menos no Parlamento, conforme consta nos repertórios biográficos dos membros da Câmara dos Deputados. Entretanto, o recorte estabelecido previamente é que impossibilitou contemplar esse importante e significativo segmento da sociedade. Vale observar que a participação feminina nos movimentos não se reflete nos cargos de direção, mesmo nas direções dos partidos políticos que historicamente pleiteiam direitos para as mulheres. Dessa forma, esse segmento ocupa um número ainda muito pequeno na Câmara dos Deputados.

Este tema tem nos ocupado desde a nossa pesquisa de Mestrado, quando analisamos as estratégias de organização de estudantes manauaras e pudemos observar ex-lideranças estudantis ocupando importantes espaços na sociedade, inclusive em diferentes instâncias do Poder Legislativo. Naquela ocasião, já nos chamava atenção o fato de ser o movimento estudantil, nos anos de autoritarismo, um importante instrumento de formação de lideranças políticas. De forma que o levantamento bibliográfico sobre a temática teve início com a dissertação de Mestrado, ampliou-se com as leituras realizadas nas disciplinas do Doutorado e foi complementado ao longo da pesquisa.

Existe, ainda, um pequeno acervo de memórias de militantes que vivenciaram a condição de clandestinos e que participaram dos eventos escolhidos para a pesquisa, sendo que parcela desse acervo foi produzida ainda no início da década de 1980 (GABEIRA, 1984; LIMA; ARANTES, 1984; SÁ, 1990; SIRKIS, 1998; BERQUÓ, 1997; TAVARES, 1999; entre outros). Assim, durante o levantamento bibliográfico, não registramos trabalhos que tratem especificamente da memória e das representações sobre a política na ótica de parlamentares que vivenciaram as duas temporalidades: a clandestinidade e a participação política institucional na Câmara dos Deputados, haja vista que tais trabalhos estão voltados ou para a investigação sobre os anos de autoritarismo, ou para a experiência do período da redemocratização. Se de um lado essa carência dificulta a investigação, de outro, este livro preenche essa lacuna.

Ao trabalhar com narrativas, chamamos a atenção para o fato de que o ato de narrar nos parece, num primeiro momento, ser próprio da natureza dos homens; no entanto, para Benjamin (1994), essa qualidade humana nem sempre está presente nas sociedades. Segundo este autor, as sociedades modernas vêm perdendo a capacidade de narrar, de contar experiências. Ao distinguir as formas de comunicação que realizamos no passado e nos dias atuais, afirma que, hoje, informamos, mas não narramos as experiências. A informação, porém, não provoca o leitor a pensar sobre o que leu, pois ela já é fornecida com dados pontuais e frios sobre o ocorrido. Narrar, ao contrário, exige que se fale sobre o contexto em que ocorreu o fato; logo, exige, também, falar sobre as emoções, os pormenores, o cenário que compõe os

acontecimentos. Assim, a informação só tem importância quando apresentada pela primeira vez, enquanto a narração, a cada vez que é lida, suscita novas indagações.

Para o autor, as experiências passadas de pessoa para pessoa constituem a fonte a que recorrem todos os narradores. Ainda conforme Benjamin (1994), historicamente, surgiram dois tipos de narrador: os que viajavam e, portanto, tinham muitas experiências para contar, já que vinham de longe; e os que nunca saíram do seu lugar e conheciam, assim, profundamente, o seu local de origem. Ele compara tais narradores com os marinheiros e os camponeses sedentários, respectivamente, e chama a atenção para o surgimento de um terceiro tipo de narrador, produto e síntese dos dois anteriores. Atribui a esse acontecimento o deslocamento dos dois tipos de narrador, de forma que um passa a experimentar a situação do outro, na condição inversa.

Para o autor, o narrador é um homem capaz de dar conselhos, ou seja, aquele que retira da experiência o que ele conta, seja ele próprio falando de sua experiência, ou contada por outros. Agindo assim, o narrador incorpora o que foi narrado à experiência dos seus ouvintes. Dessa forma, o extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor.

Portanto, há uma diferença importante entre a informação e a narrativa: enquanto a informação só tem valor no momento em que é nova, a narrativa, ao contrário, conserva suas forças e, mesmo depois de muito tempo, ela é capaz de se desenvolver. Assim, segundo Benjamin (1994), quanto maior a naturalidade com

que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se afirma na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimila a sua própria experiência e, mais irresistivelmente, ele cederá à inclinação de recontá-la um dia.

Se analisarmos os dois momentos, a clandestinidade e a participação no Parlamento, como tendo ocorrido em temporalidades diversas, ou seja, um mesmo ator realizando atividades distintas em momentos diferentes, como se fosse uma viagem a dois universos díspares de convivência, poderemos considerar o parlamentar que vivenciou esses dois momentos como sendo um ator privilegiado, pois este pode ser considerado como uma espécie de ator-síntese, haja vista ter vivido duas experiências extremas: uma centrada na ruptura das formas legais e a outra nas formalidades exigidas pela instituição. Isso não impede que a memória dos parlamentares que militaram nessas duas temporalidades, seja filtrada pelo lugar que o ator ocupa no cenário político nacional, especialmente o lugar que ocupa no(s) seu(s) partido(s) pela influência que exerce em determinados segmentos da sociedade ou pela imagem de homem público, construída ao longo de sua militância.

Para Benjamin (1994), contar histórias tem sido a arte de contá-las novamente, e essa arte se perde quando as histórias não são mais conservadas. Assim sendo, a narrativa é, em certo sentido, uma forma artesanal de comunicação, desinteressada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Portanto, mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Logo, a marca do narrador fica impregnada na narrativa como “a mão do oleiro na argila do vaso”.

É nessa perspectiva que o autor afirma que “a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite acontecimentos de geração em geração”. Em seu entendimento, quem escuta uma história está em companhia do narrador, mesmo quem a lê partilha dessa companhia, pois, articular historicamente o passado não quer dizer conhecê-lo como ele foi de fato, mas sim apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Dessa forma, ao memorarem suas experiências de clandestinidade e de participação no Parlamento, os parlamentares não narram os acontecimentos “tal como eles de fato foram”, mas como as lembranças desses acontecimentos relampejam em suas memórias, enquanto representações sobre a política, iluminados por novos fatos do presente.

As narrativas, portanto, dependem de quem fala, do momento em que se fala e do lugar de onde se fala. Assim, é comum vermos um mesmo personagem, em lugares e/ou em momentos diferentes, narrar numa perspectiva distinta um mesmo acontecimento, porque o ato de lembrar é também o ato de esquecer, ou seja, incluir alguns acontecimentos nas lembranças é também excluir outros. De fato, a memória é seletiva e depende do tempo e do espaço. Por essa razão, frequentemente ouvimos falar de assuntos que, mesmo referentes a fatos ocorridos em outra época, só posteriormente é que conseguem ocupar o espaço público.

Narrar um acontecimento é lembrar histórias, é falar sobre experiências, é revelar as representações sobre algo, é expor o que é memorável, é colocá-las em memória. Trata-se, enfim, de um processo seletivo que, ao mesmo tempo em que registra o

que é possível de ser narrado, também deixa de registrar o que não pode ser objeto da narrativa. Logo, fazer uma narrativa oral ou escrita, é colocá-la em memória, é também contar histórias.

A memória é uma temática antiga, entretanto, apenas mais recentemente é que ela vem sendo retomada e adquirindo outras dimensões nos debates acadêmicos. Neste livro, não utilizamos o conceito de memória de Bergson (1990), pois a vivência em sociedade tem demonstrado que a memória expressa um passado, sim, mas não um passado aprisionado ao tempo, incapaz de sofrer transformações. Pelo contrário, a memória aparece como uma representação do passado, filtrada pelas experiências que acontecem no decorrer da existência de cada indivíduo e de cada grupo social. Assim, ao recuperar o passado, os narradores o fazem através das disputas da memória.

Nessa perspectiva, inicialmente, apresentou-se como sedutora a ideia de recorrer ao conceito de Memória de Halbwachs (1990), pois o autor, partindo da diferença entre memória individual, memória histórica e memória coletiva, afirma que o passado não é revivido, mas reconstruído. O passado, por não se conservar, é reconstruído a partir do presente, através de duas categorias importantes: o tempo e o espaço.

Ao concordarmos com o autor, no que se refere à compreensão de que o tempo e o espaço sugerem transformações nos significados das memórias dos narradores, consideramos que as categorias tempo e espaço também se constituem em elementos importantes para se pensar as experiências vivenciadas pelos atores, de forma a criar as condições para aquilo que chamamos de um olhar

filtrado. Esse tipo de olhar revela uma memória em disputa, que se apresenta como uma memória que denominamos, doravante, de memória articulada e memória publicizada, seja através da imprensa ou de filmes.

Para tanto, alguns autores serviram de inspiração ao desenvolvimento dessas categorias. Inicialmente, queremos pensar nos autores que apresentam a memória como disputa. Entre eles estão: Le Goff (1996), Thompson (1989), Pollack (1992) e Nora (1981).

Le Goff (1996), apesar de considerar história e memória algo distinto, chama a atenção para o fato de ambas estarem intrinsecamente ligadas. O autor parte das reflexões da memória de seus pais como possuidora de elementos importantes para sua visão histórica. Ressalta, ainda, as relações existentes entre memória e identidade (ou aquilo que é chamado de identidade, seja individual, seja coletiva). Para ele, a memória coletiva é conquista, logo, é também um instrumento de poder, pois a memória (onde cresce a história que, por sua vez, alimenta o passado), procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.

Thompson (1992) parte de estudos sobre mudanças ocorridas e vivenciadas na Inglaterra do Século XX. Preocupado em suscitar reflexões sobre os estudos com depoimentos orais, enfatiza a necessidade de se complementar tais depoimentos com as fontes impressas. Considera importante a fonte oral para analisar os acontecimentos históricos. Propõe trabalhar as fontes orais e impressas com a mesma intensidade, fazendo o cruzamento das duas. O autor trata a memória coletiva de um grupo como sendo algo que representa determinados fatos, acontecimentos, situações. No entanto,

ressalta o fato de os grupos reelaborá-los constantemente. Assim, tanto os indivíduos como os grupos operam tais transformações.

Pollack (1992), em seus estudos, procura compreender as histórias narradas fora dos canais oficiais, através da noção de memória subterrânea. Para ele, a memória subterrânea é parte integrante das culturas minoritárias e dominantes e se opõe à história oficial. Assim, as lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, são guardadas com zelo em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante.

Nora (1981) trabalha com a noção de memória coletiva na perspectiva de identificar aquilo que fica do passado no vivido dos grupos, ou aquilo que os grupos fazem do passado. Afirma que se hoje fala-se tanto de memória é porque ela não existe mais. Assim, atualmente, tudo que chamamos de memória é história.

Esses autores têm em comum a ideia de que não existe memória, mas memórias, ou seja, a memória não é una, mas instrumento de disputas. Em geral, manifestam a preocupação de diferenciar memória e história, uns aproximando-as, outros distanciando-as uma da outra.

Para efeito deste livro, não concebemos a existência de uma história, mas de histórias, construídas, narradas e representadas pelos atores sociais. Consideramos, ainda, a memória como disputa, portanto, como representação da vida social. Para tanto, não utilizaremos genuinamente os conceitos apresentados pelos autores acima, mas, sempre que demandado, recorreremos às contribuições que nos forem necessárias. Preferimos utilizar o conceito de memória articulada para nos referir às memórias dos parlamentares que vivenciaram a condição de

clandestino, e memória publicizada para nos referir à memória desses parlamentares, publicadas na grande imprensa. Assim, a memória articulada e a memória publicizada é que dão sentido e significado às experiências do presente e do passado desses atores.

Chamamos de memória articulada aquela que expressa um passado não revivido, mas reconstruído (HALBWACHS, 1990), produto de conquistas (LE GOFF, 1996), e reelaborado pelos indivíduos e grupos (THOMPSON, 1992). Tais memórias são próprias de atores que, ao vivenciarem temporalidades distintas (o autoritarismo e a democracia), ocuparam espaços diferentes (o anonimato e a representação parlamentar), tornando-se narradores privilegiados da realidade social.

A partir dessa visão, somente aqueles que vivenciaram a clandestinidade, defenderam a luta armada e puderam, numa outra temporalidade, experimentar o lugar-alvo da vida pública, a condição de parlamentar, podem se constituir em narradores privilegiados e portadores de memória articulada. E, ao contá-la, tais narradores expõem as representações da política nessas duas temporalidades e espaços.

Denominamos de memória publicizada a memória articulada que ocupou os espaços públicos, especialmente a imprensa, filmes ou letras de música. Quanto às fontes orais, elas necessitam de ser complementadas com outras fontes (THOMPSON, 1992), na medida em que também contribuem para a construção de imagens sobre os fatos e acontecimentos. Como tal, ressignificam o passado, o presente, bem como os cenários do futuro. Essa distinção entre a memória articulada e a memória publicizada faz-se necessária na

medida em que, pois como afirma Thompson (1992), existe uma diferença entre as fontes orais e impressas, de forma que cada fonte permite analisar dimensões distintas da memória.

Ao estudar memórias e representações da política de parlamentares que vivenciaram a militância clandestina, faz-se necessário considerar a natureza do próprio objeto de estudo e estabelecer um recorte que permita analisar as duas temporalidades: a clandestinidade e a ação parlamentar. Nesse processo, resolvemos identificar as continuidades e rupturas em suas práticas políticas, bem como as mudanças operadas em cada ator, expressas em suas narrativas.

Para conduzir nossa investigação, recorreremos a Arendt (1989), quando faz a pergunta: “Quem és tu?”. Essa é também a pergunta que fazemos a cada parlamentar. Responder a essa indagação requer um recorte teórico-metodológico: a narrativa como construtora de memórias e de representações. Ao responder a essa pergunta, o parlamentar revela seu ingresso na política, suas experiências de atuação nas duas temporalidades, suas estratégias, suas bandeiras de luta e suas relações com o grupo ao qual pertenceu ou pertence, assim como as relações que estabelece entre passado e presente.

Para realizarmos a pesquisa que culminou na produção deste livro, foram consideradas algumas especificidades. Em primeiro lugar, analisamos a história recente do país e, por isso mesmo, as narrativas são construídas ao mesmo tempo em que várias instituições e personalidades disputam memórias e representações da história. Segundo, tratamos de parlamentares que disputam

espaços também através da imagem do representante nas instâncias políticas. Terceiro, consideramos a relação entre a memória individual do sujeito social e a memória dos grupos dos quais fizeram e/ou fazem parte e que ocupam espaço no cenário político nacional. Por fim, consideramos as representações políticas referentes a utopias (além das táticas e estratégias dos programas dos partidos políticos que integram e/ou integraram).

Trabalhar com memória é, sobretudo, trabalhar com o desconhecido, uma vez que as informações, em grande parte, dependem dos relatos orais fornecidos pelos entrevistados.

Ao analisar a fala dos parlamentares, é necessário estar atento ao fato de que a militância política envolve paixões, lutas, utopias, experiências, enfim, o passado, o presente e cenários do futuro. Portanto, a militância, enquanto fragmento da temporalidade do mundo vivido, pode revelar dimensões da vida política, econômica, social, cultural e afetiva. A cada lembrança do entrevistado, é preciso identificar a reconstrução dos espaços, das lutas, das temporalidades. Trabalhar com a memória de parlamentares que participaram dos movimentos políticos clandestinos envolve experiências individuais e de grupos (União Nacional dos Estudantes, Câmara dos Deputados, Partidos Políticos, Igreja, entre outras instituições). Deve-se considerar, ainda, o fato de que a narrativa dos protagonistas está associada ao contexto histórico de suas falas e das experiências por eles vividas.

Reconstruímos a memória dos protagonistas, a partir da literatura autobiográfica, das narrativas feitas através das entrevistas e de recortes de jornais. Essa revisão bibliográfica nos estimulou, tendo em

vista que a literatura referente ao assunto apresenta o tema ou de maneira fragmentada (o momento do autoritarismo ou o momento da democratização), ou, então, de maneira contínua (como se um momento fosse necessariamente o desdobramento do outro).

A partir das narrativas, dos relatos das experiências, da memória e das representações sobre a política, identificamos diferentes caminhos encontrados por atores sociais que hoje são parlamentares e que vivenciaram a resistência ao autoritarismo. Com isso, também construímos fragmentos da história das suas organizações políticas e de movimentos por eles organizados.

Nesse sentido, fazemos as seguintes indagações: que experiências vivenciaram os parlamentares na clandestinidade? O que pensam sobre tais experiências? Que relações estabelecem entre a vivência nos anos de autoritarismo e sua atuação na Câmara dos Deputados? Que imagem de homem público – dos protagonistas – fora construída na grande imprensa? Que articulações (continuidades e rupturas) fazem esses parlamentares sobre os dois momentos (clandestinidade e Parlamento)? Para responder a essas questões, precisamos fazer o cruzamento entre as três dimensões dos trabalhos que até então tratam da memória: memória de um acontecimento, de um indivíduo e de uma época.

Não consideramos oportuno dizer que tratamos da história de vida dos parlamentares, embora acontecimentos, agremiações e momentos particulares da história estejam impregnados na vida dos protagonistas, uma vez que, à época da pesquisa, esses atores sociais ainda estavam em plena atividade política, exercendo mandatos ou dirigindo partidos políticos, pleiteando ou visando

pleitear cargos políticos. Logo, não se trata somente da história de uma vida, mas de uma vida política em curso e, portanto, interessada em sua imagem; ou melhor, uma vida que, ao ocupar o espaço público, torna-se exposta ao olhar crítico do mundo comum.

Outrossim, também não tratamos da reconstrução do acontecimento em sua totalidade (se é que seria possível), mas dos fragmentos que constituem lembranças para os protagonistas. Tratá-lo assim, necessitaria investigar não somente a fala dos protagonistas, mas também a dos opositores em diferentes dimensões; e o que nos interessa é a representação de cada ator, sujeito desta pesquisa, sobre suas ações aqui narradas.

Além disso, não tratamos da memória de uma época, embora narremos fatos ocorridos num determinado momento da história, pois temos convicção de que, para tratar da memória de uma época, seria necessário analisar as diferentes dimensões e posições sobre distintas personalidades e instituições acerca do período. Contudo, o que nos interessa é situar o tempo, o espaço e a trajetória dos atores sociais.

Para tanto, fizemos o cruzamento de memórias que envolvem acontecimentos, períodos e indivíduos que representam e são portadores de representações sobre o passado e o presente, além de serem atores que se veem e são vistos pelo olhar crítico do mundo político.

2

DA CLANDESTINIDADE AO PARLAMENTO

Neste capítulo, analisamos o contexto vivenciado nos anos 1960 e 1970, especialmente a trajetória percorrida pelos protagonistas. Também é objeto de estudo deste capítulo o levantamento de classificações negativas construídas ao longo do período para identificar os militantes, procurando estabelecer relações existentes entre cada contexto e o surgimento das classificações. Tratamos inicialmente de experiências radicais vivenciadas nos anos de autoritarismo e, através delas, analisamos limites e possibilidades da existência do poder e violência em tempos sombrios, bem como construímos a noção de clandestinidade. Em seguida, analisamos o cenário em que ex-clandestinos pleiteiam vaga para a Câmara dos Deputados.

PERCURSOS DE EXPERIÊNCIAS RADICAIS

Entre as experiências radicais dos militantes, uma das mais ousadas foi o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, por envolver, além do uso da força, um representante de Estado de outro país, no caso um dos países mais potentes econômica e militarmente: Estados Unidos da América. Vejamos o que diz a imprensa, mais de duas décadas depois do ocorrido:

Sequestrar um diplomata é um gesto de violência. Não deve ser justificado, mas pode ser compreendido. O Brasil de 1969 era um Estado violento. Só dois partidos tinham autorização para existir: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição. O Ato Institucional nº 5, o AI-5, baixado pelo presidente Arthur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, era a lei. Suspendeu o Habeas Corpus, instituiu a censura à imprensa, cassou 69 parlamentares e fechou o Congresso Nacional, além de cinco Assembleias Legislativas estaduais e dezenas de Câmaras Municipais. Em 1964, quando os militares tomaram o poder, seis governadores de Estado, dois senadores, 63 deputados federais e cerca de 300 deputados estaduais e vereadores foram cassados. As universidades sofriam especialmente. Desde seu início, o regime de 64 vinha afastando centenas de professores. No final de agosto de 1969, tudo piorou ainda mais. O presidente-marechal Costa e Silva, vítima de uma trombose cerebral, ficou incapacitado. Deveria substituí-lo o vice civil, Pedro Aleixo, conforme o que estava disposto na Constituição de 1967 (então em vigor, embora alterada pelo AI-5). Em vez disso, os ministros militares – Aurélio de Lyra Tavares, da Guerra; Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha; e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica – assumiram, num trio, a presidência da República em 31 de agosto de 1969, e só saíram da cadeia em 30 de outubro, dando lugar para o general Emílio Garrastazu Médici¹⁵.

A narrativa, publicada em material impresso somente após os anos de autoritarismo, expressa resumidamente a memória publicizada

¹⁵ *Superinteressante*, set. 1994.

dos acontecimentos selecionados por esta pesquisa e revela o contexto do Brasil dos anos 1960 e 1970, bem como imagens sobre o sequestro e a participação dos militantes nesses acontecimentos. Essa memória contribui para a construção da imagem dos militantes, haja vista expressar a violência do acontecimento, e revela uma abordagem que busca compreender a realização dos eventos num contexto de autoritarismo. A repressão, o bipartidarismo, as disputas e a desarticulação, tanto da sociedade civil quanto do próprio governo, a radicalização das ações, tanto por parte das forças repressivas como por parte dos grupos de oposição.

Nesse contexto, não havia ambiente político favorável para a realização de grandes mobilizações populares, ou mesmo atividades políticas de repercussão. Porém, na contramão dos acontecimentos, segmentos da sociedade que faziam oposição, conseguiram realizar alguns eventos que se destacaram e que expressam a radicalização dos movimentos ocorridos na época.

Para (re)construir tais acontecimentos, foram importantes as contribuições de algumas ex-lideranças que escreveram textos autobiográficos sobre suas trajetórias políticas (GABEIRA, 1984; LIMA; ARANTES, 1984; SIRKIS, 1998; BERQUÓ, 1999; TAVARES, 1999), e concederam entrevistas fornecidas pelos protagonistas naquele período. Em *Luta armada: no Brasil dos anos 60 e 70*, Sautchuk (1995) apresenta várias facções políticas da época, bem como suas estratégias de atuação.

Para analisar a participação dos parlamentares no Congresso, foram consultadas as publicações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Na publicação *Quem foi quem*

nas questões de interesse dos trabalhadores, aparecem os deputados Haroldo Lima, Aldo Arantes, José Genoíno e Vladimir Palmeira. Cabe ressaltar que, à época, Fernando Gabeira ainda não tinha sido eleito deputado federal.

Para elaborar a publicação de *A cabeça do Congresso, quem é quem na revisão constitucional*, foram selecionados doze congressistas, tendo como critérios: ser líder de opinião no Congresso Nacional, com capacidade de formulação, articulação, negociação, posicionamentos políticos e ideológicos, além de atender a distribuição geográfica e conhecimento dos temas constitucionais. Dentre os indicados, estavam os nomes de José Genoíno e Haroldo Lima. Na publicação do Diap, *Os cabeças do Congresso Nacional: pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes no Poder Legislativo*, foram apontados os nomes de Aldo Arantes e José Genoíno.

Tais levantamentos contribuíram para recompor a memória do cenário que servira de palco para a participação dos protagonistas em cada um dos eventos selecionados. Assim sendo, a *Integração na Produção* foi uma estratégia política elaborada pelos membros da Ação Popular (AP), que começou a ser executada em 1967. Os dados sobre o número de pessoas mobilizadas pelo grupo geram polêmica entre os coordenadores da entidade, mas, para efeito deste livro, e por este assunto não se constituir o eixo central da análise, utilizaremos os dados publicados por Aldo Arantes e Haroldo Lima: 23 frentes, oito áreas geográficas (Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás). Das 23 frentes, 16 eram no campo (compostas por 90 pessoas) e sete constituídas por operários da indústria fabril (num total de

30 pessoas) – ABC Paulista/SP, Contagem/MG, Vale do Pindaré/MA, Água Branca/AL, Zona da Mata/PE e Zona do Cacau/BA – totalizando 120 pessoas (LIMA; ARANTES, 1984, p. 111). Aldo Arantes dirigiu a Escola de Formação de Quadros Camponeses em Água Branca/AL, e Haroldo Lima, assalariado rural, a da Zona do Cacau/BA (LIMA; ARANTES, 1984). Tinham como objetivo propiciar às lideranças políticas o contato direto com os trabalhadores do campo e da cidade, sendo que,

No campo, a orientação geral era para que se fizesse a integração na condição de camponês pobre (meeiro, rendeiro, posseiro, pequeno proprietário) ou mesmo assalariado rural, dependendo da região. [...] onde já havia anterior trabalho de massa, a “integração” era facilitada e as pessoas que se integravam, iam se aproximando rapidamente das organizações de base existentes. Se a área era pioneira, mandava-se, geralmente duplas de homens ou casais, ou ainda casais com algum “parente”, pessoas que se fixavam mais ou menos perto umas das outras, muitas vezes sem conhecer previamente ninguém no lugar para onde iam, com a cara e a coragem. Nas cidades, procuravam os bairros mais pobres para morar, as fábricas para trabalhar (LIMA; ARANTES, 1984, p. 112).

Para os participantes da AP, “[...] A Integração na Produção apareceu como a forma por excelência e a mais elevada para promover a ‘transformação ideológica’ dos militantes da AP, oriundos da pequena burguesia” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 110).

A mudança permanente de lugar e de lideranças provocou sérios problemas para a ação política da AP. Vejamos o que dizem esses integrantes supramencionados:

Várias consequências trouxeram para a organização essa permutação de dirigentes, militantes e até amigos. Uma foi a quebra de vínculos profundos que a organização tinha regionalmente. Lideranças regionais não são árvores transplantáveis. Conhecimento da problemática local não é cabedal transferível pelos que saem para os que chegam (LIMA; ARANTES, 1984, p. 113).

Para além das dificuldades políticas, existiam também problemas de ordem financeira que dificultavam a existência do grupo, pois

A base de sustentação econômica da organização sofreu também rude golpe. Eram custosas as frequentes viagens de famílias inteiras de cima para baixo do país, de um lado para outro. Esse pessoal não arranjava trabalho de pronto e tinha despesas para se instalar, para se manter, para resguardar a segurança; por outro lado, empregos bem remunerados eram abandonados, assim como bases pessoais de apoio, ficando a organização privada de fonte sistemática de seus contribuintes. As despesas cresciam assustadoramente e assustadoramente caíam as receitas. Teve que se apelar para as doações de propriedades e outros bens dos membros da organização. Estes, com o desprendimento próprio dos que lutam por elevadas causas, não se fizeram de rogados e entregaram à organização aqui um carro, ali um apartamento, acolá uma casa, mais além uma fazenda, recebida de herança, anéis, relógios, colares, progressivamente vendidos para custeio das despesas vultosas. Quando essa fonte foi também secando, a situação periclitou (LIMA; ARANTES, 1984, p. 113).

Com o passar do tempo, essas dificuldades foram se impondo e inviabilizando o projeto político da entidade. Ou seja,

Muitos companheiros, especialmente nas cidades, experimentaram o rigor de uma vida extremamente precária, às vezes, passando fome. A “proletarização”, para muitos, tomou as feições de uma pauperização, que tendia a minar a base ideológica de companheiros ameaçados de se resignar com a situação de grande dificuldade em que se encontravam por não conseguir trabalho, seja pelo desemprego reinante, seja pela falta de documento seguro, seja por falta de experiência anterior, frequentemente exigida (LIMA; ARANTES, 1984, p. 113-114).

Mesmo assim, a avaliação dos integrantes da estratégia de *Integração na Produção* ressalta como positiva a experiência do grupo de lideranças estudantis que partiu para o campo e para o trabalho fabril como forma de aproximação do grupo com uma realidade social do país, até então desconhecida. Ou, nas palavras dos protagonistas, a vivência com os trabalhadores, “contribuiu para que a organização deixasse de ser predominantemente estudantil e intelectual e passasse a viver uma problemática social inteiramente distinta” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 116).

Já o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, dirigido pela Dissidência da Guanabara e pela Ação Libertadora Nacional (ALN), foi um acontecimento de grande repercussão durante os anos de autoritarismo, pois tratava-se do primeiro sequestro¹⁶

¹⁶ Em 1970, houve mais três sequestros. As vítimas também foram diplomatas e os resgates foram sempre pagos com a liberação de presos políticos. Em março, foi o cônsul japonês Nabuo Okuchi: cinco presos vão para o México. Em junho, o embaixador Ehrenfried Von Hollenben, da Alemanha Ocidental: 40 presos foram para a Argélia. Em dezembro, o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher: 70 presos foram banidos do Brasil.

de uma autoridade diplomática, realizado no país, numa ação cujo objetivo era condicionar sua libertação à liberação de lideranças políticas presas pela repressão. Tratava-se, ainda, de uma importante personalidade do país mais poderoso economicamente e que recorria, sempre, a um forte aparato de segurança para suas autoridades. Pelo menos era assim que, até então, se supunha.

A captura do embaixador se deu no dia 4 de setembro de 1969, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. O período em que ocorreu o sequestro também podia servir como uma importante propaganda, pois o país estava realizando comemorações alusivas à Semana da Pátria. Participaram da operação, efetivamente, doze pessoas¹⁷, dentre as quais o ex-deputado federal Fernando Gabeira. O manifesto escrito pelo grupo foi publicado na imprensa no dia 5 de setembro de 1969, assinado por duas organizações: a Aliança Libertadora Nacional e a Dissidência da Guanabara¹⁸.

Vejamos como a imprensa publicou a notícia referente à reconstituição do acontecimento, após os anos de autoritarismo:

¹⁷ Virgílio Gomes da Silva, 36 anos, natural do Rio Grande do Norte, operário; Manoel Cyrilo de Oliveira Netto, 23 anos, natural de São Paulo, abandonou o curso de Arquitetura (Universidade de São Paulo-USP); Sérgio Rubens de Araújo Torres, 21 anos, natural do Rio de Janeiro, cursava Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; Franklin de Souza Martins, 21 anos, natural de Vitória-ES, estudava Economia e Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Cláudio Torres da Silva, 24 anos, natural de Porto Alegre-RS, cursava Engenharia; Cid de Queiroz Benjamin, 20 anos, natural de Recife-PE, abandonou o curso de Engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fernando Nagle Gabeira, 28 anos, natural de Juiz de Fora-MG, jornalista; Joaquim Câmara Ferreira, 56 anos, antigo dirigente comunista; Paulo de Tarso Venceslau, 25 anos, natural de Santa Bárbara d'Oeste-SP, estudava Economia na Universidade de São Paulo; José Sebastião Rios de Moura, 22 anos; João Lopes Salgado, 26 anos, era sargento da Aeronáutica e cursava Medicina na Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ; Vera Sílvia Araújo Magalhães, 21 anos, natural do Rio de Janeiro, cursava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁸ A Dissidência da Guanabara preferiu assinar como Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em homenagem à entidade que, naquele momento, já havia sido dizimada pelo governo.

4 de setembro, 5ª feira, 9 horas da manhã, bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Um grupo de 12 pessoas toma suas posições [...] Elbrick costuma passar pela rua Marques, toda manhã, indo de sua casa, na rua São Clemente, 388, para a embaixada americana, no centro. Mas nesta quinta-feira, é diferente. Ele se atrasa [...] Não se tem o número exato de quantas outras casas receberam vigilância igual, mas há estimativa de que eram mais de cem, numa operação que mobilizou cerca de 300 viaturas e 5.000 homens das três forças, 4.000 policiais civis e militares e mais de 500 agentes dos serviços de informações¹⁹.

A narrativa revela a mobilização das forças repressivas voltadas para resolver o impasse com o sequestro do embaixador americano. O sequestro de um diplomata, sobretudo americano, por si só, já tornava o evento importante. Mas, certamente, o investimento feito pelos militares na captura, mobilizando um verdadeiro arsenal de luta, contribuía decisivamente para a visibilidade e importância do acontecimento.

É oportuno considerar o sucesso do sequestro num contexto de tensão e fragilidade vivenciado pelos militares, diante da doença do então presidente Arthur da Costa e Silva, bem como as atenções voltadas para a comemoração da Semana da Pátria. Dessa forma, se a memória dos militantes aparece heroicizada, percebe-se que as narrativas publicadas na imprensa corroboram a afirmação de que o aparato voltado para impedir as ações dos militantes também contribuía para torná-las excepcionais. Afinal, se de um lado

¹⁹ *Superinteressante*, setembro de 1994.

tratava-se do embaixador americano, de outro, havia apenas doze jovens militantes movidos por ideais que marcaram sua geração.

A Guerrilha do Araguaia, dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi o confronto armado de maior duração ocorrido durante os anos de autoritarismo. Já a partir dos de 1966/1967, lideranças políticas de várias partes do país começaram a se deslocar para as margens do Rio Araguaia, no Pará, tendo o movimento armado perdurado de 1972 a 1975, ocupando uma área organizada em três destacamentos, contando com três acampamentos, cada um dos quais agrupando cerca de sete pessoas. Dentre os integrantes, quase um terço era composto de lideranças estudantis, oriundos da militância política e perseguidos em suas cidades, entre os quais o deputado federal José Genoíno que, em junho de 1970, partiu para o Araguaia, tendo sido preso em abril de 1972.

A guerrilha ocorreu numa região pouco habitada, distante dos centros urbanos, com precárias condições de moradia, saúde, educação, transporte e comunicação. A população local era, em sua ampla maioria, analfabeta; os tratamentos de saúde, para serem feitos, demandavam deslocamentos para as cidades mais próximas; a subsistência provinha, basicamente, da caça, da pesca e das pequenas plantações existentes ao redor das cabanas, próprias do clima de floresta. No entanto, o cotidiano daquele pequeno grupo era composto por rituais que tanto obedeciam às vivências dos moradores da região quanto às dos moradores dos grandes centros urbanos. Vejamos o depoimento de um dos participantes:

Entre os meus deveres estava o de sintonizar diariamente o nosso velho rádio. Cumpria diaria-

mente o nosso ritual: às 6 da manhã, ouvia a Rádio Havana; às 7, o noticiário da Rádio Guaíba; às 12, a Rádio Bandeirantes; às 19, a de Pequim; às 20, a de Tirana, e às 21, a BBC de Londres. Quando a Rádio Pequim começou a elogiar o governo Médici, pela conquista das 200 milhas, e a cobrar a visita do presidente americano Richard Nixon à China, cortamos esse programa do nosso rádio. Não dava pra suportar e logo desconfiamos que a coisa por lá não ia bem. (O nosso partido na época ainda não tinha rompido com o PC chinês). Quando chegava alguém com um jornal na área, era a maior disputa. Nossa leitura era reduzida aos domingos e eram principalmente os escritos militares: “Batalha de Stalingrado”, “Diário do Che Guevara” e “Os Sertões”, de Euclides da Cunha (SÁ, 1990, p. 10).

Como pudemos observar, enquanto os militantes tinham, através do rádio, acesso às informações atualizadas do país e do exterior, os moradores da região utilizavam o rádio como veículo de comunicação com seus familiares. Em geral, os programas locais anunciavam mortes, nascimentos, estado de saúde, pagamentos ou qualquer recado de interesse direto de algum morador da comunidade. Ouvir o rádio sintonizado nos jornais, seja do país ou estrangeiro, era um ato que fugia à regra do cotidiano dos membros daquela comunidade. Ato esse realizado, exclusivamente, pelas lideranças políticas que chegaram à região com o objetivo de se preparar para a guerrilha.

Os livros utilizados pelos moradores da região, certamente, seriam os de alfabetização, e não os clássicos da literatura, como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, por exemplo; muito menos livros que relatassem experiências políticas de outros países, como

Diário de Che Guevara e Batalha de Stalingrado. A decisão política da China de receber no país o presidente dos Estados Unidos da América, por sua vez, estava longe de ser objeto de preocupação dos moradores locais, muito menos servir como indicador para apontar qualquer rumo que, possivelmente, viesse a tomar um país de cultura tão distante do nosso.

Vale ressaltar, porém, que era do conhecimento dos governantes a diária atualização dos militantes no tocante às informações da política no Brasil e no mundo. Isso constituía uma preocupação das Forças Armadas, de acordo com o depoimento de um dos militares responsáveis pelo extermínio do movimento guerrilheiro, general Thaumaturgo Sotero Vaz:

As transmissões da Rádio Tirana deixavam todo mundo maluco. O que me surpreendia é que a rádio dava todo movimento do dia. Dizem que dentro das unidades militares no Araguaia havia informações dos guerrilheiros. Nem tudo era controlado por nós. Podia ser um cara infiltrado no Exército, Marinha e Aeronáutica (Jornal do Norte, 7 de maio de 1996).

A disciplina e o preparo militar dos guerrilheiros eram também dois elementos muito importantes para o grupo, mas esse preparo ocorria em horários em que os moradores da região não os vissem. Segundo Sá (1990, p. 11):

O nosso treinamento militar se intensificava cada vez mais, mas era feito às escondidas dos moradores da região. Nas nossas aulas teóricas, aprendíamos tudo sobre a guerra regular e irregular, a relação entre os dois tipos, a guerra de

guerrilhas, algumas experiências internacionais e nacionais, as contradições da tática antiguerrilha, a moral dos combatentes, como criar um exército popular, guerra justa e guerra injusta [...] Algumas orientações deviam ser assimiladas por nós. Lembro-me de dez delas: 1) O homem é o principal numa guerra, não importa o seu tipo; 2) O aspecto político é o dirigente de qualquer luta; 3) A moral depende da causa que se defende; 4) Priorizar a guerra de guerrilhas como método ideal para nós (luta do fraco contra o forte); 5) ser ao mesmo tempo político, trabalhador e militar; 6) Lealdade à causa, espírito coletivo, solidariedade, coragem e respeito aos bens, às mulheres e aos costumes do povo; 7) Domínio do cenário onde se desenvolve a luta; 8) A adaptação à vida local já é uma preparação; 9) Disciplina; 10) Indispensável apoio popular [...] As aulas práticas eram ministradas das 6h30min às 7h30min, horário em que nunca apareciam visitas. Eram aulas de tiro ao alvo, exercícios abdominais, lançamento de granadas (com modelos de madeira), rastreamento e camuflagem.

A dedicação à luta, a determinação e a ousadia dos guerrilheiros eram qualidades que até mesmo os seus adversários reconheciam. Segundo o general Thaumaturgo Sotero Vaz, “A humildade, a modéstia de equipamento, ao lado de uma determinação e coragem inabaláveis dos guerrilheiros do Araguaia, na defesa dos seus ideais contra a FAL, para-FAL, armamento pesado, helicópteros, forquetas, granadas de mão”²⁰.

²⁰ *Jornal do Norte*. Manaus, 07 de maio de 1996.

Embora haja o reconhecimento por parte do militar da capacidade dos militantes, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que a memória dos guerrilheiros se distingue da memória dos militares, no que se refere ao significado da guerrilha. Portanto, uma mesma afirmação tem intenções e significados distintos para cada um dos participantes; ou seja, ambos reconhecem os acontecimentos, mas apresentam visões distintas sobre eles.

As Forças Armadas realizaram três operações para acabar com o movimento guerrilheiro. A primeira envolveu 30 soldados, durou de abril a junho de 1972, quando eliminaram quatro pessoas e prenderam outras seis. A segunda envolveu cerca de 20 mil soldados, para uma população de 25 mil habitantes, e foi a mais ostensiva das operações, durando de setembro a outubro de 1972; culminou com duas prisões e oito mortes, além da prisão de centenas de camponeses suspeitos de contato com os guerrilheiros. A terceira teve início em outubro de 1973 e término em janeiro de 1975. Nela, as Forças Armadas utilizaram a mesma estratégia dos guerrilheiros: a vivência com os moradores da comunidade. Isso possibilitou o extermínio quase completo das lideranças guerrilheiras lá existentes, chegando-se a eliminar 66 pessoas²¹.

Para o comandante das tropas militares que dizimou a guerrilha, o evento “foi um dos mais importantes movimentos armados da área rural na história do Brasil”²². De acordo com Ascânio Seleme, “foi a maior e mais importante operação brasileira desde a Segunda

²¹ *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996.

²² Hugo Abreu. *Correio Braziliense*. Brasília, 05 de maio de 1996.

Guerra Mundial, quando as Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) foram criadas para lutar contra as forças do eixo”²³.

Assim, as matérias publicadas em jornais, a memória publicizada, expressam as formas como os acontecimentos vão se inserindo lentamente na memória social do país. Em outras palavras, se na época da guerrilha praticamente inexistiam publicações sobre o assunto, passados os anos de autoritarismo, esses acontecimentos aparecem não mais como atos subversivos, mas como forma de resistência e luta em defesa das liberdades. Essa memória publicizada, sobretudo a partir do final das décadas de 1960 de 1970, foi também contribuindo para criar um perfil do militante ex-clandestino.

As memórias de militares e militantes coadunam com o pensamento de Arendt (1972, p. 120), quando diz que, “quem quer que inicie um ato, deve saber que iniciou alguma coisa, cujo fim ele não pode nunca predizer”.

Durante os anos 1960 e 1970, os governos autoritários buscaram impedir a organização das entidades civis. A maneira encontrada, por excelência, para “legitimar” o seu “poder” foi a imposição de um conjunto de leis que procuravam “respaldar” as suas ações. Assim, dizemos governo autoritário porque

[...] a diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com o seu próprio arbítrio e interesse, ao passo que mesmo o mais draconiano governo autoritário é limitado por leis [...] seus atos são testados por um código que, ou não foi feito absolutamente pelo homem, como no caso do direito natural, dos mandamentos divinos, ou das ideias platôni-

²³ *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996.

cas, ou pelo menos, não foi feito pelos detentores efetivos do poder (ARENDDT, 1972, p. 134).

Esse conceito de governo autoritário é o que bem define os governos militares do Brasil dos anos 1960 e 1970. Um governo que criava leis para respaldar suas decisões e, a cada momento que a lei não mais satisfazia, era ditada outra lei, de forma que, quando todas elas não mais satisfaziam, concentrou-se o “poder” na figura do governante, desrespeitando-se direitos fundamentais. Isso, sem perder de vista, porém, a lei como fundamento básico da autoridade.

Na sociedade, o ambiente era de perplexidade, mas também de ação. Havia uma maioria silenciosa, os que aderiam ao autoritarismo e os que faziam manifestações contrárias aos que não aceitavam as regras impostas. Havia uma parcela que se indignava com o autoritarismo e partia para a ação, organizando diversas atividades. Era o caso dos participantes da *Integração na Produção*, que se utilizaram desse espaço como forma de “conscientizar” os trabalhadores; dos integrantes de sequestros de diplomatas, que o fizeram com o objetivo de pressionar as autoridades; e dos membros das guerrilhas urbana e rural, que as utilizaram como forma de “mobilizar” e “conscientizar” a população. É bem verdade que ações dessa natureza foram realizadas por grupos minoritários, mas também é verdade que foi essa parcela que contribuiu, decisivamente, para dar visibilidade às lutas contra o autoritarismo, à época.

É possível advir *poder* de minorias políticas? É possível advir *poder* de quem não governa? É possível advir *poder* de quem estava, aparentemente, impedido de agir?

Ao pensarmos o *poder* como sendo uma instituição ou uma propriedade de algo ou alguém, não podemos responder afirmativamente essas questões. Mas, se pensarmos o *poder* enquanto atividade humana que se realiza no agir em concerto, podemos, sim, falar da existência do *poder* (em potencial) de um pequeno grupo de militantes que agem coletivamente, pois

[...] o poder corresponde à habilidade humana, não apenas para agir, mas agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo. Pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido [...] a partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo [...], desaparece, “seu poder” também se esvanece (ARENDDT, 1994, p. 36).

Para esta autora, “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente [...] A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder” (ARENDDT, 1994, p. 44).

Assim, quando tratamos da existência do poder dos militantes, referimo-nos ao poder enquanto possibilidade do agir coletivo, uma vez que esse ato é fruto de uma ação em concerto. Pois “o poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que possa então seguir-se [...]” (ARENDDT, 1994, p. 41). Portanto, não desconsideramos o fato de que a ação realizada pelos militantes também foi uma ação armada. Sobre isso, é oportuno lembrar algumas observações da autora:

Aqueles que se opõem à violência com o mero poder, rapidamente descobrirão que não são confrontados por homens, mas pelos artefatos humanos, cuja desumanidade e eficácia destrutiva aumentam na proporção da distância que separam os oponentes. A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder (ARENDDT, 1994, p. 42).

As ações dos militantes voltadas para o sequestro do embaixador americano revelam, paradoxalmente, dada a natureza fugaz do sequestro, poder e violência. A atividade humana relacionada ao *poder* – como possibilidade, na medida em que foi uma ação em concerto – e à *violência* – por ter sido uma ação armada. Isso revela o que já havíamos dito sobre o pensamento da autora: a *violência* emerge onde o *poder* está em risco. A rigor, as ações em concerto, ocorridas naquele período, eram ousadas, porém, insuficientes para enfrentar os artefatos humanos – as armas – que os militares possuíam e estavam dispostos a impor aos seus opositores. Quando nos referimos ao poder dos militantes que mantinham o embaixador americano em cativeiro, queremos ressaltar que, ao concluir o sequestro, e obter quinze presos políticos em troca do embaixador, esses militantes estavam circunstancialmente em condições mais favoráveis que o próprio Estado. Este, por sua vez, para evitar conflitos diplomáticos, atende às exigências dos militantes.

A ação em concerto possibilita aos homens realizarem ações que, isoladamente, eles jamais poderiam se imaginar realizando – o sequestro do embaixador americano, por exemplo – bem como

oferece resultados que somente podem ser alcançados no agir coletivamente – a liberação dos presos políticos nas condições dadas, por exemplo, pois “o que faz o homem ser político é sua faculdade para a ação; ela o capacita a reunir-se a seus pares, agir em concerto e almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente” (ARENDR, 1994, p. 59).

Falar sobre a *violência* realizada pelos governantes em tempo de autoritarismo é senso comum. Talvez, para alguns, falar sobre a *violência* como sendo revolucionária, também seja senso comum. Logo, pensar sobre a *violência* adjetivando-a, já é um assunto bem discutido. Provavelmente, não o seja se falarmos sobre a *violência* enquanto atividade humana que não pode ser nem progressista nem conservadora. Nessa perspectiva, o sequestrador do embaixador americano, mediante o uso de armas para mantê-lo em cativeiro, é também, exemplo de violência. Ou seja, tanto o Estado quanto os militantes utilizaram-se de ações armadas, sendo, no entanto, desproporcional o potencial de armas das partes. Mas, em se tratando da violência, chama atenção o que diz Arendt (1994, p. 57):

[...] a violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. E posto que, quando agimos, nunca sabemos com certeza quais serão as consequências eventuais do que estamos fazendo, a violência só pode permanecer racional se almeja objetivos de curto prazo. Ela não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso, mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública.

Se pensarmos as ações dos participantes do sequestro do embaixador americano e da Guerrilha do Araguaia, podemos dizer que foram ações armadas e que os atores usaram da *violência* como instrumento, diante da ausência do espaço do diálogo. Porém, se considerarmos o contexto em que ocorreram tais acontecimentos, faz-se necessário estar atento para o fato de que, “[...] em certas circunstâncias, a violência – o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as consequências – é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça” (ARENDR, 1993, p. 48).

Isso não torna a *violência* nem progressista, nem conservadora, nem causadora, nem consequência de algum acontecimento, mas uma atividade humana que se revela toda vez que existem homens agindo em situações em que o espaço público se restringe. Nas palavras da autora: “As armas e a luta, entretanto, pertencem à atividade da violência, e a violência, distinguindo-se do poder, é muda, a violência tem início onde termina a fala” (ARENDR, 1993, p. 40). Ou ainda, “o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido” (ARENDR, 1993, p. 42).

De fato, falávamos de uma camada social que estava impedida de se organizar e pleitear direitos; de segmentos da sociedade que, mesmo em situações adversas, possuíam um *poder* – em potencial – pois agiam em concerto. Mas um *poder* que, dadas as condições de sua existência – num espaço público restrito –, estava a todo momento na iminência de se esvanecer.

Em tempos de autoritarismo, os participantes dos grupos políticos viveram em permanente situação de constrangimento, em constante convivência com a morte. Inúmeras lideranças foram

presas, torturadas, impedidas de estudar, de trabalhar e muitos morreram em combate durante os conflitos entre governantes e opositores. Morrer em combate significava honrar o nome de sua agremiação partidária, dando-lhe o que há de mais importante: a própria vida. Com efeito, um indivíduo realiza um ato dessa natureza, pensando em trocar a sua própria morte pela imortalidade de seu grupo, pois

[...] no que concerne à experiência humana, a morte indica um extremo de solidão e de impotência. Mas, confrontada coletivamente na ação, a morte muda de feição; agora nada parece intensificar mais nossa vitalidade do que a sua proximidade. Algo do que raramente estamos conscientes, ou seja, que nossa própria morte é acompanhada pela imortalidade potencial do grupo ao qual pertence [...] (ARENDR, 1993, p. 50).

Esse sentimento está presente nas lembranças dos ex-guerrilheiros. Vejamos o que nos diz um deles: “Às vezes fico pensando nos que morreram e me sinto constrangido por ter sobrevivido”²⁴.

Nesse contexto, a militância clandestina era uma necessidade imperiosa. A vida clandestina incluía desde o esconderijo, a permanente mudança de moradia, o desaparecimento da vida pública, o abandono do trabalho, a insegurança e o perigo de vida, o distanciamento dos amigos e familiares, a marginalização decorrente do tipo de atividade desenvolvida, até a desobrigação e desobediência às leis. Ou, em outra perspectiva, exatamente por

²⁴ *Correio Braziliense*. Brasília, 5 de agosto de 1996.

se sentirem desobrigados e por desobedecerem às leis, tais atores tinham uma vida incomum. É essa experiência de vida clandestina que vai em seguida se contrapor à experiência de legalidade, vivenciada pelo mesmo ator, tornando-o portador privilegiado de uma memória articulada.

O CENÁRIO PARADOXAL: EX-CLANDESTINOS PLEITEIAM VAGAS NA CÂMARA FEDERAL

Existe uma tensão entre a memória de uma época, de indivíduos e de acontecimentos, pois, em toda época, há indivíduos construindo acontecimentos. Todo acontecimento é realizado por indivíduos e é datado; todo indivíduo é portador de um tempo e de acontecimentos vivenciados. Porém, embora as épocas e os acontecimentos sejam portadores de memória, somente os indivíduos são capazes de narrá-los e, ao narrá-los, revelam o tempo e os acontecimentos de sua temporalidade, suas experiências.

Com isso, as narrativas traçam uma trajetória de vida de cada ator. Trajetória essa que contém o passado e o presente, o individual e o coletivo, o real e as representações, o permitido e o proibido; sem desconsiderar que,

[...] a ação humana, projetada em uma teia de relações onde fins numerosos e antagônicos são perseguidos, quase nunca satisfaz uma intenção original; nenhum ato pode jamais ser reconhecido por seu executante como seu, com a mesma alegre certeza com que uma obra de arte de qualquer espécie será identificada pelo seu autor (ARENDETT, 1972, p. 120).

Em que pese o distanciamento físico dos protagonistas frente às mobilizações de rua realizadas no final dos anos 1970 no país, eles agiam, quer fosse no interior dos presídios, ou nos países onde se encontravam exilados, denunciando os governos autoritários. Além disso, suas vidas eram acompanhadas por entidades da sociedade civil brasileira e por entidades defensoras dos direitos humanos em diversos países, dos diferentes continentes.

O objetivo dessas entidades era denunciar o tratamento dado aos presos políticos, procurando restabelecer os direitos das lideranças políticas, estivessem elas presas ou exiladas. Tudo isso aproximava os militantes das manifestações ocorridas, pois seus nomes compunham as listas de presos e exilados perseguidos pela repressão.

Com esses movimentos, um novo cenário foi sendo desenhado a partir do final dos anos 1970. A repressão atingiu os sindicatos, as entidades estudantis, os partidos, as entidades civis em geral. Talvez, por isso mesmo, ganharam visibilidade os movimentos que apareceram fora dos canais institucionais e com novas bandeiras de luta, com uma nova face, tais como: movimento pelos direitos das mulheres, movimento negro, movimento por liberdades sexuais, movimento em defesa do meio ambiente, movimento comunitário, além da defesa de direitos de crianças e adolescentes, de profissionais do sexo, de empregados domésticos, de servidores públicos, movimento em defesa do transporte urbano etc.

As lideranças que lutaram por projetos políticos nos anos 1960/1970, fazendo ou não críticas e autocríticas a sua atuação, buscaram em diferentes instituições, após a redemocratização, o espaço para realizar sua militância política. Partidos clandestinos

foram reorganizados (PCB e PCdoB), alguns foram criados (PMDB, PT, PDT, PSB, PFL, uns se adequando à nova legislação partidária), outros formaram Organizações Não Governamentais (ONGs).

Mantendo, mudando ou criando novos partidos, mas identificando na instituição partidária o espaço de militância posto pela redemocratização, os protagonistas optaram por ocupar o espaço do Parlamento como arena política para realizar suas lutas.

O ano de 1979 entra na história do país como um marco no calendário do autoritarismo, revelando o tempo como portador de memória, pois trata-se do ano da anistia; assim sendo, aparece como o tempo imprimindo marcas na história dos indivíduos e da sociedade. Esse é o período em que os militantes, ao retornarem do exílio, se apresentam para a sociedade, viabilizando a possibilidade de um balanço crítico e autocrítico do que restou ou no que se transformaram as lideranças políticas. No entanto, é somente em 1985 que, efetivamente, encerra-se o governo militar.

De fato, a anistia evidenciou o término de um ciclo de manifestações armadas e os militantes iniciaram um período de mobilizações, objetivando galgar espaços nas instâncias do poder político, especialmente os poderes Executivo e Legislativo.

Aprovada e promulgada a Lei da Anistia, em agosto de 1979, são libertados e recebidos no país os militantes políticos que ficaram presos e exilados ao longo das décadas de 1960 e 1970. Entre eles, retornam à cena pública Aldo Arantes, Haroldo Lima, José Genoíno, Fernando Gabeira e Vladimir Palmeira. Uns vindos do exílio, outros da prisão.

Por pretextos diferentes, por motivos diversos e por um único ideal, a resistência ao autoritarismo repõe à vida pública um conjunto de militantes que dedicaram anos preciosos de suas vidas à luta política do país. Advindos de uma experiência de clandestinidade, recomeçam a pleitear mudanças na sociedade brasileira. Não mais defendendo a luta armada, mas reivindicando eleições gerais para todos os cargos dos poderes Executivo e Legislativo.

O ano de 1982 dá prosseguimento às marcas do tempo na história. Ocorrem as eleições diretas para os poderes Executivo e Legislativo. O cenário parecia paradoxal: candidatos, ex-clandestinos, outrora defensores da luta armada, pleiteavam vaga numa das instituições mais importantes do poder: a Câmara dos Deputados. Entre os candidatos a deputado federal que pleitearam e conquistaram vaga, registra-se a presença de militantes que participaram de lutas armadas nos anos de autoritarismo. Com discursos e partidos distintos, com objetivos adversos e em estados diferentes, elegeram-se candidatos que viveram a experiência da clandestinidade e, com a vitória nas eleições, tais parlamentares iniciaram uma vivência nos espaços institucionais.

Entre os parlamentares eleitos, verificamos, através dos informativos fornecidos pela Câmara dos Deputados, a participação de ex-lideranças políticas que vivenciaram experiências no movimento estudantil. Suas trajetórias de vida revelam diferentes temporalidades (os que participaram de manifestações ocorridas antes ou depois de 1964) e distintas legendas e estados brasileiros. Seja na condição de orador de turma, de representante de entidade de base (o Centro Acadêmico-CA do próprio curso) ou de entidade

geral (Diretório Central dos Estudantes-DCE; União Estadual dos Estudantes-UEE, ou da União Nacional dos Estudantes-UNE), os parlamentares fazem questão de registrar sua passagem pelas entidades estudantis, tenham elas participado de experiências nos anos de democracia ou de autoritarismo.

Analisando as biografias dos parlamentares, produzidas pela Câmara, observamos que: a) há um elevado número de parlamentares com nível superior, sendo que alguns deles não concluíram seus cursos; b) é comum um parlamentar ser eleito para suplente, mas em curto prazo assumir a vaga de titular. As coligações, em geral, designam nomes com maior inserção popular e, posteriormente, convocam os candidatos eleitos para assumir uma vaga no Poder Executivo. Consequentemente, o suplente passa a assumir a vaga do titular. Muitas vezes essa estratégia já faz parte dos acordos da coligação; c) registra-se um reduzido número de mulheres na Câmara dos Deputados, o qual somente ampliou-se a partir das eleições que convocaram a Assembleia Nacional Constituinte, quando a própria ausência de mulheres na direção de instituições públicas e privadas e no Parlamento foi alvo de debates em 1986. Na oportunidade, muitas mulheres se candidataram e algumas conseguiram ser eleitas, num espectro amplo que ia desde as mulheres de governantes até lideranças dos movimentos e entidades feministas; d) no tocante às profissões dos parlamentares, destaca-se a participação de profissionais do Direito, Medicina e Odontologia. Dos que não possuem nível superior, parte significativa informa ser industrial; e) nos momentos de registrar as experiências, o passado é evocado por esses parlamentares,

seja da parcela que participou dos movimentos de resistência ao autoritarismo, seja pela parcela que destaca sua passagem na Escola Superior de Guerra.

No início da década de 1980, mediante o impedimento legal do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista Brasileiro, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro cumpriu papel destacado ao aglutinar lideranças políticas de diferentes matizes ideológicas. Esse processo de (re)democratização, iniciado em 1982, foi se ampliando ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Falar sobre os parlamentares que vivenciaram a condição de clandestinidade é também falar sobre suas agremiações políticas e as atividades por elas organizadas, bem como sobre as classificações negativas criadas, à época, para se referir aos militantes. Eram vários os estigmas criados para se referir aos militantes: “Lugar de militante estudantil é na sala de aula, todo militante é revolucionário, esquerdista, marxista, agitador; militante quer é se dar bem, se eleger para alguma coisa”.

Tais valores foram criados em circunstâncias datadas e com alvos definidos. Se observarmos a participação dos diferentes segmentos sociais, veremos que, nos momentos em que os conflitos polarizaram a sociedade, os militantes, como outros setores da sociedade, se posicionaram, seja pela adesão, oposição ou omissão, principalmente os jovens e os estudantes que tiveram presença expressiva nessas lutas. Nesses momentos, é de interesse das partes em jogo construir imagens sobre os seus pretensos adversários, especialmente os opositores.

Ora, se de um lado, alguns militantes foram às ruas e se posicionaram contra a burocracia e as políticas governamentais, de outro, parcela das elites dominantes lembrava *o papel e o lugar dos militantes*. Assim, quando os militantes participaram das lutas gerais do país, foram chamados a refletir sobre o lugar que lhes era determinado na sociedade. Esse tipo de discurso, muitas vezes, provocava uma reação contrária entre parcela dos militantes, uma vez que alguns aproveitavam o discurso conservador em evidência para denunciar as elites dominantes.

Ao participar das lutas políticas do país, especialmente, a partir dos anos 60, os militantes políticos passaram a ser denominados como *revolucionários, marxistas, esquerdistas, agitadores*. Tais estigmas foram muito usados durante os governos autoritários. Naquela ocasião, aqueles que discordavam do governo eram considerados pelos governantes como sendo inimigos do país e, como tal, dispunham de poucas “opções”. As mais usuais foram: o exílio, a prisão, a clandestinidade, a indiferença e, até mesmo, enfrentar a repressão com o uso de armas. Entre os que faziam oposição e construíram a resistência estavam os comunistas, os católicos, os liberais, os humanistas, os nacionalistas. No entanto, os governos autoritários não faziam questão de distinguir tais vertentes ideológicas. Para eles, qualquer denúncia dirigida aos governantes ameaçava a “ordem” e o “progresso”.

Os militantes políticos e suas ações, visando a luta por direitos, revelaram uma apropriação de importantes redes de sociabilidade ao longo de sua participação nas atividades realizadas, tais como os espaços onde ocorriam as atividades culturais (festivais

de música, cinema, teatro, as artes em geral), esportivas (futebol e outros esportes), lazer (festas, restaurantes, bares) e políticas (manifestações, reuniões, passeatas, atos).

No entanto, com a instalação dos governos autoritários, especialmente após o Ato Institucional Nº 5, restringe-se profundamente o funcionamento das instituições da sociedade civil, tornando muito difícil, senão quase impossível, a realização de manifestações de rua. O objetivo do governo com a instalação do AI-5 era exatamente fortalecer a centralização do poder e obter o controle das forças de resistência. Porém, paradoxalmente, é também a partir desse período que são intensificadas atividades que, mediante o contexto, tornaram-se importantes focos de resistência aos governos autoritários: o sequestro de diplomatas e a preparação de guerrilhas urbanas e rurais.

Somente após iniciada a redemocratização, abrem-se outros canais de participação nas lutas políticas: os sindicatos, as Organizações Não Governamentais, as entidades ligadas aos direitos humanos, associações de bairro, os partidos políticos, entre outros.

As direções dessas entidades passaram a ser eleitas pelo sufrágio universal. Entre os concorrentes, registra-se a participação de alguns militantes que vivenciaram a clandestinidade competindo ou apoiando algumas das chapas nas diferentes instituições. Os militantes, participando ativamente da vida política do país, enfrentaram outro tipo de estigma: “Os militantes querem é se dar bem; querem é se candidatar para alguma coisa”. Esse estigma aparece como uma punição aos que participaram do movimento estudantil ativamente, como se toda sua participação nos movimentos

políticos fosse conduzida pela vontade de um dia se eleger a algum cargo ou exercer cargo de direção em alguma instância de poder. As ações por eles desenvolvidas ocorreram num contexto em que era impensável e improvável a conquista da democracia, mesmo que racionalmente fosse possível pensar sobre a natureza cíclica e inovadora das crises, pois a racionalidade da época não evidenciava lampejos de liberdade.

A militância política possibilita a ocupação dos espaços públicos, mas outros fatores também a influenciam e são imprescindíveis para viabilizar a passagem de uma liderança localizada no movimento para outras instâncias da sociedade. Especialmente, quando se pleiteia vaga para parlamentar, haja vista a necessidade de ingressar em um partido político legalizado, obedecendo aos ritos impostos pela legislação, entre os quais o cumprimento do prazo mínimo de filiação partidária.

Portanto, além de o militante ter em seu passado uma participação ativa no movimento, precisa ser eleito nos fóruns do partido ao qual se filiou. Esse é um dos maiores desafios para aqueles que desejam participar da luta política partidária, pois os partidos, como qualquer outra instituição hierarquizada, são dirigidos por grupos de pessoas que detêm o poder hegemônico de sua agremiação. Ou, nas palavras de Bourdieu (1989, p. 192), “a aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a investidura de um longo investimento de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição”. Isto é, a instituição investe naquele que investe nela; obviamente não estamos aqui julgando a justiça ou não da pauta ou dos métodos dessa instituição.

Assim aconteceu com os parlamentares ex-clandestinos. Ao longo de sua militância, o parlamentar incorporou experiências que construíram uma maneira particular de pensar e fazer política. Este desenvolveu o *habitus* do militante que se transformou em um *capital simbólico*. É esse investimento na instituição partidária da qual fez ou faz parte que possibilita a candidatura dos militantes.

Os candidatos que traçavam uma trajetória política que exaltava a participação nos movimentos clandestinos de resistência aos governos autoritários e que outrora priorizavam a luta por direitos em detrimento da “legalidade” instituída, eram construtores de um cenário aparentemente paradoxal: um mesmo ator social, que no passado priorizava a ação legitimadora, mesmo que ilegal, porém baseada no princípio da luta por direitos, que vivenciara a clandestinidade para viabilizar a condução de suas lutas, que negara o poder político existente; num outro contexto, pleiteava representação no poder legal, institucional, o foco central do espaço público.

Tais atores compuseram o palco das eleições, oportunidade que se criou para realização de crítica e autocrítica dos acontecimentos, por parte dos atores e dos partidos. Porém, a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil foi longa. Com ela, a desconfiança nas instituições democráticas e o uso de métodos que incorporaram práticas centralizadoras e até autoritárias ocorreram de ambas as partes. Eis o desafio deste livro: analisar a passagem da ação clandestina aos espaços institucionais, privilegiando como agiram e o que pensam esses atores e os registros da imprensa sobre suas experiências.

3

RECORDAÇÕES DA INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO

Neste capítulo, analisamos através, principalmente, das lembranças de Aldo Arantes e Haroldo Lima, experiências vivenciadas pelos protagonistas durante sua passagem pela Ação Popular. Ao recompor suas lembranças, estaremos também reconstruindo o cotidiano e as experiências de uma geração de jovens formados em tempos de autoritarismo que participaram ativamente na instituição religiosa mais influente do país, a Igreja Católica, procurando pôr em prática valores recebidos inicialmente nessa instituição, os quais foram sendo transformados ao longo de suas vivências em disposição para ingressar nas lutas de resistência ao autoritarismo. Recorreremos, secundariamente, às contribuições de outros atores que participaram da trama como forma de complementar e enriquecer as informações, pois a experiência desses parlamentares foi também a experiência de inúmeros militantes que vivenciaram a época.

AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE ALDO ARANTES E HAROLDO LIMA

Aldo Arantes nasceu em Anápolis, Goiás, no dia 20 de dezembro de 1938. Filho de Galileu Batista Arantes e Maria de

Lourdes Silva Arantes, pertence a uma família que tem participação na política do Estado. O deputado foi casado com Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, com quem teve dois filhos. Posteriormente, casou-se com Delaíde Alves Miranda Centeno.

Ingressou no movimento estudantil ainda secundarista, embora tenha tido maior participação quando universitário, sendo presidente da União Nacional dos Estudantes-UNE. Participou da Juventude Universitária Católica-JUC, de onde foi expulso pela alta hierarquia da Igreja, devido ao fato ter filiado a UNE a uma entidade estudantil internacional. Participou da fundação da Ação Popular e do processo de incorporação da AP ao Partido Comunista do Brasil. Teve atuação destacada no movimento estudantil no período que precede o Golpe de 1964, sendo presidente da UNE (1961-1962), à época cursava Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Aldo exilou-se no Uruguai de 1964 a 1965. Logo em seguida, retornou ao país e passou a acompanhar o movimento estudantil como dirigente da AP. Na época, foi morar no interior do estado de Alagoas, onde realizava atividades políticas. Com o AI-5, foi preso em dezembro de 1968, permanecendo seis meses na prisão, após os quais conseguiu fugir; porém, logo em seguida, a 15 de dezembro de 1976, foi preso novamente, sendo enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Passados dois anos e oito meses, foi anistiado em 1979.

Após 17 anos fora de Goiás, mesmo sendo integrante do Partido Comunista do Brasil, pelo fato de esse partido ainda se encontrar na clandestinidade, Aldo Arantes foi eleito primeiro suplente de deputado federal, em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático

Brasileiro-PMDB, assumindo a vaga de deputado por três anos. Em segundo mandato, eleito em 1986, obteve mais de trinta mil votos. Nas eleições de 1990, não obteve êxito. Na Câmara Federal, foi membro da Comissão da Ordem Econômica, da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Foi ainda membro suplente (votante) da Comissão de Sistematização da Constituição de 1988. Em 1992, foi eleito vereador pelo PCdoB, em Goiânia/GO. Em 1994, venceu as eleições para deputado federal, também pelo PCdoB de Goiás. Em 1998, concorreu novamente a uma vaga na Câmara dos Deputados, pelo PCdoB, mas não obteve êxito, ficando na suplência. No pleito de 2002, ganhou as eleições retornando à Câmara dos Deputados em 2003.

Na publicação do Diap, *Quem foi quem na constituinte*, foi considerado um parlamentar atuante, nacionalista, defensor das empresas estatais, comprometido com os movimentos sindical e popular e ardoroso defensor da reforma agrária. Na publicação *Os cabeças do Congresso*, foi destacado como debatedor. Em seu terceiro mandato, o Diap considerou Aldo Arantes um parlamentar de esquerda e registrou sua passagem pela Ação Popular, pela UNE e pelo exílio. Considerou-o nota dez, defensor da reforma agrária, comprometido com os movimentos sindical e popular.

Haroldo Borges Rodrigues Lima nasceu em Caetité, Bahia, no dia 7 de outubro de 1939. Filho de Benjamin Teixeira Rodrigues Lima e Adelaide Borges Rodrigues Lima, família que tem participação política no Estado, é casado com Solange Silvaný Rodrigues Lima e tem três filhas. Ingressou na política quando ainda fazia o curso secundário, na cidade de Jequié, interior da Bahia. Na época, foi orador da turma. Saiu do interior para estudar no colégio Marista, em Salvador.

Haroldo Lima participou do Clube Líbero Desportivo Independente e da Academia Rui Barbosa. Ingressou na Universidade Federal da Bahia-UFBA, no curso de Engenharia Elétrica (1959-1963). Nos primeiros momentos de universidade, teve contato com José Gonçalves Pereira, coordenador da Juventude Universitária Católica (JUC) da UFBA, o qual o convidou para participar de um debate sobre política estudantil, pois sua atuação como secundarista numa escola católica o tornou conhecido entre os jucistas. Participou do Diretório Acadêmico, da União dos Estudantes da Bahia, do DCE da UFBA. Fez parte do setor político da JUC, frequentava os encontros regionais da entidade. Foi fundador da Ação Popular (AP) e coordenador do processo de incorporação da AP ao Partido Comunista do Brasil. Ingressou no partido em 1972. Foi preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, em 1976, após o episódio conhecido como a Queda da Lapa, e foi anistiado em 1979.

Em 1982, foi eleito deputado federal, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, mesmo participando do PCdoB, o qual se encontrava na clandestinidade. Recebeu do Estado da Bahia mais de 58 mil votos. Nesse mandato (1983-1987), Haroldo foi vice-líder do PMDB (1983), fez parte da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara (1983-1985). Com a legalização do PCdoB, em 1985, obteve em seu segundo mandato mais de 40 mil votos. Foi membro titular (1986) e segundo vice-presidente da Comissão do Índio (1986-1987), suplente da Comissão do Interior (1983-1987) e líder da bancada do partido na Câmara (1986-1987).

Foi líder do PCdoB na Constituinte e membro da Comissão de Sistematização. Na publicação do Diap, *Quem foi quem na*

constituente, foi considerado um parlamentar atuante, que priorizou na Constituinte as questões ligadas à ordem econômica, ao sistema de governo e ao papel das Forças Armadas.

Em 1990, Haroldo Lima conquistou seu terceiro mandato como deputado federal pelo PCdoB, obtendo mais de 24 mil votos. Quando da publicação de *Os cabeças do Congresso*, se autodefiniu comunista, do ponto de vista econômico, e de esquerda, do ponto de vista político. Integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Redação (1991-1993) e de Relações Exteriores (1994), e a Comissão Especial Externa sobre Desaparecidos Políticos pós-1964 (1991), a Comissão Especial sobre Legislação Eleitoral e Partidária (1992), e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no Congresso Nacional, nesta última como membro suplente.

Em 1998, reelegeu-se à Câmara dos Deputados pelo PCdoB/BA. Nessa nova legislatura, foi titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ao final dessa legislatura, deixou a Câmara, em fevereiro de 2003, por não ter sido eleito para o senado pela Bahia. De 2005 a 2008, Haroldo Lima foi diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

NA SOMBRA DA IGREJA

Sobre seu ingresso na política, diz Haroldo Lima:

Eu fiz meu curso primário na cidade de Jequié e terminei lá o curso secundário. Na época, era gi-

násio. [...] Fui eleito orador oficial da turma de ginásios. Naquela época, existia a formatura em ginásios. Eu fui orador da turma e por isso tive o meu primeiro contato com a tribuna. De lá, eu fui para o Colégio Marista, em Salvador. Dentro do Colégio Marista, também tive uma participação ativa em uma entidade chamada Clube Líbero Desportivo Independente (CLDI). [...] Tinha uma outra [entidade] chamada Academia Rui Barbosa. Eram organizações internas de estudantes, que funcionavam dentro do Colégio Marista, em Salvador. Aí, eu fiz vestibular e entrei na universidade. Eu entrei na faculdade em 1959 e saí em 1963, no curso de Engenharia. [...] Logo nos primeiros momentos, a rigor, no primeiro dia de faculdade, quando eu estava tomando trote, eu conheci uma pessoa chamada Jorge Leal Gonçalves Pereira. Essa dita pessoa era o coordenador da Juventude Universitária Católica, lá da universidade, na época. Ele entrou em contato comigo e me perguntou quem eu era... tentou me identificar... conseguiu e me convidou em seguida para uma reunião, já uma primeira reunião sobre política estudantil na ótica da Juventude Universitária Católica (LIMA, 1998).

O contato dos militantes com a política, à época, se iniciava, muitas vezes, ainda no movimento estudantil secundário, mesmo sendo uma tímida atuação, pois parcela expressiva das lideranças do país fez o curso secundário nos interiores dos estados. Tão logo ingressavam nas universidades, que em grande parte eram localizadas nas capitais, nos principais centros urbanos de cada estado brasileiro, era comum os militantes serem abordados e convidados a ingressar nas diferentes agremiações partidárias, entre as quais a Juventude Universitária Católica, entidade ligada à Igreja Católica,

especialmente, aqueles que já tinham registrado participação nas escolas secundárias católicas. Nessa perspectiva, as residências estudantis eram espaços de sociabilidade importantes e exerciam papel destacado no recrutamento de lideranças (FRAGA, 1999).

À época, o debate recorrente nas universidades gravitava em torno das reformas de base, especialmente a reforma universitária:

E a JUC começou a se organizar em torno disso, desse movimento de reforma da universidade. Participei da JUC a partir de então. Vale observar que, até o momento, eu era um aluno considerado bom [...]: tirava boas notas, considerado estudioso etc. A partir de então, eu começo a ingressar na política estudantil [...]. Eu, gradativamente, fui deixando de ser um bom aluno, passei a ser um aluno médio. Não propriamente um aluno medíocre, [...], de tirar notas razoáveis, que dava para passar. Eu nunca perdi um curso [...] um ano, nem nada. Mas, nunca mais voltei a ser um aluno destacado, um bom aluno, um aluno brilhante, nunca voltei mais ser, como fui, até um determinado instante. E, gradativamente, fui assumindo responsabilidades na prática que me tomavam muito tempo. O horário de estudo era tomado pelas reuniões, reuniões noturnas, reuniões que varavam, às vezes, a madrugada (LIMA, 1998).

Ao se dedicar ativamente às lutas, os estudantes passavam a dividir o tempo disponível para os estudos com a militância política. Essa opção trazia desdobramentos imediatos. De um lado, ampliavam as experiências de vida, construíam novas dimensões do saber, especialmente aquele saber que os livros não são suficientes para ensinar: a ação política. De outro, com a redução do tempo

e da dedicação aos estudos formais, acarretava para o estudante um permanente desafio: o cumprimento das tarefas e a obtenção das notas necessárias à aprovação no final do ano letivo.

A JUC, por gozar de forte influência entre os estudantes, elegeu Aldo Arantes para presidente da UNE. Diz o ex-presidente:

Eu sou eleito presidente da UNE, em 1961. Sou eleito através de uma aliança de forças entre a JUC e o PCB, o partidão, na época, e a esquerda. Eu, na verdade, sou candidato da esquerda. E, naquele período, há um grande movimento de educação, é o período da renúncia do presidente João Goulart, da crise da legalidade. A UNE se transfere para o Rio Grande do Sul, realizando o Seminário Nacional de Reforma Universitária; desencadeia-se uma greve nacional que é tida como a maior greve estudantil; durou três anos, a greve de um terço (ARANTES, 1998).

O deputado, hoje, fala sobre a participação dos partidos políticos no movimento estudantil com muita naturalidade, porém, certamente, à época, o debate entre os estudantes sobre a participação em tais agremiações não fosse tão natural assim, como não o é na atualidade, pois a participação de partidos políticos nos Movimentos Sociais tem sido objeto de polêmica e, quanto mais cresce o número de agremiações existentes, mais se amplia a discussão, uma vez que alguns acham importante e outros discordam da presença dos partidos nos fóruns dos movimentos populares²⁵.

²⁵ A relação entre partidos e movimentos sociais ganhou força com o surgimento de um Projeto de Lei da Câmara Federal, o PL 7180/2014, de autoria de Izalci Lucas Ferreira – PSDB/DF, que propõe incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

Há quem acredite que os partidos trazem para os movimentos o aprofundamento dos debates, mas, há também, os que consideram a possibilidade de atrelamento dos movimentos aos partidos políticos. O depoimento supracitado revela que tanto a Igreja Católica quanto os partidos políticos são instituições que exerceram influência no movimento estudantil. Isso demonstra que a luta por ideais, seja advinda de militantes, de instituições ou de personalidades ligadas aos partidos ou instituições religiosas, envolve doutrinas, paixões e provoca debates sobre os limites e possibilidades de ação nas distintas entidades.

Certamente, tais medidas eram tomadas devido ao claro posicionamento dos estudantes sobre a política nacional, conforme narra o próprio protagonista. Logo, enquanto as manifestações dos estudantes não incomodavam as elites políticas nacionais, também não incomodavam a alta hierarquia da Igreja, mas quando o inverso ocorre, medidas imediatas são tomadas.

O depoimento ressalta, ainda, o fato de que, a perspectiva de desenvolvimento, o progresso acelerado, a necessidade das reformas de base, as pressões populares, as posições do presidente da República, os trabalhadores e estudantes nas ruas reivindicando, são alguns dos elementos que compuseram o cenário onde se formaram lideranças que vivenciaram os anos finais da década de 1950 e dos que iniciaram a década de 1960, época em que o narrador chama de *período da renúncia de João Goulart*.

Com essa expressão, o narrador quer se referir a uma época ou a um acontecimento, pois o tempo e os acontecimentos podem ser nomeados, constituindo-se em memórias, uma vez

que adquirem significados e constituem-se em representações. Assim, ao se referir ao *período da renúncia de João Goulart*, o narrador quer se reportar ao conjunto de acontecimentos que gravitavam em torno das manifestações ocorridas no Brasil do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Na memória do protagonista, adquire significados e se nomeia como *período da renúncia de João Goulart*.

É também nesse contexto que as relações entre os estudantes da JUC e a alta hierarquia da Igreja Católica se manifestam de maneira conflituosa:

Bom, nesse ínterim, há uma situação muito complicada porque eu sou convidado pelo atual cardeal de Olinda, em Recife [...] Dom Eugênio de Barros Câmara; Dom Helder era auxiliar dele. Dom Helder, então, me convida para me informar que o Vaticano tinha encaminhado uma carta ao cardeal do Rio de Janeiro, questionando o cardeal do porquê o militante da JUC, Aldo Arantes, presidente da UNE, tinha assinado o pedido de filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes, a UIE e, evidentemente, o cardeal entendeu que isso era uma repressão e resolveu me expulsar da JUC. Então essa discussão da JUC, ela termina se dando, evidentemente, com o meu protesto, mas se desencadeia num processo, digamos assim, de ruptura da alta hierarquia da Igreja com a esquerda da JUC (ARANTES, 1998).

A atuação crítica dos militantes jucistas levou os estudantes a viver um paradoxo: se, de um lado, a JUC conquistava prestígio junto aos estudantes, de outro, aprofundava-se a crise entre os alunos e a alta hierarquia da Igreja Católica. Tais conflitos não se

limitavam à discordância de direção filosófica entre as partes, mas também divergências que envolviam interesses econômicos, pois a Igreja Católica, no Brasil, principalmente à época, detinha parcela expressiva das maiores escolas privadas.

De forma que, ao mesmo tempo em que se viam os estudantes defendendo o ensino público gratuito e a participação de estudantes nas instâncias de poder decisório das instituições de ensino, a Igreja via-se obrigada a suportar, internamente, manifestações contrárias a sua orientação: o ensino privado e a direção verticalizada e centralizada das instituições de ensino, ou, nas palavras dos depoentes:

A JUC granjeava apoio e prestígio no movimento estudantil, mas suas relações com a alta hierarquia da Igreja foram se deteriorando. No agravamento dessas contradições, importante papel foi a tomada de posição da JUC em favor da escola pública no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, contra a orientação da Igreja, favorável à escola particular (LIMA; ARANTES, 1984, p. 30).

Os conflitos entre os estudantes e a orientação da Igreja se aprofundaram. O contexto de efervescência política atingiu todos os setores da sociedade brasileira. Mesmo os católicos organizados despertaram para a transformação do país numa outra perspectiva, a “revolução brasileira”, como afirmam Lima e Arantes (1984, p. 28): “Uma melhor compreensão dos problemas estruturais brasileiros, o desenvolvimento da luta de massas no país e o êxito da revolução cubana, em 1959, despertaram a JUC para a ideia da revolução brasileira”.

Haroldo Lima, ao lembrar os conflitos existentes entre a alta hierarquia da Igreja e a criação da Ação Popular, diz que:

O fato é que isso sinalizou para nós que [...] o caminho estava sendo fechado nesse percurso, com a vinculação da Igreja. A razão alegada para a expulsão do Aldo, da JUC, foi justamente que, enquanto os comunistas ocupavam... ou tinha influência... participavam, digamos assim, enfaticamente, da direção nacional dos estudantes, a UNE não havia se filiado à União Internacional dos Estudantes, que era sediada em Praga, e [estava] sob direção comunista. E, quando Aldo foi eleito, uma das primeiras coisas que ele fez foi filiar a UNE à UIE. Isso deu uma repercussão muito grande e, no desdobramento, Aldo foi afastado. Esse fato e alguns outros nos sinalizaram isso: “olha, nós temos que procurar o nosso próprio caminho”. Na realidade, aquele grupo que estava se movimentando e aparecendo como um grupo político, não poderia, também, pretender fazer política na sombra da Igreja (LIMA, 1998).

Para os protagonistas, o momento oportuno para construir e divulgar a AP não era durante as atividades realizadas na Igreja, pois esta proibia a atuação dos estudantes. Mas as ações da AP ocorreram de certa forma no próprio movimento estudantil, que à época estava ávido pelo debate sobre a realidade brasileira. É assim que, através do trabalho da UNE volante, os militantes organizavam, paralelamente, a AP. Conforme Lima e Arantes (1984, p. 31), “A UNE volante foi o momento encontrado para um novo passo, a articulação nacional da Ação Popular”.

A UNE volante foi uma experiência em que os estudantes percorreram todo o território nacional, organizando manifestações

culturais e políticas com o objetivo de despertar os estudantes e a população em geral para a necessidade de mudar o país. Os alunos jucistas aproveitaram o momento para criticar a atuação da alta hierarquia da Igreja Católica junto à JUC e, ao mesmo tempo, articular a nova agremiação oriunda da JUC: a Ação Popular, pois “A JUC era uma organização da Igreja Católica, não unia em função da política, mas da confissão religiosa. E unindo pela confissão religiosa não comportava disciplina política” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 34).

Para criar essa nova agremiação partidária, os alunos se organizaram com o objetivo de preparar o congresso de fundação da entidade:

E, finalmente, houve uma reunião em 1962, em Salvador. Curioso que Salvador [...]. O carnaval em Salvador é um acontecimento que ocupa a cidade. Pois bem, o congresso de fundação da AP, no Brasil, deu-se em Salvador, durante os dias de carnaval, [...] na escola de veterinária da Universidade da Bahia [...]. Naqueles dias, nós ficamos lá, nos reunindo, enquanto as ruas se eletrizavam. No mesmo período, na mesma cidade, nós realizamos o congresso de fundação da AP; aí é que surge AP (LIMA, 1998).

A rigor, a prática de reuniões durante o período carnavalesco é uma constante nos retiros das igrejas, sejam católicas ou protestantes. Nesse sentido, o fato de os estudantes terem se reunido naquele período, pode demonstrar diferentes possibilidades: devido à forte influência da Igreja, enquanto o mundo “profano” se deliciava no ritmo do carnaval, o mundo “divino” purificava a alma, discutindo os problemas da humanidade, ou devido à determinação pela

participação na política, enquanto jovens “alienados” se ocupavam do “prazer”, os “politizados” debatiam os “sérios” problemas do país. De uma forma ou de outra, não deixa de ser significativo o fato de parcela dos jovens estudantes, quebrando a tradição da maioria, seja nos carnavais eletrizados de hoje ou nos mais amenos de antigamente, conseguirem destinar exatamente os dias de carnaval para debater os problemas sociais do país.

Paralelo às atividades políticas, o calendário acadêmico impunha às lideranças um outro problema: a conclusão do curso. De certa forma, as lideranças estudantis concluem um ciclo da militância quando do final do curso. Entretanto, o fato de o aluno concluir o curso não significa deixar de participar das manifestações organizadas pelos estudantes. Pelo contrário, naquela época – e ainda hoje é assim – vários membros dos quadros dirigentes, especialmente parcela dos organizados em agremiações partidárias, ao concluírem seus cursos, passam a acompanhar a participação dos alunos que ingressavam nas instituições de ensino.

Porém, concluir o curso não deixa de ser uma importante etapa para os militantes. Chegar ao final do curso é um desejo dos alunos, assim como ser o orador da turma é um desejo dos militantes. O orador, em nome da turma, tem a oportunidade de, por ocasião da formatura, discursar para o conjunto das autoridades da instituição, para os familiares dos concluintes e para a sociedade como um todo. Os discursos, nesse contexto, podem se transformar em importantes veículos de propaganda de ideias. Naturalmente que, para utilizar as diversas potencialidades políticas do discurso, é necessário que o mesmo seja elaborado por um experiente militante.

Eis o dilema vivenciado por Haroldo Lima:

Eu fui orador da turma. [...] aí surgiu um dado mais localizado, é que depois de eleito orador da turma, minha mãe ficou doente de câncer e nós trouxemos ela do interior para a capital. Ela estava em Jequié. A família passou por um período de grande conturbação. Meu pai também estava doente. Ela, doente de câncer, eu me formando, fazendo política estudantil e tendo que cuidar da situação dela. Então, me desdobrei muito e terminei perdendo todas as provas, quer dizer, não frequentei, não compareci a nenhuma prova do meado do ano, véspera da morte dela. Eu não só não estava preparado, um mínimo de preparação eu não tinha, como não pude ir, porque ela já estava numa fase já muito difícil. Em decorrência, quando chegou ao final do ano, eu fiz todas as provas, mas não consegui me recuperar. Aí, eu não consegui fazer média para me formar, mas já tinha sido eleito o orador da turma, meu discurso já estava pronto [...] Então, foi eleito um colega meu, chamado Antônio Ferreira Bastos, e esse colega, muito correto comigo, me procurou e disse: Haroldo, eu estou aqui, querendo não só ler o seu discurso, mas quero ler com a entonação de voz que você dá. Eu quero que você treine comigo a leitura do discurso. Eu treinei com ele a leitura do discurso. No ato da solenidade, ele leu o discurso, declarando: vou ler aqui o discurso do companheiro, colega Haroldo Lima que, por razões da doença da sua mãe, não pôde se formar etc. Então, isso foi feito. O discurso me deu grande repercussão, na época. [...] os próprios jornais chamaram a atenção do discurso e os estudantes, os colegas resolveram imprimir o discurso. E o discurso foi impresso, distribuído amplamente com o título de “Considerações sobre a Revolução Brasileira”. Esse foi o título desse livrinho que saiu, que é a íntegra do meu discurso. [...]. É curioso,

vendo a coisa numa ótica histórica, com a idade que eu tenho hoje, com a visão que eu tenho hoje das coisas [...]. Relendo o discurso de formatura, na ótica histórica, sob o ângulo de uma pessoa já mais vivida e experimentada, como estou hoje. Então, eu me vi, assim, como um rapazola [...] um pouco ousado, um pouco atrevido, muito taxativo, meio petulante, com formulações muito conclusivas [...] mas, também, muito audaz e muito sério. Eu vi aquele rapazinho, ali, todo preñado de sentimentos, de idealismo, de convicções e também de formulações taxativas, visões gerais, visões quase que universais de processos que eu sei que não estavam suficientemente amadurecidos. Hoje, eu sei que não estavam suficientemente amadurecidos. Na época, eu tinha muita convicção daquilo que dizia (LIMA, 1998).

O estudante, diante do comprometimento de saúde de sua mãe, teve de secundarizar as duas dimensões consideradas por ele como sendo as mais importantes de sua vida: os estudos e a militância política. Nesse ambiente de dor e compaixão, a solidariedade dos amigos possibilitou ao aluno realizar seu desejo, respaldado por sua turma: utilizar o espaço do discurso do orador para fazer a propaganda das ideias de sua agremiação partidária: a Ação Popular. E é nesse cenário que seu discurso ganha visibilidade. Observe a fidelidade do seu colega em querer garantir não somente o conteúdo do discurso, mas também a entonação do orador, ou, nas palavras de Zhumtor (1993), que atribui à voz uma condição personalíssima do narrador, de forma que a oralidade revela uma performance daquele que fala, pois a oralidade também contém uma vocalidade.

Com efeito, sobre a comunicação através da voz, Zhumtor (1993), estudioso da oralidade medieval, procurou valorizar a voz como elemento constitutivo da obra literária, motivo pelo qual o autor prefere usar a expressão vocalidade em vez de oralidade, devido à historicidade da voz: o seu uso. Nessa perspectiva, a escrita não é capaz de expressar a originalidade da voz devido a esta não emitir apenas sons, mas sim uma performance que compõe a sonoridade da voz. Essa performance se apresenta através de gestos, sentimentos, emoções e até mesmo sons que não conseguimos simbolizar com a escrita. Esses foram, também, os elementos que se constituíram em desafios para o colega de turma de Haroldo Lima, quando o substituiu como orador da turma.

Ao se referir ao discurso, hoje, o narrador analisa os acontecimentos com o olhar próprio de quem, ao longo do tempo, modificou seus pontos de vista. O narrador coloca o tempo (quando diz: *a idade que tenho hoje*) e o lugar (quando diz: *uma pessoa já mais vivida e experimentada*) como sendo elementos importantes para se pensar o passado. E, de fato, ao pensarmos o passado, num momento distante, pensamos com o olhar filtrado por diferentes significações.

No caso específico, filtrado pelas experiências de quem viveu a clandestinidade em diferentes agremiações partidárias, bem como participou de experiências institucionais, através do mandato parlamentar. É nessa perspectiva que o narrador fala sobre seu passado, criando uma representação de si.

A fala expressa os binômios clandestinidade/inexperiência, parlamento/experiência. A ideia de clandestinidade está associada às experiências ocorridas na juventude: atores em fase de construção

de suas vidas e realizando ações ousadas, com um toque de aventureirismo. Em contraposição, a ideia de parlamento está associada às ações legais, dignas de atores com maturidade, experimentados.

Essa geração de jovens que ingressou na política viveu a clandestinidade, a prisão e o exílio. Assim sendo, é uma geração que se formou num ambiente em que foi possível participar e acompanhar as mobilizações pré e pós-golpe. Daí porque é uma geração que guarda em suas lembranças, paradoxalmente, mais esperanças e também mais frustrações, pois acredita nas possibilidades oferecidas pelos movimentos em defesa das reformas de base, das atitudes de João Goulart e, ao mesmo tempo, ou em curto tempo, essa geração também viu essas transformações serem interrompidas com o Golpe de 1964, através de governos autoritários que duraram duas décadas.

UM GRUPO DE JOVENS AUDAZES SAI DA VIDA LEGAL E ENTRA NA CLANDESTINIDADE

Construída a Ação Popular, o novo desafio dos membros da AP passou a ser a ampliação do seu leque de influência, ou seja, deixar de ser uma organização essencialmente estudantil e conquistar a adesão dos trabalhadores da cidade e do campo, como reconhecem Lima e Arantes (1984, p. 36):

Terminada a “greve do 1/3”, a AP imbuíu-se da necessidade de deixar de ser uma espécie de partido estudantil e lançou-se ao trabalho junto

a operários e camponeses, conseguindo maiores vitórias junto ao campesinato, com que entrou em contato, sobretudo, por meio do Movimento de Educação de Base da Igreja, o MEB, e da Superintendência para a Reforma Agrária, a Supra.

Ao ampliar sua área de influência e adquirir estrutura organizacional de partido político, a agremiação passou também a viver os dilemas de um partido político, entre os quais a profissionalização de seus membros. A experiência de profissionalização de membros e agremiações partidárias progressistas no país sempre foi um desafio para o Partido Comunista, desde sua implantação. Tal assunto tem suscitado polêmica, pois profissionalizar significa deslocar um militante de seu local original de atividade, trabalho, estudo ou moradia, visando atuar com exclusividade para a estrutura organizacional da agremiação partidária.

Assemelhando-se a uma estrutura de partido, a AP, entre as decisões do seu primeiro congresso, “[...] também elegeu nova coordenação nacional e deliberou sobre a primeira profissionalização de quadros dentro das fileiras da organização – a de Severo Sales” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 40). Na coordenação nacional, estavam Herbert de Souza, Haroldo Lima, Aldo Arantes, entre outros.

A semelhança da Ação Popular com um partido político é reconhecida pelos seus integrantes, conforme depoimento de Lima e Arantes (1984, p. 41):

Quando surgiu, a AP assemelhava-se a um partido estudantil, combativo, espalhado pelo território nacional, com influência predominante nos centros estudantis fortes e ativos. Não contava,

de início, com bases no movimento dos secundaristas da época [...] a sua pretensão, desde 1962, foi de ampliar a base de trabalho, deixar de ser um partido universitário.

Com o objetivo de influenciar os camponeses, a Ação Popular se envolveu com os trabalhos realizados por diferentes instituições e, em 20 de dezembro de 1963, quando da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas-Contag, a AP contou com a influência de oito federações estaduais.

Se, de um lado, a Ação Popular encontrou facilidades para organizar sua atuação junto aos trabalhadores camponeses e aos estudantes, em contrapartida, deparou-se com muitas dificuldades para se organizar junto aos trabalhadores da cidade, especialmente os operários. Tais dificuldades deveram-se à inexistência de entidades e/ou de políticas específicas orientadas por setores da Igreja para organizar o segmento dos trabalhadores da cidade, pois a AP, mesmo tendo saído da instituição religiosa, continuava percorrendo os mesmos espaços que a Igreja.

Para Lima (1998):

No movimento operário, o espaço da AP, por criar raízes, esbarrou em mais dificuldades que no movimento camponês. Não encontrou nada parecido com a JUC ou a JEC, que lhe facilitaram o crescimento no meio estudantil, nem com o MEB ou a Supra, que lhe permitiram mais rápido acesso ao campo. Mas, o golpe nos pegou com muita pretensão nacional. Se o golpe não tivesse havido, eu penso que nós teríamos galgado uma força bastante grande. Nós estávamos em franco crescimento, no Brasil inteiro.

Com o golpe em 1964, o quadro político se modifica completamente. As forças políticas existentes à época poderiam até imaginar a possibilidade do golpe, mas dificilmente imaginavam sua longevidade e sua intensidade, ou ainda, seus desdobramentos, pois as manifestações, as mobilizações do início dos anos 1960, acenavam para a militância como um caminho de transformações sociais sem retorno, daí porque o narrador diz: “O golpe nos pegou com muita pretensão nacional”.

De fato, as entidades criadas, as atividades realizadas, o apoio do presidente da República, tudo isso indicava uma forte união de forças, capaz de barrar possíveis resistências. Porém, o processo que ocorreu foi o inverso do quadro previsto pelos militantes:

Nós optamos pela resistência com os recursos que fossem necessários, inclusive, com os recursos armados. No caso lá da Bahia, nos retiramos para o interior, nos retiramos com preparativos, com pessoas experimentadas em armamentos, já com planos de tentar, onde fosse necessário, recolher certos apoios para passar a núcleos de resistência que insurgissem contra o processo que estava em curso. Isso foi feito em alguns outros poucos lugares e demorou muito pouco, porque, de repente, quando o presidente João Goulart se retirou do país, aí, a gente viu que não havia resistência. O controle foi completo e a repressão começou de imediato. A repressão foi, inicialmente, para o movimento de massas, de maneira geral. Então foi para a UNE, a sede da UNE foi queimada, no Comando Geral dos Trabalhadores, no Pacto de Unidade e Ação. Tudo foi desfeito, inclusive as ligas camponesas. Em seguida, foram para as organizações específicas. Nós fomos desarticulados, desbaratados, perseguidos; alguns foram

presos, outros, um pouquinho depois, já saíram para a clandestinidade, já saíram do país. Aldo foi um dos que tiveram que sair do país, por aí afora, foi embora pelo Paraguai. Eu fiquei escondido num interior da Bahia, durante um certo período. Depois que a primeira fase repressiva cessou, nós voltamos. Os que puderam voltar, voltaram; eu mesmo fui voltando pouco a pouco (LIMA, 1998).

Se o golpe não se constituiu numa surpresa, a posição de recuo tomada pelo presidente da República surpreendeu os militantes. O golpe já era uma realidade, o presidente já havia saído do país e restava à militância enfrentar essa nova situação.

As lembranças do dia do golpe ainda estão presentes nas memórias dos protagonistas da seguinte forma:

Eu era, evidentemente, como uma liderança expressiva em nível nacional. Eu era alvo do ataque dos setores de direita. Por exemplo: no período que antecedeu ao golpe militar, havia uma grande campanha no Rio de Janeiro, cujo slogan era o seguinte: “Já matou seu comunista hoje?”. E, simultaneamente, havia pichações dizendo que pessoas de esquerda deveriam ser assassinadas. Então, por exemplo, eu me lembro no Rio, lista de pessoas que deveriam ser assassinadas: Brizola, Arraes; eu, que na época era presidente da UNE, então era muito visado. Tanto que eu estava em Brasília, no Congresso Nacional, no dia, inclusive na sessão em que o então senador Aldo Moura Andrade declarou a vacância do cargo, ou seja, na verdade, a formalização do golpe militar, e eu protestei na galeria da Câmara dos Deputados. Houve uma tentativa de me prender e, no dia seguinte, forças do Exército estavam na Supra para me prender. Eu então de imediato, saí de Brasília

fui para Goiás, fiquei algum tempo numa fazenda, depois fui para o Uruguai. Eu e o Betinho nos encontramos [...] isso foi em 1964. Depois do golpe, eu fiquei algum tempo na fazenda, deve ter sido abril, maio, por aí. E, em maio, junho, eu estava saindo do Brasil. Eu e o Betinho nos encontramos no Mato Grosso (ARANTES, 1998).

Eu era empregado no Departamento de Energia do Estado da Bahia e voltei a me apresentar no dito departamento, logo quando terminou o golpe. Quando as coisas serenaram um pouquinho, eu voltei e fui lá e me apresentei. Quando eu cheguei, no primeiro dia de trabalho, recebi um recado. Aí, nesse primeiro dia, eu recebo um chamado do secretário para eu me apresentar a ele, naquele dia, naquela hora, naquele momento. Eu fui. Era no mesmo prédio. Lá ele disse: Olha, Haroldo, nós não temos nada contra você, temos até... aliás, eu te respeito, te conheço, conheço tua família, conheço as coisas todas, mas você está vendo o que está acontecendo aí. Então, em benefício seu, e em benefício meu, eu acho bom você ir embora. Aí, eu fui despedido no primeiro dia. Passei um certo período, do ponto de vista profissional, desempregado, até que, eu pego um jornal e, vejo lá, General Eletric: procuram-se engenheiros. Fui lá, me apresentei à General Eletric. Estava presente, lá, um cara que era brasileiro, mas descendente de americano, chamado James Terril. Para ele, eu disse logo de saída: Olha, seu James, eu quero dizer que eu, você sabe o que aconteceu no Brasil, agora e, eu sou de esquerda, fiz política estudantil, muita. E, por conseguinte, já perdi o emprego; fui perseguido. Quero dizer logo essas coisas para o senhor para começar. Se isso for problema para o emprego, então a gente já encerra a conversa aqui. Nem eu perco tempo nem o senhor perde tempo. Para o senhor não descobrir isso depois, estou logo dizendo, a mi-

nha implicação é grande e acabou a história. Então, a situação é essa. Ele falou: não, mas eu fico muito satisfeito em saber disso, porque é desse tipo de gente que nós gostamos, nós sabemos que é gente séria, é gente decidida. Então, se o senhor quiser fazer um teste. O senhor faz o teste e, se passar, ótimo. Eu fiz o teste, passei e comecei a trabalhar na GE (LIMA, 1998).

Como se pode perceber, um oferece como dispositivo da memória as lembranças dos embates ocorridos no Congresso Nacional; o outro, as lembranças marcadas pela ida ao trabalho. Ambos reconhecem sua liderança, bem como os desdobramentos da sua militância política, à época, quando afirma o primeiro ser “muito visado”; e o segundo, “eu sou de esquerda. Fui de esquerda, fiz política estudantil, muita. E, por conseguinte, já perdi o emprego; fui perseguido”. Porém, os militantes e as agremiações progressistas da época não contavam com o poder dos militares por muito tempo. Para eles, o golpe seria algo passageiro, motivo pelo qual a visão predominante está expressa na frase do segundo narrador, quando diz “logo que terminou o golpe”.

No período imediatamente após o golpe, as decisões, em sua maioria, eram tomadas por meio de atitudes individuais, dado o desmantelamento das instituições e, somente em seguida, após contatos entre os membros da organização à qual pertencia cada um dos militantes, iam se tornando uma decisão do coletivo, como afirmou o primeiro narrador: “Eu então de imediato, saí de Brasília, fui para Goiás, fiquei algum tempo numa fazenda, depois fui para o Uruguai [...] em maio, junho, eu estava saindo do Brasil.

Eu e o Betinho nos encontramos no Mato Grosso”. Logo após o golpe, muitos militantes foram exilados, outros se autoexilaram, muitos foram presos de imediato, outros em seguida. Os que ficaram no país e os que, mesmo tendo saído do país, depois retornaram, optaram pela organização da resistência ao autoritarismo.

Sobre a experiência do exílio, ocorrido logo após o golpe, diz Aldo Arantes:

[...] nós resolvemos sair para, no momento seguinte, rearticular inclusive a ação Popular. Foi isso que fizemos. Fomos para o Uruguai, eu e Betinho, que éramos dirigentes nacionais da Ação Popular. Lá convivemos um bom tempo, com várias pessoas, o Brizola, que estava lá, Almino Afonso, que também estava, e várias lideranças que estavam no exterior. E eu, durante esse período, vim várias vezes ao Brasil, clandestinamente, procurando rearticular a Ação Popular. Então, em julho de 1965, eu volto em definitivo para o Brasil, em seguida o Betinho também volta, e nós rearticulamos a Ação Popular num encontro realizado em São Paulo (ARANTES, 1998).

O protagonista guarda em suas memórias a experiência do autoexílio como um momento de preservação da continuidade da luta política, de fuga de uma possível prisão, de preparação da luta pela resistência, de democratização das decisões a serem tomadas. Esse tipo de experiência é bem diferente de experiências de exílio, imposto pelas forças repressivas após o final da década de 1970.

Em 1966, os militantes da Ação Popular participaram do Movimento contra a Ditadura, um dos sustentáculos do voto

nulo. Ao lançar um documento sobre os principais aspectos a serem discutidos pela AP, eles destacaram os seguintes pontos: a) a etapa atual do desenvolvimento do marxismo; 2) o caráter da sociedade brasileira, semicolonial e semifeudal; 3) a revolução nacional e democrática; 4) a guerra popular como caminho da revolução; 5) o partido – reconstruir um partido no Brasil; 6) a *Integração na Produção*. Tais questionamentos, de maneira geral, eram também objeto de reflexão das organizações políticas progressistas existentes à época.

Observa-se ainda que a *Integração na Produção* constituía-se em um dos pontos importantes para a entidade, como reconhecem Lima e Arantes (1984, p. 70): “O último ponto dizia respeito à necessidade da integração na ‘produção’ como meio para a transformação ideológica dos militantes da AP, em sua maioria de origem pequeno-burguesa”. Certamente, essa preocupação existia devido ao fato de serem essas agremiações políticas compostas por jovens das camadas médias da sociedade, especialmente estudantes, intelectuais e artistas, mas que visavam mudanças estruturais. Essa intervenção atendia aos interesses dos trabalhadores em geral e dos operários em particular.

Mais adiante, quando da incorporação a um partido político já existente, as divergências entre os militantes da Ação Popular foram se aprofundando e criando-se basicamente dois grandes grupos: os que diziam que já existia um partido que expressava esse pensamento no país e os que reconheciam a existência de um partido. A discordância tinha como objeto central de análise as possíveis etapas de uma idealizada revolução no país e a existência

ou não de resquícios feudais na sua formação social, tendo sido este tema amplamente debatido na historiografia brasileira.

Esse debate era de teor semelhante aos dilemas existentes entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mas o que predominou no documento foi a ideia de iniciar a *Integração na Produção*. Em São Paulo e na Bahia, em 1967, mesmo antes de ser aprovada nacionalmente nos fóruns da entidade, inicia-se tal processo, que foi intensificado a partir do segundo semestre de 1968 (ressalte-se que o AI-5 ocorreu em dezembro de 1968) e ao longo do ano de 1969. Em 1970, houve um forte declínio e a entidade passa por um intenso debate interno, a exemplo de outras agremiações, que se desestruturaram exatamente após o AI-5.

A “proletarização” ou a *Integração na Produção* dos membros da AP partia da ideia de que a agremiação tinha em sua composição social, em sua origem, essencialmente jovens estudantes, na maioria, advindos das chamadas camadas médias. Assim, para conhecer a realidade dos trabalhadores do país, tais jovens estudantes precisariam experimentar o cotidiano dos trabalhadores, executar os mesmos trabalhos, morar nos bairros populares, vestir-se com roupas simples, utilizar os mesmos meios de transporte, alimentar-se dos mesmos cardápios, entre outras medidas capazes de manter a rotina dos trabalhadores, para com isso colocarem suas ideias em prática.

Diante do golpe, com a clandestinidade, para além dessas medidas, fazia-se necessário ainda mudar a identidade, ou seja, apresentar-se com outro nome e procurar não deixar que as demais

pessoas percebessem sua origem social. Isso por si já demandava uma estratégia de clandestinidade.

Para Haroldo Lima, o contexto internacional estimulava os jovens militantes a ingressar nos movimentos de resistência, pois:

[...] o exemplo de Che que, tendo tomado o poder, um ministro de Estado largou tudo para voltar a empreender a marcha em busca da liberdade de países oprimidos, calava fundo no coração, particularmente da juventude, como cala até hoje. Também na China, naquela época, era uma época da chamada grande revolução cultural proletária. Essa grande revolução é uma realidade complexa, porque, hoje, nós sabemos que ela foi um fator de atraso na China. Predominaram ideias anárquicas, absurdas, destrutivas, desorganizadoras da vida econômica, da vida política, e mesmo da vida cultural chinesa. Mas, na época, nós não tínhamos essa ideia. O que aparecia pela imprensa de lá para cá, o eco que nos chegava da revolução cultural, era um eco positivo, era a revolução cultural levantando-se com bandeiras como: ousar lutar, ousar vencer. A necessidade de pensar alto e mobilizar as massas, acreditar no povo, construir um futuro, essas ideias todas que nós pensávamos que eram ideias positivas. E, sem dúvida, são. Nós não estávamos bem informados sobre como era a aplicação prática dessas ideias naquele processo político que estava em curso na China. Só viemos saber disso bem depois. E passamos a ter uma atitude crítica (LIMA, 1998).

Tudo o que significasse dedicação à causa, mobilização das massas, acenava para os jovens como modelo paradigmático de heroísmo. Os jovens se sentiam tocados pelo exemplo de uma liderança política que significasse para eles um arquétipo

de dedicação, coragem e abnegação. Hoje, ao lembrar o passado, o narrador o analisa com o olhar filtrado por experiências diversas, inclusive de saída e ingresso em outras agremiações, de atuação clandestina e institucional, de forma que, aquilo que ele chegara a chamar de “grande revolução cultural proletária” passa a ver como “uma realidade complexa, porque, hoje, nós sabemos que ela foi um fator de atraso na China”.

O olhar filtrado pelas experiências contribui, inclusive, para identificar na comunicação um elemento importante para a sedução das ideias, pois a comunicação é também permeada pelos valores de quem a informa e é por isso que o narrador diz: “Só viemos saber disso bem mais tempo depois”.

É nesse contexto que os jovens, em curto tempo, defendem diferentes posições políticas. Foi essa ideia de foco guerrilheiro e de guerra popular que predominou nas agremiações partidárias existentes à época. As experiências de transformações sociais re-vigoravam as forças dos jovens, não importando se a experiência era advinda de Cuba, da China ou do Vietnã. A empolgação dava sentido à militância. Somente com o tempo é que as ideias foram se apresentando de maneira clara para os militantes. Com isso, o que aparentemente eram as referências de unidade para construir a luta, passam a ser diferenças para distinguir os modos de fazer política. A influência da China predominou na Ação Popular, inclusive no que se refere ao processo de *Integração na Produção*.

A aproximação ou o distanciamento das agremiações ocorreu com diferentes militantes, inclusive com os da Ação Popular e os do Partido Comunista do Brasil.

[...] Ou seja, a concepção que vinha da Ilha de Cuba, era de que um foco guerrilheiro poderia desencadear o processo de revolução. Foco guerrilheiro esse que seria montado de cima para baixo, a partir de um grupo de homens audazes, que tomariam determinadas posições e desencadeariam o processo etc. e tal, sem um prévio trabalho, longo trabalho junto às massas. [...] recebemos o convite dos camaradas chineses para ir à China. E aí nós fomos à china [...] quem foi, propriamente, à China foi Aldo Arantes, foi sozinho. Ele foi à China e, na China, os camaradas chineses deram uma explicação a ele mais minuciosa sobre a concepção que os chineses defendiam sobre o que eles chamavam da Guerra Popular, que é a concepção de Mao Tsé-Tung. Com toda essa riquíssima experiência chinesa e vietnamita da Guerra Popular, naquele instante, estava se dando a Guerra do Vietnã; nós também começamos a nos empolgar pela Guerra do Vietnã etc. E de repente descobriam que os chineses tinham sobre esse assunto uma larguíssima experiência e era bastante diferente da experiência foquista. Eles tinham, inclusive, uma opinião muito crítica da experiência foquista. Quando Aldo chega aqui, no Brasil, com todas essas palestras e todas essas anotações ouvidas lá, na China, e nos passa isso, passa para a reunião da direção, aí, nós começamos a nos dar conta de que o melhor era aquilo mesmo, aquilo era que estava certo, que nós estávamos num caminho equivocado. E, aí, nós resolvemos rejeitar a teoria do foco, criticá-la expressamente. Fomos, inclusive, tomados de uma agradável surpresa quando descobrimos que o PCdoB, paralelamente, já tinha criticado essa teoria do foco, não a aceitava. E, nós da AP, até certo ponto, tínhamos incorporado, nós também passamos a criticá-la e começamos a examinar a possibilidade de, no Brasil, se desenvolver a resistência armada, nos moldes do que na China

eles chamam de uma Guerra Popular, que é uma guerra de massas etc. Isso nos levou a um trabalho no campo e a um trabalho na *Integração na Produção*. Nós éramos, naquela época, [...] muito jovens ainda, oriundos de um movimento estudantil, todos eram profissionais liberais, engenheiros, advogados, economistas, estudantes. Precisávamos, do ponto de vista da Guerra Popular, era de uma guerra no campo, com camponeses, e nós precisávamos nos relacionar com esse meio. A Integração na Produção vem então no desdobramento dessa concepção. Nós fomos, diversos de nós, um contingente, razoavelmente numeroso, tudo organizado, premeditado, planejado: deslocávamos duplas, vai essa dupla, às vezes era uma dupla de um homem e uma mulher, às vezes era o marido e a mulher. Às vezes, eram três, o marido, a mulher e o primo de um deles. E, fomos do Maranhão ao Rio Grande do Sul (LIMA, 1998).

As divergências de posições refletiam visões de mundo distintas e envolviam um profundo debate teórico. No entanto, tais posições políticas precisavam atingir as pessoas comuns; caso contrário, não seriam capazes de mobilizar e realizar as tão almejadas transformações. Para tanto, as agremiações políticas elaboravam as chamadas palavras de ordem, as quais se apresentavam como síntese de suas estratégias e táticas.

Naquela época, três palavras de ordem chamavam a atenção: “O povo armado derruba a ditadura; [...] o povo na luta derruba a ditadura e [...] o povo organizado derruba a ditadura” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 85). Essas palavras de ordem refletiam o debate de setores progressistas do país acerca da possibilidade ou

não do enfrentamento armado para realizar as transformações da sociedade. Mas que, certamente estavam longe da vontade de parcela expressiva da sociedade, especialmente a ideia de que o povo armado derrubaria o aparato estatal. Não por acaso, os militares passaram longos 21 anos no poder, mesmo com muitas lutas e organização de resistência.

A *Integração na Produção* foi a forma encontrada pelos membros da Ação Popular para conquistar a influência dos trabalhadores e, sobretudo, para “transformar ideologicamente” seus membros. Segundo Lima e Arantes (1984, p. 110): “[...] A Integração na Produção apareceu como a forma por excelência e a mais elevada para promover a ‘transformação ideológica’ dos militantes da AP, oriundos da pequena burguesia”.

O Ato Institucional Nº 5, de um lado intensificava a repressão no país, e, de outro, provocava nos jovens um envolvimento maior na luta pela resistência:

Eu entro na clandestinidade [...] e vou para a Zona do Cacau, num lugar chamado Guararema, onde eu me integro como um trabalhador rural e começo a trabalhar nas fazendas de cacau. Começo a trabalhar nas fazendas de cacau, eu e outras pessoas, que estavam ali, fazendo esse mesmo trabalho [...] é o Ato 5, então, o recrudescimento enorme da repressão e nós com mais firmeza ainda na ideia de que agora, mais do que nunca, é necessário fazer o trabalho de *Integração na Produção*, junto ao movimento camponês, trabalho de preparação da resistência armada, no interior. E era o que estávamos fazendo. No interior, mas também nas capitais (LIMA, 1998).

Eu fui preso com a decretação do AI-5. Quer dizer, exatamente em 1968, quando há a decretação do AI-5, eu sou preso nesse pequeno distrito do interior que hoje, na verdade, é uma cidade. Sou preso lá, são presos também minha mulher e meus filhos que tinham 3 e 4 anos. Os filhos ficam presos durante 4 meses e meio, entende? Agora, ocorre que eles me prenderam com o nome frio, quer dizer, eles não conseguiram identificar a minha verdadeira identidade, o que fez com que eu tivesse mais flexibilidade. Terminei fugindo da prisão (ARANTES, 1998).

O primeiro narrador, ao dizer “Eu entro na clandestinidade, me retiro da vida legal”, manifesta com precisão o significado da experiência de clandestinidade: a mudança abrupta de uma rotina de vida. Se no momento imediatamente após o golpe, a clandestinidade se apresentou como uma possibilidade para os militantes, com o AI-5, a clandestinidade passou a ser uma estratégia de sobrevivência sem retorno, quase que uma imposição aos militantes.

Em outras palavras, “A vida legal” significava ser identificado pelo seu próprio nome, em seus próprios locais de trabalho, moradia e estudo, vivenciando a rotina regular de suas vidas. *Clandestinidade* significava ingressar no mundo do anonimato, modificar constantemente seus próprios nomes, seus locais de moradia, abandonar os estudos, cortar o contato com os amigos e, às vezes, até mesmo com a família; ou seja, mudar radicalmente suas rotinas de vida.

A vida na clandestinidade tinha suas “vantagens”. O deslocamento e o anonimato dificultavam o reconhecimento das lideranças, como afirma o segundo depoente: “Eles me prenderam com o nome frio, quer dizer, eles não conseguiram identificar a minha

verdadeira identidade, o que fez com que eu tivesse mais flexibilidade”. A repressão não intimidava os militantes, pelo contrário, para alguns até revigorava a militância, como disse o primeiro narrador: “Agora, mais do que nunca, é necessário fazer o trabalho de *Integração na Produção*”.

Como pudemos observar, o aumento da violência desencadeada pelos militares com o AI-5, em vez de resolver os conflitos na sociedade, através da imposição do medo aos militantes que promoveram a resistência, pelo contrário, radicalizou suas formas de luta. Tudo isso com consequências muito mais gravosas para a sociedade brasileira.

As lembranças dos protagonistas desenham o cenário em que se formou esse grupo de militantes, atores que, naquele contexto, por opção ou não, deixam uma vida modesta nas grandes cidades para ingressar no universo do anonimato.

A partir de 1969, a *Integração na Produção* exigia o deslocamento de região. Esse deslocamento propiciava maior segurança aos membros da agremiação, mas provocava a quebra de vínculos entre os membros da agremiação e os trabalhadores e a sociedade em geral. Além do que, as frequentes mudanças de locais de atuação exigiam ainda, um volume expressivo de recursos financeiros.

Nota-se que os “integrados na produção” eram, em boa parte, possuidores de bens ou tinham uma base de apoio possuidora de bens passíveis de serem doados para atender às necessidades da organização, seja através de sua utilização direta, seja dos recursos obtidos após sua venda, em benefício da militância política. Tal fato aponta a gravidade do momento político do país e, em decorrência

dela, a demonstração do grau de envolvimento do militante ou amigo com a causa; porém, também indica a notória diferença entre os trabalhadores do campo e os da cidade, aos quais desejavam se assemelhar. Nem por isso deixa de se apresentar como um gesto de coerência dos militantes com seus ideais.

Ou seja, as condições eram adversas, devido ao momento político, mas também pelo fato de os atores terem mudado o *habitus* de classe. Os depoimentos revelam muito bem as condições em que se formou o *habitus* do militante clandestino.

Em março de 1971, foi realizada a terceira reunião ampliada da direção nacional da Ação Popular. Constava da pauta o debate sobre o anteprojeto do programa básico, estatutos da organização e as eleições para o comitê nacional. Nesse período, a linha política da agremiação já se aproximava da linha política do Partido Comunista do Brasil, especialmente em dois pontos: o internacionalismo proletário e a violência revolucionária.

Para além dessas questões, um acontecimento motivou alguns militantes da Ação Popular a se aproximarem da linha política do Partido Comunista do Brasil: a Guerrilha do Araguaia. As agremiações políticas que resistiram à repressão na cidade estavam quase totalmente desarticuladas, inclusive, as que se deslocaram para o campo, como foi o caso da própria Ação Popular. O Partido Comunista do Brasil, que havia deslocado parcela dos seus membros para a região do Araguaia, encontrava-se dirigindo uma guerrilha que, talvez, por se realizar numa região de difícil acesso, bem como ocorrer num período em que as demais agremiações encontravam-se desmanteladas, tornou-se o principal alvo da repressão.

Dessa forma, quando a guerrilha foi desencadeada, concentrou toda a atenção da repressão e também dos setores progressistas que acompanhavam os movimentos do governo autoritário. Ou, nas palavras de Lima e Arantes (1984, p. 156):

A partir de 1972 [...] também na região do Araguaia, por esse período, surgiu a intrépida resistência guerrilheira que ali se desenvolveu. O fato de o PC do Brasil estar dirigindo aquela heroica luta, elevou o prestígio do partido ao mais alto nível dentro da AP.

Em épocas de autoritarismo, mesmo as agremiações que primam pela democracia, utilizam-se de instrumentos autoritários para viabilizar sua ação política, no caso da incorporação da AP ao PCdoB, o mecanismo de ingresso dos membros da AP foi a cooptação:

Fomos, no mecanismo, válidos para as épocas clandestinas, que é chamado cooptação. A própria direção delibera incorporar um outro, *ad referendum* [...]. Nós entramos no partido, no momento e por causa da Guerrilha do Araguaia. O que apressou não foi a guerrilha; [...] mas a guerrilha apressou o processo da entrada do pessoal de AP dentro do PCdoB. Foi um gesto, assim, de dignidade daquela plêiade de jovens, revolucionários brasileiros, mostrando as características que têm também os jovens brasileiros, quando se dispõem a fazer certas coisas (LIMA, 1998).

Assim, em 17 de maio de 1973, o núcleo dirigente do comitê central da Ação Popular, na época denominada marxista-leninista,

divulgou a sua última circular, indicando o procedimento acordado entre as duas direções para firmar o ingresso da Ação Popular no Partido Comunista do Brasil, que não contou com o apoio unânime de seus membros. Os que divergiam, exigiam da coordenação da Ação Popular a realização de um congresso que discutisse o assunto e tomasse decisões. Para Haroldo Lima, que discordava da realização do congresso durante um período de intensa repressão:

Tinha a posição chamada da maioria e a posição chamada da minoria. Isso foi avançando, foi avançando, nós pensávamos que íamos resolver esse assunto num congresso clandestino que pensávamos fazer. Nesse meio tempo, surge o Araguaia. Quando surge o Araguaia, isso já em abril de 1972 [...] a repressão recrudescer com muita força; nós verificamos que o Partido Comunista do Brasil, que era o partido que nós estávamos nos dispor a fortalecer, estava necessitando de um apoio imediato. Ele estava no fogo da luta, estava numa guerra de guerrilha, lá no Araguaia, e que se nós parássemos para discutir o destino das coisas, elaborar documentos, preparar um congresso e só depois incorporar, poderia ser que, quando chegássemos para fortalecer o partido, o partido já tivesse sido gravemente golpeado ou coisas que o valha (LIMA, 1998).

Ao refletir sobre o ingresso de membros da Ação Popular em seus quadros, o Partido Comunista do Brasil afirma em seus documentos oficiais:

[...] Os grupos que fundaram a AP, organizavam-se num estrato popular ativo, o setor estudantil universitário da pequena burguesia [...] Sendo

resultado direto de um movimento de jovens estudantes, AP beneficiou-se, nos seus primeiros tempos, de certas características mais ligadas à mocidade: o ardor com que procura participar da luta do seu povo, a facilidade com que se deixa permear pelas ideias progressistas, a generosidade com que abraça as causas justas [...] A Ação Popular foi a organização pequena burguesia que mais se desenvolveu no país, a que teve vida mais longa. Chegou a ter uma razoável presença junto aos camponeses e aos operários, sendo o movimento estudantil, a força hegemônica desde seu surgimento, conseguindo manter o papel principal em dez gestões consecutivas da UNE, a partir de 1961 (LIMA; ARANTES, 1984, p. 162).

4

LEMBRANÇAS DO SEQUESTRO DO EMBAIXADOR AMERICANO

Neste capítulo, analisamos experiências de Fernando Gabeira e Vladimir Palmeira, relacionadas ao sequestro do embaixador americano. Para a reconstrução do contexto em que ocorreram os acontecimentos e as experiências de uma geração de jovens formados em tempos de autoritarismo e de participação em lutas armadas, especialmente aqueles que se utilizaram do aprisionamento de diplomatas reivindicando em troca, pela primeira vez no país, a liberação de presos políticos, recorreremos também aos depoimentos de outros militantes e militares que participaram da trama social, como forma de complementar e enriquecer a reconstrução das narrativas dos deputados.

TRAJETÓRIA DE VIDA DE FERNANDO GABEIRA E VLADIMIR PALMEIRA

Fernando Nagle Paulo Gabeira, escritor, jornalista e ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro (1998-2010), nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, a 17 de fevereiro de 1941. Filho de Paulo Gabeira e Izabel Nagle Gabeira, pertence a uma família de comerciantes do interior de Minas Gerais sem tradição de participação na política

do seu Estado, pelo menos no que se refere aos membros mais próximos. É casado e tem duas filhas, Tami e Maya.

Fernando Gabeira ficou dez anos exilado em diversos países, no período de 1970 a 1979. No Chile, testemunhou, em 1973, o golpe militar que derrubou Salvador Allende. Na Suécia, trabalhou na Rádio Suécia.

Foi candidato a deputado federal pelo Partido Verde, em 1986, e a presidente da República, em 1989; elegeu-se deputado federal pela primeira vez, em 1994, sendo reeleito em 1998; foi um dos mais influentes deputados do Congresso Nacional; foi o candidato mais votado no estado do Rio de Janeiro, em 2006; disputou uma vaga para prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em 2008; candidatou-se a governador do Estado do Rio de Janeiro, em 2010. Embora não obtendo êxito em nenhuma das duas eleições, Gabeira promoveu um debate intenso sobre a crise em que se encontrava e se encontra aquele Estado.

Em se tratando da sua trajetória de militante, ressaltamos seu ingresso na política, ainda quando secundarista, no movimento estudantil, em Juiz de Fora-MG, onde atuou como secretário-geral da União Juiz-Forânea de Estudantes Secundaristas, em 1958. Fernando Gabeira participou de uma greve geral dos estudantes contra o aumento da anuidade e, na oportunidade, foi convidado por um jornalista a participar do jornal de oposição, *O Binômio*.

Em 1963, Gabeira foi morar no Rio de Janeiro, onde trabalhou no *Jornal do Brasil* (1964-1968) e também no *Panfleto* (ligado ao ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola). Nesse período, o protagonista reconhece haver tomado consciência do golpe, o

que o fez ingressar nos movimentos de resistência. Na ocasião, saiu do país para fazer um curso na Inglaterra e voltou se sentindo mais empolgado para realizar mudanças no Brasil.

Em 1967, no Rio de Janeiro, o grupo que gozava de grande influência no movimento estudantil era liderado por uma organização revolucionária denominada Dissidência Comunista. À época, Gabeira gravitava em torno dessa organização.

Fernando Gabeira só ingressou na universidade quando já estava no exílio. Mesmo assim, não concluiu o curso. Atuou junto ao movimento estudantil através de um grupo de “jovens jornalistas”. Esse grupo tinha, entre outros objetivos, fazer a cobertura jornalística, recolhendo informações, através da elaboração de listas de presos políticos, desvendando o paradeiro destes.

Quando Gabeira participou do sequestro do embaixador americano **Charles Elbrick**, tinha 28 anos de idade e seu codinome era Honório Mateus. Foi preso em 1970, ocasião em que foi baleado pela polícia. Em junho de 1970, foi trocado pelo embaixador alemão **Ehrenfried von Holleben**. No exílio, esteve na Argélia, Cuba, Chile, Alemanha e Suécia. No sequestro, teve como tarefas alugar a casa que serviria de cativo, levar mensagens de Elbrick para a esposa e deixar a lista com os quinze nomes dos militantes que deveriam ser libertados em troca do embaixador, num supermercado no Leblon.

Do ponto de vista profissional, Gabeira foi cronista do *Zero Hora*, correspondente da *Folha de S. Paulo*, em Berlim, colaborador do jornal *Maariv*, Israel, das revistas *Interview* e *Marie Claire* e do Programa Radiofônico, da Rádio Gaúcha de Porto Alegre.

Como escritor, Fernando Gabeira destacou-se por ser um dos militantes da época de clandestinidade que primeiro escreveu suas experiências. Entre seus escritos, destacam-se: *Conversão sobre 68*, Editora Codecri, 1979; *O que é isso, companheiro?* (com traduções em espanhol, francês, italiano e alemão), Editora Codecri, 1980; *Crepúsculo do macho*, Editora Nova Fronteira, 1981; *Entradas e bandeiras*, Editora Nova Fronteira, 1982; *Sinais de vida no planeta Minas*, Editora Nova Fronteira, 1983; *Diário da crise*, Editora Rocco, 1984; *Greenpeace, a verde guerrilha da paz*, Editora Clube do Livro, 1986; *Vida alternativa*, Editora LPM, 1986; *Nós que amávamos tanto a revolução*, Editora Rocco, 1988; *Goiânia, rua 57, nuclear na terra do sol*, Editora Rocco, 1988.

Além da larga experiência parlamentar, entre os depoentes deste livro, Fernando Gabeira foi o militante político que mais nos ofereceu reflexões sobre acontecimentos ocorridos no Brasil nos anos de autoritarismo, através de suas produções literárias. Toda essa produção acenava para uma nova forma de fazer política, um novo perfil de militante e uma nova forma de organização política, expressas em sua atuação parlamentar. Tudo isso vai se refletir na trajetória política do ex-deputado, através de suas escolhas partidárias e de suas novas bandeiras de luta.

Vladimir Gracindo Soares Palmeira nasceu no dia 11 de dezembro de 1944, em Maceió, Alagoas. É filho do ex-senador Rui Soares Palmeira (da Aliança Renovadora Nacional – Arena) e de Maria Gabi Gracindo Soares Palmeira. É divorciado e tem dois filhos.

Regressou do exílio em 1979 e em 1980 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro, em 1982, mas se elegeu; foi eleito deputado federal constituinte,

em 1986, com mandato de 1987 a 1990. Vladimir foi membro titular da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica, da Câmara dos Deputados.

Após a Constituição de 1988, foi membro titular da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e suplente da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão Mista de Orçamento, da Câmara dos Deputados. Em 1990, Vladimir Palmeira foi reeleito. Em 1992, foi eleito líder da bancada do PT na Câmara. Em 2006, foi candidato a governador do Rio de Janeiro, em aliança com o Partido Socialista Brasileiro-PSB e o Partido Comunista do Brasil-PCdoB.

Foi casado com Ana Maria Palmeira, com quem teve uma filha; com Sueli Perez, teve a segunda filha; e com Regina Ângela Landim Bruno, nasceu a terceira filha.

Publicou o livro *União Soviética: há socialismo nisto?* (1982) e, em coautoria com José Dirceu, *Abaixo a ditadura* (1998). O livro *A esquerda armada no Brasil* (Antônio Caso – 1967-1971) contém depoimento de Vladimir sobre sua vida política na década de 1960.

Pertence a uma família de políticos: seu pai foi deputado constituinte (1946), deputado federal (1946-1955) e senador (1955-1968), pelo estado de Alagoas; Guilherme Palmeira, irmão de Vladimir, foi deputado estadual (1966-1978), governador de Alagoas (1979-1982), prefeito de Maceió (1989-1990), senador (1983-1999) e ministro do Tribunal de Contas da União-TCU (1999-2008); Miguel Palmeira, outro irmão de Vladimir Palmeira, foi deputado estadual em Alagoas, na década de 1980.

Aos seis anos de idade, foi morar no Rio de Janeiro. Ingressou no curso de Direito no ano de 1964 e, em 1966, foi eleito presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando ajudou a formar a Dissidência da Guanabara, cisão do PCB. Em 1967, Vladimir foi eleito presidente da União Metropolitana dos Estudantes. Participou ativamente das manifestações ocorridas na década de 1960, principalmente no ano de 1968. Ainda nesse ano, após a “passeata dos cem mil”, foi preso.

Vladimir Palmeira foi preso novamente, durante a realização do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, somente conseguindo sair da prisão após ser trocado, junto com outras lideranças políticas, pelo embaixador americano Charles Elbrick, quando foi exilado no México. Em seguida, foi exilado em Cuba, Chile e Bélgica. Na Bélgica, trabalhou na fábrica de autopeças Twin Disc Internacional e fez curso de Economia pela Universidade Livre de Bruxelas. Somente retornou ao Brasil após a anistia, em 1979.

O SEQUESTRO E A LIBERAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS

Em 1969, durante os preparativos da Semana da Pátria, símbolo de exaltação de força dos militares, após o AI-5, quando ninguém imaginava algo tão significativo sendo organizado pelos militantes, eis que estava sendo gestada uma ação que nem podia ser divulgada nem demandava tantos militantes para ser realizada como as mobilizações ocorridas em 1968. Foi exatamente esse fator

surpresa que contribuiu decisivamente para a realização e eficácia da ação: o sequestro do diplomata dos Estados Unidos, país mais influente no Brasil, e a liberação de presos políticos.

Charles Burck Elbrick, nascido a 25 de março de 1908, em Louisville, Kentucky, Estados Unidos, casou-se com Elvira Lindsay Johnson, com quem teve dois filhos. Começou a carreira diplomática em 1931, como vice-cônsul do Panamá, apesar de ter cursado a *Foreigner Service School*, escola que forma diplomatas americanos, somente em 1932. Trabalhou em diferentes países, mas, apenas em 1958, foi promovido a embaixador e designado para trabalhar em Portugal. Em 1963, foi transferido para a Iugoslávia. Veio para o Brasil em 1969, renunciando no ano seguinte. Morreu de pneumonia no dia 13 de abril de 1983, em Washington, aos 75 anos de idade²⁶.

Leiamos o que narra a imprensa, após os anos de autoritarismo:

1 – José Sebastião Rios de Moura fica de sentinela no Lago dos Leões, início da Rua São Clemente, esquina com a Conde de Irajá. A ele cabe fazer o sinal – levantar um jornal – quando avistar o Cadillac de Elbrick. 2 – De olho em José Sebastião, do outro lado do Largo, na esquina da Rua Marques com Humaitá, João Lopes Salgado e Vera Sílvia de Araújo Magalhães esperavam encostados num Fusca vermelho-grená. 3 – Mais abaixo, estacionado na Rua Marques, um outro fusca, azul, tem Cid Benjamin, ao volante, e Franklin Martins²⁷, no

²⁶ *Superinteressante*, setembro de 1994.

²⁷ Jornalista, foi líder estudantil e fez parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ; exilou-se em três países: Chile, Cuba e França; foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação do Brasil durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, até dezembro de 2010.

banco de passageiros. 4 – A pé, nas calçadas da rua Marques, quatro homens: Paulo de Tarso Venceslau e Cláudio Torres, do lado esquerdo; Virgílio Gomes da Silva e Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, do direito. A seis quadras dali, na Rua Vitório Costa, uma Kombi verde, com Sérgio Rubens de Araújo Torres, está estacionada. Por fim, há outros dois: dentro de um sobrado, na rua Barão de Petrópolis, 1026, no bairro Santa Tereza, Fernando Gabeira e Joaquim Ferreira aguardam²⁸.

A narrativa revela a posição de cada protagonista na realização do evento. Muitas informações foram publicadas também no próprio período em que ocorreu o sequestro, porém, à época, não se tinha informações precisas nem quanto ao papel desempenhado por cada um, muito menos os nomes de cada militante.

Segundo os organizadores do sequestro, o trajeto feito cotidianamente por Elbrick havia sido investigado. O embaixador saía de sua casa na rua São Clemente, 388, e passava pela rua Marques, em direção à embaixada americana, no centro do Rio de Janeiro. O cenário estava todo preparado para a ação, mas, justamente no dia do sequestro, o diplomata atrasou-se. Consta nos depoimentos que a ação foi planejada para ser executada pela manhã, mas, devido ao atraso de Elbrick, acabou sendo realizada durante a tarde.

A distribuição e a disciplina rigorosa no cumprimento das tarefas poderiam levar ao sucesso ou ao insucesso do grupo. Certamente, uma ação como essa demandava experiência, e parcela expressiva das lideranças estavam presas, por isso mesmo sequer imaginavam a possibilidade de uma ação dessa natureza ser realizada, tamanha a ousadia do feito.

²⁸ *Superinteressante*, setembro de 1994.

Consta ainda nos depoimentos que o movimento do grupo que realizou o sequestro despertou a desconfiança da proprietária de uma das casas da rua Marques, dona Elba Souto Maior, casada com o comandante Souto Maior, da Marinha, a qual estava recepcionando possíveis compradores para a sua casa. Ao observar o movimento na rua, dona Elba ligou para a polícia e comunicou que havia pessoas e carros estranhos circulando na área.

A polícia compareceu ao local, consultou a central, através do rádio, e considerou que estava tudo normal. Se os carros tivessem sido revistados, os militantes teriam sido pegos portando bombas caseiras, feitas com latas de leite, granadas também caseiras, cujos pinos de disparo eram peças de bicicleta, revólveres, duas metralhadoras INA e nenhum documento de automóvel.

O clima era de tensão e insegurança, porém de disciplina e de crença no coletivo. Naquele contexto, além da disciplina, eram imprescindíveis algumas habilidades para lidar com atos ilegais: roubar um carro, usá-lo com documentos falsos e portar armas. Tudo isso sinaliza o cenário onde se formou parcela de militantes, entre os quais alguns que passaram a ocupar importantes espaços institucionais, inclusive a Câmara dos Deputados. Demonstra ainda as condições em que foi formado o *habitus* do militante clandestino.

Leiamos o que diz uma reportagem, 25 anos após o acontecimento:

6 – Às 14h30, aponta o cadillac preto, modelo 1968, placa CD-3. Rios levanta o jornal. 7 – Quando entra na rua Marques, o cadillac é obrigado a parar pelo fusca azul, que finge manobrar. Imediatamente, o fusca vermelho, já conduzido por

Rios – que corre até ele, assim que o embaixador passa – impede que a limusine fuja de marcha à ré. 8 – Os quatro da calçada tomam o carro diplomático de assalto. O automóvel tem vidros à prova de bala, mas estão abertos; trava elétrica, mas está desativada. Elbrick está só com o motorista. O guarda-costas, Jofre Evangelista, não o acompanha. “Be quiet!”, berra Paulo de Tarso, entrando pela porta da direita, da frente, e rendendo o motorista. Tem um 38 na mão. Ao mesmo tempo, arranca os fios do rádio que fazem comunicação com a segurança da embaixada. No volante, fica Cláudio Torres, que tem o cuidado de tomar o quepe do motorista emprestado. Atrás, Virgílio Gomes da Silva se senta à direita de Elbrick; e Manoel Cyrillo, à esquerda. Ambos armados de revólveres. 9 – feita a tomada, os carros arrancam. Os três automóveis dão a volta no quarteirão e pegam a rua Humaitá. Passando o Largo dos Leões, avançam seis quadras e dobram à direita, na Rua Vitório Costa, onde a Kombi, com Sérgio Rubens na direção, que está esperando, assume a ponta do comboio²⁹.

Tudo parecia conspirar favoravelmente à realização do sequestro. Enfim, foi conquistado o controle da personalidade que poderia se transformar em objeto de troca dos militantes. Elbrick estava só com o motorista. O guarda-costas, José Evangelista, não o acompanhava.

10 – Em cinco minutos, o comboio chegava à Rua Maria Eugênia, esquina com a Caio de Melo Franco. Para. Achando que vai ser morto, Elbrick agarra a arma de Virgílio. Manoel Cyrillo desfere

²⁹ *Superinteressante*, setembro de 1994.

uma coronhada na testa do embaixador, que não desmaia, mas fica quieto. No banco da frente, o motorista começa a gritar, com sotaque forte: “Schifaisfavoire, não façam mal ao embaixadore!”. Era português, embora os sequestradores apostassem que o motorista seria um superagente americano. Nome: Custódio Abel da Silva. Havia trabalhado com Ellbrick, em Lisboa, e veio com ele para o Brasil”³⁰.

A partir do momento em que sequestrou o embaixador, o grupo logo tomou a iniciativa de mudar os carros que participaram da operação, afinal, o diplomata estava se dirigindo ao seu local rotineiro de trabalho, onde era aguardado e qualquer atraso despertaria a atenção de seus seguranças.

Segundo os depoimentos, no percurso, na rua Maria Eugênia, Elbrick é transferido para a kombi. Sérgio Rubens deixa a kombi e sai caminhando, a pé, e Cláudio Torres sai do volante do cadillac e assume a direção da kombi. O cadillac foi abandonado. Nessa ação os militantes elaboram um manifesto que, em troca da vida de Elbrick, contém duas exigências: ser o documento publicado nos jornais (o que, de fato, aconteceu no dia seguinte), e a liberação de quinze presos políticos a serem apontados no dia seguinte. Também ficou abandonado na rua o fusca azul.

A partir de então, a ação foi realizada por um pequeno grupo de pouco mais de uma dezena de pessoas, que passaram a ter sob controle uma única personalidade, sem agitações públicas, sem procurar se dirigir aos populares para pedir, exigir ou ter

³⁰ *Superinteressante*, setembro de 1994.

qualquer pretensão de obter apoio, mas que acreditavam ser elemento importante para estabelecer um “diálogo” entre forças repressivas e os militantes.

Naturalmente, esse “diálogo” não seria através de conversas amigáveis, mas de ações. De um lado, os militantes com o poder de decidir pela vida do diplomata americano; de outro, as forças repressivas que também podiam decidir pela vida de parcela expressiva dos militantes. Com certeza, os militantes que participaram do sequestro não chegaram a pensar o que fazer com suas próprias vidas, pois devem ter imaginado que tudo terminaria com a fuga dos que executaram o sequestro. Jamais imaginavam que suas ações estavam contribuindo para dar início a outros sequestros de diplomatas.

Segundo as narrativas, avisada pelo motorista do embaixador, a polícia chegou ao local e encontrou, dentro do fusca, uma bomba e um vidro de clorofórmio, que serviria para fazer Elbrick dormir, mas que não fora usado.

[...] às 14h55, a Kombi se esconde na garagem do sobrado nº 1026 da Rua Barão de Petrópolis, no Bairro de Santa Tereza, onde Fernando Gabeira e Joaquim Câmara Ferreira estão esperando. (Ali também está Antônio de Freitas Silva, o Baiano. Sindicalista, vindo do Nordeste, fugido da repressão, é um hóspede dos guerrilheiros. Mas não tem a participação nenhuma no sequestro). Os dois fuscas, o vermelho e o bege, dispersaram-se pelo caminho. A Kombi foi encontrada na mesma garagem pela polícia, na noite de 7 de setembro, domingo, horas depois da liberação de Charles Elbrick [...] Tirando a coronhada que tomou na

testa, o embaixador americano foi bem tratado. Ficou o tempo todo num quarto de 3 por 2,5 metros no sobrado de 16 cômodos, na Rua Barão de Petrópolis, 1026, no bairro de Santa Tereza (hoje transformado num cortiço) [...]. Desde o final da tarde de 4 de setembro, dia do sequestro, o sobrado onde Elbrick ficou cativo passou a ser vigiado. Durante 24 horas por dia, havia sempre uma perua Rural Willys do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), ocupada por seis agentes, a quarenta metros do número 1026, bem na boca do túnel Rio Comprido³¹.

Da mesma forma que ninguém imaginava a realização do sequestro, também não se podia prever qual seria de fato a reação dos jovens militantes que detinham em seu poder a vida do embaixador americano. Esse assunto provocou discordâncias internas nas avaliações feitas entre militares: alguns achavam que deveriam invadir o cativeiro e resolver o impasse; outros pensavam que o melhor seria obedecer ao pedido do governo americano, o qual não queria que fosse tomada qualquer atitude que viesse a comprometer a vida do diplomata.

Vejamos o depoimento de Roberto Nogueira Médici, assessor do pai, general Emílio Garrastazu Médici, durante todo o período que ocupou a presidência da República (1969-1974):

Para se ter uma ideia da temperatura do mundo militar daqueles momentos, basta que se diga que, pela primeira vez na História do Brasil, uma guarnição do Exército, no Rio de Janeiro, em protesto contra a decisão da Junta Militar que

³¹ *Superinteressante*, setembro de 1994.

governava o país, de libertar presos políticos em troca da vida do embaixador americana, recusou-se a desfilhar no sete de setembro de 1969 (MÉDICI, 1995).

Pouco antes das 6 da tarde do domingo, 7 de setembro, o mesmo fusca vermelho-grená, usado na captura do embaixador, chega à Barão de Petrópolis. O motorista, Cid Benjamim, estacionado a poucos metros do Túnel Rio Comprido, fora do campo de visão dos agentes Cenimar. Dois minutos depois, outros dois fuscas, um branco e outro bege – que também tinha participado da captura – param em frente ao sobrado. João Salgado Filho, Franklin Martins e Manoel Cyrillo entram na casa e saem carregando uma sacola com uma metralhadora INA, bombas e revólveres. Vão para o fusca vermelho, tendo de passar obrigatoriamente ao lado da Rural Willys. Nesse instante, sai da casa Cláudio Torres Venceslau. Torres toma a direção do fusca branco. Gabeira senta no banco traseiro e Paulo de Tarso assume o volante do Fusca bege. Os últimos ocupantes deixam a casa: Virgílio Gomes da Silva, Joaquim Câmara Ferreira e, para espanto do Cenimar, o embaixador Charles Elbrick.³²

Consta dos depoimentos que tudo isso aconteceu sob o olhar atento do Cenimar. Saiu o comboio com os militantes e o diplomata, seguidos pelos agentes dos órgãos de repressão. Elbrick é deixado no largo e volta de táxi para sua casa. O embaixador levou consigo um presente dos sequestradores: um livro de poemas de Ho Chin Mim, em inglês.

³² *Superinteressante*, setembro de 1994.

Com efeito, não se trata de um sequestro qualquer, haja vista a história não ter registrado sequestros que culminam com presentes. O próprio presente não era uma lembrança qualquer, mas um presente simbólico, um livro de uma das lideranças da revolução cultural chinesa, que por ironia do destino, fora escrito na língua materna do diplomata. Assim, o presente pode ser visto como mais um ato ousado dos jovens, o que não deixa de expressar um gesto afetivo; afinal, tratava-se de um livro de poemas dado a um homem que conhecia bem a importância da cultura.

Realizado o sequestro, solicitada a liberação dos presos políticos, restava materializar a transferência dos presos políticos para o exílio, a qual é narrada da seguinte forma:

A fotografia dos 13 presos políticos libertados em 1969, por exigência dos sequestradores do embaixador americano Charles Elbrick, é o retrato de formatura da oposição radical ao regime militar. Nenhuma imagem dos anos de chumbo seria tão conhecida quanto a do grupo reunido pela primeira e última vez na Base Aérea de Galeão³³.

De fato, uma fotografia é capaz de revelar a memória de momentos muito particulares, especialmente porque ela tem a capacidade de “congelar” aquele momento, como se na vivência humana real isto fosse possível. Essa fotografia passou a ser ícone da memória publicizada sobre os sequestros. Nesse sentido, ela serve muito mais como dispositivo de memória, ou seja, algo capaz de acionar as lembranças plurais daquele momento.

³³ *Época*, 26 de abril de 1999, texto de Fábio Altman e fotos de Alexandre Sant’Anna.

Vladimir Palmeira, por exemplo, lembra o dia do sequestro, dizendo: “Tava doido para sair da cadeia [...] Mas, quando fui informado, naquela manhã, de que estava na lista dos presos trocados, fiquei com medo de morrer”³⁴. O desejo de sair da prisão e o medo das implicações decorrentes da troca pelo embaixador, certamente, não eram exclusividade do protagonista, mas sentimentos próprios daqueles jovens que vivenciaram momentos de muita tensão. Afinal, todo o país e personalidades de outros países estavam voltados para o desenlace do sequestro.

Faltavam 15 minutos para as 17 horas quando os prisioneiros começaram a entrar no Hércules. Foram postos em bancos laterais, frente, cinco de um lado, oito do outro. Entre eles, dez soldados da Aeronáutica. O comandante da travessia foi o major Egon Reinisch. Ele se aproximou da turma para um comunicado: “Vocês estão algemados porque este não é o voo normal. Trata-se de uma missão delicada. Eu os levarei até o México, com escalas em Recife e Belém. Peço a vocês tranquilidade. Minha obrigação é entregá-los às autoridades mexicanas quando chegar lá. Fica proibido conversar entre si. Se quiser ir ao banheiro, chame o soldado”. Às 17h03, o motor do Hércules roncou. A turma de 1969 partia para o exílio [...] na escala no Recife, às 21h30, deu-se um dos momentos de maior emoção da travessia rumo ao exílio: Gregório Bezerra, o legendário líder pernambucano do Partido Comunista Brasileiro, aos 69 anos, e depois de cinco e meio de cadeia, aparecera na lista e estava sendo embarcado (o 15º foi Mário Roberto Galhardo Zanconato, o Schu-Schu, que subiria em Belém) [...]³⁵.

³⁴ *Época*, 26 de abril de 1999.

³⁵ *Época*, 26 de abril de 1999.

A imprensa divulgou a chegada dos militantes, às 15 horas, na cidade do México. Lá, o grupo foi levado para o Hotel do Bosque, no centro da cidade. Entre os brasileiros que esperavam, encontrava-se Francisco Julião, líder das ligas camponesas e deputado federal cassado e exilado no México desde 1964. Um mês depois da chegada dos militantes ao México, dos 15 exilados, dois permaneceram no México e 13 foram para Cuba. Na pequena ilha, foram recepcionados por Fidel Castro, à época, símbolo de heroísmo e fonte de inspiração para essa geração de jovens no mundo inteiro, especialmente para aqueles que construíram suas utopias desejando fazer transformações sociais.

Após o Ato Institucional Nº 5, em 13 de dezembro de 1969, instalou-se no país a fase mais repressiva do autoritarismo. A radicalização instalada pelas forças militares teve de imediato uma contraofensiva dos segmentos de esquerda. Grupos armados continuaram realizando sequestros de diplomatas. As ações destacaram-se também porque, até então, grupos de resistência priorizavam assaltos a bancos, apropriando-se dos recursos e destinando-os às ações realizadas pela guerrilha urbana e rural; porém, a partir do sequestro do Sr. Elbrick, no dia 4 de setembro de 1969, inaugurou-se uma nova fase de luta política.

Segundo o depoimento do próprio assessor do presidente Médici, “[...] tudo começou a assumir as dimensões de uma guerrilha com o sequestro do embaixador americano, em meados de 1969, ainda no governo Costa e Silva” (MÉDICI, 1995). Com certeza, nem os militantes nem os militares poderiam imaginar os desdobramentos de suas ações. Tal como afirma Arendt (1972,

p. 120): “Quem quer que inicie um ato deve saber que apenas iniciou alguma coisa cujo fim ele não pode nunca predizer, ainda que tão somente por seu próprio feito já alterou as coisas e se tornou ainda mais imprezível”.

Como vimos, estudar memória significa, ao mesmo tempo, estudar as representações do passado no presente, ou seja, o que é feito do passado no presente. Narrar um passado longínquo é também falar das marcas do passado incorporadas ao presente, bem como narrar o presente significa falar sobre um passado incorporado e corporificado em presente. É nesse jogo de fluxos de temporalidades que verificamos as narrativas de militantes políticos, de integrantes de grupos, sejam eles considerados progressistas ou conservadores.

É como se a lembrança ficasse como reminiscência do que deve ser glorificado pela alegria ou pela dor que causou cada ação. No primeiro caso, como “saudosismo”, e, no segundo, como uma “experiência” que não deve ser repetida. Essas lembranças existem, seja pelas narrativas dos acontecimentos, seja pelo impedimento da narrativa (ou seja, quer o indivíduo se negue a falar, quer ele se encontre com qualquer tipo de bloqueio que o impossibilite falar sobre o assunto).

Entre outras razões, esse acontecimento deixou as autoridades militares surpresas, pois tratava-se de sequestradores inexperientes, que possuíam uma estrutura de apoio precária, mas que enfrentavam a estrutura repressiva com um forte instrumento: a determinação e a convicção de seus ideais, pondo em risco as suas próprias vidas. Elementos esses difíceis de ser mensurados pelos militares.

Vejamos o depoimento de uma das participantes do sequestro:

Éramos uns 40 militantes e uns 30 simpatizantes da Dissidência. Considerávamos que não tínhamos estrutura suficiente para fazer a ação sozinho, então chamamos a Aliança Libertadora Nacional (ALN), uma organização mais militarizada que a nossa. Era uma questão mais logística. Eu, por exemplo, que era do Comitê Central da organização, assim como o Daniel Aarão Reis, ainda tinha condições de circular pela zona sul do Rio, antes do sequestro. Nós estávamos num processo de acumulação de forças, nunca fazíamos ações de conflito, mas ações bem preparadas em que não ocorressem tiroteios. Pensávamos num processo insurrecional, de ação vanguardista, e então decidimos que iríamos pegar o homem, isto é, o embaixador americano. E esperávamos que dessa ação resultasse um rebuliço social. Mas nós não éramos uns bobos. Ao contrário, a gente estudava desde teóricos mais evidentes, como Marx e Engels, até Kant, Hegel, líamos Caio Prado Jr., Wanderley Guilherme – isso a gente chamava Organização Para-partidária, as OPPs, e antes de entrarmos para a organização mesmo. Ainda nas OPPs, em termos práticos, fazíamos algumas ações para testar o futuro quadro, como tirar a placa de um carro etc. [...]. Mas nós pensávamos também em romper com os preconceitos da família, com os casamentos formais – a gente se casava, mas não era coisa formal – queríamos romper com a virgindade [...] na verdade, fizemos mais ações armadas do que guerrilha. Eu me digo ex-militante de uma causa, não guerrilheira. Peguei em armas, não que eu gostasse, mas era preciso fazer [...] não éramos todos estudantes: o João Lopes Salgado era ex-militar que estudava Medicina, e o Jonas, o comandante da ação, um operário de origem camponesa³⁶.

³⁶ Vera Sílvia Magalhães, em entrevista concedida a Helena Salem, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01 de maio de 1997.

Como vimos, tratava-se de um grupo de militantes que discutia clássicos que abordavam teorias da transformação social no mundo. Os dados, entretanto, indicam a fragilidade do grupo, pois eram poucas dezenas de militantes e simpatizantes envolvidos nos eventos, os quais talvez visassem ampliar seus quadros com a radicalização das ações. Era um grupo que tinha um núcleo dirigente maior que sua área de influência, assim como outras organizações políticas da época. Esse era cenário do momento.

Assim sendo, a necessidade de procurar parceria para execução da ação significava o envolvimento de uma outra organização, mas, sobretudo, demonstrava a inexperiência militar do grupo idealizador, o que revela o despreparo dos grupos, mas também a inviabilidade da proposta na sociedade brasileira. Um dos espaços mais visados pela repressão para procurar os jovens militantes era a Zona Sul do Rio de Janeiro, tendo em vista que parcela significativa desse público era composta de jovens advindos das camadas médias, sendo muitos deles filhos de diplomatas, políticos, senadores da República e até mesmo militares.

As experiências práticas desses jovens militantes eram bastante limitadas e centradas em ações como a troca da placa de um carro, no entanto, tratava-se de jovens com forte determinação em mudar os valores morais até então muito arraigados em sua formação: a virgindade, o casamento, entre outros.

Nesse processo, essa geração de lideranças construía valores como solidariedade, amizade, justiça, democracia e liberdade, tendo como eixo central a luta de um coletivo que ansiava mudanças, atributos inerentes ao militante clandestino. Esses jovens

consideravam estar vivendo um momento de acumulação de forças, não conseguiam admitir o lado perverso da realidade que revelava o fato de estarem juntos como sendo significativo e indicador do grau de estreitamento do espaço público. Agarravam-se ao conhecimento teórico como se isso os tornassem mais experientes, por serem conhecedores de autores e de experiências de transformações sociais no mundo.

Sem dúvida, essa é uma geração de militantes que tem impregnadas as marcas do conhecimento literário e de um enorme sentimento coletivo, um grupo de militantes que somente encontrava sentido em suas ações se voltadas para a defesa de um coletivo, mas isso não era o suficiente para realizar transformações na sociedade. Mesmo assim, suas lutas por liberdade foram decisivas para a conquista da democracia no país.

Para os organizadores, o sequestro não foi um ato aventureiro, espontâneo ou fruto do desejo individual de cada participante. Para que se realizasse, foi necessário todo um ambiente político favorável ao acontecimento. Para Daniel Aarão Reis Filho:

[...] Havia um contexto muito favorável, que era a doença do Costa e Silva e o poder estava meio desbaratado, enfrentando muitas contradições: eles tinham impedido a posse do vice-presidente, haviam composto uma junta militar. Embora a ditadura não estivesse ameaçada, a cúpula do poder estava relativamente fragilizada. Daí a ação ter sido pensada para a Semana da Pátria, para desestabilizar ainda mais o poder. E a terceira dimensão da ação foi tirar 15 prisioneiros políticos. Pensamos que, com um homem desses na mão, o embaixador norte-americano, não iríamos

trocá-lo só pelo Vladimir, mas fazer uma lista. Primeiro, pensamos em cinco, depois em dez e depois em 15. A lista tentava ser ecumênica: juntavam-se os três militantes da organização que estavam presos – o Vladimir, a Maria Augusta e o Ricardo Villas Boas – e pessoas representativas das demais organizações. Até mesmo o Gregório Bezerra, que era do Partidão, a gente incluiu para dar essa dimensão ecumênica à ação. Vale dizer que nós, na época, estávamos animados por toda uma perspectiva catastrófica, que era de que a ditadura iria se radicalizar cada vez mais e, portanto, os presos, mesmo aqueles com sentenças pequenas, iriam apodrecer na cadeia. Daí a ideia de libertá-los. Logo depois da ação, pelo impacto que ela teve, nós tivemos a compreensão de que, se tivéssemos pedido a libertação de todos os presos políticos, a gente teria conseguido. Mas éramos muito imaturos para ter, naquele momento, a dimensão do peixe graúdo que nós havíamos pescado e o impacto que provocamos³⁷.

Para os militantes, o sequestro ocorreu num momento em que os militares se encontravam em intensas disputas internas e, paralelamente, tendo de conduzir o mais importante evento da memória dos militares: a Semana da Pátria. Dessa forma, enquanto a alta hierarquia das Forças Armadas disputava o poder político, enquanto as camadas médias da hierarquia militar conduziam a comemoração da Semana da Pátria, um pequeno grupo de jovens, inexperientes, planejava e executava o sequestro do embaixador americano.

Esses jovens, portanto, dada a insegurança em relação ao destino dos presos políticos em mãos da repressão, elaboraram uma

³⁷ Em entrevista concedida a Helena Salem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01 de maio de 1997.

lista de lideranças progressistas presas para compor a relação dos nomes que seriam trocados pelo embaixador americano. Tiveram a preocupação de garantir, no momento da elaboração da lista, a participação de diferentes agremiações partidárias que conduziam a resistência ao autoritarismo, existentes à época.

Tal fato, se por um lado tenta demonstrar a unidade dos setores progressistas, mesmo em condições adversas, por outro lado também se constitui em importante base de apoio para as ações do grupo. Com efeito, Vladimir Palmeira era destacada liderança no movimento estudantil, era também filho de um senador da República – fato este explorado pela imprensa –, porém ocupava importante espaço nos meios de comunicação pela liderança que exercia junto aos movimentos organizados à época.

Vale ressaltar ainda que a mudança do número de pessoas para compor a lista indica o grau de improvisação da ação e o desconhecimento do significado do sequestro do embaixador americano. Além disso, ao se referir ao componente do Partido Comunista Brasileiro – o Partidão –, Gregório Bezerra, com a expressão “até mesmo”, o protagonista enfatiza o fato de o PCB ter optado pela luta pacífica, diferentemente das demais organizações que partiram para a luta armada. Mesmo tendo tomado tal decisão, o PCB seria contemplado na lista, tendo incluído nela o nome de uma das suas maiores lideranças. Afinal, o grupo imaginava que a cadeia seria a estação final.

Outro dado interessante é que os prisioneiros que compunham a lista desconhecem a inclusão de seus nomes, como reconhece Palmeira:

Minha mulher me avisou que o Marighella ia tentar me tirar da cadeia. Pedi a ela que pelo o amor de Deus, ele não fizesse isso, que eu o achava um porra-louca. Mas quando fizeram o sequestro, eu não sabia que sairia. Um dia eles me acordaram de madrugada e me mandaram fazer as malas. Eu pensei: “Pronto, sequestraram o americano e agora vamos pagar o pato!”. Me empurraram para dentro do camburão. Dois policiais murmuraram no meu ouvido que, em represália ao sequestro, iam matar dez presos políticos. Me preparei para morrer. Nesse momento, entraram o Zé Dirceu e o Travassos, que me contaram que estávamos na lista para sair em troca do embaixador americano³⁸.

À época, o contato do prisioneiro com o mundo exterior era feito através da visita dos familiares, mas isso ocorreu somente com quem foi preso até o ano de 1969. De 1969 até 1974, os prisioneiros quase não tinham contato com seus familiares ou advogados; em geral, eram transferidos de cadeia para cadeia para dificultar a localização e, conseqüentemente, uma possível soltura, ou pedido de liberdade. Nesses termos, Palmeira discorda das ações armadas realizadas à época. A morte iminente era um sentimento de qualquer preso político, uma vez que, a partir de 1968, com o AI-5, a prisão significava um passo para a morte, seja das sequelas da tortura, seja por desaparecimento.

³⁸ Vladimir Palmeira, *Teoria e Debate*, 17, 1º trim. 1992.

UMA PEQUENA TAREFA E O INGRESSO EM UM EVENTO QUE GANHOU IMPORTÂNCIA

Para viabilizar o sequestro do embaixador americano, necessitava-se um local que servisse de cativo para o refém. Esse local surgiu a partir da ideia de se ter um espaço físico para a imprensa da Dissidência a Guanabara. É nesse processo que se registra a participação de Fernando Gabeira no sequestro, como afirma Daniel Aarão Reis Filho:

Uma coisa que essa frente das Camadas Médias reclamava muito era de que não tínhamos uma imprensa autônoma. Daí, com o dinheiro colhido nas exposições, compramos uma máquina Mutilite – uma máquina de mimeógrafo mais sofisticada – e a instalamos numa casa na rua Barão de Petrópolis. E a única maneira de termos aquela casa sob controle estrito da organização era colocar um militante alugando a casa. O Gabeira era o único militante que tinha essa condição, era mais velho para a época, já tinha sido jornalista – nesse momento, ele já estava profissionalizado pela organização – era um cara que estava nas Camadas Médias e ia gerenciar a Mutilite. O Gabeira foi ser assim a capa legal da casa. Essa casa era para ser muito preservada, na perspectiva inicial, porque seria a casa da nossa imprensa clandestina [...] o Gabeira entrou na ação assim, ele só soube do que ia acontecer no próprio dia da ação. Nós, naturalmente, o prevenimos para que ficasse em casa [...] o Gabeira, como jornalista muito talentoso, tinha vindo para a organização em 1968 e passou a atuar num organismo que chamávamos de frente das Camadas Médias: uma frente de

atuação na classe média [...] Essa frente tinha o objetivo de organizar todo esse pessoal em apoio às ações armadas que, desde de abril de 1969, tinham se tornado o foco principal de atuação da organização. Na verdade, tínhamos dois focos de ação principais: as ações armadas e as ações de agitação nas fábricas. E um terceiro foco importante de apoio a esses dois era o foco nas classes médias, e o Gabeira fazia parte dessa frente³⁹.

O nome de Fernando Gabeira entra na execução da ação por ser síntese de um perfil necessário para alugar uma casa que tinha como objetivo uma imprensa clandestina. Para tanto, necessitava-se de alguém que aparentasse ter idade relativamente avançada, se comparada à idade média do grupo; ser um profissional já inserido no mercado de trabalho; ter influência nas camadas médias; tarefa não muito difícil para o grupo, pois em geral os jovens vinham dessas camadas sociais.

O fato de Gabeira ter tomado conhecimento da ação somente no próprio dia, como afirma o protagonista, não era algo assim tão miraculoso, afinal, essa prática de a direção planejar e o conjunto executar era muito comum entre todas as organizações, especialmente em época de clandestinidade. Porém, a partir da publicação do livro contendo memórias autobiográficas de Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, iniciou-se um debate acerca da autoria, planejamento e execução do sequestro, polêmica essa ampliada com a exibição das memórias reveladas no filme de mesmo nome, dirigido por Bruno Barreto.

Para os organizadores do sequestro:

³⁹ Em entrevista concedida a Helena Salem, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01 de maio de 1997.

Houve um erro na locação da casa, porque o proprietário, no ato da negociação, olhou para o Gabeira e perguntou: “Escuta, vocês não são terroristas não, né?”. E mesmo assim a casa foi alugada. Ou seja, uma casa com esse tipo de problema não poderia ser alugada para ser aparelho de imprensa da organização. Aliás, não poderia ser alugada para nada, o negócio deveria ter sido desfeito no ato. Pois bem, isso foi evidentemente uma falha porque essa informação foi dada. O Gabeira passou essa informação para a direção da organização, mas a avaliação que a direção fez, eu participei dessa discussão, foi no sentido de que isso seria um problema, e a casa foi utilizada em função das suas qualidades de localização para a operação. Então, dentro da casa, o papel do Gabeira era simplesmente de dono da casa, aquele que tinha alugado a casa e, fora dela, cumpriu algumas funções junto comigo: dar telefonemas e colocar os recados para a imprensa⁴⁰.

Ora, o fato de existirem tarefas determinadas para quem estava dentro ou fora da casa, ou mesmo de realizar uma tarefa dentro e outra fora da casa, não significava que o ator não tivesse participação na ação ou mesmo que esta fosse uma tarefa simples. Tais polêmicas surgem a partir da publicação dos escritos autobiográficos de Gabeira, que revelam lembranças e memórias construindo significados diferentes, segundo temporalidade, atores e lugares distintos.

Neste livro, entretanto, interessa rememorar fragmentos de acontecimentos e neles destacar a participação de Fernando Gabeira, pois

foi este o ator que, posteriormente, assumiu uma vaga na Câmara

⁴⁰ Hamilton Otávio de Souza, *Revista Edusp*, São Paulo, junho de 1997.

dos Deputados e é essa a trajetória do ator em análise.

Assim, num contexto particular como o descrito, qualquer pequena ação podia ser decisiva ou desastrosa para o desfecho do sequestro. Naquela época, como podemos observar no depoimento do ex-integrante da Dissidência da Guanabara, determinadas tarefas, embora fossem fundamentais, somente poderiam ser realizadas pelos chamados segmentos das camadas médias: o aluguel de uma casa em um bairro tido como não popular na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. No caso do aluguel da casa que servira como cativo do embaixador americano, embora Reis Filho tente secundarizar a relevância da tarefa de Gabeira, podemos constatar, em sua própria fala, a importância dessa ação na medida em que foi Gabeira que efetivamente viabilizou o contrato da casa que possuía qualidades estratégicas para a ação.

Quanto à autoria do sequestro, o grupo da Dissidência da Guanabara passou por um impasse que logo fora resolvido. A Dissidência era um grupo relativamente conhecido entre os militantes progressistas, porém quase desconhecido entre as forças repressivas, assim, como a repressão havia liquidado um grupo de oposição, próximo à data do sequestro (que a própria repressão denominou de Movimento Revolucionário 8 de Outubro), os militantes da Dissidência da Guanabara decidiram por assinar o sequestro em nome do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, como forma de fortalecer os grupos de resistência aos militares.

Nessa direção, afirma Gabeira:

Na época, o nome era Dissidência Comunista,

mas com a destruição de um grupo chamado Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em Niterói, as pessoas foram presas e resolvemos dar esse nome para sacanear um pouco com a polícia, para dizer: “Olhe, não acabou, tá vendo?”. Tinha outro com esse nome. E funcionamos muitos anos com esse nome: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (GABEIRA,1998).

Quando a polícia teve acesso à casa que servira de cativeiro, um paletó serviu como importante elemento de investigação. Tratava-se de uma roupa confeccionada por um alfaiate, possível de ser identificada. Tão logo fora localizado o alfaiate, localizou-se também o proprietário do paletó e, conseqüentemente, um dos autores do sequestro, o que resultou na prisão de militantes. Como afirma Hamilton Otávio de Souza:

Exatamente o paletó esquecido pelo Gabeira, porque eu não o esqueci, deixei lá intencionalmente. Eu pedi ao Gabeira que o retirasse e ele se esqueceu de fazer. É esta a história da minha prisão. Não estou querendo cobrar nada do Gabeira, mas eu acho apenas lamentável que, no livro, ele tenha escrito que eu fui preso porque eu não teria tirado o paletó da casa⁴¹.

Talvez devido a essa e outras informações, recaíam sobre Gabeira responsabilidades e cobranças, as quais, somente em pesquisas destinadas exclusivamente a esse tipo de investigação possam ser apuradas. Aliás, há muitos depoimentos que, como o supracitado,

⁴¹ Revista *Edusp*, São Paulo, junho de 1997.

são carregados de mágoas dos militantes da época, especialmente quando envolvem desaparecimento, prisão, tortura e morte. Talvez porque diante de tais circunstâncias seja muito natural que se apreciem outras possibilidades de ação existentes à época. Este constitui um dos desafios do trabalho com memória: falar sobre memória significa falar sobre uma ação que ocorreu no passado, portanto, ressignificada por ritos e símbolos diferentes.

ENTRE OS PRESOS POLÍTICOS, VLADIMIR

O fato de ser filho de um homem público com trajetória conservadora constituía tanto uma preocupação quanto um reconhecimento para Vladimir, conforme afirmou em entrevista, concedida ainda no ano de 1968:

[...] passei de reacionário a progressista, como todo estudante de classe média. Saí de uma família tradicional para lutar contra tudo aquilo que é tradicional e errado em nome da sociedade. Passei de um individualista de classe média a um coletivista, na universidade⁴².

O protagonista acena em duas direções e expressa com fidelidade o sentimento e a trajetória de parcela de jovens da sua época: de reacionário a progressista. Reacionário era aquele que contribuía com as ações do governo ou se omitia das mobilizações

⁴² Vladimir Palmeira. *Fatos e Fotos*, 11 de junho de 1968.

da oposição; progressista era aquele que participava ativamente ou não de ações que buscassem mudanças. Como em geral os jovens vinham das camadas médias, a trajetória traçada por Vladimir Palmeira não lhe era peculiar.

Nesse contexto, as universidades brasileiras constituíram-se em espaços importantes de denúncia do autoritarismo, por isso mesmo, como reconhece o jovem, a universidade foi um espaço destacado para aqueles que queriam se inserir nos projetos políticos coletivos de mudanças.

A propósito, Vladimir Palmeira, quando na direção dos movimentos, tinha uma postura discreta, separando as relações políticas das familiares, e isso na imprensa ajudava a alimentar a polêmica sobre sua atuação política. Vejamos o que disse uma vez aos repórteres:

Meu negócio é política, rapaz. Se você veio aqui me procurar é porque eu tenho um certo tipo de atuação. Não interessa então o homem Vladimir, a família do Vladimir, a roupa que ele veste ou a comida que ele come, nem se é um moço triste ou um moço alegre. Interessa é sua atuação política, como líder estudantil, e sobre isso eu falo⁴³.

Já naquela época o ator distinguia bem os diferentes espaços sociais: o público e o privado. Por isso mesmo não permitia debater em público desejos e opiniões que tratassem de sua vida pessoal, aliás esse é um traço comum aos que se inserem ou desejam se inserir na política. Talvez por ser filho de um senador de partido

⁴³ Vladimir Palmeira. *Realidade*, agosto de 1968.

conservador, sentisse o dilema: ter um pai como ente querido e, ao mesmo tempo, um adversário político.

Ainda nessa entrevista Vladimir Palmeira declara:

Um dia veio um bobalhão aqui e, entre uma série de outras tolices, me perguntou se eu era marxista. Ora, em primeiro lugar, ninguém tem nada com isto, se eu sou ou não. Em segundo lugar, nós somos todos muito moços e nenhum de nós pode dizer ainda se é marxista ou não, se é isso ou aquilo, ou não. Agora é que estamos a estudar as coisas; agora, por exemplo, é que eu estou tendo uma porção de coisas que é preciso ler, inclusive Marx. Não posso ainda dizer se sou marxista ou não. Agora só se fala em Marcuse. Ainda não li nada de Marcuse e seria desonesto se dissesse que o conheço [...] Mas garanto que 90% das pessoas que andam falando em Marcuse por aí, não o leram, tanto quanto eu. Eu apenas não falo, então, em Marcuse⁴⁴.

A irreverência de Vladimir não era apenas com os profissionais da imprensa, ele também possuía uma maneira muito espontânea de lidar com seus companheiros de luta. Reconhecia publicamente seus limites de conhecimento teórico, enquanto muitos faziam questão de se autointitular marxistas. Afirmava pouco ou nada haver lido de Marx e de Marcuse, teóricos em evidência à época. Mais ainda: fazia questão de emitir juízo de valor sobre essa informação, ou seja, afirmar ser conhecedor significaria ser desonesto.

Na família, seu envolvimento com a política, mesmo na contramão das ideologias de seu pai, não o impedia de ser admirado.

⁴⁴ Vladimir Palmeira. *Realidade*, agosto de 1968.

Recebia alguns elogios, às vezes, exagerados, dignos de um pai:

Vladimir é um menino muito inteligente e bom. Sempre foi o mais alegre da família, sempre estudou muito e se interessou pelas causas do país, lendo desde muito cedo livros sobre política brasileira. Aos seis anos já discursava por um copo de leite [...]⁴⁵.

Afinal, não se tratava apenas de um pai, mas de uma autoridade pública que se encontrava em plena atividade política. Como tal, tinha, direta ou indiretamente, conhecimento mínimo das represálias comandadas pelos governos autoritários e vivia em permanente dilema, mas diante da militância de seu filho, restava-lhe dar:

[...] conselhos que todo pai pode dar a um filho, adverti-lo dos percalços que iriam pontilhar-lhe o caminho. Nunca tentei, porém, que deixasse de ser jovem [...] Decorre da coincidência de ser pai e homem público. O pai sente, admito que sofra. [...] Vladimir está preso. Todos sabem, mas alguns se espantam. O que parecia estranho era não o terem detido antes, tão citado que foi. Falava-se que era por ser filho de senador. Agora posso dizer que esta razão jamais influiu⁴⁶.

Talvez a angústia de Vladimir em insistir na diferenciação de sua pessoa da pessoa de seu pai fosse também reflexo do mesmo tipo de angústia vivenciada por seu genitor, o qual, apesar

⁴⁵ Depoimento de seu genitor ao *Correio da Manhã*, 27 de junho de 1968.

⁴⁶ Depoimento de seu genitor ao jornal *Folha de S. Paulo*, 23 de agosto 1968.

de reconhecer-lhe a liderança conquistada, preocupava-se com o futuro de seu filho, pois, no auge do autoritarismo, o país vivia momentos de prisões e exílios que, mais adiante, foram reforçados com tortura e desaparecimento de lideranças políticas.

Esse debate na imprensa incomodava Vladimir: “Querem saber das brigas que eu tenho com meu pai, ou que não tenho, das coisas que faço e que deixo de fazer”⁴⁷. A fala do protagonista revela a angústia de um homem público: tudo que lhe é de interesse particular passa a ser cobrado publicamente. A rigor, naquele momento, Vladimir não tinha dimensão do significado de sua liderança, não compreendia que, por mais que ele desejasse separar sua vida pessoal e familiar, estavam em jogo interesses políticos. Ou seja, o que fazia ou deixava de fazer, como seria tratado ou não, qual a sua opinião sobre as ideias de seu pai, constituíam-se em elementos importantes a serem avaliados, tanto pelas forças repressivas como pelos demais jovens que, como ele, optaram por organizar manifestações contra o autoritarismo. Afinal, expor maneiras de agir e pensar no espaço público é também se posicionar. Mesmo que alguém diga alguma coisa sem ter a pretensão de se aliar a este ou àquele pensamento, o simples ato de tornar públicas suas ideias significa um posicionamento favorável ou contrário à ideia de outras pessoas.

⁴⁷ Vladimir Palmeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de setembro 1968.

O LIVRO AUTOBIOGRÁFICO E O FILME: UMA APROPRIAÇÃO DO PASSADO

Este livro não contemplava inicialmente análises sobre apropriação do passado em obra de artes, como um filme, por exemplo; no entanto, dada a visibilidade do evento, incluímos algumas considerações introdutórias sobre o assunto, uma vez que o filme é uma forma de expressão da memória publicizada.

Sobre o cinema como arte da memória, tornam-se relevantes as observações feitas por Almeida (1999, p. 38), quando afirma que

[...] a inteligibilidade de um filme acontece nesse misterioso intervalo entre os cortes e as cenas escolhidas para serem vistas, editadas e montadas, de acordo com a possível e efetiva produção final de um filme, com tudo de artístico e de ideológico do momento da produção desse filme.

Ou seja, a narrativa cinematográfica reflete um conjunto de elementos que compõem suas realizações: as histórias a serem narradas, a performance dos atores, as visões de mundo dos que a dirigem e a produzem, bem como dos que a assistem.

Assim, para o autor, o cinema é a arte da memória, pois parte de narrativas da realidade social e a ela se apresenta, permeado por olhares filtrados, construindo novas memórias, ritualizando “em imagens agentes, visuais e sonoras, as imagens e locais que espectador fiel deve recordar ao cogitar passado, o presente e o futuro de sua vida” (ALMEIDA, 1999, p. 56).

O cinema, enquanto arte, tem especificidades que contribuem

para atrair ouvintes: curto tempo de duração e dispensa o domínio da leitura, para compreendê-lo (nos referimos especialmente ao uso da língua materna). Tudo isso torna o cinema uma arte capaz de atrair grandes públicos. Por esse motivo, Hauser (1998, p. 982), analisando a história social da arte e da literatura, chama a atenção para o fato de que “o cinema significa a primeira tentativa, desde o começo de nossa moderna civilização individualista, de produzir arte destinada a um público de massa”.

Dos três eventos selecionados para constituir os cenários deste livro, o sequestro do embaixador americano foi o que mais ocupou espaço nos meios de comunicação, tanto na época do acontecimento quanto passados os anos de autoritarismo.

Sobre a eficácia do sequestro, diz o jornalista Elio Gaspari:

A patética Junta que governava o país aceitou as condições, nas últimas horas do próprio dia do sequestro (04/09/69). Esta informação foi divulgada na manhã do dia seguinte. Quem forçou a posição do governo foi o chanceler Magalhães Pinto, que naquelas horas teve como principal interlocutor o seu chefe de gabinete, Ítalo Zappa⁴⁸.

Diz ainda o jornalista e redator-chefe da revista *Veja*, Paulo Moreira Leite:

[...] de um pacote de quatro diplomatas sequestrados, entre setembro de 1969 e dezembro de 1970, o cativo de Elbrick foi um raríssimo sucesso espetacular e instantâneo da esquerda ar-

⁴⁸ Conforme os jornais *O Globo*, Rio de Janeiro, e *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 de maio de 1997.

mada, que entrou na história com um passivo de derrotas colossais e definitivas. Nos quatro dias em que aguardou pelo desfecho do episódio, o país falava do embaixador norte-americano no botequim, nas conversas de escola, nos jantares em família, na fila do cinema. Até o sequestro, o regime militar era só demonstrações de força: baixou o AI-5, suspendendo as garantias constitucionais, censurou a imprensa, cassou parlamentares, fechou o congresso e, na doença do presidente Costa e Silva, impediu a posse do vice legal, o civil Pedro Aleixo, substituído por uma junta militar, a dos três Patetas. Com o sequestro, o governo foi obrigado a ceder à ameaça de uma dúzia de militantes. Em sua maioria, eles eram estudantes com menos de 25 anos, que admiravam Che Guevara, definiam-se como guerrilheiros, achavam que o destino da Mãe Gentil estava ao alcance de um fuzil e, mais do que tudo, prometiam matar a sangue frio o embaixador da potência número um do planeta, caso não fossem atendidos (REIS FILHO et al., 1997).

A fala do jornalista sintetiza imagens construídas para descrever as lideranças que participaram de lutas armadas, bem como as ações realizadas, tendo em vista que o sequestro do embaixador americano constitui-se num marco para se pensar as ações armadas realizadas; tanto no que se refere às conquistas de seus realizadores (a liberação dos presos políticos), como às derrotas expressas no desencadeamento mais intenso de ações repressivas a partir de então. Além disso, essa fala denota o reconhecimento de que, diferentemente das demais ações militantes, o sequestro do embaixador americano constituiu-se também objeto de conversas no cotidiano de parcela da sociedade, especialmente aquela mais

informada e interessada em acompanhar os desdobramentos das medidas governamentais, daí porque os jornalistas se referem a escolas, bares e cinemas, espaços de sociabilidade muito usuais entre os jovens.

As memórias do sequestro ganharam os espaços públicos inicialmente com o lançamento de livros autobiográficos de Fernando Gabeira, especialmente *O que é isso, companheiro?*, que dedica um capítulo ao sequestro e, posteriormente, com o filme homônimo que, mesmo fazendo modificações – adaptado à linguagem cinematográfica – baseou-se no capítulo do livro de Gabeira.

A narrativa construída no filme gerou diversas polêmicas nos meios de comunicação. Ora, não se tratava de um reles romance, de uma banal aventura de jovens, mas sim de um período bastante conturbado da sociedade brasileira, marcado por ações políticas armadas, realizadas por agremiações que acreditavam estar construindo uma nova realidade no país. Ou seja, trata-se de memórias em disputa. Com efeito, a memória não é algo asséptico e desinteressado, mas um instrumento de disputa de poder, pois é fonte de construção de imagem de heróis, de bandidos, de coragem, de covardia, de mobilização, de apatia.

Além disso, o filme mescla dados e nomes reais e fictícios, ora se aproximando de um documentário, ora de uma ficção. Tudo isso reforçou a ideia de ocupar espaços dos meios de comunicação através da polêmica, bem como revelou as possibilidades diferentes de utilização das memórias, pois

[...] o cinema, ao mesmo tempo, cria ficção e realidades históricas, em imagens agentes e po-

tentes, e produz memória. Uma arte (no sentido atual) e, ao mesmo tempo, um artifício. Artifício que produz conhecimento real e práticas de vida. Grande parte do que as pessoas conhecem hoje e entendem como verdadeiro, só o conhecem por imagens visuais e verbais (ALMEIDA, 1999, p. 56).

Para Reis Filho:

Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a que sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem passa e estão em luta no presente. Inclusive porque, em larga medida, o controle do futuro passa, como se sabe, pelo poder sobre o passado, dado, por sua vez, aos que imprimem na memória coletiva a sua específica versão dos acontecimentos [...] Gabeira e Ventura seriam mestres nesse exercício. Amadurecidos e irônicos, condescendentes, oniscientes, por fora ou por cima do fluxo dos acontecimentos, levam pela mão de seus personagens, simpáticos incompetentes, em busca de uma utopia inalcançável. Em Gabeira o procedimento é mais marcado: a visão crítica do período, amadurecida coletivamente ao longo do exílio, é, retrospectivamente, localizada no fogo mesmo dos acontecimentos, concentrando-se no personagem principal. E assim, Gabeira/guerrilheiro ressurgiu deslocado da ingenuidade ambiente, reescrito pelo autor como uma superconsciência das tragédias que haveriam de vir. Essa atitude distanciada, crítica, irônica, a maioria dos leitores a desejava, e assim foi possível reconstruir o passado sem se atormentar com ele⁴⁹.

⁴⁹ Daniel Aarão Reis Filho, professor titular de História Contemporânea da UFF, ex-membro da Dissidência Comunista da Guanabara, no ano de 1969. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 33; e *Teoria e Debate*, 32, jul./ago./set. 1996.

Ora, se Gabeira não fora personagem principal na elaboração e execução do sequestro – conforme dito anteriormente – se não fora membro de direção central da agremiação da qual fez parte, como cobrar dele a postura de um dirigente que viesse rediscutir o assunto, preocupado com as repercussões dessa produção cinematográfica?

A prisão, o exílio e a clandestinidade dissiparam, distanciaram e dispersaram muitos dos militantes. Por isso mesmo, as inúmeras organizações surgidas desapareceram em grande parte, senão quase todas. Sobreviveram poucas, especialmente as que já existiam antes dos governos autoritários e as que surgiram no final dos anos 1970, procurando aglutinar novas concepções de partido.

Gabeira, ao vivenciar experiências distintas no exílio, retorna ao país embebecido de ideias novas, revendo e fazendo questão de apresentar essas novas ideias, e isso chocou setores da sociedade brasileira, em especial os que vivenciaram o período de autoritarismo que lenta e gradativamente foi, em parte, incorporando e destacando bandeiras levantadas inicialmente por ele: revendo a forma de fazer política dos segmentos progressistas; defendendo direitos para as minorias étnicas, sexuais; exigindo atenção para a ecologia; entre outras.

Obviamente, outros setores da sociedade levantaram essas bandeiras de luta como direitos sociais; porém, o que diferenciava Gabeira é que ele não só defendia, mas, sobretudo, transformou sua própria experiência em fonte de informações sobre as mesmas, iniciando uma série de publicações de livros autobiográficos, como, por exemplo, *O que é isso, companheiro?* e *O crepúsculo do macho*. No primeiro, revê suas posições políticas;

no segundo relata suas experiências no exílio, inclusive sexuais. Ora, se o protagonista estava revendo suas posições, seria um processo natural se reconciliar, ou como disse Reis Filho, pelo menos não se atormentar com seu passado.

Sobre o filme *O que é isso, companheiro?*, Helena Salem, socióloga, jornalista e mestra em História da Cultura, diz que:

Ao transformar o personagem de Fernando (Pedro Cardoso) no herói do filme, lhe é atribuído um espírito crítico, em relação aos demais que ele, como os outros militantes que atuavam nos vários grupos da esquerda e da luta armada, estavam longe de ter nos anos 60. No filme, ele é o intelectual do grupo, o único que faz uma reflexão mais livre, que teve a ideia do sequestro (o que não é verdade. Ele só soube da ação poucos dias antes), que escreveu o célebre manifesto, pedindo a liberação de 15 prisioneiros políticos (e um libelo contra a ditadura militar), lido em rede nacional, no horário nobre da televisão (na realidade, quem o escreveu foi o hoje jornalista Franklin Martins), e que, por todas essas razões, é tratado com um certo desdém, sobretudo pelo comandante da ação o sectário Jonas (Matheus Nachtergaele). Nada disso está no livro. Pode-se argumentar que o filme é obra de ficção, apenas uma adaptação livre da obra e, como tal, tem toda a liberdade de inventar. Mas, por outro lado, quando se utilizam os nomes verdadeiros de alguns personagens – de Jonas, do velho militante Toledo (Nelson Dantas) e do próprio Fernando Gabeira (procurando-se inclusive a semelhança física com ele), quando se localiza a data e o fato ocorrido, o argumento da ficção se esvazia. Essas pessoas e os acontecimentos, assim nomeados, existiram. Logo, algum compromisso com a verdade histórica deve haver⁵⁰.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 de abril de 1997.

Assim como o espaço público somente existe enquanto existirem visões plurais nele (ARENDR, 1989), as memórias somente podem ser construídas se consideradas as diferentes memórias em disputa (POLLACK, 1992). Assim sendo, cabe diferenciar as memórias manifestadas no livro e no filme. O livro, por ser uma autobiografia, tem um ator que é também autor de suas próprias palavras. Como tal, deveria primar pela “fidelidade dos fatos”, ou quando não desejasse publicizar divergências, deveria informar isso ao leitor. Daí porque ainda hoje Gabeira é cobrado pelas suas afirmações. Se desejava poupar alguém, e isso é uma possibilidade real, deveria tê-lo anunciado e deixar no anonimato. O filme, no entanto, deixa a desejar, pelo mesmo equívoco: de um lado, apresenta dados reais, nomes reais; por outro, possibilita a criação, alterando tais dados e acontecimentos. Agindo assim, é certamente passível de críticas.

Sob a ótica dos protagonistas que participaram do sequestro, vejamos o que diz Manoel Cyrillo (apud REIS FILHO et al., 1997):

Gostei quando os presos chegaram ao México. É uma cena boa de lembrar, foi nossa vitória. Também gostei da hora em que mostra o sequestro sendo noticiado na TV. Eu estava na casa, com o embaixador e outros. Foi um grande momento, para todo mundo. Devo ter chorado muito.

Como lembrar é também esquecer, para protagonistas é melhor lembrar os momentos agradáveis, possíveis de serem lembrados, gloriosos, vitoriosos; daí porque o protagonista prefere lembrar a

chegada do exílio, o noticiário na TV, pois esses foram, sem dúvida, importantes momentos do sequestro.

Vejamos alguns outros depoimentos sobre o filme:

O filme é uma boa aventura, mas como história é leviano⁵¹.

Ninguém é obrigado a considerar Jonas um herói pelo fato de ele ter pago por suas ideias e por sua militância um preço que poucos aceitaram pagar. Talvez ele fosse um homem mais rico interiormente do que admitem os preconceitos elitistas dos inventores do Jonas do filme. Ou, talvez, ele dê maior valor à liberdade e à dignidade que outras pessoas, e não fosse de regatear ou barganhar quando eles estavam em jogo. Nos tempos de luta armada, essa qualidade era chamada de “firmeza ideológica”. Hoje, com mais simplicidade, eu a chamaria de caráter. Jonas tinha caráter⁵².

O filme é mais que isso: é uma visão hipócrita dos anos 60. E também maniqueísta, *malgré lui*. Não estou afirmando que Bruno Barreto seja hipócrita. Apenas criou uma peça artística firmemente convicta de que podia lançar um olhar isento sobre o Brasil da ditadura militar. Só que o Brasil preso, torturado, calado humilhado, exilado, ficou sem voz, ausente da história oficial e do filme. Por consequência, sujeito à visão arrogante e hipócrita dos vencedores, os mesmos que educam a geração de Barreto, ainda bem jovem quando os fatos ocorreram⁵³.

⁵¹ Paulo de Tarso Venceslau. In: REIS FILHO et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 58.

⁵² *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1997.

⁵³ Izaías Almada, *Revista Adusp*, São Paulo, junho de 1997.

Em relação ao Jonas, ele evidentemente era um cara duro, você não pode ser um bom comandante de ação armada se for um cara extremamente gentil, um cara que, para cada decisão, reúne o grupo para saber o melhor caminho a tomar, isso não faz parte do ethos da ação armada, isso faz parte das exigências organizacionais de um grupo que se propõe a hostilizar e a combater a ditadura militar por meio de ações armadas⁵⁴.

Fui presa em março de 1970, numa panfletagem [...]. Fomos todos muito torturados. Eu levei um tiro na cabeça, tive uma convulsão cerebral, muita tortura psicológica também – estou pagando até hoje por isso [...]. A tortura é uma punição que te culpabiliza para o resto da vida e, para quem cedeu, mais dura ainda⁵⁵.

Mentira/verdade, criação/realidade, heroísmo/covardia, hipocrisia, maniqueísmo, arrogância, são palavras que, quando usadas pelos militantes, justificam ações e atores que compõem o cenário da trama social. O que constitui a representação de um tem seu oposto na representação do outro. Naquela época, a figura do herói estava associada à possibilidade da morte para proteger o coletivo; ou seja, o binômio clandestinidade-coletividade se expressa sempre que existe a iminência de prisões e mortes de militantes.

A própria autoria do manifesto publicado por ocasião do sequestro do embaixador americano é posta em questão, pois um documento dessa natureza, em circunstâncias normais, jamais seria elaborado e/ou aprovado por uma única pessoa, e isso não

⁵⁴ Hamilton Otávio de Souza, *Revista Adusp*, São Paulo, junho de 1997.

⁵⁵ Vera Sílvia Magalhães, em entrevista concedida a Helena Salem. *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 1997.

foi objeto de polêmica. No entanto, passado o período da ação, ao memorar os acontecimentos, essa atitude, que em tese seria criticada, passa a ser considerada heroica. Assim sendo, toda e qualquer ação ocorrida em circunstâncias extremas durante o autoritarismo, como foi o caso de todas as ações relacionadas ao sequestro do embaixador americano, são alvo de polêmicas. Entretanto, foi Fernando Gabeira que iniciou publicamente um processo crítico e autocrítico dos acontecimentos, talvez por isso tenha despertado o interesse dos profissionais da linguagem cinematográfica, bem como contribuiu para desencadear análises dos demais protagonistas dos acontecimentos ou dos que vivenciaram ou estudam a época.

Diante das narrativas, decorridas quase cinco décadas do acontecimento, chama a atenção o fato de que, mesmo diante de tanta polêmica, o autor do manifesto não tenha pleiteado para si a autoria do manifesto. Isso somente faz confirmar que a memória é uma disputa e que atende ao lugar, à temporalidade e aos sujeitos que a disputam.

5

REMINISCÊNCIAS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Para reconstruir as experiências vividas na Guerrilha do Araguaia, analisamos neste capítulo, as lembranças de José Genoíno Neto. Contudo, na tentativa de complementar essa reconstrução, recorreremos aos depoimentos de outros militantes que também participaram da trama social ora em pauta.

TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOSÉ GENOÍNO NETO

José Genoíno Neto⁵⁶ nasceu em Quixeramobim, Ceará, no dia 3 de maio de 1946. É o filho mais velho de Sebastião Genoíno Guimarães e Maria Laís Nobre Guimarães. Pertence a uma numerosa família de camponeses do interior do Ceará. É casado com Rioko Kayano, uma nipo-brasileira com quem teve três filhos. Eles se conheceram nas reuniões do PCdoB, em 1969; começaram a namorar em 1973, quando ambos estiveram presos juntos.

Aos 13 anos, foi estudar em Senador Pompeu/CE e, segundo ele, “[...] queria ir para lá estudar e subir na vida”⁵⁷. Em seguida, procurou continuar seus estudos na capital do estado, Fortaleza.

⁵⁶ Sobre a trajetória de vida José Genoíno, ver: COELHO, Maria Francisca; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde Loiola de. *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Edunb, 2000.

⁵⁷ José Genoíno, *Playboy*, maio de 1993.

Genoíno ingressou no curso de Direito, na Universidade Federal do Ceará-UFC, e de Filosofia, na Universidade Estadual do Ceará-UEC, mas não concluiu os cursos. Nessa época, trabalhava na *International Business Machines-IBM*, empresa multinacional do ramo de computação.

Ao ingressar na UFC, começou a participar do Direito Acadêmico, inicialmente através de atividades promovidas pela entidade, posteriormente, integrando as manifestações consideradas por ele como sendo propriamente políticas. Quando ingressou no movimento estudantil, não participava de nenhuma agremiação partidária. Só depois é que conhece o Partido Comunista do Brasil, o qual passa a incorporar. Como liderança estudantil, José Genoíno Neto participou do Diretório Acadêmico, do Diretório Central dos Estudantes da UFC (a gestão que deveria ser de maio de 1968 a maio de 1969, foi interrompida com o AI-5), e da União Nacional dos Estudantes, inclusive do congresso da UNE realizado em Ibiúna-SP, quando representou o Ceará.

Com a repressão intensa nos grandes centros e pondo em prática seus ideais, Genoíno decidiu participar de uma guerrilha ocorrida no interior do Estado do Pará, conhecida como Guerrilha do Araguaia, mas foi preso antes mesmo de iniciar essa ação. Sua prisão durou de 1972 a 1977. Sem se sentir em condições de sobreviver no Ceará, foi morar em São Paulo, onde passa a dar aulas em cursinhos.

José Genoíno participou dos movimentos em defesa da anistia, da reconstrução da UNE, dos comitês de solidariedade aos operários do ABC, quando contatou lideranças que emergiam

construindo o Partido dos Trabalhadores (PT), entre os quais Luiz Inácio Lula da Silva. A partir de então, inicia sua reflexão sobre os modelos de partidos políticos, passando a questionar o modelo “partido de vanguarda” e se aproximando da filosofia do “partido dos trabalhadores”. Participou dos debates realizados no momento de fundação do PT em São Paulo, juntamente com Almino Afonso (PMDB), Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

Em São Paulo, Genoíno trabalhou como vendedor de cosméticos, ensinou História em cursinhos, entre os quais o Equipe, durante cinco anos, e foi um dos fundadores do Partido Revolucionário Comunista (PRC)⁵⁸.

Eleito deputado federal em 1982, pelo PT/SP (1983-1987), José Genoíno atuou como membro titular da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal e suplente das comissões de Economia, Indústria e Comércio, de Transportes e de Minas e Energia.

Em 1985, ele não participou do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves, pelo PMDB, para assumir a presidência da República. Com a morte de Tancredo, que não chegou a ser empossado, vindo a falecer em 21 de abril de 1985, assumiu a presidência da República José Sarney. Naquele período de grande conturbação política e que acenava para o fim dos governos autoritários, a convocação ou não de uma Assembleia Nacional Constituinte era o tema mais importante do momento. Naquele contexto, o deputado José Genoíno e o seu partido foram contrários a essa convocação, por considerá-la um jogo político das elites.

⁵⁸ O PRC surgiu de uma dissidência do PCdoB, conseguindo maior expressão no Estado do Ceará.

Na condição de ex-presos político, em 1985, denunciou, na Câmara dos Deputados, os crimes cometidos contra os direitos humanos durante os governos militares.

Foi eleito deputado constituinte em 1986 (1986-1989); membro titular da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições e suplente da Comissão de Sistematização. Eleito pela terceira vez para a Câmara dos Deputados (1991-1994), foi escolhido líder da bancada do PT.

Após a Constituição de 1988 e com a realização da primeira eleição para presidente da República, foi eleito Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente após iniciado o processo de redemocratização no país. Mediante denúncias de corrupção, ocorre o *impeachment* do então presidente, em 1992. José Genoíno, deputado pelo Partido dos Trabalhadores – que teve seu candidato derrotado nas eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva – participou ativamente desse movimento, que culminou com a saída de Collor de Melo da presidência da República.

A crise política da época se agrava, sobretudo, devido à fragilidade das instituições democráticas do país, que acabara de sair de um longo período de governos autoritários (1964-1985). Naquele contexto, o *impeachment* demandava das forças políticas existentes no Congresso Nacional apoio necessário para concluir o mandato do vice-presidente da República, Itamar Franco, que a partir de então assume a presidência do país. Porém, José Genoíno e seu partido foram contra a participação dos membros desse partido no governo Itamar Franco.

Foi agraciado, em 1994, com a Ordem do Rio Branco, concedida pelo Ministério das Relações Exteriores, por sua atuação como parlamentar. Defendeu a criação de várias Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), propostas para investigar o aparelhamento estatal e a corrupção em vários órgãos do Estado, inclusive a criação de uma CPI para investigar as denúncias de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), então presidente da República.

Ainda em setembro de 1997, na Câmara, Genoíno foi escolhido membro titular da Comissão Especial sobre a Lei de Direitos Autorais. Em 1998, foi reeleito para deputado federal pelo estado de São Paulo.

Em 2002, Genoíno foi candidato ao governo do estado de São Paulo, mas não obteve êxito. Porém, o seu partido conquistou, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva⁵⁹ (PT), a presidência da República, oportunidade em que seu nome foi indicado para o Ministério da Defesa, sendo rejeitado pelos militares.

Durante o governo Lula, vários ex-presos políticos exerceram funções importantes, entre os quais Franklin Martins – que participou do sequestro do embaixador americano – e Haroldo Lima – que participou da experiência da Ação Popular *Integração na Produção*. No entanto, o partido que havia realizado manifestações contra a corrupção e colaborado para viabilizar o *impeachment* de um presidente da República, após se tornar reconhecido como

⁵⁹ Luiz Inácio da Silva nasceu em Garanhuns (PE), no dia 27 de outubro de 1945. Liderou as greves do ABC paulista, na década de 1970. Foi fundador do Partido dos Trabalhadores, deputado constituinte e deputado federal – PT-SP (1987-1991). Candidatou-se à presidência da República nos anos de 1989, 1994 e 1998, sendo eleito por dois mandatos (2003-2011).

promotor de políticas sociais, passa a ser alvo de denúncias de corrupção no governo Lula, concluindo o mandato com diversos membros presos, dentre os quais José Genoíno, e a própria presidente também sofrendo o *impeachment*. Esses eventos ficaram conhecidos na imprensa como Mensalão, Petrolão e Lava Jato.

Genoíno foi eleito deputado federal pelo PT/SP (2006-2010) e indicado como membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara. Em 2010, mesmo sendo eleito novamente deputado federal, durante o mandato da sucessora do presidente Lula, Dilma Vana Rousseff⁶⁰, foi nomeado assessor especial do Ministério da Defesa, pasta pela qual foi condecorado com a Medalha da Vitória. Essa foi a primeira vez que um ex-guerrilheiro recebeu tal homenagem das Forças Armadas. No desempenho dessas funções, foi um dos articuladores da aprovação da Comissão da Verdade.

Em outubro de 2013, o STF condenou oito réus por corrupção ativa, dentre eles José Genoíno, ex-presidente do PT; José Dirceu⁶¹, ex-ministro da Casa Civil; e Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do partido. Genoíno foi condenado a seis anos e 11 meses de reclusão em regime semiaberto e ao pagamento de uma multa no

⁶⁰ Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte (MG), no dia 14 de dezembro de 1947. Foi liderança estudantil durante os anos 1960. Foi presa política exilada e, ao retornar, ajudou a criar o Partido Democrático Trabalhista do Rio Grande do Sul (PDT-RS). No governo Lula, foi ministra das Minas e Energia e da Casa Civil; elegeu-se presidente da República por dois mandatos (2010-2014; 2014-2016) e sofreu *impeachment* em 2016.

⁶¹ José Dirceu de Oliveira e Silva nasceu em Passa Quatro (MG), no dia 16 de março de 1946. Foi líder estudantil na década de 1960, preso político e compôs o grupo de militantes liberados em troca do embaixador americano Charles Elbrick. Foi fundador do Partido dos Trabalhadores. Foi deputado federal (PT/SP – 1991-1995; 1999-2002; 2003-2005) e ministro da Casa Civil durante o governo Lula (2003-2005). Foi condenado na Ação 470, conhecida como Mensalão, tendo seu mandato cassado, e no processo conhecido como Operação Lava Jato.

valor de 468 mil reais. Após sua condenação, pediu demissão da assessoria que vinha ocupando no Ministério da Defesa. Apesar de ter sido condenado, em janeiro de 2013, José Genoíno tomou posse como deputado federal.

Em novembro de 2013, o Superior Tribunal Federal-STF expediu 12 mandados de prisão contra os condenados no processo do Mensalão, dentre eles o de José Genoíno. Em dezembro do mesmo ano, a Câmara dos Deputados colocou em votação a cassação do seu mandato, que implicou em sua inelegibilidade por oito anos, segundo o que determina a Lei da Ficha Limpa. No entanto, para evitar a cassação, Genoíno optou por apresentar sua renúncia ao mandato.

Na condição de preso, foi beneficiado pelo decreto de indulto natalino, assinado pela então presidente Dilma Rousseff, em 24 de dezembro de 2014, o qual previa o perdão a todos os condenados do país que estivessem cumprindo pena em regime aberto ou em prisão domiciliar. Assim, sua pena foi extinta pelo STF, no dia 4 de março de 2015. Porém, atendendo à legislação eleitoral, José Genoíno só poderá voltar a disputar cargos eletivos em 2023.

Embora não venha de uma família com participação na política tradicional, seu irmão, José Nobre Guimarães, também fez militância política e conquistou vaga na Assembleia Legislativa do Ceará por dois mandatos; foi presidente estadual do Partido dos Trabalhadores (PT-CE) e deputado federal (PT-CE), em 2006, reeleito em 2010 e 2014. Desde 2015, atua como líder do governo na Câmara dos Deputados.

Em se tratando de sua trajetória como parlamentar, Genoíno obteve nota dez na publicação do Diap, *Quem foi quem na*

constituinte; foi considerado um dos líderes incontestáveis da esquerda; por ser um profundo conhecedor do Regime Interno e por colocar seu mandato a serviço dos movimentos populares e sindicais. Quando da publicação de *A Cabeça do Congresso Nacional*, não respondeu sobre sua autodefinição política e econômica. No quarto mandato, consagrou a imagem de profundo conhecedor do Regimento Interno da Casa. É, seguramente, um dos parlamentares, entre os elencados na pesquisa, que mais aparecem na imprensa.

Nesse contexto, a nova imagem do parlamentar passa a ser a de debatedor competente, participante das negociações e articulações da elite do Congresso. Sua imagem de ex-guerrilheiro, ex-líder do Partido dos Trabalhadores, evolui de contestador para propositivo, analisador das grandes questões nacionais. Por isso mesmo, o parlamentar passou a gozar de um grande trânsito no Congresso. Transformou-se na maior referência do PT na Câmara dos Deputados, considerado “centro-esquerda”. Era tido como um parlamentar bem assessorado, muito requisitado pela imprensa e escrevia com regularidade nos jornais da grande imprensa. Na publicação *Os Cabeças do Congresso Nacional*, do Diap, é considerado debatedor, articulador, organizador e negociador.

A MILITÂNCIA ARMADA: AS MARCAS DE UMA GERAÇÃO

A geração dos anos 1960/70 formou um grupo de jovens que ingressou nas lutas políticas a partir da participação

em movimentos estudantis. Contudo, dada a repressão, encontraram na clandestinidade o caminho para a sobrevivência. Assim foi também o ingresso de José Genoíno nas lutas políticas:

Comecei meu engajamento contra o regime militar na Faculdade de Filosofia, onde fui presidente do Centro Acadêmico. Com o AI-5, depois que eu tinha participado do Congresso de Ibiúna e com prisão preventiva decretada, fui morar clandestinamente em São Paulo e integrei a diretoria da UNE. Isso durou até meados de 1970⁶².

O que mais chamou a atenção nos acontecimentos da época não foi o número de jovens envolvidos nas ações realizadas, mas o tipo de ação e a disposição da luta desses militantes para resistir ao autoritarismo. Os movimentos ocorridos no mundo inteiro influenciavam os estudantes, sobretudo a Revolução Cubana, em 1959, a independência da Argélia, em 1962, e, em seguida, as lutas ocorridas no Vietnã.

A força do autoritarismo encontrou uma resistência dispersa, organizada em pequenas, rápidas e radicais ações. Tudo isso influenciou muito a postura dos militantes e das organizações que vivenciaram a época. Sobre o assunto declara José Genoíno:

[...] na época, eu tinha 22 anos e integrava uma geração que se entregou à luta política, influenciada pelo movimento cultural da época e pelas revoluções que pipocaram no mundo. É claro que essa era uma geração libertária, mas depois do AI-5, ela ficou prisioneira de um dogmatismo na

⁶² Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 de dezembro de 1998.

militância clandestina das organizações de esquerda da luta armada⁶³.

No que se refere aos movimentos ocorridos nos anos 1960, é difícil precisar “quem provocou quem”, se as forças conservadoras ou a esquerda, como tem sido avaliado por parte da literatura acadêmica ou da memória das agremiações políticas e de atores que participaram dos movimentos ocorridos à época. Há quem considere os movimentos dirigidos pelos trabalhadores e estudantes, desde o final dos anos 1950 até os quatro primeiros anos da década de 1960, para justificar a atitude dos militares, uma forma de evitar o avanço de setores progressistas na política do país. Há também quem, partindo da ideia de que havia um plano de desenvolvimento para o país, dirigido e apoiado pelo governo dos EUA, conceba a instalação dos governos autoritários como sendo uma atitude necessária para pôr em prática tais medidas.

O fato é que ambas as teses se complementam e revelam que, de 1964 a 1968, temos o governo autoritário impondo as medidas que julgava importantes e a oposição não somente manifestando-se contrária à política governamental, mas organizando mobilizações para o enfrentamento das forças autoritárias, objetivando pôr fim ao governo. Em outras palavras, era como se resistir fosse sinônimo de enfrentamento. Após o Ato Institucional nº 5, os discursos e as ações dos militantes estão voltados para expressar uma atitude de sobrevivência. Para eles, resistir significava sobreviver, existir. Talvez, para poder contar a história um dia. E eis que estamos aqui, a partir de suas narrativas, contando-as.

⁶³ Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 de dezembro de 1998.

De fato, os que resistiram, podem dizer que,

[...] com o AI-5, houve uma radicalização do processo a partir de uma ruptura [...], a partir de uma ruptura da própria legalidade num regime em que a força e a violência não tinham mais limites, nem freios, principalmente do lado de quem deu o golpe. É bom lembrar que houve um golpe em 1964, com a quebra das regras democráticas. Portanto, o AI-5 foi um golpe dentro do golpe. Na verdade, o que a esquerda fez foi resistir e lutar pela sobrevivência⁶⁴.

Como podemos observar na narrativa do deputado José Genoíno, o AI-5 desmantelou a sociedade brasileira e contribuiu decisivamente para desencadear, por parte dos militantes, ações mais radicais que para eles era a única forma de sobrevivência.

A IDA PARA A GUERRILHA

O AI-5 se apresentava nas universidades brasileiras através do Decreto nº 477, que impedia os alunos de frequentar essas instituições. Perseguida em seus estados, parte das lideranças desloca-se para os grandes centros urbanos, especialmente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. De um lado, por já gozarem da condição de liderança nacional, uma vez que já eram diretores da União Nacional dos Estudantes; por outro, pelo fato de, em

⁶⁴ Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 de dezembro de 1998.

grandes cidades, haver maior mobilidade e menor chance de ser encontrado. Paradoxalmente, existia o risco de, em sendo preso pelas forças repressivas, maior seria o controle e a tortura realizada pelos órgãos de repressão. Diante desse dilema, entre o desejo de militar e a necessidade de sobreviver, diferentes foram as ações realizadas pelas agremiações partidárias.

Integrar essas ações não exigia como pressuposto participar na elaboração dos planos de ação, pois, na clandestinidade, estes, em geral eram preparados pelos dirigentes das organizações, mas, sobretudo, se dispor a compor o grupo de executores do plano. Eis, pois, as condições desejadas pelos militantes: atuar politicamente e sobreviver. A ida para uma ação guerrilheira era recheada de mistérios: o lugar desconhecido, as pessoas desconhecidas (ou quando eram conhecidos, tinham de esconder essa informação), a mudança de nome e de trajetória de vida.

Assim foi o caso da ida de José Genoíno para a Guerrilha do Araguaia:

Ninguém sabia para onde ia [...]. No meu caso, saí de ônibus de São Paulo para Anápolis, em Goiás. Lá encontrei o José Humberto Bronca, que sabia que íamos para a Gameleira [...] E fomos para Imperatriz, no Maranhão, fazendo de conta que não nos conhecíamos no ônibus [...] Em Imperatriz, ele se hospedou num hotel e eu noutro. Tive que me identificar no hotel como um vendedor que estava pesquisando a região [...] No barco a gente já demonstrava que se conhecia [...] quando a gente já ia entrar no Tocantins para subir o Araguaia, região já mais tranquila, eu já falava para onde ia [...] saímos de manhã, 25 de julho de 1970 (PALMÉRIO et al., 1978).

Assim, em São Paulo, em junho de 1970, José Genoíno saiu direto do Vale do Anhangabaú, na comemoração do tricampeonato mundial de futebol, para a rodoviária, a fim de pegar um ônibus para Campinas. De lá, seguiu para Anápolis/GO, onde se encontrou com seu companheiro de luta José Humberto Bronca, que o levou até o Araguaia⁶⁵. Portanto, José Genoíno faz parte do grupo pioneiro da guerrilha, que chegou ainda no ano de 1966. No total, a guerrilha contou com 69 pessoas.

Nessa direção, distinguem-se duas questões que, embora devam ser pensadas em conjunto, podem ser analisadas separadamente: o período e a participação dos membros da guerrilha. Os preparativos da guerrilha iniciaram-se em 1966, quando se deslocaram as primeiras lideranças para a região e, somente após o AI-5, é que se amplia a chegada de lideranças perseguidas nos diferentes estados brasileiros.

Esse fato demonstra que, mesmo a guerrilha tendo sido planejada com o objetivo de ampliar suas ações a partir de movimentos desencadeados naquela região, somente passou a ganhar adeptos a partir das perseguições das forças repressivas, o que nos leva a crer na possibilidade de ter sido muito mais um movimento de resistência (o que não nos parece ser a pretensão inicial dos organizadores), do que uma ação voltada para uma pretensa ampliação do raio de ação. Assim, entre os integrantes do grupo, temos atores que possuíam motivações diferentes para compor o quadro de participantes da guerrilha.

⁶⁵ Conforme matéria de Vanda Célia, *Correio Braziliense*. Brasília, 05 de maio de 1996.

O COTIDIANO DA GUERRILHA

O cotidiano dos atores que participaram do processo de preparação da guerrilha era permeado de atividades que encontravam significados simbólicos na vida urbana. Não era para menos, pois os militantes eram oriundos de grandes cidades brasileiras, e, como tais, procuravam encontrar formas de sublimar as ausências.

A chegada de novos membros era momento de expectativa tanto dos que já se encontravam na região, como dos que chegavam cheios de esperanças. Aqueles ganhavam novos aliados para as lutas, bem como novos interlocutores para trocar ideias (ideias essas tão distantes da população local). O ingresso dos novos membros ampliava as expectativas dos que já haviam se instalado na área. Para aqueles que vinham sendo perseguidos, por sua vez, o deslocamento para a área possibilitava renovar as esperanças de contestação e de criação de movimentos de resistência.

A floresta, para os militantes, demandava elementos novos: o facão, a arma, a boina, a alimentação, como reconhece José Genoíno:

Na recepção, também se recebia arma, facão e boina. À medida que a gente ia enfrentar aquela dificuldade de alimentação na selva, a arma era um dos instrumentos. A gente estava trocando a universidade pela vida no campo. A região para nós era uma universidade diferente (PALMÉRIO et al., 1978).

Certamente, havia diferenças no cotidiano da vida da floresta, as quais começavam desde a construção da própria casa, da

produção e feitura da própria comida, bem como dos meios de cozinhá-las. No caso de Genoíno:

No dia seguinte, começamos a desbravar a região. Era juntar lenha para construir a nova casa, cortar a palha para cobrir a casa, abrir picada até o Rio Gameleira, brocar no mato em volta das bananeiras [...] em menos de um mês, ela estava pronta, um bananal limpo e uma capoeira que começava a derrubar para queimar (PALMÉRIO et al., 1978).

Mas, em se tratando de um grupo de jovens oriundos das cidades grandes, era ainda necessário “transformá-los” em lavradores, tarefa difícil para quem estava acostumado a uma rotina tão diferente. Com efeito, tudo isso fazia parte do ofício de um lavrador, mas para os recém-chegados constituía-se numa disciplina de vida. Como reconhece Genoíno:

Nesses primeiros dias, vou ter uma primeira experiência de vida mais disciplinada que na cidade: horário para acordar, ginástica, preparo físico, endurecer os músculos, criar calos na mão... Sabíamos que o principal para conseguir essa consistência física, essa envergadura, era trabalhar como lavrador. A gente, com esse trabalho na roça, ia se preparar física e militarmente (PALMÉRIO et al., 1978).

Na floresta, o dia acaba muito cedo, pois a luminosidade é pouca, mesmo durante o período de sol intenso. Portanto, acordar cedo não é somente um hábito do camponês, mas uma necessidade para realizar com eficácia seu trabalho. Nas matas, as caminhadas são prolongadas e permeadas por constantes aberturas de caminhos.

A caça, a pesca e a coleta de frutos da região demandam intenso esforço físico que, em decorrência, faz com que os camponeses tenham calos nas mãos. Assim, o hábito da ginástica é próprio das cidades grandes, pois a vida na floresta, por si, já exige atividade física intensa. Obviamente, os exercícios realizados pelos militantes objetivavam o preparo militar para o momento em que a guerrilha desencadeasse, mas tudo isso somente com o tempo é que os militantes foram percebendo.

Para os guerrilheiros, trabalhar na região era um ato de sobrevivência, como para qualquer morador da área, mas era também, senão principalmente, um momento de realizar contatos com a população local. Através do contato dos militantes com a população local, era possível estreitar laços, conquistar confiança e respeito, como afirma Genoíno: “O trabalho na roça também era um ponto de aproximação entre nós e a população. A gente estava lá como posseiro, vindo de outra região. Se a gente não trabalhasse, não produzisse, a população ia ver a gente como?” (PALMÉRIO et al., 1978).

Assim, enquanto os moradores locais trabalhavam por necessidade involuntária de sobrevivência, os militantes trabalhavam voluntariamente pela sobrevivência, mas também para se credenciar politicamente junto aos camponeses. Ao realizar esses contatos, não perdiam de vista a regra geral que predominava: “Ouvir muito e falar pouco” (PALMÉRIO et al., 1978).

Para combater a solidão e as ausências, os jovens recorriam aos mesmos recursos utilizados nas cidades grandes: tocar um instrumento, cantar e fazer apresentações de peças teatrais.

Cantar não significava somente emitir notas musicais, mas, sobretudo, invocar letras de músicas que narravam a situação vivenciada pelos militantes ou que os faziam pensar sobre tal cenário:

Tinha companheiros que tocavam violão, flauta. A gente montava pecinhas de teatro, literatura de cordel (de lá mesmo ou nós criávamos), e participávamos das festas populares da região, tínhamos as nossas comemorações históricas da luta do povo brasileiro, toda passagem de ano a gente fazia festas, discutia, fazia um balanço das nossas atividades e cantávamos... A gente fazia comemorações só entre nós e também festas juntamente com o povo. Com o povo, festas religiosas, a festa do Divino, de Santa Luzia [...] ⁶⁶.

As programações festivas realizadas pelo grupo, a exemplo de sua rotina, em geral, também eram duplas: participavam das datas comemorativas da comunidade, com isso se aproximavam e conquistavam o respeito dos moradores da região e comemoravam as atividades festivas exclusivas do calendário dos militantes, tais como datas de revoluções ocorridas em algum lugar, por determinado povo, fundação do Partido, entre outras.

Mas nem só beleza, riqueza natural, alimento e abrigo, a floresta oferece. Nela, existem também doenças que debilitam em muito a resistência dos que as contraem. Para os camponeses, contrair a malária, uma das doenças próprias e recorrentes na região, faz parte da rotina. Os sintomas e o tratamento dessas doenças já são de conhecimento dos moradores da área. Esse tratamento, em grande parte, é feito à base de ervas.

⁶⁶ José Genoíno, *Jornal da Tarde*, 16 de janeiro de 1979.

Para os militantes, contudo, tanto os sintomas quanto o tratamento lhes eram desconhecidos, o que deixava os recém-chegados mais ansiosos e fragilizados. Além do que, para alguém acostumado a tratamento de saúde em hospitais, à base de medicação e sob controle médico, essa nova situação significava momentos de intensa angústia, mesmo existindo um caderninho com os procedimentos para o combate à doença. Dessa forma, quase todos, senão todos os militantes que moravam na região, contraíram malária, inclusive José Genoíno:

Não sabíamos como viver com as doenças. Pegamos malária – geralmente a primeira é a mais violenta. A gente tinha um caderninho escrito com as doenças e a receita. Quando pegava malária, ficava bem baqueado até descobrir o que era. Depois, se consultava o caderninho e ia tomando os comprimidos recomendados (PALMÉRIO et al., 1978).

Que ironia impôs o destino: a floresta, aliada dos militantes que desejavam a sobrevivência, torna-se, em determinados momentos, desafiadora, na medida em que possibilita também a contração de doenças e põe à prova o preparo físico dos militantes.

Passado mais de um ano da instalação de José Genoíno na região, seu destacamento havia realizado um satisfatório trabalho de produção de alimentos para consumo, bem como já havia acumulado bastante conhecimento sobre as especialidades da região. Mesmo distante dos grandes centros urbanos, o grupo de guerrilheiros não deixava seus valores culturais para trás;

pelo contrário, apenas os adaptavam às circunstâncias, conforme depoimento de Glênio Sá:

O ano de 1971 aproximava-se do fim e deixava um saldo positivo para nós. Tínhamos quatro roças de milho e uma de arroz, um castanhal bem tratado e com bom estoque de castanhas, é já conhecíamos bastante da vida na mata. Resolvemos comemorar o ano novo. No dia 31, estávamos todos no castanhal do Ferreira, inclusive o tio Cid⁶⁷. A programação começou logo cedo com a preparação de uma emboscada simulada, no caminho que ia para a nossa casa no Gameleira. O local tinha chamado a atenção do nosso comandante. O resultado dessa emboscada foi um veado mateiro morto por Osvaldão para a nossa festa, que ia ter também polenta, feijão, arroz, carne de paca, caititu, palmito de babaçu e muito leite de castanha-do-pará. Entramos no local da nossa festa, o Osvaldão na frente com o mateiro sobre os ombros, em fila indiana, cantando a internacional [...] Nesse dia, tivemos de tudo: jogo de vôlei, música, poesias e teatro. De bebida, a serebeba de bacaba, regando aquela comilança [...] Cinco minutos para meia-noite, nos perfilamos com armas empunhadas e saudamos a chegada do ano-novo com tiros para o alto. Éramos vinte pessoas (SÁ, 1990).

Nas lembranças do militante, misturam-se imagens de rotinas vivenciadas na cidade e na floresta, pois eram essas experiências que construía o cotidiano dos militantes ausentes de seus locais de origem. A fala revela ainda a estrutura hierarquizada

⁶⁷ Nome frio de João Amazonas, presidente do Partido Comunista do Brasil desde 1962 aos dias atuais.

e militarizada dos guerrilheiros, quando se refere a um de seus membros como comandante, Osvaldão – um dos mais importantes, senão o mais importante militante por ter sido um dos primeiros a chegar à região – morto em combate após iniciada a guerrilha.

Para realizar as tarefas, se fazia necessária uma rigorosa disciplina, considerada desde a distribuição das atividades, o cumprimento dos horários, o respeito à hierarquia, o conhecimento da região, entre outras coisas; tudo isso formava o *habitus* do militante clandestino. O descumprimento de qualquer uma dessas tarefas poderia ser interpretado como sinalizador da chegada da repressão ou vacilo de um dos militantes. Em ambas as possibilidades, tal acontecimento poderia prejudicar o andamento do trabalho político realizado pelo grupo.

Assim, diz Sá (1990, p. 12): “Começamos o ano de 1972 com uma nova disposição. Nossa vida estava mais organizada e disciplinada. Os horários das tarefas eram rigorosamente cumpridos. O trabalho na cozinha obedecia a um sistema de rodízio”.

A grilagem naquela região era uma constante, mas ela foi, inclusive, um dos elementos que motivaram os guerrilheiros a eleger a região prioritária como área para um possível conflito existente entre o grupo político e a repressão, pois a mata dificultaria a repressão, no que se refere ao uso de instrumentos modernos e potentes. Além disso, a orientação seria difícil para aqueles que não conheciam a floresta. Assim sendo, os guerrilheiros acreditavam levar vantagens, por estarem há mais tempo na região; sem contar que isso possibilitaria, ainda, um apoio dos moradores, caso ocorresse um conflito.

Dessa forma, sempre que se falava sobre a grilagem na região, os guerrilheiros de imediato apontavam como solução a necessidade da união de todos os moradores para enfrentar os grileiros. Sobre o assunto, vejamos o que diz Sá (1990, p. 13):

Um dia, quando eu e o Geraldo⁶⁸ saímos para comprar farinha, o dono do comércio nos falou que jagunços tinham queimado a casa do João da Enedina e destruído sua roça. De volta para casa, tangendo nossa mula, fomos sendo convidados por moradores a se “abancar” (parar) para tomar um café e conversar. O assunto era um só: a grilagem que aumentara na região e o que iríamos fazer. Falávamos para todos que se todos os nossos vizinhos e amigos ficassem unidos, os grileiros não iam mexer com ninguém.

Com o passar do tempo, as relações existentes entre os guerrilheiros e a comunidade local iam se aprofundando, adquirindo confiança. Foi dessa forma que:

No dia 13 de abril, à noite, veio ao castanhal um camarada nos avisar de que um estafeta nosso da região de Apinagés chegara com notícia de que o Exército tinha invadido aquela área. Tínhamos que avisar ao pessoal da região de Caiano, e a decisão era uma só: resistir. O Geraldo, que já conhecia o local, foi o encarregado de ir avisar o nosso pessoal localizado em Conceição do Araguaia. Começamos a arrumar as nossas coisas e levá-las para o mato. Eliminamos o cachorro, matamos e depenamos as galinhas, preparamos as carnes. Pedimos a dois amigos que cuidassem

⁶⁸ Nome frio de José Genoíno.

da nossa roça. Levamos também o arroz do nosso paiol. Eram os preparativos para a resistência necessária (SÁ, 1990, p. 14).

Observa-se que a resistência, naquela localidade, era medida pelo estoque de alimentos, pois a própria região se encarregaria de dificultar a localização e o acesso aos guerrilheiros. Com isso,

As quatro casas foram evacuadas às pressas. Partimos em marcha para a floresta, cuidando para não deixar rastros e levando conosco mochila, arma, panelas, rádio, mantimentos, livros, remédios. Tudo isso seria muito útil. Deixamos o milho e o arroz armazenados. Alguns dos nossos pertences foram escondidos nos peares mais próximos (locais clandestinos de armazenamento) (SÁ, 1990, p. 15).

Para os soldados, andar pela região não era fácil. Seu estilo de trabalho era agressivo e destruidor. De um lado, demonstravam a força da repressão; de outro, anunciavam a sua presença, facilitando movimentos mais seguros para os guerrilheiros. Além do que, os soldados, com essa atitude, sofriam rejeição da população local. Foi isso que ocorreu quando da retirada do acampamento de José Genoíno:

Mais de uma semana depois da nossa retirada da mata, chegou uma tropa do Exército à nossa morada principal. Observamos a sua aproximação. Eram cerca de 30 soldados. Queimaram as duas casas, os paióis de arroz e milho e cortaram todas as nossas fruteiras. Tudo isso aos tiros de fuzis FAL em direção à mata, ouvidos de muito longe. Mas não chegaram a penetrar na floresta (SÁ, 1990, p. 115).

Ou como diz Genoíno: “A gente vivia mudando de posição no mato, mas não havia endereço para localização. E nem todos se conheciam”⁶⁹.

Distanciar-se dos grandes centros urbanos era uma necessidade, mas também era importante saber as decisões, os encaminhamentos e movimentos da repressão e oposição ao autoritarismo. Como enfrentar esse desafio? Como obter notícias de um país em que as informações eram sonegadas e manipuladas? Como acreditar nos meios de comunicação do país, se eles estavam omissos e/ou controlados pela repressão?

Para resolver esses desafios, os guerrilheiros possuíam rádios em cada destacamento e os sintonizavam em emissoras de sua confiança. Num contexto de repressão, os militantes não se orientavam pelas emissoras do país, mas pelas emissoras de rádio estrangeiras que se apresentavam frontalmente contrárias ao autoritarismo brasileiro: China, Cuba e Albânia. Certamente, esses países hoje também revelam práticas autoritárias, mas, à época, serviam para eles de modelo paradigmático de uma sociedade justa. Das rádios nacionais, ouviam emissoras do estado de São Paulo. No destacamento de Genoíno, o responsável pela rádio era o então estudante Glênio Sá.

Sobre o assunto, afirma José Genoíno:

De noite, como não tínhamos acesso a jornais e revistas – passavam-se meses e meses para chegar um Estado [de S. Paulo], uma Veja... – tínhamos um horário rigidamente programado para

⁶⁹ O *Globo*. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996.

ouvir rádio, o noticiário nacional e estrangeiro, para ficar mais ou menos a par das coisas. Era o som de um modesto rádio companheiro: BBC de Londres, Tirana, Voz da América, Rádio Havana, emissoras ouvidas na região. Para notícias mais detalhadas do Brasil, ouvíamos a Rádio Bandeirantes, de São Paulo (PALMÉRIO et al., 1978).

Observando os depoimentos, vemos que os guerrilheiros se distinguiram dos demais moradores da região, entre outras razões, pelo fato de ouvirem o rádio sintonizado nas emissoras internacionais, com o objetivo de obter informações mais precisas sobre a realidade brasileira, o que não poderiam conseguir apenas através das rádios do país. Um outro fator que os diferenciava era que, em uma região marcada pelo analfabetismo, o jornal não seria um veículo de informação que provocaria disputa entre os moradores. Assim, no tocante à literatura, os livros que tratam de estratégias de transformação social, não seriam prioridade para uma população que, no limite, procuraria textos curtos, de fácil compreensão, para se alfabetizar.

Os guerrilheiros ouviam a BBC de Londres, como também a rádio da China, mas, tão logo ouviram uma posição tomada pela China – que ia de encontro às posições de sua agremiação partidária – o militante reconhece que a rádio deveria deixar de ser ouvida. Faz-se necessário contextualizar a situação: a China era um país que servia como referência de transformação social para algumas agremiações partidárias, inclusive o Partido Comunista do Brasil, que dirigia a Guerrilha do Araguaia. Essa mudança de postura foi logo percebida pelos militantes como traição aos seus ideais.

O medo, a infiltração, a delação, a insegurança, a desconfiança, tudo isso compôs o cenário da época, como afirma o general Thaumaturgo Sotero Vaz:

As transmissões da Rádio Tirana deixavam todo mundo maluco. O que me surpreendia é que a rádio dava todo o movimento do dia. Dizem que dentro das unidades militares no Araguaia havia informações dos guerrilheiros. Nem tudo era controlado por nós. Podia ser um cara infiltrado no Exército, Marinha e Aeronáutica⁷⁰.

Mesmos sinais domésticos, tais como o cão, constituíam-se em objeto de preocupação, pois dada a sua característica de seguir donos, poderia vir a ser um possível delator.

Numa noite chuvosa, quando já estávamos acampados, ouvimos latidos de cachorro. Ficamos quietos, temendo a possibilidade de ter um caçador por perto. Mas o cachorro se aproximou do nosso acampamento: era o nosso cachorrinho mais novo, todo molhado, tremendo de frio, que tinha burlado o nosso esquema de despiste e nos seguiu pelo faro. Ficamos comovidos com a bravura do nosso mascote [...] Além desse, tínhamos outro cachorro [...] Concluimos, nessa noite, que era necessário desfazer-se dos dois cães (SÁ, 1990, p. 12).

No acampamento, os guerrilheiros estavam sempre prontos para um possível deslocamento. As armas utilizadas eram as mais simples possíveis. Na floresta, a espingarda, o facão e a faca fazem

⁷⁰ Em entrevista a Miriam Malina, *Jornal do Norte*. Manaus, 07 de maio de 1996.

parte dos instrumentos necessários para se realizar a caça, portanto, são utilizados frequentemente por qualquer morador, inclusive para sua proteção pessoal. Diante das mudanças frequentes, as mochilas dos guerrilheiros estavam sempre equipadas com comidas, especialmente a farinha e o sal, considerados alimentos importantes no cardápio dos moradores da região, em particular o sal, por possibilitar o prolongamento do tempo de duração da carne da caça e da pesca, e remédios, haja vista ser a malária uma doença comum naquela região.

Sobre esses acontecimentos, diz Genoíno (PALMÉRIO et al., 1978):

A gente tinha alimentos, remédios e munição. Cada destacamento tinha uma logística porque ninguém conhecia tudo. As nossas armas foram conseguidas na região: espingarda – 12, 16, 20, 36 –, revólver 32, alguns 44 [...] chegamos a enterrar armas, colocar dentro de troncos de árvores. Deixamos farinha guardada por um ano e depois ela ainda estava boa. Cada um tinha uma técnica e um local desconhecido pelos outros.

Como confirma Sá (1990, p. 15):

[...] as armas compunham-se um mosquetão; cinco rifles 44; seis espingardas 20; uma 20 de dois canos; uma 16; carabinas 22; uma metralhadora de bala 38 (fabricada por nós); dezessete revólveres Taurus 38 (cano médio); uma bereta e uma submetralhadora Royal. Todos tinham facão e alguns tinham faca. Nossas mochilas continham uma muda de roupa forte e nova; uma rede nova; um plástico para proteger-nos da chuva; farinha; sal; solado de bota; isqueiro; munição para arma

longa e curta; pilhas e remédios para malária. A tiracolo, levávamos um bernal contendo mais munição, fósforo, lanterna, prato, colher, cordas de nylon e alguns objetos de uso pessoal.

No caso, o uso das armas tinha sentido duplo: tanto significava um instrumento de trabalho quanto equipamento de luta. Daí porque os militantes não possuíam apenas as que os demais moradores da região usavam, mas, sobretudo, as mais potentes e de uso distinto.

Para Genoíno,

[...] o uso das armas não era pelo desejo de pegar em armas simplesmente, era uma necessidade. Na medida em que os canais normais são obstruídos, você cria outros canais – e as armas aí estavam para abrir novos caminhos (PALMÉRIO et al., 1978).

Indubitavelmente, a fala do ator expressa a ideia do uso da violência e da força como recursos usados pelos militantes para contrapor a violência e a força da repressão.

O preparo militar passava por treinamentos práticos e teóricos, bem como por forte preparo psicológico voltado para um possível enfrentamento. Longe do conhecimento da população local, os guerrilheiros treinavam para quando se deparassem com os futuros conflitos. De forma que, como diz Genoíno:

A preparação era organizada em três itens: primeiro, a preparação teórica da guerra [...] discussões feitas em cima dos clássicos: de Visconde de Taunay (*Retirada da Laguna*) e Euclides da Cunha (*Os*

Sertões). Era preciso se acostumar com a linguagem de guerra, porque ia servir para o dia a dia. [...] Outro ponto dessa preparação teórica era as qualidades de um guerrilheiro. Nossa concepção era de que o guerrilheiro é um cara que faz tudo: trabalha na roça, faz política, combate. A gente discutia muito as qualidades morais de um combatente: solidariedade, respeito ao povo, espírito coletivo [...] ou vence todo mundo ou não vence ninguém [...] A outra fase de preparação era de natureza tática: usar os principais conhecimentos que a gente tinha baseado na região e nas experiências universais. Por exemplo, a sobrevivência na mata – já tínhamos um manual de sobrevivência na mata – as principais frutas, as principais caças, como tratar da caça, como obtê-la sem riscos, como fazer fogo na mata, como despistar, correr... também catalogávamos as principais raízes, os cipós que davam água, os tipos de fruto de cada área [...] Outro ponto: a orientação. Um grupo que não sabe onde vive, uma guerrilha sem domínio do terreno é uma guerrilha cega. Nós nos orientávamos pela bússola, a lua, o sol, as estrelas – e havia companheiros com conhecimentos mais gerais de Astronomia e Geologia [...] A terceira fase era de caráter individual. Por exemplo, habilidade de correr [...] Também se fazia treinamento de um grupo sendo guerrilha e outro não sendo: então ia um grupo marchando, ia outro atrás para pegar [...] Se tinha alguém com malária, ele participava do treinamento para ver sua resistência [...] era preciso ver o nosso ritmo na mata com os 20 quilos na mochila. Essa preparação era diária, a gente fazia em casa ou na mata, durante o inverno, principalmente, porque aí os rios enchem e há menos gente na mata (PALMÉRIO et al., 1978).

A fala do protagonista sintetiza bem as condições em que foram formadas as lideranças que participaram das ações armadas

à época. Lideranças cuja formação exigiu um vasto conhecimento teórico e prático, que não provinha apenas das leituras, mas da disposição para realizar o trabalho coletivo; ou seja, afirmando o binômio clandestinidade/coletividade, no qual a existência de um significa a existência do coletivo e a perda de um significa a perda do coletivo. De fato, eram lideranças formadas num ambiente em que era necessário dar utilidade aos conhecimentos adquiridos como forma de potencializar suas ações. Assim, qualquer conhecimento, seja da rotina de vida, seja técnico, era utilizado para orientar suas ações. Até mesmo as habilidades e a resistência pessoais tinham utilidade para guerrilhar.

Tudo era minuciosamente calculado, pois qualquer falha poderia comprometer o grupo diante da comunidade local. Por isso, diz Genoíno:

A gente acordava às 6h em ponto. Fazia ginástica de características militares, exercícios para enrijecer os músculos, no terreno de casa, porque na área, das 6h às 7h30min, não circulava ninguém. Uma corrida um pique, camuflagem, rastreamento, carregar peso, ficar com o braço estirado para adquirir resistência no pulso, carregar um companheiro imobilizado. Uma hora e meia de ginástica pesada [...] como se morava às margens do Gameleira, tinha quase meia hora de natação. A gente atravessava o rio com pesos nas costas (PALMÉRIO et al., 1978).

Periodicamente os acampamentos eram visitados pelos membros da direção nacional do Partido e,

[...] durante o inverno de 1971, realizamos um treinamento que envolvia todo o nosso pessoal, num total de 19 pessoas, com a participação de dois camaradas da direção do partido: Joaquim (Ângelo Arroio) e Juca (o médico João Carlos Hass). O Osvaldão escolheu uma área de acesso difícil, devido às enchentes dos rios e pouco frequentada por caçadores. Era necessário que não fôssemos observados. [...] treinamos emboscada, uma tática muito usada em guerrilha, que visa surpreender o inimigo, destruir suas tropas, inquietá-lo e pegar suas armas. Essa tática exige astúcia e um bom conhecimento sobre os deslocamentos das tropas inimigas (SÁ, 1990, p. 11).

A partir dos relatos, constatamos que viver em condições adversas exige ampliar as estratégias de sobrevivência e potencializar os recursos disponíveis. Nos grandes centros urbanos, criar animais significa, em geral, tê-los por estimação; na floresta, as funções designadas ao animal se ampliam: eles servem para ajudar na caça de outros animais, proteger seu dono e transportar objetos. Por isso mesmo, às vezes, transformavam-se em “delatores”.

Outra questão interessante diz respeito às mudanças na divisão do trabalho, ou seja, se de um lado, as ideias da transformação social incendiavam a mente dos jovens, colocá-las em prática, por outro lado, alimentava a crença nos próprios ideais.

Se na selva homens e mulheres tinham tarefas definidas, segundo o gênero, para os jovens moradores da região, ser justo com seus ideais significava também experimentar uma divisão de trabalho que contemplasse a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, conforme depoimento de Genoíno:

Criávamos animais; cachorros para caçar e guardar a casa; burros para transportar os mantimentos. Também aprendíamos a trabalhar na cozinha, lavar roupa, costurar, fazer comida – o sistema era de rodízio [...] uns trabalhavam na roça ou apanhando arroz, de acordo com a programação [...] outros iam para o mato caçar. Ao mesmo tempo, treinamento de sobrevivência e resistência [...] Quando se estava no mato era bem diferente [...] Na selva, não se fazia ginástica porque a vida dentro dela já é uma ginástica (PALMÉRIO et al., 1978).

Para aquela geração de lideranças, a política permeava toda relação, ou seja, as relações dos homens entre si e as relações dos homens com a natureza. Assim, tanto eram considerados inimigos os militares, os governantes, os grandes proprietários e aqueles que se prestavam a servi-los, como também todo e qualquer objeto ou situação que dificultasse o trabalho dos jovens, como reconhece Genoíno: “Tínhamos que contar com o apoio de nossas próprias forças. O trabalho de transformar a selva de inimiga em aliada e se vincular como povo na região” (PALMÉRIO et al., 1978).

A experiência contemplava a sobrevivência física e política, a vivência cotidiana e a preparação para um possível (ou futuro) momento de confronto. Segundo o depoimento de Genoíno:

A gente treinava correr com um amigo baleado, como enfaixar uma perna quebrada, como estancar uma hemorragia. Aprendemos a tratar dente ou mesmo arrancar: sentava num jirauzinho e colocava uma forquilha no pescoço: aplicava anestesia e arrancava o dente (PALMÉRIO et al., 1978).

Em tais circunstâncias, sentimentos como alegria, felicidade, prazer, tornam-se paradoxais. Nas lembranças dos protagonistas, a chegada de um novo parceiro significava uma alegria, pois tratava-se de alguém conhecido, companheiro de lutas realizadas nos grandes centros, como diz Genoíno (PALMÉRIO et al., 1978): “Uma coisa que marcava todo mundo lá era a chegada de novos companheiros. Existia autêntica alegria quando a gente reencontrava alguém [...] o Bergson Gurjão de Farias⁷¹, Ari, Áurea e Paulo [...] a Sueli [...] a Valquíria”.

Cabe ressaltar que tais lideranças recém-chegadas eram exatamente as perseguidas nas grandes cidades, por isso mesmo impossibilitadas de militar. Dessa forma, a alegria dos militantes era algo fugaz, pois tratava-se não de uma ampliação da luta política, como poderia parecer, mas do seu estreitamento. Portanto, foi nesse processo de mudança das lideranças dos centros para o Araguaia que, de maneira paradoxal, a guerrilha foi se gestando e, ao mesmo tempo, se extinguindo. Nesse contexto, o sentido de alegria é paradoxal porque a chegada dos militantes significava a impossibilidade de conviver nos seus locais de origem, dado o autoritarismo nos grandes centros urbanos.

José Genoíno havia sido designado pelo seu destacamento para informar aos demais guerrilheiros a chegada das forças da repressão, mas,

[...] como Geraldo [José Genoíno] não voltara da missão de avisar aos camaradas do Caiano, Osvaldão destacou-me para ir esperá-lo num ponto combinado. [...] Fiquei dias esperando por ele, tendo que enfrentar a fome e o perigo de ser-

⁷¹ *Correio Braziliense*. Brasília, 5 de maio de 1996.

pentes venenosas. Após uma semana de espera e vigilância, apareceu Flávio. [...] Depois de uma boa caminhada pela mata, orientado pelo Flávio, chegamos ao novo acampamento. Fiz um relato dos dias passados à espera do Geraldo e alguns acharam que eu deveria ter esperado mais. Porém, logo vimos que teria sido incorreto (SÁ, 1990, p. 15).

Diante da disciplina rigorosa dos militantes, o descumprimento do tempo necessário para realizar a tarefa significava sinal de perigo, pois o militante poderia ter sido preso pelas forças repressivas.

De fato, quando Geraldo [José Genoíno] chegou a Caiano, não havia mais ninguém. Os camaradas tinham sido atacados no dia 14 de abril. Desobedecendo as ordens de voltar para o acampamento pelo meio da mata, Geraldo [José Genoíno] resolveu voltar pela estrada, foi reconhecido por bate-paus e preso (SÁ, 1990, p. 15).

Mas o descumprimento voluntário poderia significar, além de um “vacilo” do militante, como pensam alguns, problemas para o grupo. Para o autor, foi isso que ocorreu com Genoíno e provocou sua prisão, facilitando o trabalho das forças repressivas.

Genoíno lembra o dia da prisão da seguinte forma:

No dia 18, ia voltando pro meu destacamento quando encontrei um bando de bate-paus. Conhecia alguns deles. Nenhum deles era do Exército. A gente se cumprimentou, perguntei como estava a estrada. Ao passar no meio deles, me pegaram. Eram uns 10. Tentei reagir, não consegui. Com eles estava o delegado de Xambioá, que

me conhecia [...] Eles me algemaram, as mãos pra frente, o saco amarrado nas costas. Botaram um cara na frente, de cavalo, outro atrás. Aí fujo, dou uma corrida pro mato, grito para eles atirarem – uma tentativa de escapar das mãos deles e, em segundo lugar, de oferecer resistência à prisão, porque a gente tinha como princípio não se entregar vivo [...] da noite do dia 18 para 19, eu, amarrado num tronco de árvore, e eles me interrogando [...] De 19 a 24, fiquei na cadeia de Xambioá [...] Aí fui para Brasília – Xambioá, Araguaína. [...] Nacional, Brasília – num helicóptero C43 com uns 30 militares [...] Cheguei no dia 27 e só fui interrogado no dia 28, à noite, no Pelotão de Investigações Criminais-PIC, o DOI de lá. Botaram um álbum com fotos do pessoal preso em Ibiúna [...] e me identificaram como Genoíno [...] Nessa ida das tropas, me levam de volta para Xambioá [...] fico na base de Xambioá até 6 de junho [...] Fui levado para Brasília no início de junho [...] em janeiro de 1973, me transferiram para o DOI-CODI de São Paulo, depois para o DOPS, onde fiquei até 5 de junho de 1973, ainda isolado. Aqui tive o primeiro contato com o mundo: foi o primeiro contato que tive com a minha advogada, doutora Rosa Cardoso [...] Em março de 75, fui julgado, quando apresentei a carta de defesa. Fui condenado a 5 anos, 3 dos quais já cumpridos. Cumpri a pena no Hipódromo, Casa de Detenção, Penitenciária do Estado, Presídio Barro Branco, em São Paulo, e no Instituto Penal Paulo Sarazete, no Ceará, de onde saí em abril de 1977 (PALMÉRIO et al., 1978).

Sobre o episódio da cadeia de Xambioá, complementa Genoíno: “Se eu tivesse tido chance, eu me matava”⁷². Para o guerrilheiro, o

⁷² *Correio Braziliense*. Brasília, 05 de maio de 1996.

momento da prisão era muito importante, pois tratava-se de um possível reconhecimento da participação na guerrilha. Afinal, o que fazia um jovem da cidade grande morando exatamente numa área de guerrilha? Assim, tão logo fosse preso, era natural que os conflitos viessem à tona, pois o que aguardava o preso era um forte aparato de tortura, por meio do qual se buscava, sob todas as formas, obter as informações necessárias sobre a localização e o planejamento das ações dos militantes. Em tais circunstâncias, seria muito natural que a regra do grupo fosse a de não se entregar vivo, de matar ou morrer em defesa de ideais.

Sem dúvida, a ideia de morrer em combate era uma marca da geração de lideranças políticas cuja formação foi a participação em lutas armadas. Matar ou morrer em combate: essa era a regra e o militante necessitava colocá-la em prática para atender às exigências do grupo, o qual, para continuar resistindo, não poderia ser localizado e também para não enfrentar as torturas que advinham junto com a prisão.

Estrategicamente, as forças repressivas acionavam as lembranças da trajetória do protagonista, através de fotografias, de forma a propiciar-lhe um encontro com seu passado recente e, com isso, provavelmente, identificar os motivos pelos quais o depoente se encontrava participando de uma guerrilha. Nas lembranças do militante, uma fotografia possibilitava-o viver, em segundos, toda uma trajetória política, história que os repressores queriam muito conhecer.

Uma vez preso, isolado dos demais militantes, sentia-se desprotegido, longe de um universo de atores que compartilhavam

seus ideais, portanto, sem interlocutores para partilhar utopias, angústias, medos e desejos, daí porque o protagonista se refere ao contato com a advogada como sendo o primeiro contato com o mundo. Fora do ambiente de guerrilha, provavelmente essa seria a primeira pessoa com quem o militante teria contato, dado que as pessoas que compunham o aparato repressivo não poderiam se constituir em contatos. Em condições de isolamento, sentir-se em outro mundo não tinha um significado de mudança de espaço físico, muito menos estar em contato com executores da clausura, mas sim poder encontrar alguém capaz de ouvir e dizer coisas comuns, alguém que compartilhe agindo, apoiando ou simplesmente compreendendo suas ações.

Uma vez aprisionado pelas forças repressivas, realizadas as inúmeras transferências de órgãos da repressão, iniciavam as diferentes formas de memorar o passado: das imagens ao afogamento.

Um dos momentos marcantes nas lembranças do protagonista foi seu reconhecimento por parte do cachorro, diante da prisão. Para o guerrilheiro,

Como eles não tinham algemas, primeiro me amarraram naquela árvore até o pessoal do exército chegar. Só então fui algemado. Eu dizia que era elevador, que não conhecia o pessoal da guerrilha. O problema é que o cachorro do destacamento me reconheceu e veio fazer uma festa. Aí, eles diziam que eu conhecia o pessoal, porque o cachorro me conhecia. Dei uma olhada feia para o bicho, que foi embora. Mas, de noite, quando estava todo mundo dormindo, o cachorro voltou, me lambeu e encostou o focinho na minha cara. Naquele momento, chorei. O gesto do cachorro

foi mais humano do que o de todos aqueles seres humanos a minha volta⁷³.

Na mata, os cachorros se apegam ainda mais aos seus donos, por participarem da caça. Aprisionado, tendo sido acariciado pelo cachorro, parceiro de moradia na mata, o protagonista se vê reconhecendo solidariedade e sentimento de pertencimento muito mais no animal que nos próprios humanos.

Além disso, outra ação que, segundo o protagonista, acabou por denunciá-lo, foi a frase “‘Podem atirar’ [...] Um camponês não manda ninguém atirar sabendo que alguém pode morrer”⁷⁴. O episódio do cachorro e o descumprimento do percurso pelo protagonista são temas polêmicos para aqueles que participaram da Guerrilha do Araguaia, pois há os que acreditam que a guerrilha só chegou ao fim em decorrência do descumprimento do trajeto por parte de um dos militantes. Porém, a enorme desigualdade de forças dos militantes, diante do aparato repressivo do Estado, demonstra que, inevitavelmente, isso iria acontecer. A prisão também ocorreu porque as forças repressivas já se encontravam em ofensiva na busca dos guerrilheiros. A frase “Podem atirar” pode ter significado importante para o militante devido ao cumprimento da regra dos guerrilheiros que era a de não se deixar prender vivo. Logo, ao mesmo tempo em que o militante precisa demonstrar sua disposição para a luta, sua atitude também revela o medo de terminar nos órgãos de repressão.

⁷³ José Genoíno, *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996.

⁷⁴ José Genoíno, em entrevista à revista *Playboy*, maio de 1993.

A munição dos militantes, combinada à coragem e à ousadia dos guerrilheiros, era uma característica reconhecida pelas próprias forças da repressão, como afirma o general Thaumaturgo Sotero Vaz:

A humildade, a modéstia de equipamento, ao lado de uma determinação e coragem inabaláveis dos guerrilheiros do Araguaia, na defesa dos seus ideais contra FAL, para-FAL, armamento pesado, helicópteros, foquetas, granadas de mão [...] Eu fiquei besta quando vi os campos de treinamento dos guerrilheiros. As pistas de aplicação ficavam nas subidas das colinas, o que exigia um grande preparo físico, resistência e determinação. Os obstáculos ultrapassados eram idênticos aos do Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. As bases guerrilheiras tinham sistemas sutis de alarme, com varetas, armadilhas, estacas, pás e stands de tiro. Os guerrilheiros chegaram a fabricar uma submetralhadora, semelhante à Uru do Exército brasileiro, tinham FAL, que o Lamarca expropriou do Quartel de Quintaúna, mas também armamentos rústicos, fuzis 1908 e mosquetões. Coisas de idealistas determinados, pica-pau de rolha brigando contra canhão [...] Eu fiquei besta quando vi os campos de treinamento dos guerrilheiros. As pistas de aplicação ficavam na subida das colinas, o que exigia um grande preparo físico, resistência e determinação [...] Não posso subestimar o valor daquele pessoal e respeitar a memória deles. Eram inimigos. Podiam ter me metido uma bala na cabeça. Azar, é contingência da guerra. Mas eles eram determinados, corajosos, idealistas, puros⁷⁵.

⁷⁵ Em entrevista concedida a Miriam Malina, *Jornal do Norte*. Manaus, 07 de maio de 1996.

A humildade e a modéstia a que se referia o general trata-se dos recursos militares disponíveis pelos jovens guerrilheiros e da capacidade de improvisação de suas ações. A fala revela o reconhecimento do forte aparato bélico dos militares, tornando a luta desigual, subestimando a capacidade de organização e luta dos militantes. As semelhanças entre os treinamentos das Forças Armadas e guerrilheiras indicam duas direções: o conhecimento de estratégias militares (mesmo que tenham aprendido em outros países ou não), e a possibilidade de infiltração dos guerrilheiros nas próprias Forças Armadas brasileiras, como afirmou o general Thaumaturgo Sotero Vaz.

Porém, para a família das vítimas, talvez seja difícil compreender o significado da frase “respeitar a memória” dos militantes, pois o que significaria para essas vítimas respeitar sua memória? Como essas vítimas compreenderiam a narrativa de quem participou de um conflito, numa posição de comando, em condições reconhecidamente desiguais, o qual culminou com a morte e o desaparecimento de dezenas de jovens? Como essas vítimas poderiam aceitar aqueles que, durante anos permaneceram em silêncio, sem anunciar por iniciativa própria ou comentar sobre o assunto quando provocados pelas denúncias advindas de diferentes segmentos da sociedade, especialmente as Comissões da Verdade?

Tudo isso mostra que esse período ainda se constitui num assunto traumático para a sociedade brasileira, pois a anistia de 1979 não permitiu uma reconciliação do país e somente com a Constituição de 1988 é que se conquistou liberdades democráticas,

com a legalização de partidos políticos, com o retorno à vida pública dos ex-presos políticos e exilados, com a conquista da credibilidade das Forças Armadas, em funções que auxiliam a resolução de problemas da sociedade civil. Mesmo assim, ainda hoje persiste a fragilidade das instituições democráticas, o que revela a incapacidade do país de se reconciliar de maneira efetiva com o seu passado.

O silêncio, bem como o esquecimento, é uma manifestação da memória, como afirma Pollack (1989), porém, é a manifestação de uma memória, como subterrânea, uma memória proibida e envergonhada. O silêncio e o esquecimento são portadores de memória. No entanto, a memória dos protagonistas está marcada pela disputa de memórias distintas, que têm como veículo de manifestação as falas, as fotografias, os gestos, os sons, as imagens, os cenários, os acontecimentos e tudo aquilo que somente ganha significado *status* quando ocupa o espaço público. Espaço no qual são incompatíveis o silêncio e o esquecimento.

Passadas mais de três décadas, as imagens sobre o episódio despertaram em José Genoíno Neto emoção e racionalidade, como afirma em entrevista:

Quando vi a foto, há duas semanas, gelei da cabeça aos pés. Voltei ao dia 18 de abril de 1972, quando fui preso e amarrado àquela árvore. A foto despertou duas sensações diferentes. Uma de emoção, revivendo uma época marcante na minha vida. Espectador de uma cena que eu próprio vivera: eu, um jovem de 24 anos, amarrado naquela árvore, sem ter ideia de que a foto estava sendo tirada e, muito menos, do que iria acontecer comigo. A ou-

tra reação foi um racionalismo absoluto: era muito estranho ver aquela foto no Congresso, um cenário tão distante daquela época. Me lembrei quando cheguei a Brasília, no dia 21/04/72, num avião do Exército, para ser interrogado. O Congresso era para mim algo distante. Quando estava preso no quartel do setor militar urbano, comentei com alguns companheiros que no ano 2000, nós nos encontraríamos bem próximo ao Congresso para ver se a gente tinha tomado o poder. É um privilégio ser um sobrevivente. Ao mesmo tempo uma responsabilidade: obrigação de me atualizar sem medo de rever o que considero intransigência e autoritarismo da esquerda. Cometemos erros na época da Guerrilha. Mas temos que olhar tudo como um processo. Precisamos usar o para-brisas e o retrovisor. Se usarmos só o para-brisas, não vemos o passado. Se só olharmos o retrovisor, não vemos o futuro⁷⁶.

A memória iconográfica, aquela que parte da fotografia como dispositivo de memória, expressa na fala do protagonista, é uma das expressões da memória. As imagens fornecidas pela foto possibilitam ao deputado acionar suas lembranças do passado e delas priorizar aquilo que parece mais importante. Observamos que, em primeiro lugar, não aparecem as experiências dele na guerrilha, mas a prisão, haja vista significar a interrupção da participação do ator nas ações guerrilheiras.

A guerrilha, embora clandestina, possibilitava aos autores agirem em conjunto, tornando-os mais coesos e “fortes”; consequentemente, também a tortura, pois ator clandestino preso passava a ser informante nas mãos da repressão e a consciência de que,

⁷⁶ José Genoíno, *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996.

para ele, pelo menos aquele ator, aquele momento já trazia o fim de um projeto político, o fim da guerrilha.

Assim sendo, o presente e o passado se cruzam nas lembranças do deputado. No passado, por não poder ser revivido, o ator se vê como espectador, nele constrói o cenário que justifica suas ações: jovem de 24 anos, aprisionado, desconhecedor das artimanhas da repressão que fotografava e registrava suas ações como forma de demonstrar sua força, bem como para intimidar militantes nas salas de tortura. No cenário do presente, o ator se refere a si próprio como sendo o racional; ao denominá-lo assim, podemos contrapor a ideia de racional ao irracional, o passado.

De fato, o protagonista denomina de racional o cenário do presente, o Congresso Nacional, porque o considerava, naquelas circunstâncias, algo muito distante da realidade. Daí o porquê das brincadeiras de se referir à “tomada do poder”, à chegada ao Congresso, no ano 2000, o que poderia se constituir em mais uma utopia dos militantes. Hoje, passado o tempo, após tomar conhecimento das arbitrariedades da repressão, o deputado considera um privilégio ter sobrevivido, pois os que ingressaram na guerrilha foram dispostos a morrer ou matar para sobreviver e para garantir a existência de seus ideais.

O ator analisa a relação entre passado e presente através de uma metáfora, o retrovisor e o para-brisa, sem a utilização dos quais não se conduz seguramente pelos caminhos da vida. As lembranças do passado iluminam o presente, assim como o presente oferece significado ao passado.

6

O JOGO DA SOBREVIVÊNCIA

Em tempos de autoritarismo, a prisão dos militantes era o objetivo das forças repressivas, pois era a forma de imobilizá-los, impedindo as articulações e, sobretudo, obtendo informações e punindo as ações de seus opositores. Na prisão, as informações eram obtidas através de métodos de tortura.

Na fase inicial dos governos autoritários, de 1964 a dezembro de 1968, as forças repressivas “toleravam” e, em certa medida, era de seu interesse viver com parcela de militantes soltos, mas observados pelo aparato repressivo. Tais medidas eram tomadas como forma de acompanhar os passos dos militantes, com vistas a observar a construção da rede de relações dos jovens combatentes, bem como as ações planejadas por eles.

Após o AI-5, houve um redirecionamento na ação das forças repressivas, ampliando-se a prisão seguida de intensa tortura, método por excelência utilizado para obter informações sobre a rede de relacionamento dos militantes. É nesse contexto que podemos diferenciar a prisão, a tortura e o exílio como dimensões de experiências de clandestinidade.

Em geral, o percurso do militante pego pela repressão era prisão e tortura, sendo alguns exilados. O exílio, porém, não foi um ato exclusivamente forçado. Houve casos em que ocorreu de

forma “voluntária”. Cabe ressaltar que, ao mencionarmos esse ato “voluntário”, referimo-nos àqueles que, por iniciativa própria, receosos e cientes dos riscos existentes no país, anteciparam-se e exilaram-se em diferentes países.

Neste capítulo, dada a trajetória política de cada protagonista, analisamos as lembranças relativas às suas experiências quando da prisão e do exílio, centramo-nos nas recordações de Aldo Arantes, Vladimir Palmeira e Fernando Gabeira, para relatar suas experiências do exílio; José Genoíno, Aldo Arantes e Haroldo Lima, para relatar suas experiências de prisão.

PRISÃO

A prisão, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, em qualquer circunstância, significa ato ou efeito de prender, capturar, viver em recinto fechado, clausura. Evidentemente, em tempos de autoritarismo, a vivência em prisão é marcada por arbitrariedades, entre as quais: a incomunicabilidade, a frequente mudança de unidade militar responsável, a sonegação de informações sobre o preso, a desconsideração com o representante legal do preso (o advogado).

As prisões, às vezes, envolviam pessoas que sequer tinham participado de ações políticas, bastava ser membro da família de um militante que estivesse sendo procurado pelas forças repressivas, como fora o caso de Aldo Arantes: “[...] sou preso lá, são presos também minha mulher e meus filhos que tinham 3 e 4 anos; os filhos ficam presos durante 4 meses e meio [...]” (ARANTES, 1998).

As idades das crianças, por si só, já revelam a arbitrariedade: como prender um menor que sequer poderia responder por suas atitudes, caso fosse um militante? Como culpar e exigir responsabilidade de crianças com 3 a 4 anos? A prisão das crianças somente ganha significado se compreendida como pressão psicológica junto ao genitor, o procurado.

A mudança frequente de locais ocorria até os prisioneiros serem finalmente localizados pelas famílias. Os presos, em geral, ficavam em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas, uma vez localizados pelas famílias, os advogados pleiteavam a transferência para seus estados de origem. Assim ocorreu com José Genoíno e Haroldo Lima, conforme se observa no depoimento a seguir: “Eu fui preso em São Paulo, fiquei lá alguns meses na cadeia, um ano, ou coisa assim. Depois [...] eu fui levado para Salvador” (LIMA, 1998).

Para José Genoíno, “uma coisa é perder a vida ou matar no confronto. Outra coisa é quando você é prisioneiro”⁷⁷. O ator reconhece a possibilidade de perda da vida como sendo inerente ao militante presente no conflito, seja matando alguém para se defender ou para defender seus ideais ou morrendo, em decorrência dos encaminhamentos dados pelos integrantes do confronto.

Com efeito, ao diferenciar a condição de prisioneiro, o ator chama a atenção para possíveis utilizações do preso no conflito. O militante prisioneiro de interesse das forças repressivas não era um militante qualquer, somente porque participou ou realizou alguma atividade nos movimentos, mas alguém portador de informações importantes: dirigentes centrais e intermediários,

⁷⁷ Em depoimento ao jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, em 13 de dezembro de 1998.

pois eram estes que podiam informar locais de reuniões, nomes de militantes, ações realizadas ou previstas, funcionamento do aparelho, entre outras.

Muitas vezes, as prisões ocorriam, mas a identidade do prisioneiro ainda era desconhecida, havia apenas suspeitas de envolvimento. Quando isso ocorria: “Na prisão, a gente vai alimentando seguranças. Eu tinha a segurança de que não descobririam quem era – pois eu sabia que, quando descobrissem, a barra ia ser pesada”⁷⁸. De fato, havia uma grande diferença entre ser um prisioneiro comum e um prisioneiro político; ter participado de uma atividade considerada terrorista e guerrilheira para os órgãos de repressão; e ser membro de direção central ou intermediária. Logo, a angústia de ser reconhecido revelava que o militante atendia exatamente aos critérios exigidos pelas forças repressivas para iniciar a tortura como forma de obtenção de informações.

Assim, segundo José Genoíno: “A partir do momento que eles descobriram que eu era Genoíno, fui interrogado sempre de capuz. Não vi mais ninguém”⁷⁹. O tratamento diferenciado por parte das forças repressivas demonstrava o início do processo de tortura.

A prisão não impedia apenas a realização da vida política dos militantes, envolvia, também, mudanças em sua vida afetiva: “Na guerrilha e na prisão, acabou-se a vida afetiva. Fiquei sete anos – dois na guerrilha e cinco na cadeia – sem ter nenhuma relação sexual”⁸⁰. A militância, em tempos de autoritarismo, exigia um

⁷⁸ José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

⁷⁹ José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

⁸⁰ José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

investimento afetivo muito oneroso; implicações na afetividade de militantes numa fase muito particular de suas vidas, a juventude, momento em que mais aflora a sensibilidade para a sexualidade.

Na clausura, atos do cotidiano constituíam-se movimentos importantes para os prisioneiros. Ora, para alguém que passava a maior parte da vida numa cela, qualquer gesto rotineiro passava a ser observado e incorporado como algo importante, como movimento, até porque, de fato, era o movimento existente, visível aos prisioneiros.

[...] a vida dos presos não é parada, como se imagina. A gente vivia em permanente movimentação. É uma comida, é um café, o grito, a cantoria, o banho de sol, são as comunicações à noite. Você cria um movimento para não cair na derrota. O grande problema da prisão é autodestruição. Quem não reage se liquida⁸¹.

Nesse contexto, o ator, em vez de ter como eixo de preocupação a sua condição de preso, passa a priorizar a necessidade da resistência e, com ela, combater a autodestruição.

As lembranças do protagonista revelam que cair na derrota não era ser preso, mas se sentir incapaz, perder a crença no projeto político, não compreender que a prisão era algo temporário, e a morte, caso ocorresse, fazia parte da luta. Daí porque o militante precisava reagir, ou seja, não incorporar a apatia, os sentimentos de derrota, pois somente isso o liquidaria, por significar um ato de iniciativa própria.

⁸¹ José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

Eram várias as estratégias para combater a autodestruição. Elas eram voltadas para a ideia de sentir-se vivo, militando. Em geral, tinham dois objetivos: passar o tempo – se de um lado, isso demonstrava o prolongamento na prisão, por outro lado, acenava uma ampliação da vida –; e protestar – emitir opiniões sobre as condições em que viviam.

Pensando assim, José Genoíno “[...] cantava para fazer o tempo passar. Cantava ‘Asa Branca’, ‘Assum Preto’, aquelas músicas de protestos da época, ‘Apesar de você’”⁸². As músicas eram composições dos anos 1970, embora suas letras, de alguma forma, revelassem conteúdos de protesto. “Asa Branca” e “Assum Preto” são composições de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, que falam das dificuldades de sobrevivência do homem nordestino. Não por acaso, José Genoíno é de uma região do Ceará onde mais se sente os efeitos da seca. Motivo esse que levou o militante a participar da construção de um açude em 1958. “Apesar de Você” é uma composição de Chico Buarque, feita nos anos de autoritarismo, das mais utilizadas como música de protesto à repressão da época. A letra da música denuncia o autoritarismo, ao mesmo tempo em que acena com esperança para a possibilidade de término da repressão, ao dizer que: “Apesar de você, amanhã há de ser outro dia [...] você vai pagar e é dobrado cada lágrima rolada nesse meu penar”. De forma que, ao evocar as canções, os militantes não somente passavam o tempo, mas se (re)encontravam com seu passado, seja longínquo, seja recente, revigorando as energias, fonte alimentadora de seus ideais.

⁸² José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

O movimento interno da prisão, muitas vezes, era orientado pelas manifestações e mobilizações existentes no ambiente externo à cadeia: “Sempre que havia algum movimento aqui fora, o clima na cadeia ficava tenso [...] aumentava a revista nas famílias, aumentavam as batidas nas celas, a guarda era reforçada”⁸³. A rigor, os movimentos ocorridos nas ruas, na imprensa, nos bastidores, eram voltados para, entre outras bandeiras de luta, a liberação dos presos políticos, a anistia ampla, geral e irrestrita. A família era a ponte entre os presos políticos, a vida e a realidade exterior ao presídio.

Sobreviver nesse ambiente demandava a criação de redes de relacionamentos na própria cadeia, com os presos comuns e os policiais, como reconhece José Genoíno: “Na cadeia, aprendi a me relacionar com todo mundo”⁸⁴. Todo mundo significava, desde o preso político ao preso comum, desde um militante de sua agremiação ao de qualquer outra, inclusive os próprios carcereiros. O que faz a necessidade: num ambiente tão hostil como a prisão, o protagonista busca a sobrevivência através do exercício da tolerância.

Refletir sobre as estratégias de sobrevivência na prisão fazia os presos vivenciarem um intenso conflito interno. Era um momento de desconhecer a si ou conhecer suas possibilidades de ação para sobreviver: “Na prisão, eu cheguei a pensar que deveria ter voltado atrás. Mas já era um caminho sem volta”⁸⁵. No conflito, esse fugaz arrependimento não era somente em relação às posições

⁸³ José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

⁸⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987.

⁸⁵ José Genoíno. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1998.

políticas assumidas, mas também à própria vida: “Se eu tivesse tido chance, eu me matava”⁸⁶.

Essa afirmação se justifica devido à morte em conflito, para o militante, significa vitória política, alçando-o à condição de herói do seu grupo político. Não se entregar vivo significava, portanto, não oferecer à repressão a possibilidade de entregar ou mesmo de fornecer qualquer pista para a busca dos demais. Esses eram atributos próprios da formação do *habitus* do militante clandestino.

TORTURA

A tortura, como forma de obtenção de informações do prisioneiro, é um suplício, um tormento, uma prática desumana, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Parte da ideia de que o prisioneiro é propriedade do aparelho repressivo e, como tal, pode ser submetido a qualquer ato. Em geral, a tortura deixa sequelas irreparáveis e tormentos eternos para aqueles que a vivenciaram.

Com a tortura, as forças repressivas impõem ao prisioneiro iniciar um processo de negociação dele consigo mesmo sobre sua vida. Ou seja, a cada informação desejada e obtida pela repressão, é acenada a possibilidade de prolongamento da vida. De forma que, a cada dia, a cada hora, a cada minuto, a vida do prisioneiro é objeto de negociação. Havia toda uma estratégia de relacionamento

⁸⁶ José Genoíno. *Correio Braziliense*, Brasília, 05 de maio de 1996.

dos torturadores com os prisioneiros. Normalmente, pequenos detalhes eram importantes e já compunham o cenário da tortura, tais como: o horário em que ocorriam as sessões; o fato de o prisioneiro estar, ou não, com capuz; o interrogador; as informações prévias fornecidas pelo torturador; entre outras. Em tais circunstâncias, os discursos dos prisioneiros terminam por se constituir em discursos estratégicos.

José Genoíno, ao lembrar os momentos de tortura, diz que:

Os interrogatórios, como já falei, misturam a questão da mente e do corpo. Então, na verdade, você tem dois caminhos. Ou chega e diz: “não declaro nome, não declaro nada”. E aí a possibilidade maior é de morrer na tortura. Ou você começa a prestar certas informações. E aí é um processo muito penoso, pois cada informação corresponde a um ato de tortura. Foi isso basicamente o que eu vivi. É claro que você vai selecionando na cabeça; “Não vou dar informações que levem à morte, não vou dar informações que levem à prisão de pessoas – da militância política ou pessoas amigas”. Você vai selecionando as coisas, mas é um turbilhão na cabeça. Você anda muitas vezes no limiar, no fio da navalha. A tortura chega a um ponto tal que, até para aliviar, você presta as informações, mas sempre se segurando⁸⁷.

A narrativa do ex-presos político revela a perversidade da tortura. O conflito consiste em, de um lado, o prisioneiro atender às necessidades do jogo psicológico imposto, cedendo informações, acreditando manter vivo seu grupo político (esse é o lado racional

⁸⁷ *Playboy*, maio de 1993.

falando mais alto); e, de outro lado, o corpo sofrido, dilacerado, atormentado, em suplício, implorando para o prisioneiro ceder informações e aliviar a dor. Nesse contexto, é como se a vida se limitasse a duas únicas possibilidades: não ceder informações e garantir a fidelidade aos seus ideais, ou ceder informações, criando a possibilidade de uma sobrevida incerta, fugaz, e portadora de fantasmas e acusações eternas. Diante desse dilema, era comum os prisioneiros cederem à estratégia de sobrevida, optando por fornecer informações que, segundo cada um, não seriam prejudiciais por já serem, pretensamente, do conhecimento dos torturadores.

Hoje, num contexto absolutamente diferente, qualquer um pode afirmar que jamais cederia, porém, diante do tormento, a rigor, mesmo os que reconhecem que delataram, sob tortura, sequer devem ter entendimento de que tipo de informações forneceram, se foram comprometedoras ou não, se levaram a mortes, prisão ou não, pois as próprias condições em que foram interrogados os impediam de obter controle das informações fornecidas. Isso não torna os prisioneiros torturados mais ou menos heróis ou vítimas da repressão. Apenas revela em que grau chegou a repressão no país, em que grau chegou a mente humana, em que grau e em que condições, cada um tem controle de si.

Os métodos eram os mais diversos:

Na primeira fase, foram queimaduras, afogamentos, choques elétricos e pau de arara. O que mais dava medo era o afogamento. Na queimadura, a gente sente dor, no afogamento, sente perspectiva da morte. Atinge a mente, apavora. Durante

muito tempo na prisão, eu não conseguia pôr a cabeça debaixo do chuveiro⁸⁸.

Observe que os métodos revelam maior ou menor eficácia nos objetivos da tortura, enquanto a queimadura acena para a dor, a perda parcial, o afogamento acena para a perda imediata, total da vida. Observe ainda que as sequelas da tortura deixam marcas indeléveis na vida do prisioneiro; ou seja, o banho, um ato corriqueiro, passa a ser uma espécie de tortura para a vítima.

Gestos e sons, como dispositivos de memória, invocam lembranças que compõem as memórias de ex-torturados:

Se eu fosse retirado com o capuz amarrado por cordão poderia não ser torturado, mas se fosse com capuz fechado por elástico em volta do pescoço... isto era traumático. Outra coisa que dói é ouvir os gritos das pessoas que estão passando por aquilo⁸⁹.

Para além da tortura física, cometida com o prisioneiro, havia também a tortura psicológica. Esta podia ser realizada através de ameaças com o próprio prisioneiro ou com membros da família, ou ainda fazendo o prisioneiro ouvir o tormento daqueles que se encontravam em sessão de tortura. Tudo isso construía um cenário preparatório para a sessão de tortura do prisioneiro.

A da tortura é um momento muito particular para a vítima, é uma experiência em que a vida do torturado se apresenta como uma sinopse de toda sua trajetória, principalmente suas relações

⁸⁸ José Genoíno, *Correio Braziliense*, Brasília, 05 de maio de 1996.

⁸⁹ José Genoíno, *Correio Braziliense*, Brasília, 05 de maio de 1996.

com os entes mais queridos, mais marcantes em suas vidas, familiares e membros dos partidos aos quais foram (ou são) filiados, os companheiros de lutas: “Na tortura, a vida da gente passa como um filme em câmara lenta. É como se a gente tivesse vendo as relações com o pai, com a mãe e, com os irmãos, com os amigos”⁹⁰.

Lembrar esses momentos é sempre um momento permeado por sentimentos de dor e culpa: “Às vezes, fico pensando nos que morreram e me sinto constrangido por ter sobrevivido [...] O que houve comigo não chega nem perto do que aconteceu com o pessoal que morreu lá”⁹¹. Dor, na medida em que houve perdas reais de militantes, e culpa, como se o prisioneiro torturado pudesse, em algum momento, evitar as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes desencadeadas pela repressão.

Para um ex-presos político que vivenciou a tortura nos anos de autoritarismo, chegar ao Parlamento, em tempos de abertura política, exigia, no mínimo, uma imediata denúncia dos órgãos de repressão existentes. Assim o fez Aldo Arantes, ao assumir o seu primeiro mandato:

Sou um deputado federal que foi torturado nos cárceres do DOI-CODI. Fui torturado por elementos do I e II Exército Brasileiro e venho, como membro desta casa, denunciar a conivência dos órgãos de repressão à tortura no nosso povo. Temos que romper e acabar com a famigerada Lei de Segurança Nacional⁹².

⁹⁰ José Genoíno, *Playboy*, maio de 1993.

⁹¹ José Genoíno, *Correio Braziliense*, Brasília, 05 de maio de 1996.

⁹² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de março de 1983.

Os deputados Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Genoíno foram eleitos ainda no ano de 1982, durante o último mandato do governo militar, sob a presidência do general João Batista Figueiredo, e, portanto, tiveram ainda a oportunidade de viver na Câmara dos Deputados com uma legislação autoritária. Daí porque o primeiro mandato desses parlamentares ter sido voltado para a denúncia dos limites de liberdades democráticas no país.

Gabeira, que somente entraria para o Parlamento na década de 1990, voltando de um longo exílio, não trouxe novidades apenas nos valores culturais, mas também nas avaliações sobre o significado da tortura e dos torturadores. Ele não concordava com a opinião de que os torturadores eram homens ruins ou coisa que o valha:

A ideia de que eram monstros é totalmente fora da realidade, ou que nos odiavam pessoalmente é inválida. Eu acho que eles não tinham nada de pessoal contra nós. Eles estavam apenas cumprindo uma tarefa que foi determinada a eles e que escolheram fazer com a perspectiva de crescer na carreira (GABEIRA, 1998).

Certamente, essa avaliação abriu uma polêmica muito grande, mas de fato, a análise do protagonista procura mostrar diferentes dimensões da vida, distintos papéis realizados por um ator. Tenta chamar a atenção para a lógica que permitia aos militares virem a participar das sessões de tortura. Nessa ótica, haveria apenas um mesmo ator em lugares distintos, realizando tarefas diferentes, de forma a poder cumprir eficientemente suas atribuições. Assim, a lógica da tortura era relacionada à lógica da carreira do profissional.

Então, de maneira simplificada, quanto mais participasse e melhor eficácia conseguisse, obtendo mais e melhores informações, maior seria a possibilidade de ascensão funcional. Assim aconteceu.

Como diria Arendt (1993), “compreender não significa perdoar”, mas conhecer e reconhecer o significado da ação. Ou, ainda, a obediência voluntária para o cumprimento da tortura revela a “banalidade do mal” (ARENDR, 1997), justificando sua execução pelo cumprimento de tarefas, demonstrando que o ator, ao obedecer, ao não se rebelar, ao agir desta ou daquela maneira, é ator e autor de sua ação e se insere no mundo a partir dessa ação. Ou seja, aqueles que torturaram se inserem no mundo na condição de torturador.

A possibilidade de delação estava sempre entre os prisioneiros que sofriam a tortura. Havia uma consciência do papel da informação, bem como um conflito em relação ao que fazer com essa informação. Se, de um lado, entregar a informação era possibilitar o prolongamento da vida, por outro, poderia tornar o prisioneiro desnecessário aos órgãos de informação, o que poderia levá-lo à morte:

A vítima de tortura fica administrando entre o físico e a cabeça. Falei dos lugares onde morei das pessoas com quem vivi. Fui com eles até o lugar do nosso acampamento. Você negocia a vida entre o que fornece e o que deixa de fornecer. Mas quando falei dos lugares por onde havíamos passado, sabia que o Exército já não encontraria mais ninguém lá. Nunca entreguei ninguém⁹³.

No dia em que fui preso, eu sabia onde estava parte do pessoal da guerrilha. Passados cinco ou seis

⁹³ José Genoíno, *Gazeta Mercantil*, 09 de maio de 1996.

dias, não sabia mais. Nem que eu quisesse falar, eu sabia. Eles me interrogavam muito sobre o pessoal da guerrilha, mas eu não sabia. A guerrilha rural é diferente da urbana. A urbana tem endereço, tem rua, tem número. A rural, não. Tem mato⁹⁴.

Nos interrogatórios, limitei-me a admitir aquilo que já era sabido pelo Exército e por qualquer morador da área, ou seja, que conhecia vários dos guerrilheiros com quem vivia⁹⁵.

Tudo isso está em meu depoimento ao Supremo Tribunal Militar e é do conhecimento público. Não tenho satisfação a dar a esse general. Não tenho como polemizar com um cara que defende a tortura⁹⁶.

Os depoimentos revelam os discursos distintos: os obtidos com ou sem tortura. Por isso mesmo, em um outro contexto, aparecem como contradições. A rigor, o que se percebe é que, de fato, ceder informações sob tortura ocorreu com vários presos políticos. Certamente, hoje nem todos admitem ter cedido informações, embora ceder informações em tais circunstâncias seja compreensível.

Dadas as condições em que foram obtidas as informações e a possibilidade de manipulação de memórias em disputa, muito dificilmente poderíamos precisar tais acontecimentos. O lugar que ocupam os envolvidos e a coerência entre o que pensa e o que faz cada um é revelador de sua posição política. Ou seja, os

⁹⁴ José Genoíno, *Playboy*, maio de 1993.

⁹⁵ José Genoíno, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de abril de 1983.

⁹⁶ José Genoíno, *Gazeta Mercantil*, 09 de maio de 1996.

depoimentos constituem também narrativas estratégicas, que constroem lembranças evocadas segundo o lugar que ocupa o ator e lembranças ressignificadas pelo presente, quer pelo lugar social, quer pela experiência de cada um.

Para alguns militares, especialmente para os autores e atores da execução da tortura:

Tem que aproveitar o momento psicológico da prisão. Nesse momento, se não for arrancada a informação, e se o cara não abrir a boca, ele não vai falar nunca... Genoíno, gosto muito dele, mas, quando ameaçaram, ele saiu indicando campo aqui, campo de treinamento ali, posto de suprimento acolá, dedurando [...]. Quando vi ele lá, perguntei: o que este cara está fazendo aqui? Este cara já foi para Brasília? Mandem este cara embora. Ele já deu toda a informação que tinha de dar⁹⁷.

O narrador fala com voz de “coragem”, como se estivesse falando de uma luta igual, onde cada ator possuía armas e condições semelhantes. O general reconhece que o momento da prisão e os métodos utilizados para obter a informação são fundamentais para garantir o “sucesso”, bem como registra o desprezo para com o prisioneiro quando se consegue arrancar a informação.

⁹⁷ Thaumaturgo Sotero. *Jornal do Norte*, Manaus, 07 de maio de 1996.

EXÍLIO

O exílio, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é uma expatriação forçada ou voluntária para um lugar afastado, solitário ou desagradável de habitar. Como tal, causou impressões as mais diferentes para os presos políticos brasileiros.

É muito difícil precisar se, para os militantes, a prisão seria melhor ou pior que o exílio. A rigor, nem uma nem outra situação eram desejada; portanto, não poderiam trazer, *a priori*, bons resultados. No entanto, as características de isolamento, tratamento e, sobretudo, a oportunidade e a criatividade que cada um teve, levaram a diferentes formas de enfrentar o exílio.

O exílio é, em certo sentido, uma prisão, na medida em que o preso político se encontra fora do país, impedido de se manifestar politicamente sobre o lugar em que se encontrava. Assim, o que para um militante é muitas vezes, sua razão de viver – lutar por democracia e justiça social em seu país –, torna-se impedimento – exilar-se em um país diferente.

É também o exílio para alguns uma espécie de tortura, na medida em que o preso político se encontra numa situação de isolamento tão intensa que traz consigo cenários de tormento psicológico: ouvir, falar, escrever e pensar em uma língua indesejada; alimentar-se com comidas, bebidas e frutos distantes do cardápio brasileiro; distanciamento total de familiares e amigos; mudança nos hábitos de lazer; músicas e esportes diferentes, entre outras coisas.

Considerando que a parcela expressiva dos militantes era de estudantes impedidos de frequentar as escolas brasileiras, estudar

e exercer uma profissão tornou-se uma alternativa para muitos que conseguiam se distanciar temporariamente da militância. Segundo Gabeira,

[...] muitas pessoas deixavam de viver a experiência do exílio porque estavam apegadas ao passado. Elas não viveram intensamente o presente do exílio. Viveu, e pode voltar mais inteligentemente, quem teve menos saudades, quem embarcou no aqui e agora, sem perder a perspectiva histórica⁹⁸.

No início da década de 1960, logo nos primeiros momentos após o golpe, militantes saíram do país, intimidados pelo impacto do acontecimento. Afinal, existia um clima de efervescência política. Entre eles, estava Aldo Arantes, que lembra dos acontecimentos, dizendo que:

Fomos para o Uruguai [...] durante esse período, eu vim várias vezes ao Brasil, clandestinamente, procurando rearticular a Ação Popular. Em junho, eu volto em definitivo para o Brasil [...] eu poderia ter ficado no Uruguai ou ter ido para a França [...] resolvemos que o nosso papel era voltar para o Brasil, nós não tínhamos o que fazer no exterior, nós tínhamos que voltar mesmo que isso significasse um sacrifício de ordem pessoal. E voltamos (ARANTES, 1998).

As recordações de Aldo Arantes revelam o cenário de insegurança existente no país. Logo após o golpe, o autoexílio levou lideranças a se deslocarem, procurando encontrar um ambiente

⁹⁸ Fernando Gabeira, *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1981.

propício para se reunir e poder avaliar os acontecimentos; a clandestinidade foi considerada um sacrifício necessário, um ato de dignidade do militante.

Para os que foram exilados e passaram um período mais extenso fora do país, a vida demandava uma permanente ocupação do tempo. Assim ocorreu com Fernando Gabeira:

Quando deixei o Brasil, eu não sabia nada sobre o marxismo. Lá fora é que fui ler e estudar Marx e amadureci. Quer dizer, eu era aqui um jovem deslumbrado, sob a influência de ideias, pessoas, ambientes, movimentos em que me envolvera. Convicção filosófica, tinha bem pouca⁹⁹.

O depoimento de Gabeira revela o sentimento de parcela expressiva dos jovens da época: muitos foram presos como marxistas, porém, somente após o exílio é que tiveram contato com a literatura marxista.

A chegada dos exilados era sempre recepcionada por militantes e simpatizantes dos que resistiram ao autoritarismo, além dos familiares. Como não poderia deixar de ser, era também acompanhada por um aparato de segurança: viatura policial, policiais militares uniformizados e outros agentes policiais que, em geral, faziam um cordão de isolamento para impedir que as demais pessoas se aproximassem. A saída dos exilados era feita por portão especial. O debate sobre os que ficaram e os que foram para o exílio ocorria e se constituía em objeto de preocupação dos exilados,

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1980.

conforme ilustra Vladimir Palmeira: “Mal estão os que ficaram e foram oprimidos. Os torturados e ainda presos, os mortos ou desaparecidos. Eu até que estou bem”¹⁰⁰.

A rigor, não é o fato de ficar no país ou de ir para o exílio que torna a sobrevivência do militante “exitosa”. Ocorreram casos de experiências “exitosas” e “não exitosas” do exílio. É “exitosa” a experiência daqueles que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, estudar e conhecer a língua materna do país em que se encontravam, porém, se no Brasil ocorreram mortes de militantes, no exílio registraram-se casos de suicídio; se no país ocorreram as torturas físicas e psíquicas, no exílio ocorreram as dificuldades de adaptação com a língua dos lugares onde os militantes eram exilados (quando não percorriam vários países e eram obrigados a se comunicar com diferentes línguas); dificuldade climática, dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, preconceitos, dificuldades de adaptação alimentar, esses são os casos de experiências “não exitosas”¹⁰¹.

Palmeira ilustra um dos casos considerados “exitosos”. Em suas lembranças do exílio, relata a passagem por diferentes países, tendo conseguido concluir seus estudos num deles:

Estudava dez, quinze horas por dia [...] agradeço aos cubanos o pouco de cultura marxista que adquiri. Não serviu para defender o regime deles, mas para mim, certamente, foi uma contribuição [...] Eu fui para o Chile, em 1972, porque nosso sonho era voltar para o Brasil [...] Na primeira vez

¹⁰⁰ Vladimir Palmeira, *Folha de S. Paulo*, 06 de outubro de 1979.

¹⁰¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. São Paulo: Record, 1999.

que eu fui para o México tinha KGB, CIA. Não havia a menor condição de segurança. Na segunda, o México não me queria, eu já tinha abdicado do asilo e fui expulso [...] O único país do mundo que me aceitou foi a Iugoslávia. Evidentemente, eu não queria ir para lá, porque eu tinha visão muito crítica desses países do leste europeu. Para ir para a Iugoslávia, era preciso fazer escala e passar um dia na Bélgica. Fiquei na marra. Pedi asilo, fui expulso. O movimento popular belga protestou e conseguiu que eu ficasse [...] Saiu a ordem de expulsão, mas eu estava escondido. Eles não me localizaram a tempo. Fiquei na Bélgica seis anos, me formei em economia, na Universidade de Bruxelas [...] No exílio você pode sair, ter um dia de sol, tomar uma cerveja no botequim. Não pode ser pior que a cadeia, mas não conheço um refugiado que não tenha passado por crises existenciais profundas¹⁰².

A passagem de Palmeira pelo exílio foi difícil na medida em que, ao optar ir para Cuba, criou dificuldades no relacionamento com o México, que, posteriormente, nega-lhe um novo pedido de asilo. Ao asilar-se em Cuba, país em que passou a manifestar suas divergências, teve como atividade não a inserção na produção, mas uma intensa carga de leituras. Como muitos brasileiros, optou ir para o Chile para ficar mais próximo do Brasil. Porém, os que foram para o Chile, tiveram de experimentar dois golpes de Estado, e, conseqüentemente, solicitar outro pedido de asilo político. Palmeira recusou o único país que o aceitou, mas conseguindo ficar na Bélgica, construiu uma experiência “exitosa”,

¹⁰² Vladimir Palmeira. *Teoria e Debate*, 17, 1º trim. 1992.

na medida em que concluiu seus estudos e trabalhou durante o período em que morou lá. Porém, o direito ao sol, andar pelas ruas e tomar cerveja, não foram experiências vivenciadas por todos os exilados.

O retorno ao país significava um reencontro mais intenso com o passado, não somente de certezas deixadas para trás com a saudade, mas de incertezas, de elos quebrados, de vácuos, de projetos interrompidos, como se fosse um processo de conhecimento e reconhecimento de si. Nas palavras de Gabeira:

Alegria, porque poderemos voltar à nossa pátria brevemente, e, tensão, por não sabermos realmente o que nos espera. É intenção nossa voltar no primeiro ou segundo dia em que nosso retorno for considerado legal¹⁰³.

Tinha estudado vários anos, transformando-se numa outra pessoa. Às vezes me paravam na rua e diziam: como você está estranho! Ainda bem que mudei tanto¹⁰⁴.

¹⁰³ Fernando Gabeira. *Folha de S. Paulo*, 05 de julho de 1979.

¹⁰⁴ Fernando Gabeira. *Jornal da Tarde*, 14 de março de 1981.

7

O RETORNO À CENA PÚBLICA

Os protagonistas possuem traços comuns e traços diferentes em suas trajetórias de vida, e, por essa razão, suas ações revelam estratégias de ação e experiências distintas.

Os eventos de que participaram os militantes demonstram particularidades quanto ao número de pessoas envolvidas; ao período em que foram realizados; ao local onde ocorreram; às estratégias de ação utilizadas; às imagens construídas na imprensa; e à formação de lideranças.

O sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, ocorrido no período de 4 a 9 de setembro de 1969, foi uma atividade que mobilizou diretamente doze pessoas na execução do plano e teve grande repercussão na imprensa. Afinal, além de tratar-se de uma autoridade diplomática do país que influenciava fortemente a política brasileira, obedecendo à estratégia de guerrilha urbana, ocorreu no centro das atenções do país, o Rio de Janeiro. O sequestro aconteceu menos de um ano após o AI-5, o qual fazia os militares pensarem que estavam controlando minimamente os militantes; envolveu poucas pessoas; centralizou a atuação da agremiação na cidade do Rio de Janeiro; foi realizado por agremiações partidárias pouco expressivas.

A Integração na Produção, ocorrida no período de 1967 a 1970, mesmo não ocupando as páginas de jornais e “ignorada”

pela imprensa nos anos de autoritarismo, se comparada aos outros eventos selecionados por este livro, foi uma das que mais formaram lideranças, chegando a atuar em diferentes estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná, Goiás, Pernambuco, Maranhão e Sergipe. Tudo isso para viabilizar a estratégia de realizar ações no campo e na cidade. Ainda hoje, mesmo não existindo mais a Ação Popular, vários militantes que vivenciaram essa experiência passaram a ocupar muito espaço na política de diferentes Estados.

A Guerrilha do Araguaia (1972-1974), obedecendo à estratégia da guerrilha no campo, ocorreu na região que envolve o sul e o sudeste do Pará e o atual estado do Tocantins – banhado pelo rio Araguaia, mobilizando diretamente menos de cem militantes. Esses acontecimentos não ocuparam espaços na imprensa à época em que ocorreram. Somente após a redemocratização, principalmente durante a década de 1990, é que se ampliam as publicações sobre o assunto. Por terem sido mortos quase todos os militantes que lá viveram, poucas são as lideranças que participaram diretamente da guerrilha e que voltaram a militar com o retorno da democratização no país, como Elza Monerat, Glênio Sá, João Amazonas e o deputado José Genoíno.

Sobre o universo dos protagonistas, podemos dizer que, em geral, trata-se de um grupo de jovens com idade aproximada, pois a diferença de idade entre eles é de oito anos, sendo Aldo Arantes o mais velho (1938), seguido de Haroldo Lima (1939), Fernando Gabeira (1941), Vladimir Palmeira (1944) e José Genoíno (1946). Essa diferença de idade poderia não nos informar algo mais precioso, na medida em que a participação na política necessariamente

obedece à cronologia. No entanto, como se trata de atores reais, de vivências reais, podemos sim, através de suas experiências, analisar o significado da diferença entre suas idades. Ou seja, enquanto Aldo Arantes e Haroldo Lima se destacaram participando dos movimentos estudantis ocorridos no final dos anos 1950 – as manifestações em torno do governo João Goulart – José Genoíno e Vladimir Palmeira vivenciaram e se destacaram principalmente com as experiências do ano de 1968.

Vindos de regiões diferentes (Fernando Gabeira, Minas Gerais; José Genoíno, Ceará; Vladimir Palmeira, Alagoas; Aldo Arantes Lima, Goiás; e Haroldo Lima, Bahia), os protagonistas passaram a ocupar a cena pública dos grandes centros urbanos do país. Fernando Gabeira, por ser jornalista e ter ido morar no Rio de Janeiro e lá ingressado na Dissidência da Guanabara, especialmente por ter se envolvido no sequestro do embaixador americano; José Genoíno, por ter sido diretor da UNE e ter se deslocado do Ceará para o eixo Rio/São Paulo, sobretudo, após sua participação da Guerrilha do Araguaia; Vladimir Palmeira, por se tornar liderança estudantil durante o período em que cursava Direito, no Rio de Janeiro, de forma que, quando ocorreu o sequestro de Elbrick, já era uma liderança conhecida, por isso mesmo é que seu nome compôs a lista dos quinze militantes que foram liberados em troca do embaixador americano. Aldo Arantes tornou-se personalidade conhecida nacionalmente através de sua atuação como presidente da UNE, especialmente pela realização da UNE-volante em sua gestão, quando percorreu todas as capitais brasileiras. Haroldo Lima tornou-se uma liderança conhecida após sua prisão no episódio

conhecido como *Queda da Lapa* e, sobretudo, após sua atuação parlamentar, na condição de líder da bancada dos comunistas do PCdoB, pois sua experiência no movimento estudantil se restringiu ao Estado da Bahia e as mobilizações da Ação Popular não se tornaram objeto da grande imprensa do país.

Tendo em sua trajetória participação ou não dos membros mais próximos da família política, cada protagonista criou sua própria marca. Aldo Arantes, Vladimir Palmeira e Haroldo Lima, mesmo tendo familiares que, antes de seu ingresso na atividade política, eram envolvidos com partidos tradicionais e legais, diferentemente dos protagonistas que ingressam em agremiações clandestinas e inovaram o universo partidário do país, criaram uma maneira particular de sentir e fazer política que, portanto, se distinguiu claramente da atuação de seus familiares.

Com o advento dos governos autoritários, todos esses atores foram presos ou exilados. Fernando Gabeira e Vladimir Palmeira, além de terem passado pela prisão, vivenciaram a condição de exilado, ambos foram trocados por embaixadores; o primeiro, pelo embaixador alemão; o segundo, pelo embaixador americano. Fernando Gabeira exilou-se na Argélia, Cuba, Chile, Alemanha e Suécia, onde iniciou um curso superior, mas não chegou a concluí-lo. Vladimir Palmeira exilou-se no México, Cuba, Chile e Bélgica, onde concluiu um curso superior. Ambos vivenciaram dois golpes de Estado, no Brasil e no Chile. Aldo Arantes, Haroldo Lima e José Genoíno foram presos. À época, todos eram do PCdoB; os dois primeiros foram presos no episódio conhecido como *Queda da Lapa*, e o último, na região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia.

Após a anistia, especialmente a partir de 1982, quando iniciam as eleições para governador e deputado, tais atores aparecem na cena pública através de candidaturas para deputado federal. Nesse ano, Haroldo Lima foi eleito, pela primeira vez, deputado federal pelo PMDB da Bahia. Aldo Arantes, também pelo PMDB – no Estado de Goiás – foi eleito suplente, assumindo o mandato por três anos, sendo reeleito noutra legislatura; ainda em 1982, José Genoíno foi eleito deputado federal pelo PT de São Paulo; Fernando Gabeira fundou o Partido Verde-PV, destacou-se pelas publicações como escritor, especialmente com o livro *O que é isso, companheiro?*; em 1986, foi candidato a governador, pelo Rio de Janeiro; em 1989, candidato a presidente da República; em 1994, foi eleito deputado federal, pelo Rio de Janeiro. Vladimir Palmeira foi candidato derrotado ao Senado, em 1982, sendo eleito deputado federal, em 1986, e reeleito em 1990.

Considerando essas trajetórias, deteremo-nos no que pensam tais parlamentares com relação às suas narrativas sobre o que permaneceu, o que foi rompido ou transformado ao longo dessas experiências, uma vez que se trata de narradores e portadores de experiências aparentemente díspares: a clandestinidade e o Parlamento. Por isso mesmo, o parlamentar que participou de militância clandestina tornou-se um ícone emblemático de parcela dos setores da sociedade.

Ícone plural e, aparentemente, antagônico. Plural por expressar lugares e temporalidades, portanto, memórias distintas. Antagônico por expressar situações que apareceram como opostas. As imagens construídas da memória articulada e da memória publicizada, sejam

através da imprensa e de filmes, revelam dimensões diferentes da vida e mesclam atributos como: coragem, medo, resistência, solidariedade, experiência, desobediência, entre tantos outros. Como ícone, expressa imagens e valores distintos, segundo quem o analisa e constrói uma espécie de mito, como tal, enigmático. Ícone, porque enquanto o ator social é ator e autor da ação e das palavras, o ícone é uma imagem congelada, que somente ganha movimento mediante a presença de interpretações diferentes. Os movimentos, os partidos políticos, os meios de comunicação, as ações – como as campanhas, por exemplo, constroem e permitem a formação de tais ícones.

Assim, investigamos como a memória é reapropriada na cena pública, especialmente na imprensa, bem como a forma pela qual o *habitus* de militante clandestino se transforma em *habitus* de parlamentar e o processo pelo qual a memória gera *capital simbólico*. Para tanto, apresentamos inicialmente como a imprensa introduziu imagens dos protagonistas na sociedade. Em seguida, através da noção de compreensão de Arendt (1984), estudamos o significado do que seja presente e passado para os protagonistas, as lembranças das campanhas eleitorais, bem como analisamos, ainda, através da noção de *campo*, *habitus* e *capital*, as experiências dos militantes quando assumiram a condição de parlamentar, ou seja, quando ocuparam o espaço da *legalidade*, especialmente as articulações feitas entre as duas práticas.

A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS

O retorno dos atores que vivenciaram a prisão, o exílio e a clandestinidade à cena pública veio junto com as mobilizações em defesa da anistia. Anistia, no seu sentido mais restrito, significa um ato do Poder Legislativo pelo qual se extinguem as consequências de um fato possível e, em resultado, qualquer processo sobre ele.

O movimento feminino pela anistia no país foi criado em 1974, em São Paulo, sob a coordenação de Terezinha Zerbine, da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/SP. Simultaneamente, foram criados comitês pró-anistia nos demais estados brasileiros e em países onde havia brasileiros exilados. Em 1978, foi organizado o Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro. Foi formada uma comissão mista no Congresso Nacional, presidida pelo então senador Teotônio Vilela, que realizou minucioso levantamento dos presos políticos no Brasil. O projeto foi aprovado durante o governo do general João Baptista Figueiredo, no dia 18 de agosto, e promulgado no dia 28 de agosto de 1979. Com a anistia, algumas lideranças retornaram ao país, outras saíram da clandestinidade, partidos novos surgiram e outros retornaram à vida pública¹⁰⁵.

Os anistiados sentiam-se cidadãos novamente. Assim sendo, a anistia provocou nos militantes uma espécie de dissociação entre o lugar e o tempo. O retorno do militante era como uma espécie de reaproximação entre o lugar e o tempo, uma conciliação do próprio país, da política desenvolvida e, em decorrência, das suas

¹⁰⁵ *Boletim Informativo das Comemorações aos 20 anos da Lei da Anistia Política*, n. 1, Instituto Teotônio Vilela. Brasília, abril de 1999.

ideias sobre a política nacional. Embora os militantes estivessem impedidos de ocupar os espaços e a vida pública, pois uns se encontravam na clausura, outros no exílio, outros clandestinos no próprio país, suas ideias estavam voltadas para a política do Brasil, para as ações de mobilização, para a denúncia do autoritarismo.

Assim, integrar a luta no próprio país, significava se inserir nas manifestações pela anistia, pelas eleições diretas e ocupar novamente as ruas, conforme Vladimir Palmeira: “Agora que sou novamente cidadão, embora tão relativo quanto à democracia, vou me integrar na luta do meu povo para acabar com a ditadura, porque apesar dessa pseudoabertura, ela não acabou”¹⁰⁶.

A expressão “novamente cidadão” significa a reaproximação entre o lugar e o tempo; a relação estabelecida entre o ser cidadão e a nova temporalidade revela a descrença nos limites das mudanças ocorridas com a Lei da Anistia, mas também a reintegração às lutas existentes no país, dando sentido e significado ao passado do militante.

As mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais evidenciaram rupturas: o retorno das lideranças políticas até então clandestinas, a legalização e organização de partidos políticos progressistas, as modificações na lei de censura. Diante da ausência dos atores clandestinos, são redimensionadas as bandeiras de luta e as formas de “fazer política”.

A marca emblemática da clandestinidade se manifesta através da solidariedade entre os militantes, do perigo iminente de prisão, da desconfiança em relação à política de infiltração de policiais

¹⁰⁶ Vladimir Palmeira. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 06 de outubro de 1979.

nos movimentos e da incerteza da reconquista da democracia na sociedade. As estratégias de sobrevivência fundiram-se com as estratégias de enfrentamento e de transformação da sociedade. Essa foi uma época marcada pelas lutas em defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos. O reingresso de parte dos militantes clandestinos ocorre, nesse cenário, permanecendo o medo diante do aparato repressivo existente.

A militância e o aparecimento dos militantes na imprensa ocorreram em períodos e ações diferentes, segundo a trajetória de cada ator. Aldo Arantes e Haroldo Lima tiveram atuação mais destacada no final da década de 1950 e início da década de 1960. Fernando Gabeira, Vladimir Palmeira e José Genoíno tiveram maior participação já nos anos 1960, especialmente nas mobilizações de 1967 e 1968. Vladimir Palmeira ficou conhecido por dirigir a entidade geral estudantil do Rio de Janeiro durante as grandes manifestações do Maio de 1968. Por essa, entre outras razões, foi também quem mais ocupou espaço na imprensa da época:

Acadêmico de Direito, Vladimir Palmeira, filho de senador da Arena [...] ¹⁰⁷; Começa desmistificação de Vladimir ¹⁰⁸; Líder estudantil é filho de senador [...] ¹⁰⁹; Os estudantes o veem com olhos admirados e o cercam de carinhosa proteção. Aos intelectuais, sua imagem chega engrandecida pelo mistério romântico da clandestinidade. Para a polícia, trata-se de um perigoso agitador,

¹⁰⁷ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 de junho de 1968.

¹⁰⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1968.

¹⁰⁹ *Correio da Manhã*, 27 de junho de 1968.

que deveria estar preso¹¹⁰; Senador pai, fala de Vladimir, líder¹¹¹.

Com efeito, a liderança de Vladimir era conhecida e explorada pela imprensa da época por ser militante político e por ser filho de um senador da Arena. Tudo isso criava um clima propício para a mitificação do protagonista, reconhecida e explorada pelo próprio Vladimir:

Esse negócio de viver na ilegalidade não traz problema nenhum. É chato, mas não altera a disposição de luta ninguém. O que eles não entendem é que, quanto mais na ilegalidade eu estiver, mais mitificado vou me tornando, e o medo dele vai aumentando também¹¹².

Com as prisões ocorridas em 1968, especialmente com o Ato Institucional Nº 5, os militantes voltam a ocupar de forma destacada a imprensa após o sequestro do embaixador americano, em 1969: “Forças Armadas e Polícia Federal caçam sequestradores”¹¹³; “Todos os órgãos de informação à procura dos sequestradores”¹¹⁴; entre outras.

Essas manchetes de jornais são expressivas da busca dos sequestradores, da dedicação dos órgãos de informação das forças repressivas. Era uma verdadeira caça aos militantes e, para isso, mobilizavam todas as forças armadas do aparato repressivo

¹¹⁰ *Fatos e Fotos*, 11 de julho de 1968.

¹¹¹ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 de agosto de 1968.

¹¹² *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de setembro de 1968.

¹¹³ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de setembro de 1969.

¹¹⁴ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de setembro de 1969.

para localizar os militantes. Se entre os militantes existe a disputa da autoria ou não de determinada atividade, para os militares pouco importa a autoria dos atos, o que importa é identificar participantes, simpatizantes e suspeitos, para que estes assumam suas responsabilidades.

É nesse contexto que o nome de Fernando Gabeira aparece como um dos autores do sequestro. Mas, após o sequestro do embaixador americano, os militantes somente aparecem na imprensa, discretamente, quando do sequestro dos outros três diplomatas, oportunidade em que Fernando Gabeira foi trocado por um dos embaixadores.

A memória publicizada dos protagonistas, constituída na imprensa (escrita falada), e em filmes, contribuiu para a construção da memória particular dos militantes. Ou seja, quanto mais ocorrem publicações sobre os eventos dos quais os militantes participaram e quanto mais divulgam sua participação nos eventos, mais mitifica-se a militância, inserindo-os e/ou reinserindo-os no espaço público através da memória ressignificada e se ressignificando a cada momento, sobretudo, após o final da década de 1970, quando se ampliaram as mobilizações mais intensas e amplas em defesa da democracia e pelo fim dos governos militares.

Nesse contexto, os atores vitimados pela repressão, transformam-se em ícone da luta pela resistência e, como tal, suas imagens eram exploradas, exaltadas. Tudo isso contribuiu decisivamente para a construção de uma memória articulada por parte dos militantes que continuaram participando das lutas políticas, especialmente os que permaneceram organizados em partidos políticos,

entre os quais os que se tornaram parlamentares, uma vez que a memória articulada pressupõe a vivência de momentos e lugares díspares, mesmo que existam elementos comuns experimentados pelos atores nas duas temporalidades.

A partir do sequestro do embaixador americano, mesmo ocorrendo a Guerrilha do Araguaia, entre 1972 a 1975, os militantes somente passaram a ocupar a imprensa com a anistia, em 1979. Não mais se falava dos militantes em geral, mas das peculiaridades de cada um e, nesse novo contexto, a imprensa deu espaço ao novo, ao exótico, ao diferente, procurando explorar as mudanças ocorridas nos setores progressistas do país:

O terrorista Fernando Gabeira não existe mais, quem voltou ao Brasil foi Gabeira, amante da natureza e defensor da alegria de viver¹¹⁵; Há dias [...] outros jornais publicaram matéria sobre ex-terroristas no Rio usando tanga, praticando asa voadora¹¹⁶; [...] sua roupa extravagante, sua consciência ecológica, seu discurso bissexual acaba por transformá-lo numa espécie de superestrela da nova esquerda. Quase um Lula de Ipanema¹¹⁷; [...] escritor Fernando Gabeira, cujo rompimento com as esquerdas, das quais foi ativista até os idos de 1968, tem muito a ver com sua nova posição de intelectual comprometido com a luta em defesa da ecologia¹¹⁸; [...] O Gabeira não aterrisou ainda no Brasil, ou aterrisou, mas ninguém compreende as suas posições sobre a droga, o

¹¹⁵ *Veja*, 21 de novembro de 1979.

¹¹⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1979.

¹¹⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1979.

¹¹⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1980.

machismo, o sexo e sobretudo a política¹¹⁹; Gabeira na linha suíça: revolucionário é você assumir a própria vida¹²⁰.

Naturalmente, a imprensa explorou as mudanças de Fernando Gabeira, suas roupas, sua tanga, o lazer na asa voadora, a consciência ecológica, as discussões sobre o uso de drogas, a defesa da liberdade sexual, ou seja, “o amante da natureza”, “O Lula de Ipanema”¹²¹, mas pouco contextualizou as mudanças ocorridas no país e no mundo. Tais bandeiras de luta eram reivindicações na Europa, nos anos 1960, e no Brasil ganham debate público somente após a anistia, em 1979, e no início dos anos 1980, devido aos governos autoritários. Ou seja, em ambiente autoritário, a sociedade fica impedida de debater temas de seu interesse, seja para aderir às novas ideias ou mesmo para rejeitá-las. Nesse contexto, a chegada de Fernando Gabeira, de fato, passa a ser símbolo dessas novas ideias, possibilitando a sociedade realizar esse debate.

Cabe ressaltar que na Europa as mudanças ocorriam e eram efervescentes, sobretudo lutas por direitos civis, como a participação da mulher nos espaços públicos e a liberdade sexual. No entanto, o Brasil, por ser um país que viveu dois longos períodos de autoritarismo, não possibilitava aos seus cidadãos acompanhar as mudanças que ocorriam no mundo e, com isso, espetacularizou-se o retorno de exilados que chegavam com novas ideias. Sendo assim, militantes que retornavam do exílio traziam consigo

¹¹⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1981.

¹²⁰ *O Globo*. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1981.

¹²¹ Refere-se a Luiz Inácio Lula da Silva.

novas bandeiras de luta que mobilizavam o mundo e eram impedidos de debatê-las em decorrência dos governos autoritários.

Certamente, existia entre os brasileiros um sentimento latente de debate sobre militância política e temas que mobilizam a sociedade, como bem expressa a matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*: “Um Lula de Ipanema”. Lula, no sentido de ser um militante que adquiriu visibilidade através das lutas políticas; Gabeira, por debater, especialmente, temas relativos à mudança de costumes. Sem dúvida, Fernando Gabeira é um entre tantos filhos das camadas médias da sociedade brasileira que conquistou reconhecimento pela participação nas lutas de resistência contra os governos autoritários e, sobretudo, por dar visibilidade a bandeiras de luta referentes a mudanças de comportamento na sociedade. Ipanema porque, aliás, no Brasil, principalmente daquela época, Ipanema era vitrine que importava e exportava modas (pelo menos para os demais Estados brasileiros), como é até hoje.

Tais ideias tinham tanta ressonância no país que, ainda na década de 1980, Fernando Gabeira fundou o Partido Verde e disputou eleições para o Executivo e o Legislativo, apresentando suas novas concepções para a sociedade brasileira, revelando a todos que não se tratava apenas de um desbunde, como aparecia na imprensa, mas de um ponto de vista que, gradativamente, foi se impondo na sociedade. Ponto de vista esse que, inicialmente, desagradava a progressistas e conservadores, provocando até hoje polêmicas entre os diferentes segmentos sociais. Somado a isso, Fernando Gabeira foi dos primeiros a registrar suas memórias sobre as experiências da militância, do sequestro,

quando publicou *O que é isso, companheiro?*, e do exílio, quando escreveu *Crepúsculo do Macho*.

A memória articulada foi sendo construída gradativamente e incorporando fragmentos de memória publicizada, construídas ao longo das trajetórias dos atores. Daí porque Fernando Gabeira, de personagem “sério” dos anos de autoritarismo, passa a exótico, após o retorno ao país. Nessa perspectiva, os protagonistas, na condição de parlamentares, agem recorrendo a esse passado que ilumina também seu presente e acena para seu futuro. Fernando Gabeira, quando se elegeu pela primeira vez deputado federal, chegou a ocupar a imprensa pelo fato de ir para a Câmara dos Deputados de bicicleta e somente utilizar o “paletó” quando estritamente necessário, nos lugares onde o uso é obrigatório.

Nas eleições ocorridas em 1982, para eleger governadores, senadores, deputados estaduais e federais, os militantes voltaram a ocupar o espaço na imprensa. Nessas eleições, foram eleitos Haroldo Lima, Aldo Arantes e José Genoíno. Haroldo Lima foi eleito deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro¹²², no estado da Bahia. Aldo Arantes foi eleito suplente de deputado federal no estado de Goiás, assumindo a cadeira no ano de 1983. José Genoíno foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores do estado de São Paulo.

Os dois primeiros reapareceram na imprensa como comunistas e o terceiro como ex-guerrilheiro:

¹²² Na ilegalidade, ou semiclandestinidadade, os militantes do PCdoB, até 1985, atuavam no PMDB, filiavam-se a ele e se organizavam numa estrutura paralela ao PMDB.

Comunistas voltam à tribuna; Pela primeira vez, em 37 anos, um deputado falou em nome de um partido comunista na Câmara Federal¹²³; O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, em primeira metade dos anos 70 tentava derrubar o regime pela luta armada, estreou oficialmente ontem na tribuna da Câmara¹²⁴; Ex-guerrilheiro quer competência para enfrentar quadros modernos da burguesia¹²⁵.

Assim como a imprensa registrou as ideias novas de Fernando Gabeira, também revelou inovações na Câmara dos Deputados: parlamentares comunistas ocupando os espaços institucionais; ou seja, os ex-militantes clandestinos passaram a compor uma das mais importantes instituições de poder político.

Os deputados Aldo Arantes e Haroldo Lima, quando foram presos, já se encontravam filiados ao Partido Comunista do Brasil e não mais integravam a Ação Popular. Por isso mesmo, a imprensa registra suas participações nos eventos mais radicais e, como tal, suas imagens nos anos de autoritarismo são construídas levando-se em consideração somente a participação no PCdoB. Assim sendo, a memória articulada desses parlamentares registra suas experiências na Ação Popular, mas destaca a participação no PCdoB, e especialmente no episódio da *Queda da Lapa*¹²⁶.

¹²³ Matérias referindo-se a Haroldo Lima, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 de agosto de 1985.

¹²⁴ Matérias referindo-se a Haroldo Lima, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 de setembro de 1985.

¹²⁵ Matérias referindo-se a José Genoíno, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de janeiro de 1986.

¹²⁶ Episódio ocorrido em São Paulo, quando foram mortos Pedro Pomar e Ângelo Arroio, dirigentes do Comitê Central do PCdoB.

Fernando Gabeira continuou ocupando a atenção da imprensa no início da década de 1980:

Gabeira, da Bienal às bancas de jornais¹²⁷; Há cinco anos, quando voltou do exílio, Fernando Gabeira passou a ser porta-voz de determinadas ideias, tais como a “política do corpo”, a defesa da ecologia e das minorias, que ele mesmo reconhece, estavam no ar. Faltava apenas quem as catalisasse¹²⁸; Agora Gabeira só sequestra votos¹²⁹; Ele ousa falar de coisas que arrepiam os velhos políticos profissionais, como drogas, sexualidade, religião e ecologia¹³⁰; ex-exilado¹³¹.

A memória publicizada através da imprensa continuava passando a imagem de um novo político, em oposição aos políticos antigos, revelando um Fernando Gabeira defensor da ecologia, da liberdade sexual e, agora, das publicações literárias que refletiam suas experiências no sequestro do embaixador americano e suas lutas contra o autoritarismo.

Com o advento da Constituinte, Haroldo Lima e José Genoíno, após o espaço conquistado durante o primeiro mandato, passaram a se revelar interlocutores dos segmentos progressistas na elaboração da nova Carta Magna:

¹²⁷ *Folha da Tarde*, 17 de agosto de 1984.

¹²⁸ *Folha da Tarde*, 17 de agosto de 1984.

¹²⁹ Referindo-se a Fernando Gabeira, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 de setembro de 1986. Na época, Gabeira concorreu ao governo do Rio de Janeiro, ficou em terceiro lugar, obtendo 529.603 votos (7,72%).

¹³⁰ Referindo-se a Fernando Gabeira, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 de setembro de 1986.

¹³¹ Referindo-se a Fernando Gabeira, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de julho de 1987.

O líder do PCdoB na Constituinte, deputado Haroldo Lima (BA), por trás da voz macia e de uma aparente timidez, divide hoje com o petista José Genoíno o comando das tropas da esquerda na Assembleia. Perdendo praticamente todas as batalhas, ante a coesão muito maior demonstrada pelas forças conservadoras, Haroldo Lima não pretende ficar “marcando posição” até o final da Constituinte¹³²; José Genoíno, um hábil comprador de brigas¹³³; Haroldo Lima articulou a legalização do Partido¹³⁴; Ao lado do deputado petista José Genoíno (SP), Haroldo Lima tem sido um dos principais articuladores dos parlamentares de esquerda no Congresso Constituinte¹³⁵; Genoíno abrandará atuação para não “irritar a direita”¹³⁶.

A memória publicizada revela qualidades pessoais de cada deputado, mas, sobretudo, indica a posição de unidade formada pela dupla que se destacou no Congresso, na defesa dos interesses dos segmentos progressistas. Nesse novo contexto (a redemocratização), espaço (o Congresso Nacional) e temporalidade (início dos anos 1980), a Ação Popular, a Guerrilha do Araguaia e as divisões existentes entre os parlamentares acerca de suas trajetórias políticas, passaram a ocupar espaço secundário na política. A partir desse momento, o que importava eram as bandeiras de luta dos trabalhadores, dos estudantes, dos movimentos de moradores, das minorias organizadas e outros segmentos sociais, que

¹³² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1987.

¹³³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987.

¹³⁴ Referindo-se a Haroldo Lima. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de setembro de 1987.

¹³⁵ Referindo-se a Haroldo Lima. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de setembro de 1987.

¹³⁶ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º de outubro de 1987.

necessitavam ver na nova Carta Magna seus direitos respeitados. Entre essas bandeiras estava a legalização dos partidos políticos até então clandestinos.

A memória articulada dos parlamentares foi incorporando não somente as imagens produzidas pela memória publicizada, mas também as experiências vivenciadas durante suas trajetórias políticas. Atores que lutaram contra os governos autoritários, participando de eventos diferentes, que tinham avaliações absolutamente opostas quanto às formas de luta encaminhadas pelas agremiações partidárias, se encontraram na Câmara dos Deputados e passaram a experimentar outras formas de fazer política. Tudo isso contribuiu na construção de suas memórias.

Vladimir Palmeira reaparece na imprensa discretamente, através de lembranças da passagem dos vinte anos do Maio de 1968: “Deputado liderou passeata dos cem mil em 68”¹³⁷. Talvez a construção da imagem do deputado Vladimir Palmeira seja o exemplo mais elucidativo para demonstrar o papel da memória publicizada através da imprensa na construção da memória dos parlamentares. Entre os protagonistas, Vladimir Palmeira foi quem mais ocupou a imprensa nos anos 1960, especialmente no ano de 1968. Entretanto, Fernando Gabeira foi quem mais ocupou a imprensa quando do retorno do exílio. As experiências de Vladimir Palmeira incluem uma discreta vivência (ou quase nenhuma) em ações clandestinas, sobretudo nas ações armadas.

¹³⁷ Referindo-se a Vladimir Palmeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de junho de 1988.

Certamente, esse elemento é importante na forma como o deputado faz articulações entre passado e presente, bem como contribuiu para a construção de sua imagem na imprensa após os anos de autoritarismo. Assim, a imprensa terminou por valorizar mais aqueles que vivenciaram situações extremas, especialmente ações ligadas à guerrilha urbana e rural, pois o exílio fora objeto de muitas polêmicas entre os próprios militantes e os que se dispuseram a escrever sobre tais experiências, tanto nas matérias de jornais como em textos acadêmicos.

Fernando Gabeira candidatou-se a presidente e sua imagem novamente reaparece na imprensa como defensor da ecologia: “Gabeira passa da guerrilha à ecologia”¹³⁸.

Na década de 1990, José Genoíno e Fernando Gabeira passaram a ocupar espaços importantes nos meios de comunicação. O primeiro, por ter obtido votações expressivas; ocupado espaços importantes na Câmara e pela repercussão das publicações referentes à passagem dos trinta anos da Guerrilha do Araguaia:

De guerrilheiro a líder do PT na Câmara dos Deputados¹³⁹; Dezenove anos depois de ter sido preso, na Guerrilha do Araguaia, por tropas do Exército, o líder do PT, José Genoíno (São Paulo), conseguiu o que há algum tempo seria impossível: o endosso dos ministros militares a uma proposta sobre o emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem¹⁴⁰; Ex-guerrilheiro no Araguaia, o deputado José Genoíno não conseguiu esconder ontem a satis-

¹³⁸ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de junho de 1989.

¹³⁹ Referindo-se a José Genoíno, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de março de 1991.

¹⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 de abril de 1991.

fação e a surpresa por ser agraciado com a Ordem Rio Branco, em solenidade no Itamaraty¹⁴¹; Da guerrilha ao Congresso¹⁴²; Guerrilheiro¹⁴³; Ele chegou ao Congresso como um exótico xiita e, rapidamente, tornou-se um hábil negociador¹⁴⁴.

O segundo passou a ocupar espaço na imprensa novamente devido a sua participação no sequestro do embaixador americano, após a repercussão da publicação do livro *O que é isso, companheiro?*, adaptado para o cinema e indicado para concorrer ao Oscar:

O programa da TV Nacional promete bons momentos com o deputado e ex-guerrilheiro¹⁴⁵; Deputado verde¹⁴⁶; Apesar de ter mandato como deputado federal, de ser militante das causas pacíficas e de pregar um mundo com “paz e amor”, como dizem seus bordões da última campanha eleitoral, Gabeira é considerado terrorista nos EUA¹⁴⁷; Ex-radical chega consagrado ao 5º mandato¹⁴⁸.

Desde a participação de Fernando Gabeira no sequestro, ele estava impedido de visitar os EUA. Em outras oportunidades, havia tentado entrar naquele país, mas não conseguiu. Com a indicação do filme *O que é isso, companheiro?* ao Oscar, momento em que

¹⁴¹ *Folha da Tarde*, 21 de abril de 1994.

¹⁴² Referindo-se a José Genoíno, *Correio Braziliense*, Brasília, 05 de maio de 1996.

¹⁴³ Referindo-se a José Genoíno, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de julho de 1996.

¹⁴⁴ Referindo-se a José Genoíno, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 de outubro de 1998.

¹⁴⁵ Referindo-se a Fernando Gabeira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 12 de maio de 1997.

¹⁴⁶ Referindo-se a Fernando Gabeira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 12 de maio de 1997.

¹⁴⁷ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de outubro de 1997.

¹⁴⁸ Referindo-se a José Genoíno, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 de outubro de 1998.

ele também se encontrava ocupando uma vaga na Câmara, criou-se toda uma mobilização e expectativa de poder entrar nos EUA, de forma que o visto de entrada foi acompanhado pela imprensa:

Gabeira quer visto de entrada no EUA¹⁴⁹; Jornalista e escritor Fernando Gabeira, 44, aguarda permissão dos Estados Unidos para viajar a Nova York, a convite da Universidade de Columbia, que promove esta semana um simpósio internacional de direitos humanos¹⁵⁰; Barrado nos EUA, Gabeira vê passado voltar¹⁵¹; O estigma de guerrilheiro parece coisa do passado. Até porque, na fase pós-anistia, o escritor e jornalista Fernando Gabeira, 44, se mostrou de tanga nas areias de Ipanema e cultivou uma imagem absolutamente oposta à que se espera de um bravo militante da luta armada, nos discursos dos anos 60. Mas, esta semana, Gabeira voltou a sentir “a força do passado ofuscando o presente”. E lá estava ele, trancado numa sala, explicando sua atuação no sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969. O revolucionário do MR8 voltava a incomodar¹⁵²; I love USA¹⁵³; Tranquilão¹⁵⁴; Lançando moda¹⁵⁵; O visto de Gabeira¹⁵⁶; Gabeira ficará sem o visto¹⁵⁷; Embaixador frustra Gabeira ao citar lei que proíbe visto¹⁵⁸; EUA negam visto para

¹⁴⁹ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de junho de 1985.

¹⁵⁰ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de junho de 1985.

¹⁵¹ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de junho de 1985.

¹⁵² *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de junho de 1985.

¹⁵³ Referindo-se a Gabeira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 de março de 1997.

¹⁵⁴ Referindo-se a Gabeira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1997.

¹⁵⁵ Referindo-se a Gabeira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 janeiro de 1995.

¹⁵⁶ Referindo-se a Gabeira, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 janeiro de 1998.

¹⁵⁷ *Jornal de Brasília*, Brasília, 23 de janeiro de 1998.

¹⁵⁸ *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1998.

Gabeira¹⁵⁹; Visto de Gabeira¹⁶⁰; Gabeira recebe apoio para ter visto dos EUA¹⁶¹; Gabeira nos EUA, com Fidel¹⁶²; Senadores desejam que deputado Gabeira possa entrar nos EUA¹⁶³; ACM pede aos EUA que concedam visto a Gabeira. I “[...] ex-guerrilheiro [...] ex-terrorista”¹⁶⁴; Lobby nos EUA por Gabeira¹⁶⁵; Congresso acha meio de Gabeira entrar nos EUA¹⁶⁶; Gabeira tenta obter perdão dos EUA¹⁶⁷; Reparos¹⁶⁸. Sobre o filme foi publicado: Aula de Brasil¹⁶⁹; Gabeira em evidência¹⁷⁰; Gabeira na Roda Viva¹⁷¹; Gabeira ganha *status* de estrela com o filme¹⁷².

A lei e a cultura americana são diferentes da lei e da cultura brasileira; nos Estados Unidos não há perdão para sequestradores de diplomatas. Daí porque não foi suficiente Fernando Gabeira ser convidado por uma universidade americana a participar de palestras sobre direitos humanos nem sua ida ser defendida pelo Senado brasileiro para que fosse viabilizada sua participação no evento. Nesse sentido, trabalhar com memória nos demanda

¹⁵⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1998.

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1998.

¹⁶¹ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 de novembro de 1998.

¹⁶² *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1998.

¹⁶³ *Jornal do Senado*, Brasília, 22 de janeiro de 1998.

¹⁶⁴ *Jornal do Senado*, Brasília, 22 de janeiro de 1998.

¹⁶⁵ *Jornal de Brasília*, Brasília, 22 de janeiro de 1998.

¹⁶⁶ *Jornal A Tarde*, 31 de janeiro de 1998.

¹⁶⁷ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 de outubro de 1997.

¹⁶⁸ Sobre matéria publicada no dia anterior. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de outubro de 1997.

¹⁶⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1997.

¹⁷⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1997.

¹⁷¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1997.

¹⁷² *O Tempo*, 11 de maio de 1997.

refletir sobre o significado dessas atitudes, pois, o passado, ao ser incorporado ao presente, compõe a história de vida de cada um, marcando definitivamente suas trajetórias.

No Brasil, se a condição de guerrilheiro num contexto de autoritarismo contribuiu para Fernando Gabeira tornar-se a liderança que se tornou, nos EUA, essa mesma trajetória o impedia de visitar o país. O passado incorpora-se ao presente e o presente contém o passado; no entanto, o presente jamais apagará o passado. De forma que, a tanga, as ideias sobre sexo, direitos das minorias, ecologia, drogas, de fato, propiciavam a Fernando Gabeira uma nova imagem de militante, revelavam sua crítica e a autocrítica de suas experiências, mas não o isentavam das responsabilidades de suas ações no passado, e, provavelmente, também não era esse o interesse do protagonista.

Sobre esses acontecimentos, diz Fernando Gabeira:

É impressionante a falta de flexibilidade e a capacidade do jovem norte-americano para compreender o Brasil moderno. Eles precisam entender que o passado já passou¹⁷³. Diz ainda: Não sou um terrorista brasileiro. Minha trajetória é muito ampla e não se resume ao passado [...] Eu espero que isso seja visto com humor¹⁷⁴.

Mais do que flexibilidade e humor, trata-se da cultura e da legislação de um povo que pensa e age diferente da sociedade brasileira. Para os americanos, não é suficiente a representação

¹⁷³ Fernando Gabeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de junho de 1985.

¹⁷⁴ Fernando Gabeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de junho de 1985.

que Fernando Gabeira tem de si quando diz: “Não sou um terrorista brasileiro”. Para eles, não basta reconhecer as mudanças de seus pontos de vista ao longo de sua trajetória, pois trabalhar com memória nos leva a reconhecer que, o passado já passou em parte; tanto é que, quando necessário, ele reaparece com toda força, como foi o caso da liberação do visto.

COMPREENDER NÃO É PERDOAR

Os homens agem e, ao agirem, atraem ou não seus semelhantes. Suas ações, necessariamente, são realizadas para agradar ou desagradar a alguém, mas tais ações partem de motivações distintas ou semelhantes. Como a ação humana é, essencialmente, uma relação plural, os desdobramentos dessas ações são imprevisíveis, pois compõem uma teia de relações sociais conflituosas. Assim foram as ações realizadas pelos protagonistas das guerrilhas urbanas e rurais e a repressão a elas no Brasil nos anos de autoritarismo.

Passado o tempo, as lembranças das experiências acompanham os protagonistas. Nelas, o lugar e o tempo expressam os acontecimentos mais relevantes. O lugar não é apenas o espaço físico, e o tempo não é somente uma determinada hora ou dia, mas sim uma combinação de espaço e tempo que, em presença da ação do homem, constituem significado especial.

Vejamos o que nos diz José Genoíno sobre suas experiências em tempos de autoritarismo:

Tinha medo da morte, principalmente quando era interrogado. Depois, esse medo foi passando. O homem hoje tem uma capacidade muito grande de adaptar-se e criar soluções nas piores situações. Hoje, tento me esforçar para não ter traumas. Às vezes tenho pesadelos e assombrações. Sonho com essas lembranças até hoje. São marcas que ficam eternamente, até porque vivenciei aquilo intensamente. Essas imagens não se apagam nunca. Apesar de 30 anos do fato, às vezes me parece que tudo está muito perto. A prisão me ensinou uma coisa: nós temos sempre de viver o passado, mas olhando para o futuro. Não dá para ficar remoendo o passado¹⁷⁵.

O medo da morte era um sentimento latente no militante. Quando o narrador se refere a esse medo usando o tempo do verbo no passado, ou mesmo dizendo que “não dá para ficar remoendo passado”, ele deseja expressar a vontade de não mais viver com esses medos. Sentimento logo traído pelo protagonista, quando a seguir diz frases como: “Essas imagens não se apagam nunca, nós temos de viver o passado, mas olhando para o futuro”. Eis o dilema e as contradições dessa geração de jovens que se formou num ambiente hostil.

A memória articulada é essa memória capaz de estabelecer ligações entre lugares e situações díspares, daí porque o parlamentar vivencia o conflito entre lembrar e esquecer. Recorre às lembranças, invocando sua condição de militante político que, para além de suas angústias, sente-se na responsabilidade de falar sobre o assunto. Ao mesmo tempo, recorre ao esquecimento, como refúgio

¹⁷⁵ José Genoíno. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1998.

de quem sofre com as lembranças do passado. Essa característica é própria da memória articulada, de alguém que não somente participou, mas continua participando das lutas políticas e da militância.

Ser interrogado significava estar nas salas de tortura, em presença de torturados, sofrendo a dor advinda dos métodos angustiantes utilizados para obter informações.

O passar do tempo, num primeiro momento, podia parecer um indicador de mudanças, na medida em que, numa outra temporalidade, os espaços e atores expressam outras ações e significados. No entanto, o ator, ao vivenciar experiências, passa a carregar consigo tais marcas, quer ele as revele, quer as guarde, consciente ou inconscientemente, sob o silêncio e o esquecimento. Mas, de uma forma ou de outra, suas memórias são prenhes de um passado personalizado, que somente ele, ator e autor de suas ações, pode expressar. Daí porque o protagonista se refere às lembranças como sendo algo paradoxal: longe e perto. Longe, por não fazer mais parte do seu cotidiano; perto, por onde quer que vá, o passado permanentemente o atormenta, sobretudo quando qualquer dispositivo da memória o reivindique, tais como imagens, sons, pessoas, falas, cenários, entre outras, como reconhece José Genoíno: “Eu leio o jornal, volto para 1972; chego ao Congresso, retorno a 1996. É uma confusão”¹⁷⁶.

As imagens, como dispositivos da memória, oferecem condições para evocar lembranças e construir cenários do passado. Assim, as fotografias e as narrativas dos textos de jornais, mesmo numa temporalidade distinta, oferecem elementos importantes,

¹⁷⁶ *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1996.

para que um mesmo ator, narrador privilegiado de duas temporalidades díspares, portador de memórias articuladas, possa vivenciar a angústia de tentar contemplar o passado e o presente.

Nessa perspectiva, os depoimentos dos militantes contêm quase sempre o reconhecimento de outras possibilidades para suas decisões:

A criação de um exército popular no campo acabou sendo uma iniciativa isolada de um pequeno grupo e havia uma conjuntura política desfavorável para isso, já que as classes dominantes estavam coesas. A forma de luta mais viável seria um trabalho cuidadoso com a população, anestesiada com o milagre econômico e com o terrorismo de Estado¹⁷⁷.

As possibilidades diferentes de ação estão presentes na fala do militante, porém, isso só ficaria claro com o passar do tempo, pois em ambientes de autoritarismo a transparência dos atos e a liberdade de pensamento ficam inviabilizados, e isso contribui para o radicalismo de todos os lados.

Para os militares, comandantes das ações repressivas, os acontecimentos que ocorreram durante os anos de autoritarismo fazem parte do “passado”. Vejamos alguns depoimentos:

A Guerrilha do Araguaia pertence ao passado e o Exército está olhando para a frente¹⁷⁸.

¹⁷⁷ José Genoíno. *Afinal*, 22 de julho de 1986.

¹⁷⁸ Zenildo de Lucena, ministro do Exército. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 de julho de 1996.

Jornal do Norte – Por que as Forças Armadas esconderam essa guerra?

Thaumaturgo – Eu não sei.

Jornal do Norte – Devido às atrocidades que ocorreram?

Thaumaturgo – Deve ter sido.

Jornal do Norte – Esconderam porque muitos estavam com os corpos dilacerados?

Thaumaturgo – É possível¹⁷⁹.

Uma complexa concorrência de eventos e circunstâncias, todavia, colocou-me no centro daqueles tristes acontecimentos e, por maldadada sina, propiciou-me que eu fosse não apenas e simplesmente testemunha dos episódios, mas também, e principalmente, alguém que os vivenciei com um nó de revolta e de vergonha, que ainda hoje me revolve e me amarga entranhas. Revolta por ter presenciado feitos sobre os quais eu não tinha qualquer poder para modificar-lhes o curso. Vergonha por ter assistido completamente impotente, à tortura e ao assassinato de brasileiros, levados a cabo por outros brasileiros, numa nojenta carnificina de irmãos contra irmãos (CABRAL, 1993).

Ou seja, a memória desse militar aproxima-se muito daquilo que Pollack (1989) chama de memória subterrânea, uma memória proibida e envergonhada, uma vez que as Forças Armadas, passado o período dos governos militares, “retomam” seu papel constitucional, conforme a Constituição de 1988, embora a anistia tenha ocorrido em 1979 – anistiando militantes e militares. Além do que, dadas as motivações dos militantes, especialmente os que continuaram

¹⁷⁹ Diálogo entre o *Jornal do Norte* e Thaumaturgo Sotero Vaz, *Jornal do Norte*. Manaus, 07 de maio de 1996.

a participar de agremiações políticas, as lembranças estão voltadas para a construção de uma memória heroica apresentada pela imprensa, que deve ser lembrada e que, caso não existam espaços para expô-las, tais espaços devem ser conquistados.

Como olhar (e agir) para frente sem conhecer o passado e o presente? Como agir diferente no futuro sem repensar as ações do passado? Como imaginar que o silêncio pode apagar as marcas de experiências vivenciadas no passado?

Se a história não se faz “com mágoas nem rancor”, como bem disse o deputado José Genoíno¹⁸⁰, também não se faz com “silêncio”, pois o silêncio pode apenas servir como guardião e testemunha de mágoas e rancores. A rigor, a história se constrói nos espaços públicos e privados, estes últimos, adquirem importância especialmente quando ocupam espaços públicos. De forma que, as memórias e as histórias do tempo de autoritarismo se constroem na medida em que são construídas a pluralidade de memórias e as histórias existentes.

Para tanto, os atores que participaram desse período são veículos importantes de memórias, pois suas narrativas podem elucidar os acontecimentos ocorridos e contribuir para reescrever as histórias do período. Esse tem sido um desafio para aqueles que participaram desses acontecimentos; torturados e torturadores; protagonistas ou conhecedores do passado. As iniciativas, entretanto, têm partido mais dos segmentos que foram protagonistas das mobilizações de denúncia ao autoritarismo, ou seja, dos que sofreram a tortura:

¹⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1998.

Não estou arrependido, mas olhando para trás e examinando a luta armada da qual eu participei, ainda que indiretamente, eu acho que podemos ter retardado a queda da ditadura, ou pelo menos, podemos ter dado a ela uma racionalização para que reprimisse vários movimentos políticos para desfazer todo vestígio de resistência política pacífica.¹⁸¹

Para Arendt (1993), a compreensão é própria dos homens. Diz a autora ainda: “Compreender não significa perdoar”, enquanto *compreender* é uma ação que culmina com um ato único, a *compreensão* é uma ação interminável, e, como tal, não pode predizer resultados finais; começa com o nascimento e termina com a morte. A compreensão de questões políticas e históricas, essencialmente humanas, se assemelha à compreensão de pessoas. De forma que, apenas quando algo irrevogável ocorre, é possível reconstruir sua história. O acontecimento pode iluminar o passado, mas nunca ser deduzido dele.

É nessa perspectiva que interpretamos o processo de compreensão dos acontecimentos realizados pelos protagonistas. Mas, como diz a autora, o ator é também autor de suas palavras e atos, e são essas palavras e atos que o inserem no mundo, de forma que, viver num mundo comum, é compartilhar suas ações com os demais atores que vivenciam esse mesmo mundo.

¹⁸¹ Fernando Gabeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de março de 1998.

LEMBRANÇAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Ainda no contexto do autoritarismo, a década de 1980 inicia com eleições para governador, deputado estadual e federal. Em um cenário de ausência de processos eleitorais, tais eleições tomaram a cena da política brasileira e cada governador, deputado ou senador eleito, era computado, um a um, na contabilidade tanto dos setores progressistas como conservadores. A apuração das eleições era um momento importante de disputa política, pois, à época, não existia o voto eletrônico e, em virtude da lentidão do processo de apuração dos votos, entre outras coisas, havia muitas acusações de fraude, e esse cenário era hostil aos candidatos que vinham da militância política.

Era como se as eleições fossem transformadas numa espécie de acerto de contas entre os militantes que lutavam contra o autoritarismo e os que desejavam prolongar os governos autoritários. Com isso, a energia desprendida pelos militantes, nesse novo contexto, havia sido redirecionada: o centro das atenções passou a ser disputa dos espaços institucionais, em especial, a Câmara dos Deputados.

As lembranças dos protagonistas revelam esse sentimento. Para José Genoíno:

Eu fui eleito em 1992 [...] foi a primeira eleição em que votei e fui votado [...] eu tive uma votação relacionada como o retorno [...] O PT era o partido que vinha daquela origem [...] Eu fui obrigado a fugir do Ceará. E a minha vida política

recomeçou em São Paulo, quando fui preso. Eu fui para São Paulo para sobreviver e não para ser preso. Quer dizer, com a nossa geração, o acaso foi uma constante. O acaso existiu: o acaso de sobreviver; o acaso de não ter morrido; o acaso de ir para São Paulo [...] Eu não conseguia, depois de sair da prisão, ir para Fortaleza, trabalhar [...] Eu era conhecido porque dava aulas em cursinhos (GENOÍNO, 1998).

O protagonista, ao dizer que “foi a primeira eleição em que votei e fui votado”, está revelando a ausência do exercício da cidadania no país. Revela também o processo de ampliação do espaço público que se iniciara no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980. À época, o deputado tinha 36 anos de idade e declara ser a primeira vez em que pôde votar e ser votado. Contudo, essa não era apenas a realidade de uma pessoa isolada, mas de uma geração que se formou exercitando pouco a democracia. De fato, o exercício da democracia era experimentado apenas nas ações vivenciadas nos movimentos estudantis ou no interior de agremiações partidárias das quais fizeram parte, experiências essas logo interrompidas com a clandestinidade.

A memória articulada se expressa, sobretudo, quando o deputado refere-se ao *retorno*. Afinal, retornar significa voltar a aparecer, no caso, sair da prisão e fisicamente ocupar a cena pública. Retornar significa também trazer consigo experiências incorporadas à sua vivência.

Atualmente, fala-se muito da intolerância de setores progressistas do país, das desconfianças e, até mesmo, da descrença nos espaços

institucionais, mas não se pode deixar de considerar que a geração que hoje atua nesses espaços foi formada em um cenário de intolerância. Óbvio que não podemos imaginar que isso sirva para justificar suas ações, mas tão somente para compreender seu significado.

O passado e o retorno dos parlamentares à cena pública são faces de uma mesma moeda e compõem a memória articulada de cada um. A existência de novos partidos e as mudanças de filiação partidárias já expressam as críticas e autocríticas feitas por diversos militantes. Porém, o processo autocrítico requer não somente a formação de novos partidos, com novos ideais, mas, sobretudo, um balanço profundamente crítico do seu passado, para, com isso, identificar os possíveis equívocos cometidos e contribuir com a construção da democracia no Brasil. Assim sendo, a fragilidade das instituições democráticas brasileiras tem muito a ver também com essa ausência de reflexão tanto dos que promoveram os governos autoritários como daqueles que desejam, com seus ideais, construir uma sociedade justa e democrática.

As lideranças, embora formadas em seus estados de origem, com experiências de clandestinidade, participação em guerrilhas urbana e rural, prisões e exílios, haviam perdido elos com as instituições existentes no país. Os lugares e as pessoas que construíram o cenário de seu ingresso na política e de seu surgimento como lideranças eram outros. Assim, muito embora São Paulo e Rio de Janeiro tenham sido os locais onde passaram momentos difíceis de suas vidas, eram, paradoxalmente, os lugares onde se encontravam forças de resistência mais organizadas, mobilizadas e articuladas, onde se encontrava parcela expressiva do que

restava de movimentos de resistência ao autoritarismo no país. Sendo cidades com grande densidade demográfica, portanto, se constituíam locais onde poderiam reiniciar suas vidas.

Nessa direção, não foi bem o acaso o responsável pela trajetória dos militantes, mas suas decisões de vida tomadas a cada instante. Os homens, agindo e se inserindo no mundo, constroem e desenham suas próprias trajetórias, marcadas pela teia de relações humanas que vão sendo estabelecidas no processo de construção de seus percursos pessoais e institucionais.

A rigor, não foram somente os cursinhos que tornaram o deputado conhecido, embora eles tenham contribuído para dar visibilidade ao ator, mas seu passado e o passado de suas legendas. Tanto o ator individual como o coletivo são portadores de memórias que foram invocadas no processo eleitoral. Dessa forma, parcela expressiva de brasileiros estavam receptivos a ouvir e dar oportunidades a atores individuais e coletivos portadores desse passado. Foi esse encontro de interesses que contribuiu para o êxito eleitoral do deputado.

As lembranças do deputado Aldo Arantes, por sua vez, registram que:

Em 1982, eu sou candidato a deputado federal pela legenda do PMDB. Fico como primeiro suplente [...] minha base eleitoral foi exatamente a juventude, a universidade, pelo vínculo que eu tinha com a juventude e, pelo fato de ter sido presidente da UNE [...] por outro lado, o fato de ser um dos presos políticos de maior expressão de Goiás [...] certamente, foi a mais bonita campanha que eu fiz, pelo entusiasmo, pela incorporação ativa da juventude (ARANTES, 1998).

O depoimento do deputado demonstra o sentimento de algumas lideranças que retornavam à cena pública, especialmente no que se refere à disputa eleitoral inicialmente, através do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, dada a ilegalidade dos partidos comunistas, somente legalizados em 1985. O jogo de alianças políticas muitas vezes contemplava a convocação de deputados eleitos para assumir vaga no Poder Executivo, possibilitando ao suplente assumir uma vaga na Câmara. Nesse contexto, o deputado partilha experiências de uma geração que retorna à cena pública, sendo obrigado a viver e exercitar o permanente jogo de alianças e tolerância na política.

Na avaliação dos resultados eleitorais, o deputado lembra os vínculos existentes com seu passado de militância política, voltada para as mobilizações junto aos estudantes, especialmente os universitários. Sem dúvida, sua campanha teve um discurso direcionado principalmente para estabelecer elos entre suas reivindicações realizadas como liderança estudantil e como parlamentar, caso fosse eleito. Não por acaso, o projeto de legalização da União Nacional dos Estudantes é de sua autoria. Talvez esteja ele “prestando contas” com seu passado de participação nos movimentos organizados pelos estudantes, especialmente quando presidiu a UNE, pois, mais de trinta anos já havia passado e, naturalmente, os jovens daquela época já se encontravam no mercado de trabalho, tendo concluído ou abandonado seus cursos, mas parte expressiva deles atuando na luta política.

O deputado destaca a importância de sua vitória ter ocorrido mesmo considerando o tempo de afastamento entre ele e seu

estado de origem, ou seja, a trajetória do deputado constrói um desenho diferente, o retorno ao estado de origem para continuar a militância política. Ao fazer isso, explorou o fato de ser o ex-presos político de maior expressão do estado, conseguindo aglutinar em torno de si parcela expressiva de pessoas ávidas a denunciar as arbitrariedades do autoritarismo. Talvez por isso mencione com emoção que foi a “campanha mais bonita” de que já participou como candidato. Além do que, era a campanha que acenava como possibilidade de prestar contas com o passado. Por isso mesmo, os discursos continham testemunhos de experiências clandestinas, de quem acreditou na possibilidade de mudanças, com as mobilizações ocorridas no final da década de 1950 e início da de 1960, mas tivera sua militância interrompida com o golpe de 1964, passando a resistir aos governos autoritários.

Já o deputado Haroldo Lima lembra sua campanha, dizendo:

Começamos a fazer o trabalho político junto aos movimentos populares [...] conhecer de novo os militantes novos do PCdoB, que eu não conhecia mais ninguém. A turma jovem, toda legal, todos os estudantes [...] uma grande expectativa deles também para me conhecer porque, a essa altura, eu era uma pessoa já mais antiga, já mais experimentada. Já tinha passado por isso, clandestinidade, prisão [...] Eu fui eleito com 50 mil votos, como candidato comunista. Com candidato comunista recém-saído da cadeia [...] (LIMA, 1998).

Não se falava mais de movimentos clandestinos, muito embora ainda existissem entidades em clandestinidade, ou o que passou a se chamar de semiclandestinidade, mas movimentos populares.

A condição de semiclandestinidade designava entidades e atores que atuavam nas manifestações de rua, eram vistos e ouvidos por todos, mas com discurso escorregadio que não podiam assumir legalmente sua existência, mesmo aparecendo publicamente. Ou seja, havia pichações, bandeiras, sedes de jornais, encontros, toda estrutura de entidades legais, mas que apareciam com outro nome, dada a legislação existente, que impedia a legalização de Partido Comunista. O Partido Comunista do Brasil aparecia como jornal *Tribuna da Luta Operária*; e o Partido Comunista Brasileiro como jornal *Voz da Unidade*.

Movimentos populares eram a designação dos movimentos ocorridos a partir de meados da década de 1970 e início da década de 1980 e revelam a mudança de eixo na política; a politização do cotidiano. Eles eram compostos por reivindicações as mais diversas – educação, saúde, transporte, moradia, direitos de minorias, entre outros – e aglutinavam em torno de si diferentes agremiações partidárias – de partidos legais aos semiclandestinos.

O deputado, ao se referir aos novos militantes de seu partido, revela os elos perdidos de uma geração de militantes que retornavam à cena pública não mais vivendo com os companheiros de luta, pois muitos haviam sido mortos, outros estavam desaparecidos, outros continuavam morando nos países onde se exilaram. Uma geração que teve de mudar abruptamente as maneiras de pensar e agir como militante, pois entre os portadores de um passado de clandestinidade e o presente de militância dos que ingressavam na política, já atuando em entidades legais, existia uma distância que se manifestava das formas mais diversas: a linguagem,

as roupas, as desconfianças, a utilização de nomes reais, os gostos musicais, a disparidade de faixa etária. A ampla maioria já tinha filhos com a idade dos novos militantes.

Talvez por isso existisse tal expectativa, esse desejo de conhecer um ex-clandestino. Afinal, esse militante era quase algo em extinção, quase todos haviam desaparecido do cenário da política; de forma que, os que permaneceram, passaram a ser considerados ícones de heroísmo, de resistência. Antiguidade e experiência passaram a ser palavras que serviam para denominar o significado da militância política ocorrida no passado.

Dado o número de militantes e simpatizantes que giravam em torno de sua legenda (o Partido Comunista do Brasil e não o Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o deputado recorda o número de votos obtidos, destacando a distância entre o lugar e o tempo das ações ocorridas.

Outro parlamentar que passou pela clandestinidade foi Vladimir Palmeira, o qual afirma:

Eu fui candidato ao Senado, em 1982. Fui candidato derrotado ao Senado. Morava em Brasília e tinha meu título eleitoral de Alagoas. Meu título sempre foi de Alagoas. Fui candidato pelo Rio, o pessoal do Rio foi lá e exigiu... eu morava em Brasília e me mudei exclusivamente para isso, para fazer esse serviço para o partido. É o que eu digo ainda hoje ao pessoal, eu sou de um tempo que militar era serviço público, não é uma carreira. Fui candidato ao Senado, sabendo que ia perder; perdemos, e, em 1986, eu concorri para a Câmara dos Deputados, para a Constituinte. Disputei reeleição e ganhei em 1990. Em 1994, desisti de

concorrer, quer dizer, todo mundo já sabia disso, eu só iria disputar dois mandatos, disputei dois mandatos e aí voltei à minha vida com o mundo. Eu na verdade, não consegui, porque houve uma disputa, eu fui indicado para disputar o Governo do Estado duas vezes, era um o período de luta interna acirrada no PT. Mas não quis mais ser parlamentar, achei que já tinha cumprido a minha função (PALMEIRA, 1999).

Suas lembranças revelam a disposição de uma geração de militantes que se candidatavam muitas vezes para compor as chapas majoritárias e proporcionais de coligações ou de partidos políticos. Uma geração que se formou como liderança, aprendendo que as tarefas eram coletivas e a responsabilidade para viabilizá-las era individual. Uma geração que tornava uma candidatura um espaço de luta por ideias e, por essa razão, tão importante quanto a conquista da vaga, era a conquista de uma tribuna – a campanha eleitoral – para expressar seus ideais.

As expressões utilizadas pelo deputado demonstram o significado da política para essa geração de militantes: ser deputado como tarefa a ser cumprida. Sem dúvida, tornar-se um parlamentar para esses militantes, significa: ser autoridade reconhecida; ter prestígio; ser coerente; estar disponível para o partido e para os movimentos populares. Tudo isso somente ganha sentido para os militantes se o parlamentar alimentar seus projetos coletivos. Caso contrário, o final de seus mandatos pode significar também o fim de sua militância política, e, quando não, o ingresso em outras agremiações partidárias, mantendo sua condição de parlamentar, carregando consigo o prestígio adquirido, mas se desligando dos movimentos populares.

Concorrer a uma vaga para o poder Executivo ou Legislativo, principalmente para este último, por ter mais chances de vitória, significava, no mínimo, projetar o nome. Ou, às vezes, após pelo menos um mandato, concorrer ao Poder Executivo em condições mais favoráveis. Essa estratégia passou a dar resultado em alguns estados brasileiros, no final da década de 1980 e início de 1990, mas nesse novo ambiente político, já havia uma forte disputa interna nas legendas partidárias, especialmente no Partido dos Trabalhadores.

Fernando Gabeira lembra a originalidade de suas campanhas. Diz ele:

Eu já havia sido candidato a governador e depois a presidente da República [...] Na campanha, procurei mostrar um pouco do que é a minha vida mesmo. Eu peguei uma bicicleta, dotei a bicicleta de um autofalante, arrebanhei algumas músicas, mais modernas, brasileiras, e saí de bicicleta, tocando música e com uma bandeira [...] me apresentando como uma pessoa voltada para a questão ecológica e tentando associar a questão ecológica à social, mostrando que, no Brasil, não se tratava pura e simplesmente de defender a natureza, mas que, em muitos casos, a defesa da natureza significava um avanço muito grande na luta contra a fome, como, por exemplo, o saneamento básico [...] colocando questões como a liberalização da maconha, a descriminalização do aborto, o respeito aos direitos dos homossexuais [...] (GABEIRA, 1998).

O deputado construiu uma trajetória bem distinta dos demais. Primeiro, candidatou-se ao Poder Executivo para depois se

candidatar ao Poder Legislativo. Nesse processo, divulgou intensamente suas ideias, a começar pela campanha: quando todos os demais candidatos utilizavam carros contendo equipamentos de som e andavam acompanhados de um conjunto de militantes, o deputado caminhava pelas ruas do Rio de Janeiro numa bicicleta, com uma bandeira e um microfone. Simbolicamente, sua atitude demonstrava também a solidão de um portador de ideias inovadoras na política nacional, temáticas que somente foram absorvidas pelos políticos e pela sociedade brasileira a partir dos anos 1990.

O debate sobre ecologia passou a ser realizado de maneira mais didática pelo deputado. Ao mesmo tempo em que falava sobre os problemas ligados à ecologia, palavra tão distante do vocabulário cotidiano do povo brasileiro, à época, o deputado conversava com populares sobre os problemas que, para eles apareciam com reais, como a saúde e a fome. Porém, junto ao debate sobre ecologia, o deputado trazia temáticas polêmicas pouco debatidas na sociedade brasileira, embora fossem de interesse de todos: liberação da maconha, aborto e liberdade sexual. Tais temáticas incorporam as “novas políticas” oriundas dos movimentos da contracultura dos anos 1960 e 1970.

Certamente, durante as décadas de 1980 e 1990, ampliou-se o debate sobre essas temáticas que, através da candidatura do deputado, passaram a ocupar os espaços públicos. Até porque, também ao longo desse período, formaram-se no país inúmeras entidades representativas de direitos de minorias, bem como ONGs defensoras desses direitos, tudo isso ampliando o leque de interessados em estabelecer o debate sobre o assunto.

Observamos nos depoimentos dos parlamentares a existência de uma memória que estabelece relações entre situações díspares, sendo que essas diferenças se complementam, dando sentido à memória articulada, ou seja, a memória que une passado e presente a partir de experiências aparentemente antagônicas.

MILITANTE E PARLAMENTAR

A atividade parlamentar em Brasília (além da participação em atividades organizadas pelas entidades – palestras, reuniões, congressos, nacionais, regionais e estaduais, tem projeção no cenário político do país), funciona em três importantes instâncias regimentais: o gabinete, a plenária e as comissões técnicas – fixas ou criadas a partir das demandas. Dessas instâncias regimentais, as duas últimas são mais importantes: a primeira por ser onde o parlamentar elabora e articula suas propostas; a segunda por ser o espaço de decisão final da Câmara Federal.

O gabinete é o espaço que permite colocar a documentação à disposição do parlamentar, contendo uma sala para realizar pequenos e rápidos contatos, pois as mais importantes reuniões, normalmente, não ocorrem no gabinete, mas fora da Casa Legislativa, frequentemente em restaurantes e, às vezes, em hotéis e nas residências dos parlamentares.

O gabinete aloca servidores que desempenham papéis distintos: funcionário responsável por fotocópias, transporte e arquivo de documentos; técnico especialista em Direito, assessor de

comunicação; secretária que controla a agenda do parlamentar e o deslocamento para o estado da Federação o qual representa.

Existe também a figura do assessor técnico do Legislativo. Ele pode ser solicitado por um parlamentar para elaborar pronunciamento, projeto de lei, emendas ou mesmo para emitir parecer técnico sobre um projeto. Os parlamentares consultam-no, solicitando um parecer técnico favorável ou contrário a determinado assunto. Às vezes, pedem um parecer favorável e outro contrário, para que tenham noção dos possíveis impedimentos legais sobre a temática. O fato de solicitar o parecer técnico não implica acatar a argumentação do assessor técnico, haja vista que esse parecer pode ser utilizado para confirmar ou negar a posição do parlamentar e de sua equipe técnica. A critério do parlamentar e de sua equipe técnica, seu gabinete funciona na prática com um ou mais servidores que ficam à disposição do mandato, bem como concentra ou não os arquivos do mandato. Há parlamentares que não priorizam a atuação no gabinete, fazendo funcionar ali o mínimo possível de suas atividades.

Normalmente, esses parlamentares preferem manter significativa parcela de documentação referente ao mandato em seus escritórios no estado de origem. Quando isso acontece, o funcionário responsável pelo gabinete exerce pouca influência sobre o parlamentar, bem como desconhece sua vida política, o que dificulta o acesso das pessoas ao gabinete e ao parlamentar, especialmente a imprensa e os pesquisadores.

A distribuição das tarefas nos gabinetes possibilita uma centralização ou uma descentralização de decisões do mandato.

Em decorrência, cada tipo de informação desejada implica um jogo de sedução com o servidor específico: o responsável pela agenda, pelo currículo, pelo material da campanha, pela aparição do parlamentar na imprensa, pelos projetos apresentados à Câmara. Isso, quando existe nos gabinetes distribuição de tarefas. Na ausência de uma equipe multiprofissional, todo trabalho é feito através de consulta às unidades administrativas responsáveis por determinadas informações, especialmente a Biblioteca da Câmara, a Secretaria da Câmara e a Sinopse (responsável pela tramitação e andamento da legislação). Os gabinetes dos parlamentares estão distribuídos nos prédios dos Anexos 2, 3 e 4 do Congresso.

O parlamentar federal tem, além do gabinete em Brasília, um escritório em seu estado de origem, funcionando ou na sede de seu próprio partido ou em um particular. Há também uma equipe técnica na cidade de origem (normalmente preocupada em levantar, principalmente, questões específicas do estado, demarcando com isso sua relação com os governantes locais e com seu eleitorado).

O plenário da Câmara funciona de segunda a sexta-feira, sendo que, às segundas e sextas, não são realizadas sessões deliberativas (nem com efeito administrativo – considerada falta com desconto), mesmo constando no regimento interno que seu funcionamento acontece de segunda a quinta à tarde e sexta pela manhã. Assim, terças, quartas e quintas-feiras são, efetivamente, considerados dias de trabalho mais intenso para o parlamentar que se encontra em Brasília, sendo que terças e quartas são os dois dias em que ocorrem as votações mais decisivas. Às quartas-feiras são destinadas

ao funcionamento das comissões permanentes, motivo pelo qual é também o dia em que a Casa recebe mais parlamentares.

As comissões técnicas estão divididas em permanentes e transitórias, têm estrutura própria e funcionam no Anexo 2 da Câmara: sala, equipe de funcionários à disposição, horário reservado na agenda da Câmara, estrutura hierarquizada de parlamentares (presidente, relator etc.), sendo uma parcela titular e outra suplente.

Hoje, a Câmara conta com 513 parlamentares e 25 comissões técnicas. Uma das atividades de um parlamentar, senão a principal, é compor uma comissão técnica, pois é nela que ocorre o debate verticalizado de determinada temática. Logo, é através da comissão que o parlamentar pode, objetivamente, interferir no texto dos projetos aprovados na Câmara. As comissões são demandadas pela imprensa e por entidades de classe, para opinar sobre variados assuntos. Nelas, os cargos mais disputados são os de presidente e relator do parecer, pois são estes os de maior visibilidade. Os partidos com maior número de parlamentares e a ala governista disputam, portanto, cada vaga de titular e suplente das comissões técnicas.

Sendo assim, para garantir a participação na comissão, não basta o parlamentar ter uma imagem positiva e conhecimento sobre determinado assunto, mas também, e quase sempre, ser membro de um partido que tenha influência naquela legislatura. Na plenária, conseqüentemente, aparece mais a oposição, por ter menos espaço nas comissões técnicas, concentrando suas energias no plenário da Câmara, através do tempo que cada parlamentar e o líder da bancada tem, pois é o que lhe resta, dada a sua condição de minoria.

Os partidos com menor número de deputado que não possam parlamentar com conhecimento reconhecido sobre determinada temática, e ficando sem a presença de um membro nas comissões, seja na condição de titular ou suplente, delegam um de seus parlamentares para acompanhar o debate em cada comissão e, posteriormente, em reuniões com líder da bancada, descentralizar as informações.

Há comissões que funcionam com tempo determinado para emitir parecer. O papel das comissões técnicas é analisar os projetos de lei, as emendas à Constituição e as medidas provisórias (daí porque a ala governista também tem grande interesse em indicar nomes para as comissões). Funcionam geralmente a partir das 10 horas. A plenária com poder de decisão ocorre normalmente no período da tarde, às terças e quartas, e às quintas pela manhã.

A ala governante geralmente atua procurando concentrar suas energias na liberação de verbas para seus estados de origem, e a oposição procura intervir no debate sobre as questões políticas mais gerais, identificando descumprimentos regimentais e os transformando em fato político. Assim, torna o debate sobre a pauta governamental uma querela regimental. Com isso, a oposição ganha tempo para conquistar votos favoráveis a sua pauta.

O Poder Legislativo é o alvo para a disputa dos militantes políticos. De um lado, por ser uma carreira diferente dos outros poderes, o qual, a partir de 1982, passou a ser eleito com o voto direto; de outro, os candidatos que pleiteiam com chances de vitória um cargo no Poder Executivo são, em geral, integrantes de grandes articulações das forças políticas do Estado, portanto, ligados às legendas mais expressivas do país.

No Poder Legislativo, dada a natureza do trabalho fiscalizador, os candidatos, bem como as legendas que concorrem a uma vaga, somente em concorrer ao pleito, já conquistam espaços e ganham visibilidade. Quando perdem a campanha, já consideram os ganhos políticos, uma vez que tiveram seu nome divulgado e, quando ganham, além de conquistar efetivamente o direito a voto e o espaço na Câmara dos Deputados, ao longo do mandato, dão continuidade à divulgação do trabalho de sua agremiação política, projetando ainda mais seu partido e também seu próprio nome.

Ao tratar do cenário onde atua um parlamentar, da experiência de institucionalidade, da vida legal, torna-se oportuno fazer algumas considerações sobre a legalidade. Ela é institucional, portadora de uma ordem racional de funcionamento. Sendo assim, a ação parlamentar é, por excelência, representativa da legalidade, pois é de sua natureza construir e aplicar normas jurídicas. Esse é o papel do Congresso Nacional.

É nessa perspectiva que Weber (1991) afirma que, somente no Estado moderno, podemos encontrar a característica plena do princípio da legalidade. Para tanto, distingue o poder legal e racional do poder tradicional e do poder carismático. Para o autor, o poder legal e racional tem sua própria legitimidade ao ser definido por leis e exercido em conformidade com as leis que o definem. No poder legal, o cidadão obedece ao ordenamento impessoal determinado legalmente. Essa é a lógica da legalidade.

Em épocas de autoritarismo, o que predominava era a arbitrariedade. Nesse contexto, os militantes de oposição não reconheciam as leis, não priorizando, portanto, a ação legal; pelo contrário,

desobedeciam à ordem imposta. Viviam a clandestinidade. Em contrapartida à rotina de um clandestino, temos a rotina de um parlamentar: identidade, endereço de moradia e trabalho fixos; obediência às leis; convívio permanente na esfera pública; segurança decorrente da ocupação dos espaços públicos e reconhecimento do tipo de trabalho desenvolvido. A experiência de legalidade possibilita, também, um deslocamento dos lugares de realização da ação, que inclui a disputa pelos espaços institucionais, o Parlamento, por exemplo. Ao ocuparem esse espaço, os militantes vivenciam uma rotina bastante diferente, como vimos no início deste item.

A Câmara dos Deputados, enquanto espaço social, se apresenta tal qual a noção de *campo* político em Bourdieu (1989), pressupondo alianças, estratégias, normas e ações que fazem a partir do *habitus* parlamentar. Na clandestinidade, o *habitus* construído revela um ator que não deveria falar muito, deveria viver no anonimato e, como tal, ser portador de uma linguagem e postura próprias. Na condição de parlamentar, o *habitus* supõe atributos como orador, articulador, conhecedor e cumpridor de normas.

É relevante, contudo, ter conhecimento de que um *habitus* pode ser formado de um *capital simbólico*, ou seja, o próprio ator (quando o parlamentar reconhece querer e gostar de fazer política), reconhecido pela imprensa (quando diz que determinado parlamentar tem qualidades e habilidades para o trabalho na Câmara), revela a construção do *capital simbólico* como valores adquiridos, tais como combatividade e habilidade.

Recorremos a esse recurso teórico-metodológico, a Câmara dos Deputados como *campo*, para pensar a ação humana em espaços “fechados”, onde a *ação*, mesmo sendo imprevisível, como afirma Arendt (1989), pode, em determinadas circunstâncias, acenar para uma direção previamente definida, “previsível”. Assim sendo, “querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo” (BOURDIEU, 1996, p. 140).

Analisando a *política como vocação*, em Weber (1991), relutamos em utilizar o conceito para definir a ação dos militantes, sejam as ações ocorridas nos anos de autoritarismo ou as realizadas no Parlamento, por verificar algumas dificuldades na aplicação do conceito: 1) a ideia de política pressupõe participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, entendendo essa palavra como Estado ou grupo dentro do Estado. A rigor, a noção de poder, utilizada neste livro, não se refere ao poder institucional, mas ao poder como possibilidade que somente se realiza e se expressa numa ação coletiva e não através de uma instituição; 2) para o autor, a política compreende qualquer tipo de liderança independente em ação. A noção de independente é passível de discussões, pois ser independente de algo ou de alguém significa estabelecer um ponto de vista a partir de outro ponto de vista; assim, nada é por completo independente ou influenciável, mas estabelece relações de proximidade e de distanciamento relacional; 3) porque a política pressupõe a legitimação.

Para analisar a legitimação, o autor cria três tipos de ideais que, conforme ele mesmo afirma, raramente se encontram na

realidade: tradicional, carismática e legalidade. Dessa forma, tais tipologias constituem-se muito mais um recurso metodológico para analisar a ação social. Weber (1991) considera o carisma a raiz de uma vocação em sua expressão mais elevada, pois trata do domínio em virtude da dedicação, dos que obedecem ao carisma exclusivamente pessoal do líder.

Investigando os depoimentos dos protagonistas, verificamos que a adesão aos projetos coletivos não foi fundamentalmente atraída pelas lideranças carismáticas, mas por um conjunto de fatores, entre os quais, destacam-se a combinação existente entre a perseguição política e a crença num projeto de transformação social. De fato, foram inúmeras as organizações criadas a partir de divergências surgidas no interior das agremiações partidárias. As lutas, os movimentos, as agremiações, formam lideranças e mitos. Essas lideranças e mitos contribuem em muito para a ampliação, ou não, dos grupos.

Porém, a narrativa aqui exposta não revela ações realizadas e legitimadas a partir das lideranças carismáticas. Talvez, se este livro pretendesse analisar a trajetória de uma determinada e destacada liderança política, como foi o caso de Leonel Brizola e Prestes, por exemplo, tais noções auxiliassem, pois esses atores atraíram para si um grupo de pessoas que acreditava na sua capacidade organizacional e de articulação, chegando alguns deles a ter seu nome como referência da agremiação: “os Prestistas”, “os Brizolistas”.

Certamente, as ações dos militantes foram atos dignos de quem persiste em algo, de quem acredita, mesmo quando condições são adversas e não acenam para a concretização. É bem verdade que a

determinação dessa geração de jovens, aliada às condições em que foram obrigados a viver, os transformou numa espécie de heróis para um grupo de jovens militantes, especialmente aqueles que se formaram numa outra temporalidade e que somente aprenderam o que seria clandestinidade lendo livros autobiográficos, de poesias, ouvindo músicas ou depoimentos, assistindo a filmes.

Para Arendt (1989), a ação política é uma das atividades humanas fundamentais. Por ser imprevisível, a ação possibilita investigar a inserção do ator no mundo, sua trajetória e as mudanças ocorridas em decorrência da ação que, ao se materializar, muda o ator e o mundo onde ele age. Ao agir, o ator é, ao mesmo tempo, ator e autor dos feitos e das palavras. Noutro viés de interpretação, Bourdieu (1996) trata o espaço social englobando o indivíduo como ponto e o ponto sendo um ponto de vista.

Esse autor investiga as ações dos homens partindo das noções de *campo*, *habitus* e *capital*, ou seja, podemos investigar a atuação parlamentar a partir das normas, estratégias e disputas existentes naquele espaço social, de forma que o parlamentar, ao se inserir naquele *campo político*, insere-se aceitando as regras do jogo, ou por gostar de jogar, ou por garantir sua sobrevivência no meio. Assim sendo, a ação do parlamentar torna-se em parte, previsível.

Verificamos também que o *habitus* é um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. O *habitus* é diferenciado e diferenciador, trata-se de diferenças simbólicas que constituem uma verdadeira linguagem.

De fato, se pensarmos as narrativas dos parlamentares que vivenciaram a clandestinidade, podemos observar que, embora se trate de temporalidades e espaços distintos, registram-se experiências que incorporam formas de ação comuns e distintas. Quanto às formas de ação comum, elencamos a capacidade de iniciativa, o agir coletivamente, e a fala como elemento importante na construção da argumentação. Qualidades que permitem a transformação do *habitus* do militante clandestino em *habitus* parlamentar.

Para Bourdieu (1989), existir num espaço, ser um ponto, um indivíduo num espaço, é ser diferente. Essa compreensão é oportuna para analisar o sentimento expresso nos depoimentos dos parlamentares. Eles ingressaram no Parlamento na perspectiva de ocupar um espaço, a partir do qual criaram uma imagem de sua situação e da atuação da sua agremiação. Assim sendo, compondo os grupos majoritários, ou não, suas ações impõem visibilidade, na medida em que demarcam diferenciação.

Nesse processo, há continuidade e rupturas no *habitus* incorporado ao longo de suas trajetórias de vida. Continuou a capacidade de iniciativa, o agir coletivamente, a oratória como poder de argumentação; porém, como houve mudanças no sentido da ação, mudaram também as motivações; se nos anos de autoritarismo, as ações estavam voltadas para a participação em guerrilhas urbanas e rurais, para o enfretamento, no Parlamento, por sua vez, as iniciativas estão voltadas, fundamentalmente, para o cumprimento de leis, ao mesmo tempo em que mudanças a serem pleiteadas são modificações das próprias leis. Da mesma forma, ocorreu com a ação conjunta: se antes o coletivo era composto por um grupo

voluntário, criado a partir de ideias e objetivos comuns, na ação parlamentar, o coletivo é formado involuntariamente, bem como compõe um universo diverso de ideias e objetivos. Por fim, se antes a fala representava um pequeno e coeso grupo, que buscava transformações na sociedade através de guerrilhas, com a experiência parlamentar, a fala de um indivíduo pode expressar o sentimento de uma agremiação política em nível nacional, o desejo de um estado federativo ou outra qualquer parcela expressiva da sociedade.

Tudo isso permite modificações na ação dos protagonistas, bem como na incorporação de novos *habitus*, o qual interfere direta ou indiretamente no reconhecimento do parlamentar. Se, na clandestinidade, predominava a informalidade, com o Parlamento passa a prevalecer a formalidade; se antes predominava a coragem para pegar em armas, na Câmara, passam a se destacar as articulações; se a condição de militante era algo que trazia consigo estigmas, como parlamentar, passa a se evidenciar o prestígio.

Investigando as ações dos protagonistas, observamos que na perspectiva de voltarem suas ações para transformar a sociedade, os militantes desenvolveram *habitus* que, durante os anos de autoritarismo, o permitiram atuar em espaços distintos utilizando modos de agir incorporados, dadas as particularidades dos espaços de ação; em clandestinidade, desenvolveram principalmente estratégias de sobrevivência: negociar sua existência física e política naquele espaço; procurar transformar as dificuldades em condições favoráveis, explorando as contradições do pretense inimigo; conhecer a realidade procurando obter o maior e mais detalhado número de informações sobre o espaço de atuação,

os atores e as ações que vivenciam. Tudo isso era uma forma de estudar a possibilidade de encontrar brechas nas normas para agirem politicamente.

Assim, ratificamos a pertinência da noção de *campo*, em Bourdieu (1989). Foi ela que nos permitiu analisar a realidade social, *o campo*, o Parlamento, como sendo um espaço possível de mudar, conservar, transformar a estrutura e seu interior, como expressam a fala e as práticas dos protagonistas. Para pensar a atuação política dos militantes que se tornaram parlamentares, passando a realizar suas ações, sobretudo em espaços “fechados”, recorreremos a essa interpretação, pois a consideramos um recurso didático eficiente para demonstrar o fato de a atuação parlamentar ocorrer em um espaço “previamente determinado”. Quando afirmamos “previamente determinado”, referimo-nos ao fato de, na Câmara dos Deputados, por ser composta por parlamentares previamente eleitos, por partidos políticos legais, nos diferentes estados brasileiros, quando da posse dos parlamentares, estes já estão de posse de um demonstrativo com o número de parlamentares e de cada partido na Casa.

Essa forma de composição permite a formação de uma espécie de jogo político capaz de estabelecer estratégias de atuação minimamente previsíveis, pois instituições como partido político, sindicato, associação, assembleias, Câmaras Municipal e Federal, Senado, entre outras, formam-se a partir de um conjunto de regras preestabelecidas para nortear a ação de seus participantes. Assim sendo, considerando esses espaços sociais como campo, podemos utilizar a noção de Bourdieu (1989) para auxiliar na compreensão da

participação política dos atores sociais no interior das instituições que representam e, portanto, necessitam do jogo posto, muitas vezes imposto, pelos integrantes da coletividade.

Ao investigar a ação de militantes que se tornaram parlamentares, observamos que instituições de natureza distinta revelam semelhanças e especificidades, referindo-nos à palavra natureza enquanto entidade estudantil ou o partido político dos quais os militantes participaram (ou participam) e que representaram (ou representam). Com efeito, elas têm o objetivo geral de representar e defender os interesses de seus representantes, enquanto a Câmara dos Deputados tem como objetivo representar e defender os interesses dos brasileiros, independentemente de etnia, condição social, estado, gênero, idade, ou qualquer outra condição.

É notório também que as experiências vivenciadas pelos atores nas entidades estudantis e partidos políticos se modificam, segundo cada ator e cada instituição ou, se pensado de outra forma, atendendo ao lugar e à temporalidade. Os que vivenciaram o período anterior aos governos militares puderam experimentar mais intensamente reuniões, assembleias, congressos e eleições, seja nas entidades ou nos partidos. Já os que ingressaram nas entidades ou partidos durante o autoritarismo, experimentaram uma forma diferente de organização, especialmente os que ingressaram a partir do ano de 1969, quando esses espaços foram obstruídos. Estes últimos experimentaram principalmente a condição de clandestinidade, a prisão, a tortura e o exílio. Tudo isso vai influir na atuação do parlamentar.

O fato de representar alguém, ou seja, de sua fala expressar a fala de um coletivo, elaborando e criticando normas para fazer valer o interesse de um coletivo (de um pequeno grupo, uma entidade estudantil ou partido político), sendo o interlocutor, que necessita desenvolver o poder de argumentação, o articulador, que requer inserir-se em diferentes grupos sociais, o mediador, que demanda *status* e reconhecimento de sua ação; expressa qualidades e atributos de um ator social que vivenciou ou vivencia instituições de representação política, seja ela a entidade estudantil, o partido, seja uma instância de decisão política, como é a Câmara dos Deputados.

De maneira geral, um parlamentar atua com o interesse de elaborar, cumprir e fazer cumprir normas. Podemos dizer ainda que os parlamentares (nem sempre) parecem possuir um determinado perfil: ser orador, mediador, articulador, ter iniciativa, conhecer a realidade econômica, social, política e cultural do país, em especial a do seu Estado. Entretanto, também o jogo de articulações políticas influi para eleger o parlamentar. Mas, sem dúvida, para se destacar no Parlamento, essas características contribuem positivamente. Afinal, os meios de comunicação praticamente abrem espaços para aqueles que, de alguma forma, demandam alguma atividade, seja uma comissão parlamentar, a liderança de um partido ou do governo na Casa. Os que criam a imagem do parlamentar para a sociedade são, em grande parte, os que ocupam os meios de comunicação.

Muitos parlamentares ocupam a imprensa pelo envolvimento em escândalos, constituindo o antiexemplo de um representante

de determinado segmento social. No entanto, isso não quer dizer que, na legislatura seguinte, os eleitores deixam de votar em parlamentares envolvidos em corrupção e escândalos.

Na formação de um deputado, logo se aprende que, para viabilizar suas posições, muitas vezes o parlamentar tem de abrir mão de certos pontos de vista para aprovar matérias na Câmara. Assim, ter vivenciado experiências semelhantes anteriormente, constitui-se num importante requisito para a ação parlamentar, bem como ter lutado por direitos; saber negociar; participar do “jogo de perdas e ganhos” na atividade política.

Tais experiências nem sempre ocorrem num ambiente de legalidade, de civilidade, pacífico, às vezes ocorrem em condições adversas, mas que, independentemente do lugar e da temporalidade em que acontecem, elas passam a incorporar a maneira de ser de cada participante e vão construir aquilo que inicialmente denominamos de perfil, ou aquilo que Bourdieu (1989) chama de *habitus*. Leiamos o depoimento de um dos protagonistas, o deputado Fernando Gabeira (1998):

Esses elementos da política são universais. Naquela época, também, havia muitos choques de ideia, muitas provocações, muitos testes que desafiavam você a se comportar de uma maneira fria, calculada, para poder obter o resultado que você queria. É o jogo da política, é o jogo onde realmente se trabalha muito para não se mostrar o que está sentindo. E nesse particular, a política estudantil e a política do Congresso, têm aspectos comuns. Da mesma maneira, a experiência em assembleias, experiências como orador, a experiência como agitador, a experiência como

negociador, tudo isso são elementos que vêm se prolongando com o tempo e que eu encontrei aqui a possibilidade de realização maior. Agora, é verdade que o nosso trabalho era muito mais informal. Eram parlamentos estudantis, sujeitos a uma lei mais leve, mais suave do que aqui, e, também, sem a necessidade de uma obrigação com a população, de uma certa produtividade, de uma certa transparência. Portanto, eu acho que foi uma boa escola. Mas, a realidade nos obrigou, também, a nos adaptarmos aos caminhos [...] de um parlamento democrático.

O deputado reconhece a existência de elementos universais na ação política. A disputa, por exemplo, constitui elemento fundamental no jogo político. Para disputar, faz-se necessário estabelecer estratégias, objetivando alcançar determinados fins. Entre as elas, o silêncio não significa indiferença, mas uma ação possível, pois, a rigor, os espaços e temporalidades demandam ações diferentes. O Parlamento é um *campo* onde se atua obedecendo (ou desobedecendo) às regras impostas; a obstrução, para exemplificar, é um recurso regimental que expressa a desobediência, mas que somente é usado em situações muito especiais.

A vivência em coletivo é fundamental para o exercício dessas ações, pois somente em presença de um coletivo, o jogo pode ser posto em prática. Quando o parlamentar se refere às ações ocorridas na época da militância estudantil e as denomina de ações informais, é que tais ações ocorriam fora dos canais legais e, mesmo quando elas eram dirigidas por entidades legais, em geral, ocorriam em forma de mobilizações de rua. Esse não seria

o caso do Parlamento, que é um espaço “fechado”, com regras preestabelecidas e com atores definidos, denominado pelo protagonista de *Parlamento Democrático*.

Os atores, ao construírem suas experiências, necessariamente, objetivam adquirir determinado *habitus*, mas, independentemente de suas vontades pessoais, ao agirem, incorporam determinado *habitus*; no caso dos protagonistas deste livro, seja o *habitus* do militante clandestino, seja o *habitus* do parlamentar. Afinal, um militante que participou da resistência ao autoritarismo nos anos 1960, dificilmente teria como objetivo candidatar-se a deputado federal. Até porque, naquele período, sequer se imaginava ocorrer eleições no país. Porém, ao participar daquelas experiências adquiriria um *habitus* que possibilitou se inserir e desenvolver uma ação parlamentar.

Conforme Bourdieu (1983, p. 89):

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis iminentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.

Assim sendo, para que se constitua o jogo, faz-se necessária a existência de dois elementos fundamentais: os interessados em jogar e as regras do jogo. Feito isso, resta criar estratégias capazes de aplicar as normas estabelecidas. De fato, esse jogo ocorre num Parlamento e é também o que faz um militante político:

As esquerdas podem mudar, mas sem se esquecerem de qual o seu lugar na mesa e qual a sua cadeira¹⁸².

Lutar é ser feliz, e eu procuro cultivar isso¹⁸³.

Gosto muito da atividade parlamentar. Tenho prazer em ir às reuniões, ao plenário, às negociações. Não é porque o cidadão vai cobrar de mim. É que eu passo mal se não participar. Gosto de ser parlamentar¹⁸⁴.

Adotei o princípio de guerrilha. Você tem que conhecer o espaço onde você atua. Já estudei cinco regimentos¹⁸⁵.

O mero ingresso no Parlamento, para militantes que participaram de ações armadas, já constitui mudanças na forma de agir. No entanto, entrar no jogo do Parlamento não significa abandonar o conjunto de ideais defendidas, mas reconhecer um lugar nesse espaço. Militar pode significar a realização de um trabalho gratificante, daí porque, no depoimento, o protagonista diz que não é apenas por ser cobrado pelo cidadão, mas por se sentir familiarizado com a ação parlamentar. Ora, para quem participou intensamente de reuniões, mobilizações, articulações, debates, entre tantas outras atividades, o Parlamento expressa apenas um espaço onde se pode pôr em prática tais experiências. Para aqueles que aprenderam a sobreviver em condições adversas, sentir-se minoria pouco importa. Para quem vive na iminência

¹⁸² José Genoíno. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 07 de outubro de 1998.

¹⁸³ José Genoíno. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 26 de janeiro de 1986.

¹⁸⁴ José Genoíno. *Playboy*, maio de 1993.

¹⁸⁵ José Genoíno. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1987.

da derrota, perder eleições tem pouca importância, pois o debate ocorrido durante as eleições permitiu divulgar seus ideais e criar opinião na sociedade.

Com efeito, lembrando suas experiências na Guerrilha do Araguaia, o deputado Genoíno retoma a ideia de que “para transformar a realidade, é necessário conhecer a realidade”. Agindo assim, ao chegar à Câmara, uma de suas primeiras providências foi conhecer o Regimento da Casa. Aliás, essa ação o credenciou como um dos exímios conhecedores do Regimento.

Uma vez no Parlamento, o deputado precisa acompanhar as regras postas, sob pena de se isolar, de criar uma imagem negativa de sua atuação. Para tanto, deve compreender que:

Todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo: daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Ainda no primeiro mandato, os parlamentares compreenderam o significado de não obedecer às regras do jogo. José Genoíno reconhece isso, ao dizer que: “Não posso ficar um chato”¹⁸⁶. Sentimento novamente reafirmado em seu quinto mandato, quando chegou a ser um dos deputados mais votados no estado de São Paulo: “É preciso mudar sem mudar de lado”¹⁸⁷.

¹⁸⁶ José Genoíno. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º de outubro de 1987.

¹⁸⁷ José Genoíno. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 07 de outubro de 1998.

O parlamentar logo percebeu que a Câmara é um espaço de negociações, e não se negocia sem abrir mão de ideias. Aquele que não negocia corre o risco de se transformar num parlamentar “autêntico”, “fiel”, que consegue somente demarcar posições e não construir transformações na sociedade a partir da produção legislativa, sendo este o papel do parlamentar. Utilizando os espaços da Casa, os parlamentares, em geral, usam a tribuna para fazer seus discursos mais “puros”, “autênticos”, “fiéis”, aos seus eleitores, mas utilizando outros espaços, como as comissões técnicas, as reuniões de lideranças, implementam as usuais negociações de propostas.

Esse é um conflito do parlamentar que tem uma trajetória nos movimentos populares. De um lado, ele se percebe mudado, transformando-se para conquistar espaços, a fim de aprovar matérias (integral ou parcialmente) de interesse dos movimentos populares. De outro lado, para mudar a situação, corrobora as normas postas e muitas vezes impostas. Então, nas palavras de Barreira (1994, p. 150):

Nesse contexto, emergem as dificuldades e dilemas da incorporação de regras específicas do campo político que se expressam no desejo de “entrar no jogo” e, ao mesmo tempo, tentar transformar seus princípios. Pois, diz ainda a autora: “O surgimento das candidaturas nomeadas populares é, nesse sentido, expressão de um percurso anterior que se fundamenta na busca de uma identidade referenciada na relação entre representante e grupos sociais organizados”.

Na visão de Bourdieu (1983, p. 91): “Os que participam da luta

contribuem para a reprodução do jogo, contribuindo (mais ou menos completamente, dependendo do campo) para produzir a crença no valor do que está sendo disputado”.

Indubitavelmente, a disputa demanda interesses opostos, pois o jogo democrático presume duas visões: a concepção vencedora reflete a maioria dos presentes – visão hegemônica e/ou pressupõe o direito à diferença – o direito à tolerância. Assim, participar do jogo significa reproduzi-lo na medida em que quem participa deseja que sua ideia seja majoritária. E, caso não seja, almeja essa situação. É nessa perspectiva, portanto, que o parlamentar obedece as regras do jogo quando se encontra em condição minoritária:

[...] o Legislativo é uma instância de poder. É bem verdade que eu diria que majoritariamente aqueles que compõem este Poder são parte das elites [...] o mandato de deputado federal dá uma autoridade para atuar [...] ficamos assim num isolamento bastante grande [...] uma coisa é a participação no movimento social, outra coisa é participação numa instituição, no parlamento, no Executivo ou no Judiciário. De qualquer forma, faz parte, se diferenciando (ARANTES, 1998).

Provei que um cara da esquerda pode ser radical e ter um mandato competente¹⁸⁸.

Nessa direção, mesmo sendo voto minoritário, o parlamentar pode ainda gozar do status de homem público e com isso influenciar sua atuação fora da Casa Legislativa. Não é por acaso que

¹⁸⁸ José Genoíno. *Afinal*, 2 de julho de 1986.

frequentemente são convidados a palestrar, assessorar entidades e personalidades, discursar em atos e manifestações públicas, mediar conflitos de interesse público, ou até mesmo reuniões privadas como aniversários, casamentos, batizados, entre outras.

Conforme Bourdieu (1993, p. 91),

Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo (a seleção e a cooptação dão sempre muita atenção aos índices de adesão ao jogo, de investimento) e no reconhecimento (prática) dos princípios de funcionamento do jogo.

De fato, esse é o sentimento dos recém-chegados à Câmara:

Quando eu vim para cá, tinha o desafio de romper com a expectativa de ser exótico. Tinha de entender desta casa como quando eu estava no mato¹⁸⁹.

Eu acho que trouxemos para o Parlamento muitas coisas [...] combatividade, autenticidade, ligação com o movimento popular, abnegação, exposição. Isso nós trouxemos dessa militância anterior [...] o parlamento, de certa maneira, lhe ensina, inclusive, lhe obriga a conviver com os contrários com maior vigor e frequência do que fora (LIMA, 1998).

Ao dizer “vim para cá”, o protagonista diferencia o lugar da ação. Não mais se refere à militância, realizada fora dos canais legais, mas a localiza no espaço da legalidade. Reconhece a necessidade de

¹⁸⁹ José Genoíno. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º de outubro de 1987.

mudar a imagem construída ao longo de sua vida política. Se antes sua imagem era a de um militante combativo, heroico, corajoso, por ter participado da luta armada, ao ingressar no Parlamento, sua atuação seria acompanhada não somente por seus companheiros das lutas fora dos canais legais, mas também por seus colegas da Casa. De forma que não é suficiente ser elogiado por seus companheiros, se não possuir reconhecimento dos colegas da Câmara.

Essa trajetória de mudança é longa, de forma que o parlamentar que mais teve oportunidade de mudar foi o que mais mandatos pôde ocupar e aprendeu a se relacionar nesse novo espaço de atuação. Isso não quer dizer que quem mais foi reconduzido ao Parlamento foi o que mais mudou, mas certamente foi o que mais oportunidade teve para mudar sua postura e construir uma nova imagem de liderança. Não faltaram aos recém-chegados atributos para a realização dessas mudanças: combatividade, autenticidade, ligação com os movimentos populares, abnegação e capacidade de tolerância. Tudo isso constituía um arsenal de experiências facilitadoras da ação parlamentar:

Aquilo é um lugar para a gente negociar [...] Ali, você tem dois caminhos: ou marca posição, nesse caso, você faz um discurso sempre mais à esquerda e não ganha coisa nenhuma; ou você usa tanto a atividade parlamentar como os mecanismos de pressão social para fazer algumas mediações e ganhar algumas coisas [...] O cara que mais grita aqui, depois, na negociação, é o que mais vai ceder [...] Para mim, o Parlamento era uma coisa esperada, eu nunca tive a menor dificuldade [...] O ritmo do Parlamento é muito lento [...] o Legislativo anda a passo de cágado, e isso é uma dificul-

dade para quem gosta de uma vida mais animada [...] Quem, como eu, fez movimento de massa [...] a experiência do movimento de massa é uma experiência que prepara você para tudo. É uma escola. Quem fez movimento de massa aprendeu a fazer aliança. Aprendeu a saber aguardar a hora, a hora da ofensiva, a hora da defensiva [...] Porque, no parlamento, nós somos minoria; na luta social, somos minoria, mas numa conjuntura nós podemos nos transformar em maioria por nossas próprias forças. Lá no parlamento, isso não existe [...] o difícil não é quem fez movimento de massa ser deputado, o difícil é um deputado fazer movimento de massa (LIMA, 1998).

Essa fala de Haroldo Lima sintetiza o jogo existente na Câmara. Diante das disputas, negociar é a palavra-chave para se conquistar algo. Os caminhos não são tão restritos, mas, na verdade, se apresentam, em última instância, como se fossem dois grandes grupos, governo e oposição, na iminência de marcar posição ou negociar. De certa forma, partidos e parlamentares pouco importam; todos eles vão fazer parte do governo ou da oposição, pois os partidos políticos no Brasil, historicamente, não constituíram a tradição de uma instituição que se apresentasse para a sociedade como um projeto político de país, mas foram construídos por grupos políticos locais que se juntaram nacionalmente não para elaborar projetos políticos em conformidade e com a legislação em vigor, mas para viabilizar interesses regionais.

Assim sendo, em vez de dizermos partidos políticos hegemônicos e minoritários, no Brasil, o mais correto seria dizer situação e oposição, como historicamente têm se comportado os partidos, com

exceção das pequenas agremiações políticas, denominados instituições ideológicas. Nessa perspectiva, o período do Império e todo o período da República revelam o surgimento e o desaparecimento de partidos políticos e não a construção de instituições políticas e a consolidação de projetos de nação. Obviamente, um dos fatores que mais contribuíram para que isso acontecesse foram dois longos períodos de autoritarismo (Estado Novo e os governos militares).

Integrar um desses grupos revela estratégias diferentes. O bloco representante do governo procura agir encontrando brechas na lei para viabilizar os projetos do governo, e o bloco representante da oposição, em geral, recorre às mobilizações de entidades e personalidades da sociedade civil como forma de pressão, mas também procurando sempre encontrar alternativas jurídicas para possibilitar a aprovação de propostas oriundas dos movimentos populares. O parlamentar que não negocia, apenas marca posição, sem querer abrir mão de aspectos de suas propostas, termina por se isolar e não ser considerado nos momentos das articulações, pois demonstra rejeitar as regras do jogo. Como tal, fica “impedido” de jogar, ou pouco é considerado nos momentos de pôr em prática o jogo político. Esse é o desafio do parlamentar e dos partidos políticos.

As estratégias utilizadas pelos deputados nas experiências de clandestinidade findam por serem “comparadas” às experiências no Parlamento: a ofensiva e a defensiva, ou seja, analisar o momento, o aliado e a proposta certa para cada negociação. Existem momentos de impor, de ceder e de barganhar aspectos da proposta; realizar esse percurso é o desafio de cada deputado,

além de ser o indicativo para torná-lo uma liderança expressiva ou não no Parlamento.

Ao chegar à Câmara, os militantes se depararam com situações muito particulares. Assim como havia comunistas, ex-guerrilheiros (integrantes das guerrilhas urbana e rural), havia também militares (ex-torturadores). José Genoíno, por exemplo, ao ser eleito deputado federal, passou a enfrentar, na Câmara, um dos militares que participaram do combate à Guerrilha do Araguaia, o deputado Curió. Após um dos confrontos entre os deputados, no plenário, José Genoíno responde à imprensa, deixando uma pergunta sem resposta: “Como é que um torturado vai polemizar com um algoz?”¹⁹⁰.

Assim, mesmo em condições aparentemente igualitárias, pois ambos eram parlamentares, o passado reaparece para o protagonista revelando as desigualdades existentes nos momentos da tortura e que, em suas lembranças, funcionou como se ainda existissem a “superioridade” do torturador e a “inferioridade” do torturado, dado o papel da memória na construção das narrativas.

Ou ainda, na condição de representante de um coletivo, o parlamentar com a trajetória narrada neste livro, passa a experimentar situações constrangedoras, como ter de se relacionar com as autoridades públicas, inclusive os ministros militares, a exemplo da situação vivenciada pelo deputado Genoíno, quando da publicação das matérias sobre a Guerrilha do Araguaia:

Não conversei sobre Araguaia com o ministro. Mas imagina a confusão da minha cabeça.

¹⁹⁰ *Gazeta Mercantil*, 09 de maio de 1996.

Leio a matéria sobre a guerrilha, falo com as pessoas sobre o movimento e, depois, converso amigavelmente com o ministro do Exército e com o chefe da Casa Militar¹⁹¹.

Mesmo inexistindo na pauta de discussões esse assunto, o qual não é debatido nas conversas informais, o constrangimento se impõe nas relações entre esses homens públicos com trajetórias tão distintas. Sem dúvida, a hierarquia existente nas imagens das lembranças do passado revela novamente a presença da desigualdade, colocando uma das partes em condições desfavoráveis ao diálogo, no caso, certamente, o deputado.

¹⁹¹ José Genoíno. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Narrar épocas, acontecimentos, trajetórias de vida, é construir imagens sobre a época e os acontecimentos. Nessa perspectiva, tanto as narrativas dos protagonistas como as da pesquisadora, oferecem um desenho da sociedade, que pode ser demonstrado através da legislação, da arquitetura, dos deslocamentos de lideranças, dos cemitérios clandestinos, dos presídios, dos abandonos de curso, dos jubilamentos, das vivências em exílio, da prisão.

A experiência parlamentar também oferece um arsenal de significados: os gabinetes, o plenário da Câmara, as comissões técnicas, a vivência em Brasília, o uso obrigatório do uniforme (o paletó), a convivência permanente com a imprensa, enfim, são elementos que contribuem para oferecer imagens sobre a vida de um parlamentar. Tudo isso compõe o universo das experiências de clandestinidade e da vivência dos protagonistas no Parlamento, permeado pelo olhar da pesquisadora.

A análise desses elementos proporciona o entendimento de que o passado não é necessariamente antagônico ao presente. A vida social não é somente ruptura ou continuidade. Ela, a cada instante, se transforma. Desaparecem atores e espaços reais, sobre os quais os grupos viveram e construíram ideais comuns, mas as memórias (oral, escrita e iconográfica), podem oferecer significados dos momentos vividos como sendo a sua própria vivência, seu cotidiano.

Sendo assim, viver o tempo atual é também manifestar ligações com o passado, oferecendo sentido aos valores e às práticas coletivas e individuais no presente. A cada lembrança, cada entrevistado reconstruiu os espaços, as lutas de forma pontual (a Guerrilha do Araguaia, o sequestro do embaixador americano e a Ação Popular). Ou seja, mesmo falando do autoritarismo, da guerrilha, da *Integração na Produção* ou do sequestro, enfim, dos acontecimentos de um mesmo período, os atores narraram, segundo o lugar que ocupavam.

Contudo, a fala dos protagonistas revela que, mesmo passado o tempo, permanece a disposição de luta dos atores, mudando principalmente o lugar de atuação, o Parlamento, como se houvesse latente neles a possibilidade de uma reinvenção da militância. Partindo de experiências comuns, na clandestinidade, mas participando de percursos distintos – sequestro, guerrilha e instituição religiosa – um grupo de militantes construiu uma trajetória com pontos comuns: da clandestinidade ao Parlamento. As ações e a memória constituem linguagens que revelam significados, culturas políticas, cotidianos distintos, destacando quem fez, o que fez, como fez e por que fez determinadas ações.

Recorremos às memórias como categoria operacional por nos permitir investigar os mecanismos utilizados pelas lideranças em suas lutas políticas, através das narrativas dos protagonistas (entrevistas, autobiografias e depoimentos), que foram capazes de revelar a vivência em duas temporalidades díspares e complementares: a clandestinidade e a atuação parlamentar. Nessa perspectiva, ao nos referirmos ao contexto apresentado pelos personagens

que construíram a trama social, através de suas lembranças, de suas imagens, observamos que eles constituem ícones, símbolos, de uma época e suas lembranças são expressões do passado e constroem a chave de leitura para apresentar a realidade social, no presente.

Este livro, mesmo utilizando depoimentos de atores que participaram dos eventos selecionados, está centrado na memória dos parlamentares, a participação e vivência de cada um deles, sobretudo as relações estabelecidas entre passado e presente. As experiências aqui narradas e analisadas não se apresentam como modelo de militância ou de percursos de formação de lideranças, mas tratam de estabelecer relações entre trajetórias individuais de militantes que participaram de experiências clandestinas e passaram a ocupar importante espaço nas esferas institucionais, em especial, a Câmara dos Deputados.

Ao trabalhar com as noções de *poder* e *violência*, para analisar as experiências clandestinas em tempos de autoritarismo e a formação do *habitus* do militante clandestino, assim como com a noção de *campo*, *habitus* parlamentar e *capital simbólico*, para investigar a atuação parlamentar, constatamos que as experiências, embora ocorridas em lugares e temporalidades distintas, revelam semelhanças e especificidades, quais sejam:

a) a representação – militantes clandestinos no Brasil dos anos 1960/70, para além da representação de suas agremiações partidárias, se autorrepresentam defensores dos amantes da liberdade, dos direitos humanos e sociais; deputados federais são eleitos para representar unidades federadas do país (no Brasil, isso necessariamente acontece. Em geral, o parlamentar

representa ora o partido ao qual é filiado, ora sua unidade federada, ora seus interesses particulares). Isso ocorre, também, em virtude da fragilidade dos partidos políticos;

b) a construção de normas – os militantes participam da elaboração de normas de suas agremiações (sindicatos, partidos, associações, entidades estudantis, entre outras) e nesse processo aprendem modos de fazer política para se inserir no jogo democrático. No caso do militante clandestino, em especial, dadas as condições em que ocorrem as ações, nem da elaboração dessas normas participam; os parlamentares federais, por sua vez, dada a natureza de seu trabalho, participam da construção das leis gerais do país;

c) a oratória – em tempos de clandestinidade, os militantes, que estiveram ora em esconderijos, ora em prisões, ora em exílio, mesmo tendo todo um discurso articulado sobre a situação política do país, estavam impedidos de discursar nos espaços públicos, de forma que sua fala era praticamente impossibilitada de ser ouvida. Os parlamentares federais, ao contrário, na condição de representantes legais, exercitam sua capacidade de oratória, tendo em vista que isso é fundamental para a construção de sua imagem, mesmo que suas intervenções necessariamente não se convertam em votos favoráveis as suas posições;

d) a capacidade de articulação – os militantes clandestinos, impossibilitados de aparecerem publicamente, possuíam pouca (ou inexpressiva) mobilidade para se articular com outros militantes ou com outras agremiações, dificultando a realização das articulações políticas; já os parlamentares, devido à necessidade de aprovação de leis, projetos de lei, emendas, pareceres e relatórios técnicos, vivenciam bastante sua capacidade de articulação política;

e) o tempo de representação – os militantes, por estarem vinculados a uma agremiação partidária que almeja projetos políticos macroestruturais e por atuarem fora dos canais legais de representação, têm uma temporalidade de representação indefinida; ou seja, o tempo de duração está vinculado ao tempo de crença dos militantes em seus projetos políticos; enquanto os parlamentares, representantes de uma instituição plural, têm a sua representação a cada quatro anos, dada a temporalidade do mandato legislativo.

Os militantes formam os movimentos e os movimentos formam os militantes. Nesses processos, formaram-se ideais comuns de grupos, de forma que os atores passam a compartilhar valores culturais e políticos entre si. Militante é aquele que participou das lutas políticas, ocupou espaços públicos, ganhou visibilidade, viveu intensas experiências, distanciou-se da rotina dos demais membros da sociedade e construiu uma rotina própria de vida.

Ao realizarem suas experiências clandestinas, os militantes incorporaram uma maneira de agir e de pensar, um *habitus* especial marcado por atributos como: coragem, ousadia, determinação, qualidades próprias de quem precisava sobreviver numa situação de perigo, dispondo de poucos recursos a serem gerenciados, entre outros. Tais atributos tornaram-se imprescindíveis no novo espaço de atuação política dos ex-clandestinos, o Parlamento.

O tema estudado é importante por permitir a análise da formação de lideranças políticas, da construção da memória de homens públicos, assim como da relação estabelecida pelos deputados entre as lembranças da clandestinidade e a atuação parlamentar. As temporalidades e os lugares acenam, entretanto, experiências

e atores distintos: os anos de autoritarismo e a clandestinidade demandam espaços, ações e atores clandestinos, presos, exilados; a redemocratização e o Parlamento impõem atores, espaços e ações legais, institucionais.

Clandestino, ilegal, terrorista, revolucionário, comunista, estudante, guerrilheiro, são palavras que serviram para nomear as lideranças políticas de esquerda àquela época. Na clandestinidade, os atores com visões de mundo próximas estão ligados ao perigo, à solidariedade, à cumplicidade; um dá a vida pelo outro, pelo grupo, pelo coletivo, pelo ideal. Em contrapartida, na condição de parlamentar, os atores atuam voltados para o cumprimento da legislação, predominando o formalismo.

Assim, enquanto para uma parcela de jovens dos anos 1960/70, a regra do jogo era engajar-se nos movimentos clandestinos que lutavam contra o autoritarismo, após a redemocratização, nos movimentos ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, o que mobilizava os militantes eram as eleições. Eleger parlamentares nesse contexto era fundamental.

Em geral, os militantes clandestinos vinham de experiências nos movimentos estudantis, particularmente os protagonistas das narrativas expostas. Como tal, antes de se tornarem clandestinos, vivenciaram um cotidiano repleto de reuniões, assembleias, congressos, eram eleitos e elegiam seus representantes pelo voto direto, exerciam a oratória, eram mediadores, articuladores, escreviam artigos para as entidades estudantis, eram leitores de jornais e periódicos voltados para a análise da política. Naquela época, participar do movimento estudantil não significava, necessariamente,

ser estudante, embora a ampla maioria o fosse, mas sim participar das mobilizações organizadas pelos alunos.

Como parlamentares, tais atores retomam esse universo permeado por reuniões em gabinetes, plenários, comissões técnicas, são eleitos pelo voto direto, usam sua capacidade de articulação, de orador, leem e produzem textos, em geral, através de assessoria.

Do ponto de vista profissional, essa geração de militantes finda por abandonar seus cursos (parte deles foram enquadrados no Decreto nº 477, ou impedidos devido à clandestinidade) e vai concluir sua formação acadêmica somente após a anistia, muitas vezes mudando o curso e a profissão interrompida.

As formas de sobreviver em condições adversas nas guerrilhas urbanas e rurais, com prisão, exílio e tortura, revelam ações que dispuseram de poucos e controvertidos recursos: um diplomata, a mata e a Igreja. A realização de tais ações demandou dos militantes habilidade, ousadia e determinação. Tudo isso foi criando uma maneira de pensar e agir que traça um perfil de militância incorporado aos protagonistas e manifestado por eles em outros espaços e lugares, como no Parlamento, por exemplo.

A clandestinidade e a perseguição política, como experiência radical, são formadoras de uma experiência especial: dispor de poucos recursos; fazer alianças para garantir a sobrevivência; confiar desconfiando de tudo e de todos; conhecer a realidade onde atua para melhor se inserir nela. Os parlamentares protagonistas dos eventos aqui narrados, que vivenciaram essa condição, introduzem tais experiências em sua vivência parlamentar como forma

de sobreviver politicamente, pois, em geral, são representantes de grupos minoritários na Câmara.

Os militantes que vivenciaram a clandestinidade e retornaram à cena pública, vinculados a um partido político e/ou a alguns dos movimentos em curso, provaram que os discursos dos movimentos outrora vividos expressavam algo específico, vivo, capaz de mobilizar novamente segmentos da sociedade, possibilitando aos partidos a unificação de bandeiras de luta no Parlamento. Essa foi a trajetória da redemocratização do Brasil, após duas décadas de autoritarismo.

Nessa perspectiva, a Câmara dos Deputados constituía-se numa esfera importante para divulgar e operar transformações reais na sociedade brasileira. Uns parlamentares fazendo autocrítica ao modelo de partido, de guerrilhas, outros mantendo seus ideais, mas, em geral, todos concordando que o Parlamento é uma indispensável instância de atuação política; por isso, ocupar esse espaço é conquistar bandeiras de luta e dar visibilidade a suas agremiações políticas.

Durante a década de 1980, as mudanças demandadas eram, em grande parte, sintetizadas na ideia de uma nova Constituição. Esse processo, no entanto, não se encerrou com a Constituição de 1988. Muitas das mudanças ocorridas foram ousadas para a sociedade brasileira, sobretudo no que se refere aos direitos e garantias individuais presentes nas leis, muitas das quais nunca regulamentadas ou transformadas em políticas públicas.

Construir e consolidar um projeto de partido político significou, portanto, uma opção para substituir as ações armadas realizadas

por esses parlamentares. Em tempos de democracia, esse projeto destaca a via institucional. Nele, a Câmara dos Deputados aparece como espaço a ser ocupado devido a sua visibilidade, poder de decisão e por ser o espaço de construção da produção legislativa do país. De fato, enquanto os sindicatos, os movimentos pelas minorias, as entidades estudantis, entre tantas outras, elaboram propostas e pleiteiam mudanças constitucionais necessárias, os deputados gozam do direito de fazê-las.

As campanhas eleitorais podem ser pensadas como rito de passagem da militância (ações realizadas fora dos canais legais) para a vida parlamentar (ação ocorrida numa instância institucional), assim como a anistia se apresenta como sendo o rito de passagem da vida clandestina (o impedimento da utilização dos espaços públicos) para a vida legal (uso dos espaços institucionais).

Assim sendo, a candidatura como ritual expressa cada ato planejado, permeado de significados: a forma de apresentar o candidato, como expor seu passado, suas bandeiras de luta, sua legenda etc. O processo eleitoral, através do voto, foi a vivência que permitiu realizar o cerimonial de passagem do cidadão comum para a representação política. A candidatura tem em torno de si a imagem de um candidato sério, comprometido e provado nas lutas.

A vitória dos militantes nas eleições parlamentares expressou, conseqüentemente, um ritual de entrada de um militante nos espaços tradicionais da política e também um momento de “ruptura” com os movimentos. Porém, este livro não se preocupou em analisar o significado da vitória eleitoral dos parlamentares, ou seja, o fato de eles passarem a ocupar os espaços tradicionais da política, tampouco, se o militante rompeu ou não com seus ideais.

Se, como simples recurso didático, aliás muito usual, considerarmos as tipologias progressista e conservador para identificar os parlamentares, de maneira geral, podemos dizer que, na legislatura 1983-1987, conservadores eram aqueles que participaram ou se omitiram perante as ações dos governos autoritários; e progressistas aqueles que se opuseram de alguma forma e participaram da resistência ao autoritarismo. Tais tipologias, entretanto, foram se transformando ao longo das décadas de 1980 e 1990, ganhando novos significados, conforme outros fatos políticos: a campanha das Diretas Já, a Constituinte, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

Trabalhar com a ideia de trajetória de vida foi importante para investigar a conversão do militante em parlamentar; o *habitus* do militante clandestino se transformando em *habitus* parlamentar; e a atuação do ator clandestino nos espaços legais. Assim sendo, os parlamentares que tinham uma trajetória de militância política se diferenciavam dos demais devido a atuarem combinando suas experiências na militância e no Parlamento. Eles articularam, mobilizaram e fizeram discursos divulgando suas propostas, tudo isso por serem conhecedores das dificuldades de aprová-las.

As matérias de jornal e o filme apresentado neste livro revelaram que as lideranças políticas, formadas nos anos de autoritarismo, transformaram-se em ícones de heroísmo. De certa forma, em temporalidades e lugares diferentes, tanto os militares como as agremiações partidárias e a imprensa colaboraram para transformar a imagem de militantes em “heróis”.

Durante os anos de autoritarismo, os militares acabaram por transformar determinadas lideranças em ícones de heroísmo, pois, através de cartazes com a foto do militante acrescida da palavra “terrorista”, “sequestrador”, ou até mesmo “procurado”, “bandido”, para cada liderança presa, exilada, desaparecida, os militares demonstravam a força da repressão. Assim, intimidavam os militantes que, paradoxalmente, continuavam lutando contra a repressão.

Para as agremiações partidárias, especialmente após a anistia, em 1979, os militantes que sobreviveram à repressão, constituíram-se em ícones de heroísmo, por expressar um testemunho vivo da resistência ao autoritarismo. Assim, as agremiações partidárias demonstravam que suas ideias continuavam sobrevivendo, tornando-as mais “fortes”. A imagem de “terrorista”, “sequestrador”, “guerrilheiro”, “bandido”, “procurado”, construída pelos militares, é ressignificada pelos partidos e movimentos progressistas, dando lugar à imagem do herói.

Herói aqui não significa necessariamente transformar o ator numa espécie de super-homem, imprescindível, mas herói no sentido da Ação de Arendt (1989), de agir, de se inserir no mundo, de transformar a si e ao mundo comum. Dessa forma, a disputa das palavras, dos qualificadores, das imagens, expressa também a luta política.

A imprensa, por sua vez, tanto durante os anos de autoritarismo como no período da redemocratização, contribuiu decisivamente para a construção de imagens de homens públicos, seja elogiando ou criticando os protagonistas.

As marcas do passado ficaram impregnadas nos protagonistas. Os militantes foram marcados pela repressão através das torturas,

exílios e prisões, os quais personalizaram física e psicologicamente cada ator. De forma que, aquele militante preso passava a “responder” pelo conjunto, na sua ausência. Talvez por isso, os militantes que passaram pelas prisões e pelos exílios, principalmente os que sofreram torturas, têm em suas lembranças momentos mais marcantes sobre o período.

Certamente, o binômio lembrar/esquecer está presente tanto nos atores que continuaram as lutas como nos que redimensionaram seus objetivos de vida. Porém, essas memórias aparecem como lembranças, principalmente para aqueles que continuaram as lutas políticas, para os quais as lembranças do passado aparecem heroicizadas; e como esquecimento, sobretudo para aqueles que redimensionaram suas vidas.

O binômio clandestinidade/coletividade explica a fala dos protagonistas, que enfrentaram dificuldades na militância clandestina (esconderijos, mudanças nos hábitos alimentares, doenças, risco de morte, uso de armas para se defender, distanciamento de amigos e/ou familiares), ou nas difíceis condições de sobrevivência impostas pela repressão (prisões, exílio, impossibilidade de trabalhar, estudar, aparecimento público). Tudo isso estimulou a adequação de um novo *habitus*, do *habitus* do militante clandestino ao *habitus* do parlamentar.

Nos anos de autoritarismo, predominava a ideia de que a militância era essencialmente armada, voltada para assaltos, guerrilhas urbanas e rural, de confronto direto com as forças repressivas, especialmente após o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. O que estava em jogo era enfrentar os governos autoritários

e buscar viabilizar a democracia no país. Não era somente na esfera da militância política que as ações ocorriam, mas também em várias dimensões da vida cotidiana – família, Igreja, escola, atividades culturais e de lazer (música, teatro, cinema, esporte etc.).

O binômio parlamento/individualismo explica os efeitos criados nas falas dos parlamentares que se inseriram no novo *campo* de atuação, enfrentando o isolamento, os preconceitos e as exigências das formalidades advindas das normas da Câmara. A ação individual (do parlamentar ou de seu partido) contribuiu para diferenciar a atuação do deputado ou de seu partido na nova arena política.

Em tempos de democracia, especialmente durante a transição do regime autoritário para o regime democrático, a atuação parlamentar estava voltada para denunciar os governos autoritários que predominavam no país e pleitear mudanças na legislação vigente. A regra do jogo passou a ser realizar e disputar eleições em todos os níveis, procurando ocupar os espaços institucionais. Não era apenas o Parlamento a instância de institucionalidade, mas também os sindicatos, as entidades estudantis, as associações e um conjunto de entidades que, ao se legalizarem, se tornaram importantes espaços de institucionalização das lutas.

A militância clandestina e o Parlamento, além de inserirem o ator local nos espaços públicos, tornaram-no liderança política. Como formadores de lideranças políticas, acenam para se pensar no significado das memórias articuladas, próprias daquele que viveu experiências em espaços e temporalidades díspares, de forma a considerar as trajetórias originais de inserção na vida pública realizada por cada ator.

Assim sendo, este texto mostra, fundamentalmente, como a memória publicizada, através de imagens de homens públicos construídas na imprensa, no filme apresentado neste livro, na memória articulada e nas lembranças dos protagonistas sobre seu passado; construiu imagens sobre os atores e os acontecimentos. Os meios de comunicação e a arte cinematográfica são veículos de memória. Além do que, os próprios parlamentares, pela natureza do ofício, terminam por ocupar os espaços públicos e, por isso mesmo, oferecem imagens de homem público.

Comprovamos, então, que a memória articulada e a memória publicizada estão diretamente relacionadas, ambas convergindo para a construção de imagens de homem público. Sobretudo a memória articulada, possibilitou ao parlamentar memorar seu passado, estabelecendo relações com seu presente. Ou seja, revelando o que pensa o parlamentar sobre suas experiências de clandestinidade e as relações que estabelece com a atuação parlamentar.

As experiências radicais e a atuação no Parlamento não foram pensadas neste livro de forma antagônica, mas como uma trajetória que revela *habitus* distintos: o *habitus* do militante clandestino e o *habitus* do parlamentar, convergindo para a construção de um *capital simbólico*, baseado na combatividade e habilidade em fazer política. Combatividade e habilidade que se manifestaram de formas diferentes em cada temporalidade. Na clandestinidade, a ruptura das formas legais de fazer política; no Parlamento, o cumprimento das normas existentes, mas também a tentativa de transformá-las. Na clandestinidade, o anonimato, o silêncio; no Parlamento, a visibilidade do discurso, a busca pela ocupação dos espaços públicos.

Em consequência, tanto a clandestinidade como o Parlamento demandam estratégias de atuação e objetivos a serem perseguidos. Todas essas experiências revelam para esses protagonistas formas diferentes, nem por isso antagônicas, de fazer política.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. O heroísmo e o enigma do revolucionário. In: Novaes, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 205-238.

ABREU, Alzira Alves de. Os anos de chumbo: memória da guerrilha. In: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). **Entrevista**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p.14-32.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 198 p. (Estudos Americanos, 9).

ALMADA, Izaías. História: ficção, realidade e hipocrisia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1977. p. 141-150.

ALMEIDA, Milton José de. **Cinema**: arte da memória. Campinas: Autores Associados, 1999. 150 p.

ARANTES, Aldo. **Entrevista concedida à autora**. Brasília, 31 de março de 1998.

ARANTES, Maria Auxiliadora Cunha. **Pacto re-velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Escuta, 1994. 184 p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-universitária: 1989. 338 p.

_____. **A dignidade na política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. 152 p.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972. 351 p.

_____. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1977. 562 p.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 114 p.

A TRAJETÓRIA política de João Goulart. **Aldo Arantes**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/aldo_arantes>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. A representação como espelho: universo cultural e político das candidaturas populares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, ano 9, p. 149-160, out. 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e a história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p. (Obras Escolhidas, v. 1).

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 204 p.

BERQUÓ, Alberto. **O sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 137 p.

BITENCOURT, Marcelo. Memória da guerrilha: a disputa valiosa de um capital. **Revista de História Oral**, ABHO, Rio de Janeiro, n. 2, p. 91-110, 1999.

BOLETIM INFORMATIVO DAS COMEMORAÇÕES DOS 20 ANOS DA LEI DA ANISTIA POLÍTICA, n. 1. Instituto Teotônio Vilela, Brasília, abr. 1999.

BOLETIM INFORMATIVO: Casa da Cultura de Marabá. Marabá: CCM, 1999. 144 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 230 p.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p.

BRASIL Nunca Mais: um relato pela história. Petrópolis: Vozes, 1989. 312 p.

BRUCI, Eugênio. O deslocamento do narrador em O que é isso, companheiro? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 209-226.

BUNDAS entrevista José Genoíno. **Bundas**, ano 1, n. 21, 2-8 nov. 1999.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: guerrilha no Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 1993. 252 p.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. 241 p.

CAVALARI, Rosa Maria Feitoso. **Os limites do movimento estudantil (1964-1980)**. Campinas: Unicamp, 1987. (mimeografado).

CHAUI, Marilena. **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes;
MENEZES, Marilde Loiola de. **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

D'ARAÚJO, Celina Maria; SOARES, G. D.; CASTRO, Celso (Org.).
Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 323 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA
PARLAMENTAR. **A cabeça do Congresso**: quem é quem na
revisão constitucional. Brasília, 1993.

_____. **Os cabeças do Congresso Nacional**: pesquisa sobre
os 100 parlamentares influentes no Poder Legislativo. Brasília,
1996. Ano III

_____. **Os cabeças do Congresso Nacional**: pesquisa sobre
os 100 parlamentares influentes no Poder Legislativo. Brasília,
1997. Ano IV

_____. **Quem foi quem na Constituinte**: nas questões de
interesse dos trabalhadores. São Paulo: Oboé, 1988.

DILMA VANA ROUSSEFF. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura:** o movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Gramond, 1998. 196 p.

DÓRIA, Palmério et al. **A Guerrilha do Araguaia.** São Paulo: Alfa Omega, 1978.

FÁVERO, Maria de Lourdes de. A UNE em tempos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 218 p. (Série Universidade).

FERNANDES, Florestan. **Weber.** Rio de Janeiro: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1.499 p.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência. Rio de Janeiro, Relume Dumará, **Tempo**, UFF, DH, v. 1, abr. 1999. p. 142-165.

_____. **Mulheres, militância e memória:** histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 214 p.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 318 p.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras**. Manaus: Edua, 1996. 140 p.

FRAGA, Maria da Conceição. Moradia estudantil e lutas políticas no Amazonas. **Revista de Humanidades**, Manaus, v. 6, p. 69-92, 1999.

FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. In: BARREIRA, Irllys; VIEIRA, Sulamita (Org.). **Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro**. Fortaleza: EDUFC, 1998. p. 217-238. v. 1.

FRAGA, Maria da Conceição. Parlamentares brasileiros como narradores privilegiados de uma memória individual e coletiva. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 6., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2002. v. 1.

FREIRE, Alípio. Pelas portas dos fundos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 155-168.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 261 p. (Grandes Sucessos: Série Ouro).

GABEIRA. **Biografia**. Disponível em: <<http://gabeira.com.br/biografia/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. **Entrevista concedida à autora**. Brasília, 07 de abril de 1998.

GASPARI, Elio. O que é isso, companheiro?: o operário se deu mal. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 111-116.

GENOÍNO NETO, José. **Entrevista concedida à autora**. Brasília, 02 de abril de 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. 255 p.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haroldo-borges-rodrigues-lima>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

HAUSER, Arnold. **História social da arte da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1.032p.

HISTÓRIA DA UNE: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Livramento, 1980. 127 p. (História Presente, 4). v. 1.

HORTA, Celso. Jonas, um brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 125-130.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de. **Sociologia da juventude I: etapas da sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-241. (Textos Básicos de Ciências Sociais).

JOSÉ GENOÍNO Neto. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-genoino-neto>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996. 553 p.

LEITE, Paulo Moreira. O que foi aquilo, companheiro? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 51-60.

LIMA, Haroldo. **Itinerário**. Salvador: Comitê Brasileiro pela Anistia (Núcleo de Salvador), 1979. 74 p.

_____. **Entrevista concedida à autora**. Brasília, 2 e 8 de abril de 1998.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa Omega, 1984. 176 p.

LINS, Consuelo. O que é isso, companheiro? A ficção resiste à história? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 151-154.

LUIZ INÁCIO DA SILVA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar**. Campinas: Papirus, 1987. 92 p. (Tudo é História, 9).

MARTINS, Franklin. As duas mortes de Jonas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 117-124.

MÉDICI, Roberto Palmeira. **Médici: o depoimento**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. 94 p.

MENDES JÚNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 92 p. (Tudo é História, 23).

MEMÓRIAS DA DITADURA. FRANKLIN MARTINS. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/franklin-martins/index.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-112.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. 143 p.

MUNIZ, Dulce. Breve biografia de Virgílio Gomes da Silva. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 131-132.

NAHAS, Jorge. O que foi aquilo, companheiro? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 137-140.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História 10, 1981. p. 7-28.

PALMEIRA, Vladimir. Os valores de 60. In: GARCIA, Marco Amélio; VIEIRA, Maria Alice. **Rebeldes e contestadores**. São Paulo: Fundação Abreu Abramo, 1999. p. 117-228.

_____. **Entrevista concedida à autora**. Rio de Janeiro, 1999.

PALMÉRIO, Dória et al. **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa Omega, 1978. (História Imediata, 1).

PIETROCOLA, Luci Gatti. A herança dos herdeiros. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, 30, 1995-1996.

_____. **Anos 60/70**: a cultura do medo orientando vidas e trajetórias no Brasil. São Paulo: [s.n.], 1993. (Cadernos CERU, 4).

_____. **Anos 60/70**: o viver entre parênteses: perseguição política aos revolucionários e suas famílias. 1995. 250 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

PL 867/2015. Projeto de Lei. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

PIVETA, Idibal. Sobre Jonas, o do filme, não o da baleia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 133-136.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. 359 p.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, 10, p. 200-212, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 2, 2, 1989. p. 3-35.

POMAR, Pedro E. da Rocha. **Massacre na Lapa**: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB. São Paulo: Busca Vida, 1987. 225 p.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Parma, 1979. 261 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. À maneira de um balanço: epílogo ou prólogo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 181-186.

_____. **1968**: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. 220 p.

_____. **A Revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.

_____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 31-46.

_____. Versões e ficções: a luta pela apropriação da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 101-106.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al.

Versões e ficções: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 11-30.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. 161 f. **A Guerrilha do Araguaia**: 1972-1974. Dissertação (Mestrado em História Política do Brasil) – Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

RODRIGUES, Carla; SOTO, Pascoal. **Revoluções da minha geração**: Herbert de Souza (Betinho). São Paulo: Moderna, 1996. 127 p.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. 375 p.

_____. Exílio: refazendo identidades. **História Oral (ABHO)**, 2, p. 39-74, jun. 1999.

ROMAGNOLLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE**: de Ibiúna a Salvador. São Paulo: Alfa Omega, 1979. 96 p. (História Imediata, 5).

SÁ, Glênio Fernandes. **Relato de um guerrilheiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SADER, Emir. **O anjo torto**: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995. 195 p.

_____. Leões e caçadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **Versões e fições**: o sequestro da história. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 107-110.

SANFELICE, José Luiz. **Movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986. 240 p.

SAUTCHUK, Jaime. **Luta armada no Brasil dos anos 60 e 70**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995. 96 p.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Os desafios contemporâneos da história oral**: 96. Campinas: CMU/Unicamp, 1997. 359 p.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 416 p.

SOUZA, Percival de. **Eu, cabo Anselmo**: depoimento a Percival de Souza. São Paulo: Globo, 1999. 262 p.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**: Flávio Tavares. São Paulo: Globo, 1999. 276 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.

VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias do silêncio**: militantes
de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: EUFC, 1998, 175 p.

_____. **Totalitarismo e anistia**: o pecado e o perdão na esfera
da política. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) –
Universidade Federal do Ceará.

VLADIMIR PALMEIRA. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vladimir-palmeira>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EUNB, 1991. 422 p.

ZHUMTOR, Paul. **A letra e a voz**: a literatura medieval.
São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 324 p.

